UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

AS CONTRADIÇÕES DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL: VIDA, TRABALHO, RENDA E EXCLUSÃO

MARIA DALVA OLIVEIRA SOARES

CAMPINAS
FEVEREIRO DE 2007

FEAGRI

PARECER

Este exemplar corresponde à redação final da Tese de Doutorado defendida por **Maria Dalva de Oliveira Soares**, aprovada pela Comissão Julgadora em 26 de fevereiro de 2007.

Campinas, 04 de setembro de 2007.

Maria Angela Fagnani

Profª. Drª. Maria Angela Fagnani
Presidenta

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

AS CONTRADIÇÕES DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL: VIDA, TRABALHO, RENDA E EXCLUSÃO

Tese de Doutorado submetida à banca examinadora para obtenção do título de Doutor em Engenharia Agrícola, na área de concentração em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável.

MARIA DALVA OLIVEIRA SOARES

Orientadora: Profª Drª Maria Angela Fagnani
Co-Orientadora: Profª Drª Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

CAMPINAS
FEVEREIRO DE 2007

UNIDADE BC
Nº CHAMADA
T/UNICAMP So11c
V ____ EX. ____
TOMBO BCCL 75307
PROC 16.145-07
C ____ D X
PREÇO 11,00
DATA 19/12/07
BIB-ID 419502

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA ÁREA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - BAE - UNICAMP

So11c

Soares, Maria Dalva Oliveira
As contradições do turismo no espaço rural: vida, trabalho, renda e exclusão / Maria Dalva Oliveira Soares.--Campinas, SP: [s.n.], 2007.

Orientadores: Maria Angela Fagnani, Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco.
Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

1. Turismo – Zona Rural. 2. Desenvolvimento rural- Aspectos sociais. 3. Políticas públicas – Cunha (SP). 4. Políticas públicas – Santo Antonio do Pinhal (SP). 5. Políticas públicas – Louveira (SP). I. Fagnani, Maria Angela. II. Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira. III. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Agrícola. IV. Título.

Título em Inglês: The contradiction in rural space tourism: life, work, income and exclusion
Palavras-chave em Inglês: Tourism on rural space, Rural development, Public policies
Área de concentração: Planejamento e desenvolvimento rural sustentável
Titulação: Doutor em Engenharia Agrícola
Banca examinadora: Alfio Brandsburg, Luis Antonio Cabello Norder, Maristela Simões do Carmo, Miguel Ângelo da Silveira
Data da defesa: 26/02/2007
Programa de Pós-Graduação: Engenharia Agrícola

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

BANCA EXAMINADORA

PRESIDENTE

Profª Drª Maria Ângela Fagnani
Faculdade de Engenharia Agrícola / FEAGRI / UNICAMP

MEMBROS

Prof. Dr. Alfio Brandsburg

Prof. Dr. Luis Antonio Cabello Norder

Profª. Drª Maristela Simões do Carmo

Prof. Dr. Miguel Ângelo da Silveira

Profª Drª Sonia Maria Pereira Pessoa Bergamasco

200755312

CAMPINAS
JANEIRO DE 2007

DEDICATÓRIA

À minha mãe

Anastácia Rospendowski R. Oliveira

Aos meus filhos:

Cristina Oliveira Soares

André Oliveira Soares

Thaís Oliveira Soares

Ao meu inesquecível sobrinho

Eduardo Antonio Oliveira Trevisan,

que pela sua sensibilidade, presença, ternura,

marcou forte presença nos breves anos que esteve conosco

e deixou muita saudade, quando

partiu para o acampamento eterno...

Com muito carinho, dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Uma tese não é feita por alguém, ela se concretiza graças à ajuda de diferentes pessoas nos vários momentos de elaboração. São muitos os que colaboraram nessa tese. Peço desculpas se esqueci de alguém.

Aos "muitos" que contribuíram para sua construção, meu enorme agradecimento:

À minha orientadora, Professora Dra. Maria Angela Fagnani, pelo carinho, dedicação e amizade.

À Professora Dra. Sonia M. Pessoa Pereira Bergamasco, pelo apoio, amizade, pela sua contribuição nas discussões teóricas e durante as viagens de pesquisa.

À professora Dra. Maristela Simões do Carmo pelas contribuições no exame de qualificação.

À professora Dra. Valéria Comitre pela amizade e leitura dos capítulos da tese.

À administração Central do Centro Paula Souza por ter autorizado afastamento parcial para poder me dedicar mais a construção desse trabalho.

Ao professor Almério Melquíades de Araújo, pelo apoio e orientações.

Ao Eduardo (*in memorian*) e Daissy Helena Oliveira Trevisan pela ajuda no computador e correção de português.

À Cristina, André, Marco, Thaís, Gabriel pelo excelente auxílio na informática.

Às colegas da CETEC, Júlia Falivene Alves e Sônia Morandi "*in memoriam*", pelas valiosas discussões sobre o tema da tese.

Aos colegas da supervisão da CETEC: professora Laura Mazzei, prof. Sebastião, professora Magali, professora Soeli, ao Daniel pela solidariedade.

À professora Vera Siqueira, da CETEC, pelo apoio, solidariedade e amizade nos momentos mais difíceis.

À professora Fernanda Denadai, da CETEC, pelo carinho e ajuda nos enrosco com a Língua Pátria.

À Solange, Eva, Rosângela, Regina Rissi, Raquel, Regina Teixeira, Fernanda, Renata, Ivone, Doroti, Silvana, Márcia, Sandra, Regina Amaral, pelo incentivo.

À ex-aluna Lívia pela ajuda no "inglês".

À Mariluci Alves Martinho, cuja amizade foi tão importante, nos momentos mais difíceis.

Ao estímulo dos amigos Vi, Fátima, Pedro, Val, Júlio e muitos outros.

À amiga Gláucia Gimenez pelo auxílio na área de geoprocessamento.

À Ana Paula Montagner, Marta Vechi, Rosângela Gomes e Alexandre da secretaria de pós-graduação.

Ao vereador João Manuel Pereira e sua esposa Nilcéia, pelas apresentações e companhia no trabalho empírico realizado em Santo Antonio do Pinhal.

Aos historiadores Zildo Aparecido da Silva, de Santo Antonio do Pinhal; João José Veloso, de Cunha. Agradecemos também ao bibliotecário da Câmara Municipal de Louveira por viabilizar uma cópia do resumo histórico do município.

Ao engenheiro agrônomo Daniel Miqueletto, da Prefeitura Municipal de Louveira, pelas entrevistas.

Aos agricultores de Louveira, aos donos de pousadas rurais de Cunha e Santo Antonio do Pinhal, por contribuírem com suas "historias de vida" para que esse trabalho pudesse ser realizado.

SUMÁRIO

	Página
Lista de Tabelas	xii
Lista de Figuras	xv
Resumo	xvii
Abstract	xix
Introdução	01
Mudanças no espaço rural: o turismo no espaço rural como uma nova forma de ruralidade	12
1. Apresentação	12
2. O rural na sociedade pós-industrial	12
2.1. A valorização do desenvolvimento local	27
2.2. A atividade turística no espaço rural em tempo pós-moderno	37
3. O A emergência do conceito de natureza no pós-moderno	43
3. 1 Introdução	43
3.2. Conceitos de natureza ao longo da história da sociedade	45
O Turismo no espaço rural como uma forma de lazer na sociedade contemporânea	55
1. Apresentação	56
2. O lazer e a importância da atividade turística	55
3. As origens do turismo	59
4. O turismo no espaço rural no mundo contemporâneo	65
5. A construção de conceitos sobre o turismo rural	70

5.1 O agroturismo como uma modalidade de turismo rural 76

6. Planejamento e Política no Turismo Rural 81

6.1. Políticas Públicas para o Turismo no Brasil 85

6.2. Programa Nacional de Municipalização do Turismo 88

6.3. Políticas Públicas: "Projeto Turismo Sustentável e Alívio da Pobreza" 94

6.4. Políticas Públicas direcionadas para o Turismo na Agricultura Familiar 98

6.5. Turismo no espaço rural: Sustentabilidade com Responsabilidade 100

As condições sócioespaciais dos municípios estudados 110

1. Apresentação 110

2. Cunha 111

2.1. Um pouco da localização e produção do espaço de Cunha 111

2.2. A construção da história de Cunha 113

2.2.3. O Caminho do Ouro 114

2.3. A população e a qualidade de vida no município 119

2.4 A economia de Cunha 121

2.5. Problemas enfrentados pelos agricultores 125

2.6. As áreas de preservação ambiental 128

3. Santo Antonio do Pinhal 131

3.1. Pequeno histórico da produção sócio-espacial do município de Santo Antonio do Pinhal 133

3.2. Pensando na qualidade de vida dos habitantes de Santo Antonio do Pinhal 135

3.3. Economia em transição 137

3.4. Área de Preservação Ambiental 141

4. Louveira 142

4.1. Situação Geográfica 142

4.2. Uma pequena incursão histórica 143

4.3. A qualidade de vida da população louverense 146

4.4. A economia de Louveira 148

4.5. A produção sócio-espacial do território rural de Louveira 150

A consolidação e as contradições do turismo no espaço rural. 154

1. Apresentação 154

2. O turismo em Cunha 154

2.1. A contribuição dos ceramistas de Cunha para o Turismo Rural 154

3. Santo Antonio do Pinhal: turismo rural ou turismo dormitório? 158

4. O agroturismo em Louveira 166

4.1. A Festa da Uva e o "Colhe e Pague" 162

4.2. E depois da Festa da Uva? 168

5. Hotéis, pousadas e restaurantes 169

6. A presença de neorurais nos municípios de Cunha e Santo Antonio do Pinhal 172

7. Dando uma nova utilidade ao sítio 176

8. Garantindo a sustentabilidade ambiental 180

8.1. Quando a reciclagem transforma-se em obras de arte 183

9. Criando sociabilidades 185

10. O aparato institucional 187

11. No novo rural a atividade agropecuária não é mais a principal fonte de renda 191

12. As preocupações dos pousadeiros e a busca de soluções. 192

13. A questão da mão-de-obra no turismo rural 195

Considerações Finais 197

Referências Bibliográficas 201

LISTA DE TABELAS

	Página
Quadro 1. Etapas do processo de planejamento ambiental voltado ao turismo.	108
Tabela 1. Dados demográficos, Cunha, estado de São Paulo, 2005.	120
Tabela 2. Índice Paulista de Responsabilidade Social, Cunha, estado de São Paulo, 2005.	121
Tabela 3. Setores da Economia Cunha, estado de São Paulo, 2000.	122
Tabela 4. Produção de Frutas, Cunha, estado de São Paulo, 2000.	122
Tabela 5. Lavoura temporária, Cunha, estado de São Paulo, 2000.	123
Tabela 6. Principais produtos da Pecuária, Cunha, estado de São Paulo, 2000.	123
Tabela 7: Categorias Familiares por Tipo de Renda e Patronal. Número de Estabelecimentos, Área e Valor Bruto da Produção do município de Cunha, estado de São Paulo.	124
Tabela 8. Dados demográficos, Santo Antonio do Pinhal, estado de São Paulo, 2005.	136
Tabela 9. Índice Paulista de Responsabilidade Social, Santo Antonio do Pinhal, estado de São Paulo, 2005.	136
Tabela 10. Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade, Santo Antonio do Pinhal, estado de São Paulo, 2006.	137
Tabela 11. Setores da Economia, Santo Antonio do Pinhal, estado de São Paulo, 2000.	137
Tabela 12. Lavoura permanente, Santo Antonio do Pinhal, estado de São Paulo, 2005.	138

Tabela 13. Lavoura temporária, Santo Antonio do Pinhal, estado de São Paulo, 2005. 138

Tabela 14. Produção das atividades de Pecuária, Santo Antonio do Pinhal, estado de São Paulo, 2005. 138

Tabela 15. Pecuária em Santo Antonio do Pinhal, estado de São Paulo, 2003. 139

Tabela 16 Categorias Familiares por Tipo de Renda e Patronal. Número de Estabelecimentos, Área e Valor Bruto da Produção do município de Santo Antônio do Pinhal, estado de São Paulo. 140

Tabela 17. Dados demográficos, Louveira, estado de São Paulo, 2005. 146

Tabela 18. Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) Louveira, estado de São Paulo, 2005. 146

Tabela 19. IDH Municipal, Louveira, estado de São Paulo. 147

Tabela 20. Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade 1991 e 2000, Louveira, estado de São Paulo, 2006. 148

Tabela 21. Economia de Louveira, estado de São Paulo, 2000. 148

Tabela 22 Categorias Familiares por Tipo de Renda e Patronal. Número de Estabelecimentos, Área e Valor Bruto da Produção do município de Louveira, estado de São Paulo. 149

Tabela 23. Explorações Vegetais, Louveira, estado de São Paulo, Fevereiro de 2006. 150

Tabela 24. Explorações Animais. Louveira, estado de São Paulo, Fevereiro de 2006 150

Tabela 25. Hotéis e pousadas no eixo urbano e no eixo rural, Cunha, estado de São Paulo, 2005. 170

Tabela 26. Hotéis e pousadas no eixo urbano e no eixo rural, Santo Antonio do Pinhal, estado de São Paulo, 2005. 171

Tabela 27. Emprego de mão-de-obra nas pousadas, Cunha e Santo Antonio do Pinhal, estado de São Paulo, 2004 e 2005. 196

LISTA DE FIGURAS

Página

Fotos

Foto 1. Jardim de uma pousada em Santo Antonio do Pinhal, estado de São Paulo, 2005. 46

Foto 2. Pousada campestre. A valorização da paisagem no espaço rural, Santo Antonio do Pinhal, estado de São Paulo, 2006. 54

Foto 3. Forno Noborigama, Cunha, estado de São Paulo. 155

Foto 4. Peças produzidas por uma ceramista de Cunha, estado de São Paulo, 2005. 156

Foto 5. O "Colhe e Pague". Festa da Uva, Louveira, estado de São Paulo, 2005. 164

Foto 6. Chalé de uma pousada, Cunha, estado de São Paulo, 2005. 180

Foto 7. Produção Artesanal. Santo Antonio do Pinhal, estado de São Paulo, 2005. 185

Foto 8. Área de lazer, pousada em Santo Antonio do Pinhal, estado de São Paulo, 2006. 194

Foto 9. Área de lazer, pousada em Cunha, estado de São Paulo, 2005. 194

Figuras

Figura 1. Organograma 80

Figura 2. Valores e princípios do turismo sustentável. 107

Figura 3. Localização dos municípios, objetos do estudo empírico, no estado de São Paulo, 2006. 110

Figura 4. Rodovias de acesso à Cunha, estado de São Paulo, 2005. 113

Figura 5. Ilustração do selo comemorativo: Estrada Real, Correios, 2005. 116

Figura 6. Comparação entre a vegetação original e a atual, Município de Cunha, estado de São Paulo. 129

Figura 7. Rodovia de acesso a Santo Antônio do Pinhal, estado de São Paulo. 131

Figura 8. Comparação entre a vegetação do passado e atual. Município de Santo Antonio do Pinhal, estado de São Paulo, 2005. 132

Figura 9. Cidades e rodovias de acesso a Louveira, estado de São Paulo. 142

Figura 10. Comparação entre a vegetação original e atual e a Mancha urbana, Louveira, estado de São Paulo. 143

Figura 11. Localização das hospedagens em Cunha, estado de São Paulo, 2006. 188

1. RESUMO

O turismo no espaço rural, especialmente o agroturismo, intensifica-se no período da sociedade denominada pós-moderna. Pois, se durante o período da Revolução Industrial houve certo domínio das cidades sobre as atividades rurais, numa sociedade caracterizada como pós-industrial ou pós-moderna, parece haver uma revalorização do campo em função de seu espaço estar mais próximo da natureza, ou melhor, as transformações que aconteceram no seu território foram menores, pelo menos aparentemente, comparando-se àquelas que ocorreram nos espaços urbanos. As diversas modalidades do Turismo no espaço rural são encontradas pelos agricultores como complementação de renda em função das mudanças que ocorreram neste território. Diante da importância atribuída ao agroturismo, a primeira hipótese elaborada baseou-se em que o agroturismo contribui para aumentar a renda, gerar emprego, criar condições para fixar a população no campo, valorizar sua cultura e desenvolver práticas voltadas à apreciação da paisagem e à preservação ambiental. Desta maneira, o agroturismo aparece como uma alternativa para os agricultores familiares. A partir de observações iniciais, tanto em Cunha, como em Santo Antonio do Pinhal, elaborou-se outra hipótese na qual no espaço rural, se, de um lado o turismo é uma alternativa para os agricultores familiares, por outro lado está deslocando a população do campo por conta da valorização das terras, que essa atividade proporciona. Pela falta de alternativas para permanecer no campo, o agricultor vende sua propriedade, muda-se para a cidade ou volta como empregado para trabalhar na sua antiga unidade de produção. E quem desenvolve o turismo são os neo-rurais, ex-citadinos que vêm fixando residência no campo. Objetivou-se neste trabalho analisar o desenvolvimento da atividade turística no espaço rural, em alguns municípios do estado de São Paulo, buscando entender de que maneira ele pode contribuir para o desenvolvimento local e qual é o papel das políticas públicas para sua concretização. Foram escolhidos os municípios de Cunha, Santo Antonio do Pinhal e Louveira com base no critério de possuir atividades turísticas no espaço rural e de ter presença significativa de agricultores familiares. Na verdade, a busca neste trabalho pela condição e valorização do turismo no espaço rural enquanto um fator de fixação do homem no campo através do aumento de renda e emprego, não se concretizou, com exceção do que se pôde analisar em Louveira. Ao invés disso, o que se detectou foi o fato de agricultores tradicionais darem lugar a atividades

turísticas na forma de pousadas no espaço rural, desenvolvidas por uma população originária de outros centros urbanos que buscam atividades alternativas e o sossego do campo. Trata-se de uma nova categoria denominada de neo-rurais, a exemplo do que vem ocorrendo em países da Europa Ocidental.

Palavras-chaves: turismo no espaço rural, desenvolvimento rural, políticas públicas.

ABSTRACT

The tourism in rural areas, specially the agro-tourism, intensifies in the society period called postmodern. Because, if during the Industrial Revolution there was kind of a domination from the cities on the rural activities, in a society characterized as postindustrial or postmodern, it seems to have a new appreciation on the countryside in function of its space be near to the nature, or in other way, the transformations that happened in its territory were smaller, at least apparently, comparing to the ones that happened on the urban spaces. The different modalities of the Tourism on the rural space are found by the agricultures as an income complementation in function from the changes that happened on this territory. In front of the importance attributed to the agro-tourism, the first hypotheses elaborated was based in that the agro-tourism contributes to improve the income, generates employment, create conditions to fix the rural population, values their culture and develop practices towards to the landscape appreciation and to the environment preservation. In this way, the agro-tourism appears as an alternative to the familiar farming. From this initial observations, as in Cunha, as in Santo Antonio do Pinhal, it was elaborated a hypotheses where the rural space, if, in one hand the tourism is an alternative to the familiar faming, in other hand is dislocating the countryside population because of the land valorization, that this activity provides. For the lack of alternatives to stay in the countryside, the agriculturist sells his property, moves to the city or goes back working as an employee in his former production unity. And who develops the tourism are the neo-rural, former city dwellers that come fixing residence in the countryside. It was aimed in the research analyzing the development from the touristy activities on the rural areas, in some cities from São Paulo State, seeking to understand in which way it can contribute to the local development and what is the role from the public policies the accomplishment. It was chosen the cities of Cunha, Santo Antonio do Pinhal and Louveira based on the criteria of possessing touristy activities in the rural space and the significant presence from the familiar farming. Actually, this research seek the tourism conditions and value on the rural space as a factor of man fixation on the countryside through the income and employment increasement, it didn't accomplish, with the exception on what was analyzed in Louveira. Instead of this, what was detected was the fact to the traditional framings giving space to the touristy activities in the way of small hostels on the rural space, developed by

a population originated from other urban centers that searched for alternatives activities and the peace from the countryside. It treats from a new category denominated by neo-rural, as example from what has happening on the Occidental Europe countries.

Key-words: tourism on rural space, rural development, public policies.

1. Introdução

O turismo Rural tem sido muito disseminado nas últimas décadas. Tal fato foi observado inicialmente nos países europeus e na América do Norte e, depois, na América Latina. No Brasil, principalmente nos estados do centro-sul, essa ocorrência se verifica a partir da década de 1980. O que teria levado o homem contemporâneo a buscar o espaço rural como forma de lazer? Este trabalho visa, em primeiro lugar, procurar relacionar as mudanças que ocorreram no campo e que propiciaram essa nova atividade econômica; em segundo lugar, detectar a visão do ator social pós-moderno em relação à natureza e, finalmente, saber se essa atividade contribui para aumentar a renda dos agricultores familiares.

As mudanças ocorridas no espaço rural desestruturaram as fronteiras tradicionais entre atividades agrícolas e não-agrícolas. Diante disso, registra-se a emergência de uma nova noção de rural, desvinculado das características anteriormente a ele associadas.

O mundo rural convive com outras atividades, tornando-se, assim, muito mais do que um fornecedor de matéria-prima, mas um espaço diversificado de atividades produtivas denominado por alguns autores como multifuncional (CRISTÓVÃO, 2002). Dentre as múltiplas atividades, destacam-se o lazer e o turismo no espaço rural. Nas suas modalidades estão presentes rodeios, festas religiosas e folclóricas, atividades esportivas, ecoturismo, pesque-pague, restaurantes rurais, agroturismo etc.

O interesse por buscar novas modalidades de turismo, além do tradicional sol, mar e praia, prende-se, de um lado, ao "crescimento da população urbana que se concentra em áreas metropolitanas densamente povoadas e, de outro, à necessidade de inovar as atividades econômicas no meio rural" (RODRIGUES, 2000:7).

Do lado daqueles que procuram equipamentos turísticos no campo, o intenso processo de urbanização ocorrido nas últimas décadas e os grandes problemas encontrados nas cidades, contribuem para resgatar o imaginário rural para grande parte da população: um ambiente próximo da natureza, despoluído, tranqüilo, entre outros. JOAQUIM (2001) considera o turismo no espaço rural com atributos que o tornam "verdadeiramente rural" pela qualidade ambiental, sossego e possibilidade de contatos personalizados.

No caso brasileiro, devido à intensa imigração ocorrida durante o século XIX e no início do século XX, grande parte dos habitantes urbanos descende dos velhos imigrantes que iniciaram suas atividades no meio rural e, para tanto, buscam nele suas origens.

Em algumas regiões, a paisagem rural, como recurso turístico, já é comum. As primeiras experiências de turismo no espaço rural, no Brasil, ocorreram no município de Lajes, no estado de Santa Catarina, onde antigas fazendas de gado se transformaram em hotéis-fazenda (MATEI, 2000). Representam propriedades de grande importância histórica, associadas às grandes tropas que percorriam as regiões Sudeste e Sul do País.

Dentre as modalidades do turismo no espaço rural, está o agroturismo, objeto inicial de reflexão desse trabalho. São consideradas atividades agroturísticas aquelas ocorridas em propriedades rurais que se dedicam à agropecuária, ao reflorestamento ou à agroindústria e nas quais a hospedagem contribui como complementação de renda. Os hóspedes desfrutam de lazer e recreação, alimentação, interação com atividades de produção agropecuária e em sua estadia deve ocorrer pelo menos um pernoite.

Dentro desta perspectiva, este trabalho buscou compreender as novas atividades agrícolas, em especial o agroturismo, diante do processo de transformação do espaço rural, que ocorre em algumas regiões brasileiras. Para o desenvolvimento deste trabalho foram escolhidos os municípios de Cunha, Santo Antonio do Pinhal e Louveira, utilizando-se o critério de possuir atividades turísticas no espaço rural e de uma presença significativa de agricultores familiares[1]

Destaca-se que o agroturismo como atividade desenvolvida nas propriedades agrícolas de maneira sustentável garantindo a preservação do meio ambiente. Diversos autores como GRAZIANO DA SILVA *et al* (1998), CAMPANHOLA *et al* (1999), PORTUGUEZ (1999) discutem sua contribuição para diminuir o êxodo rural, aumentar as atividades de lazer, complementar a renda dos proprietários rurais, gerar empregos e diminuir a violência, refletindo na melhoria da qualidade de vida.

No espaço rural o valor "terra" não deve existir só para a produção de alimentos ou pela diversidade de atividades alternativas que possibilitem a rentabilidade. Da relação, homem x terra são criados laços afetivos: é produzida uma história, além de valores sociais e culturais que devem ser preservados.

[1] Agricultores familiares são aqui entendidos como aqueles que integram as categorias produção, familia e trabalho.

Diante da importância atribuída ao agroturismo, a primeira hipótese elaborada era de que o agroturismo contribui para aumentar a renda, gerar emprego, criar condições para fixar a população no campo, valorizar sua cultura e desenvolver práticas voltadas à apreciação da paisagem e à preservação ambiental. Desta maneira, o agroturismo aparece como uma alternativa para os agricultores familiares.

A partir de observações iniciais, tanto em Cunha, como em Santo Antonio do Pinhal, municípios que fazem parte dessa pesquisa, elaborou-se outra hipótese na qual o turismo, no espaço rural, pode ser uma alternativa para os agricultores familiares, mas pode também deslocar a população do campo por conta da valorização das terras, que essa atividade proporciona. Pela falta de alternativa para permanecer no campo, o agricultor vende sua propriedade, muda-se para a cidade ou volta como empregado para trabalhar na sua antiga unidade de produção. E quem desenvolve o turismo são os neorurais, ex-citadinos que vêm fixando residência no campo e dedicando-se a atividades agropecuárias ou de serviços, como o turismo.

Em Louveira, outro município estudado, apesar da predominância dos agricultores familiares, a atividade denominada agroturismo, na realidade não é, pois, trata-se de um passeio rural. De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), para uma atividade ser considerada como turística, tem que haver, pelo menos, um pernoite e isto não foi encontrado neste município.

Assim, objetivou-se neste trabalho analisar o desenvolvimento da atividade turística no espaço rural, em três municípios do estado de S. Paulo, buscando entender de que maneira ele pode contribuir para o desenvolvimento local e qual o papel das políticas públicas para sua concretização.

Para tanto, serão tratadas algumas questões específicas tais como:

- discutir o conceito que o homem pós-moderno atribuiu à natureza;
- discutir a atividade de turismo no espaço rural[2] no contexto das transformações da agricultura brasileira e seus efeitos no desenvolvimento local e regional;
- refletir sobre a atuação das políticas públicas direcionadas ao turismo no espaço rural e à agricultura familiar;

[2] Optou-se, neste primeiro momento, por utilizar a categoria turismo no espaço rural tendo em vista a diversidade de conceituações encontradas sobre o tema. No capitulo III, isto será tratado de forma a esclarecer esses conceitos.

- alertar sobre os impactos socioambientais positivos e negativos das atividades de turismo no espaço rural;
- refletir o envolvimento da comunidade no planejamento do turismo no espaço rural;
- discutir as questões de emprego e renda nas regiões estudadas.

A escolha das regiões estudadas baseou-se no critério da região desenvolver alguma atividade de turismo no espaço rural. A escolha foi realizada em municípios do estado de São Paulo. Esta unidade territorial do Brasil tem grande destaque pela sua participação na economia nacional; responde por mais de 30% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; possui uma economia diversificada baseada numa sólida base tecnológica, gerando produtos com alto valor agregado, destacando-se segmentos de Tecnologia da Informação, Informática, Aeroespacial e Automotivo. O setor agropecuário é expressivo e exibe altos índices de produtividade (www.investimentos.sp.gov.br, 2006).

São Paulo é um estado privilegiado para o desenvolvimento de diversas modalidades de turismo no espaço rural, dentre as quais o ecoturismo e o agroturismo. Contribuem para tal várias potencialidades:

- *Trata-se do estado mais populoso do país. Sua capital é uma das maiores cidades do mundo, além de outras que se destacam como metrópoles regionais. Nelas são encontrados os problemas referentes ao modo de vida, aos ambientes artificiais e à insegurança.*
- *É o centro financeiro e econômico do país, tendo graças a isso parte significante de sua população com poder de consumo turístico e europeização dos respectivos comportamentos de lazer.*
- *Há uma rede de auto-estradas da área metropolitana de São Paulo para várias direções, completada por uma malha densa e difusa de vias secundárias.*
- *O turismo não é uma atividade nova no estado. Suas práticas são desenvolvidas há décadas destacando-se à beira mar (sol e praia), as*

climáticas (Serra do Mar ou da Mantiqueira), as hidrotermais e religiosas.

- *Observa-se entre os turistas do estado um despertar recente de turismos alternativos, como, por exemplo, fins de semana no campo em chácaras ou hotéis fazenda ou fazenda hotéis*[3]*, pousadas rurais cuja finalidade é o contato com atividades rurais ou com a natureza.*
- *O espaço rural dispõe de muitos recursos turísticos, ecológicos, agrícolas, culturais, histórico, etc.* (CAVACO, 2001).

Apesar de toda a potencialidade do estado de São Paulo para o turismo no espaço rural, neste trabalho, em função das suas hipóteses, os municípios escolhidos deveriam possuir algumas características em comum. Em primeiro lugar, seria necessário haver o predomínio de propriedades familiares em relação às propriedades patronais e, em segundo lugar, existirem, além de atividades agropecuárias, o turismo no espaço rural.

Para tanto, foram realizadas pesquisas em documentos publicados pela FAO/INCRA, no qual encontramos a divisão de propriedades rurais em familiares e patronais de cada município brasileiro, além do total existente no estado de São Paulo e Brasil. Foram também consultados dados econômicos da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *sites* dos municípios e publicações em livros, revistas, jornais e folderes.

Com os dados coletados e tendo como ponto de partida o respeito às características locais, foram escolhidos três municípios: Cunha localizada na Serra do Mar, Santo Antonio do Pinhal, localizado na Serra da Mantiqueira e Louveira, na região administrativa de Campinas onde o poder público municipal desenvolve um projeto de Agroturismo Sustentável. Nas três unidades administrativas, predominam as propriedades familiares em relação às propriedades patronais e atividades de turismo no espaço rural. São municípios que tiveram sua história de formação nos primeiros séculos da colonização brasileira.

As terras de Cunha foram ocupadas pelos aventureiros portugueses, em busca de um enriquecimento fácil. Os lusitanos chegaram à região a partir de 1695, pelo advento de ouro nas minas gerais. Cunha passa então a ser passagem obrigatória como "boca do sertão", em relação

[3] Os hotéis-fazenda são hotéis nos moldes tradicionais apenas instalados no meio rural, já as fazenda-hotéis são instaladas em propriedades produtivas, constitui-se na atividade de agroturismo (CAMPANHOLA *et al.*, 1999).

ao percurso que vai do litoral ao local das minas. Começa assim o povoamento do que viria a ser mais tarde a cidade de Cunha.

As antigas trilhas dos indígenas construídas na Serra do Mar entre Paraty (Rio de Janeiro) e o território onde se localiza hoje a cidade de Cunha passaram a ser utilizadas por paulistas e por habitantes fluminenses para troca de produtos agrícolas.

A constituição do povoado vai sendo realizada pouco a pouco e aos antigos moradores vão se juntando desocupados, desertores da marinha e até criminosos. No início, a população vai se estabelecendo de maneira desordenada, mas o local passa a ser utilizado para descanso e como reduto de provimento das tropas imperiais.

A existência de árvores Louveiras, "da família das leguminosas-papilionáceas, que possui folhas membranosas e flores amarronzadas, em racemos" (LAROUSSE CULTURAL, 1995:3663), fez com que o primeiro povoador, Gaspar de Oliveira, natural da cidade de Lagronã, na Espanha, batizasse o lugar onde acampara com este nome. O fundador do município era casado com Dona Páscoa Costa, cuja mãe era bisneta de João Ramalho e da índia Bartyra, quem, depois, foi batizada como Isabel Dias. Assim, tem início, em 1639, a história do município paulista, hoje denominado Louveira. Gaspar de Oliveira, o fundador de Louveira, e sua esposa instalaram-se no Pouso dos Oliveiras, local no qual possivelmente os bandeirantes paulistas descansavam pelas matas, nas proximidades de Jundiaí. Foi ele quem plantou as primeiras videiras da região, trazidas de sua plantação nas proximidades de São Paulo, dando início assim ao cultivo da uva na região.

Os imigrantes italianos chegaram à Louveira a partir de 1890, vindos da Cidade de Treviso, fazendo da agricultura a sua principal atividade, dedicando-se a atividades agrícolas principalmente, a cultura da uva e a produção de vinhos, trazendo ao município marcas de suas tipicidades culturais, as quais podem ser encontradas ainda hoje (FUNDAC, 2002).

A história de Santo Antonio do Pinhal começa a partir da criação da Capitania de S. Paulo-Minas, em 1795. As capitanias hereditárias foram instituídas pela Coroa portuguesa que doou entre, 1534 e 1536, extensas faixas de terras que iam do litoral ao limite de Tordesilhas. Consistiam na divisão do território brasileiro em imensas áreas de terra, doadas aos fidalgos portugueses, denominados capitães donatários. Tais decisões prendiam-se à necessidade de garantir a posse da colônia, bem como diminuir gastos com a colonização, em função de reduzir recursos para empreendimentos tão altos.

A área territorial do município de Santo Antonio do Pinhal localiza-se na antiga sesmaria de Inácio Caetano, a qual os antigos moradores chamavam de "campos do Caetano", que hoje corresponde à estância climática de Campos de Jordão.

Inicialmente, nos municípios estudados, procurou-se realizar contatos com pessoas ligadas à administração municipal, tais como: secretários de turismo, secretários da agricultura, turismólogos, que pudessem fornecer maiores informações sobre a agricultura familiar e sobre as atividades de agroturismo desenvolvidas no município. Foram procuradas também informações com comerciantes, guias de turismo, técnicos em turismo, artistas plásticos, para aprofundar conhecimento sobre o turismo no espaço rural nos municípios.

O método de pesquisa utilizado nessa tese foi o qualitativo. Optou-se pela escolha desse procedimento para a reflexão das transformações que ocorreram no mundo rural e na sociedade contemporânea, que levaram ao aparecimento de novas atividades nesse espaço, dentre elas o turismo no espaço rural em suas diversas modalidades.

As abordagens da pesquisa qualitativa se fundamentam em alguns pressupostos contrários ao modelo experimental, sendo adotados métodos e técnicas de pesquisa diferenciada. É opinião dos cientistas que partilham dessa abordagem uma oposição a um único padrão de pesquisa para todas as ciências; defendem que as ciências humanas têm sua especificidade: o estudo do comportamento humano e social; tal constatação faz delas ciências específicas, com metodologia própria. A pesquisa qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. Desta forma, o conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa, portanto, sua forma de apreender e de legitimar os conhecimentos é diferente dos estudos experimentais. Em relação às orientações filosóficas, na pesquisa qualitativa, que afirma a relação sempre presente no conhecimento são a fenomenologia e a dialética. Para a dialética, na produção do conhecimento, há uma relação dinâmica entre o sujeito e o objeto. Valoriza a contradição social do fato observado e a criatividade do observador, assim como as oposições contraditórias entre o todo e a parte. Portanto, cabe ao pesquisador descobrir o significado das ações e das relações que se ocultam nas estruturas sociais (CHIZZOTTI, 2001).

A pesquisa qualitativa trabalha com dois tipos de dados: dados verbais orais/escritos e dados visuais. Os dados verbais são obtidos em entrevistas semi-estruturadas ou com narrativas. Os dados visuais resultam da aplicação de diversos métodos de observação, que vão desde a

observação participante e não participante à etnografia e à análise de fotografias e filmes. Os dados coletados, tanto verbais como visuais, são transformados em textos por meio de sua documentação e transcrição. Levando-se em consideração a teoria da formação, a produção dos objetos do saber e de conhecimento, tendo como base pesquisa de histórias de vida, é muito rica, mas também muito individualizada. FLICK (2004) elabora duas hipóteses para refletir sobre o fenômeno. A primeira estaria relacionada à valorização e autonomização do sujeito e na busca da singularidade, a segunda, que nada exclui a primeira, considera a dificuldade de sistematização teórica.

A coleta de dados teve como instrumento de pesquisa a "história de vida", obtida por meio de entrevistas. Esse instrumento de pesquisa era utilizado por sociólogos e antropólogos, já no final do século XIX e no início do século XX, até a década de 1950. Se, de um lado, eram utilizados sem reservas por alguns pesquisadores, outros alertavam para as dificuldades que apresentavam em virtude de mostrar apenas um aspecto parcial da realidade, devendo, portanto, ser complementada com a utilização de outras técnicas. O desenvolvimento das técnicas estatísticas, nos fins dos anos de 1940, relegou para um segundo plano estas técnicas, por considerá-las ligadas a influência da psique individual. Em seu lugar, foi utilizada a técnica do questionário, que parecia ser mais objetiva para se obterem dados. Porém, pouco a pouco, se percebeu que os valores e emoções permaneciam escondidos nos dados coletados e que a formulação de perguntas estava profundamente ligada à maneira de pensar e de sentir do pesquisador, o que transpunha para os dados de modo invisível sua própria percepção e seus preconceitos (QUEIROZ, 1991). Diante disso, a história de vida tornou-se há vinte anos, um método de pesquisa muito em voga nas ciências humanas (JOSSO, 1999). A história de vida é uma técnica em que se dá maior liberdade à pessoa interrogada (BASTIDE, 1953). É utilizada tanto na Psicologia, como na Filosofia para estudar duas faces complementares e inseparáveis de uma mesma realidade. A história de vida, do ponto de vista psicológico, estuda a integração do indivíduo a uma determinada cultura e a formação de sua personalidade pela interação entre suas qualidades individuais e o meio em que vive. Do ponto de vista sociológico, mostra, dentro da rigidez da estrutura da sociedade, a flexibilidade do comportamento humano, que não são individuais porque são seguidos por muitos (QUEIROZ, 1991).

A partir dos anos 1960, a história de vida procura superar o subjetivismo e formular o estatuto epistemológico e estabelecer as estratégias de análise do vivido, portanto, em constituir-

se em método de coleta de dados do homem concreto, pois privilegia a coleta de informações contidas na vida pessoal de um ou de vários informantes (CHIZZOTTI, 2001).

Para realização da coleta de informações, utilizou-se a entrevista guiada (RICHARDSON, 1999). Foram selecionados temas a serem explorados durante o transcurso da entrevista. As perguntas não foram pré-formuladas, foram feitas durante o processo e não havia uma ordem também para introdução dos temas.

Foram realizadas em Santo Antonio do Pinhal quatro histórias de vida e quatro entrevistas com outros produtores rurais, dos quais um possui uma criação de patos e os outros dois produzem flores. Dos produtores de flores, um dedica-se à produção de orquídeas, outro, à de flores secas, para montar, posteriormente, arranjos. Também foi entrevistada uma proprietária rural que possui uma organização não governamental (ONG) e em cuja propriedade desenvolve trabalhos de Educação Ambiental para os residentes no bairro rural do entorno. Além disso, foi entrevistado também um artista plástico residente na zona rural, cujos trabalhos são premiados internacionalmente por transformar resíduos da natureza tais como galhos, pedaços de madeira em objetos de arte. Em relação aos administradores públicos, foram entrevistados o atual Secretário de Turismo, o Secretário do Meio Ambiente e o Secretário de Esportes, que é historiador. Obteve-se grande colaboração de um vereador e de sua mulher na indicação de pessoas para entrevista e no acompanhamento para realização das mesmas.

No município de Cunha, resgataram-se histórias de vida de cinco proprietários de pousadas rurais e foram entrevistados, um agricultor e dois ceramistas, dois proprietários de restaurantes situados no espaço rural, o atual Secretário de Turismo, o Secretário de Turismo e da Agricultura da Administração anterior, um funcionário da CUNHATUR, o ex-gerente da Nossa Caixa, que por ter permanecido nesta função por muitos anos, conhece muito a história das propriedades rurais do município, desde quando começaram a ser valorizadas pelo turismo e o destino de muitos agricultores familiares que, entusiasmados com a alta de preços da terra, venderam sua unidade agrícola e, depois, se tornaram caseiros dos novos proprietários. Além disso, foram entrevistados dois engenheiros agrônomos, um da CATI e outro que possuiu uma propriedade onde, além de criar é realizada a industrialização dos derivados do leite de búfalos, um funcionário de pousada que é técnico em turismo, o motorista que conduz turistas, o presidente da Associação de Agricultores do Bairro de Paraibuna e o Diretor do Parque Estadual da Serra do Mar (Núcleo Cunha-Indaiá). O parque é uma unidade de conservação da Mata

Atlântica, com cachoeiras e corredeiras, cortada pelo rio Paraibuna e que oferece trilhas acompanhadas por guias ou não, dependendo de sua localização.

Em Louveira, foram realizadas sete histórias de vida com agricultores, cujas propriedades fizeram ou fazem parte do roteiro do Agroturismo do município, um Engenheiro Agrônomo da Prefeitura, uma Turismóloga que é funcionária da Prefeitura Municipal e com a Proprietária da agência de viagens que é responsável pelo transporte dos turistas às propriedades durante a "Festa da Uva". Foram também realizadas oito entrevistas com "agroturistas" que realizavam o passeio rural (colhe e pague) durante a Festa da Uva.

Esta tese está estruturada em cinco capítulos. No primeiro, introduz-se a temática do trabalho, bem como se desenvolvem os caminhos metodológicos percorridos, quais sejam a definição das áreas, suas características, os instrumentos de pesquisa e as formas de coleta de dados.

No segundo capítulo, discutem-se as transformações que ocorreram no espaço rural, tendo como ponto de partida a Revolução Industrial que levou à diversificação de atividades neste segmento econômico. O turismo no espaço rural, em suas várias modalidades, como decorrência dessas mudanças, teve impulso apoiado graças à nova visão que os citadinos têm na sua representação de natureza. É uma atividade que, de um lado pode complementar a renda do produtor rural e contribuir para o desenvolvimento local, mas por outro pode deslocar parte dos agricultores para as cidades.

O terceiro capítulo busca a origem do turismo, sua definição e seu papel como consolidador de economias locais degradadas pela intensa exploração econômica e a importância do planejamento, com participação da comunidade local e das políticas públicas para dar embasamento ao seu desenvolvimento. Serão discutidas as atuais políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento sustentável e com o objetivo de diminuição da pobreza.

O quarto capítulo apresenta um levantamento histórico dos municípios estudados, as condições que proporcionam a qualidade de vida de sua população, tradições culturais, atividades econômicas, dando-se ênfase à agricultura e à relação de todos esses elementos com o desenvolvimento do turismo no espaço rural. Com isso pretende-se, no quinto capítulo, identificar os motivos que levaram ao desenvolvimento do turismo e quais são as peculiaridades desta atividade em cada município. Discutem-se também quais os benefícios decorrentes de sua implantação e quem ganha e quais são os perdedores com a presença dessa atividade.

Este trabalho visa a contribuir com reflexões sobre o planejamento e desenvolvimento de um agroturismo sustentável, apoiado em políticas públicas que contribuam para a fixação da população no campo, a complementação de renda e a criação de novos empregos.

Mudanças no espaço rural: o turismo no espaço rural como uma nova forma de ruralidade

1. Apresentação

Neste capítulo serão discutidas as transformações que ocorreram no espaço rural e que levaram à diversificação de atividades, dentre elas o turismo. Será feita uma reflexão sobre a contribuição do turismo para o desenvolvimento local. As atividades de lazer e entretenimento no mundo rural se tornaram possíveis graças ao novo conceito de natureza desenvolvido pelos atores sociais pós-modernos. Para tanto, também será objeto deste capítulo um breve estudo sobre o homem pós-moderno e sua relação com a natureza.

Com o advento da Revolução Industrial ocorreram mudanças no mundo rural, assim como em toda a sociedade. O mundo urbano se amplia com suas fábricas e chaminés, havendo assim a preponderância da sociedade industrial sobre o mundo rural. E na sociedade pós-industrial como fica o espaço rural? Vai desaparecer? Qual é o olhar do homem pós-moderno sobre o espaço rural e sobre a natureza? A intenção deste capítulo é refletir sobre estas mudanças na visão dos teóricos que estudam o assunto.

2. O rural na sociedade pós-industrial e pós-moderna

Entre os autores das Ciências Sociais, de Spencer a Durkheim, de Weber a Marx até os teóricos do século XX, havia a tendência em prever o desaparecimento gradual não só dos espaços rurais, como o desaparecimento das sociedades rurais causado pela generalização do modo de produção capitalista industrialista e urbano em escala planetária (FERREIRA, 2002). Observa-se que mudanças ocorreram no meio rural, mas tais previsões não se efetivaram. O rural não acabou nas sociedades modernas, mas houve a emergência de uma nova ruralidade (WANDERLEY, 2000).

A combinação de fatores externos e internos teve peso nas recentes transformações do mundo rural. Num mundo cada vez mais globalizado as relações econômicas e políticas influenciam não só a regulação da produção agrícola, mas também a valorização do meio rural. Assim, não só o processo de globalização da economia, mas as suas conseqüências, tais como a presença cada vez mais intensa de organismos internacionais na produção e no comércio

agrícola, a crise do desemprego nas sociedades modernas, as novas relações de trabalho, constituem-se em fatores externos que estão relacionados com as mudanças ocorridas no meio rural. Registrou-se também um profundo processo de diversificação social no espaço rural, que transformou as relações de antagonismos antes existentes, em relações de complementaridade.

Diversos fatores são responsáveis pela dinâmica social intensa do meio rural. WANDERLEY (2000) aponta a descentralização econômica, a redução da distância física e social dos habitantes do campo em relação à população urbana, ao crescimento demográfico e à modernização rural.

Na atual fase da sociedade contemporânea que é considerada pelos estudiosos como pós-fordista[4], acentua-se a descentralização econômica, na medida em que o desenvolvimento industrial e comercial, assim como a disseminação espacial dos serviços, propicia condições para que as plantas industriais e os centros comerciais se instalem em determinados centros rurais (STROPASOLAS, 2002).

O mundo rural passa a se constituir em atrativo ao capital produtivo na medida em que recebeu investimentos em telecomunicações e foi beneficiado por modernas rodovias, tornando-se fácil o seu acesso. Também são considerados locais mais agradáveis de viver, comparando-se às cidades modernas com todos seus inúmeros problemas. A imagem que o meio rural representa para a população urbana faz dele um atrativo a atividades de lazer como o turismo no espaço rural.

Os proprietários das pousadas de Cunha e de Santo Antonio do Pinhal entrevistados são de origem urbana. Procuraram se estabelecer no espaço rural desenvolvendo uma atividade na qual pudessem ter melhor qualidade de vida, atraídos pelo clima, pela tranqüilidade e pelo fato do município estar localizado entre as duas metrópoles nacionais São Paulo e Rio de Janeiro. Assim, os neo-rurais vivem num local agradável, longe do agito urbano, mas em cujo entorno existe uma malha rodoviária que os possibilita o acesso fácil às duas grandes cidades.

A distância física e social, tradicionalmente existente entre a população rural e urbana, foi sendo paralelamente reduzida à medida que as cidades se expandiram. Este processo propiciou à população do campo facilidades como os acessos a bens e serviços modernos

[4] Corresponde ao período denominado o período da Terceira Revolução Industrial caracterizado pelos grandes avanços científicos e tecnológicos inseridos no setor produtivo. A reestruturação produtiva teve implicações no trabalho tornando-o mais flexível e demandando maior qualificação.

presentes nos centros urbanos, assim como o aumento dos níveis de renda da população rural próximas às urbanas e a tendência à uniformização dos modos de vida (WANDERLEY, 2000).

Investimentos para o desenvolvimento regional e local por meio da descentralização de políticas e recursos favoreceram a diminuição do fluxo rural para as cidades e tornou o espaço rural atrativo para outras categorias sociais. Tais políticas adotadas em países da União Européia possibilitaram a criação não só de serviços, mas também de oportunidades em pequenos municípios. Com isso, apareceu no mercado demanda por empregos não-agrícolas em pequenas unidades agroindustriais, em educação, saúde, lazer, dentre outros (STROPASOLAS, 2002).

Atividades não-agrícolas ocorreram também em outros continentes até mesmo em continentes subdesenvolvidos, como em alguns países principalmente da Ásia e América Latina (SOUZA, 2000). Tomando-se como referência o continente africano a presença desse tipo de atividades ainda é pequena. KLEIN (1992) ao estudar dezoito países latino-americanos formulou a hipótese de que o volume e evolução do emprego não-agrícola está relacionado com as características geográficas de cada país e a distribuição espacial da população, além das características do desenvolvimento da agricultura em geral. Em sua análise, considera alguns aspectos importantes para o aumento do emprego não rural tais como a estrutura agrária local, o aumento das comunicações e a extensão dos serviços públicos, assim como o emprego público em administração de serviços. Enfim, o aumento do emprego não-agrícola acaba sendo um reflexo do processo de desenvolvimento desses países.

No caso brasileiro, GRAZIANO DA SILVA (1996) introduz a discussão das ocupações não-agrícolas no começo dos anos 90 do século XX, quando chama a atenção para o grande êxodo rural ocorrido nos anos 60 e 70 do respectivo século. Nos anos 80, não só houve a redução do fluxo populacional, mas uma verdadeira "urbanização do campo brasileiro" com o crescimento de ocupações não agrícolas.

A diminuição da população atuante em atividades agrícolas deve ser ligada à modernização dos meios de produção. O incremento da população não-agrícola faz com que a diversidade econômica seja acompanhada também de uma diversidade no perfil social dos espaços rurais.

Ao se analisar o rural contemporâneo nos países capitalistas avançados tem-se observado algumas características: em alguns países e regiões tem havido um crescimento demográfico na zona rural superior ao que ocorre nos centros urbanos; uma dissociação do rural

e do agrícola, os dois termos não são mais considerados sinônimos; o espaço rural sendo visto como um local de residência para trabalhadores urbanos e aposentados em ocupações urbanas, constituindo-se nesse caso um local residencial e não de trabalho; um rural que é agrícola e que abriga um número crescente de famílias pluriativas; um assumir que a paisagem rural que deve ser manejada de maneira a preservá-la com políticas de incentivo a uma agricultura mais ecológica, a uma multiplicidade de usos do meio rural e à revalorização da diversidade cultural e socioambiental entre as regiões; um rural no qual a natureza não é associada mais a um ambiente de qualidade em função da crise da agricultura moderna e dos problemas ambientais e de saúde, mas tal crise propiciou um apelo às boas práticas agrícolas; um rural que começa a ser pensado como um território de futuro, como resposta à crise de desemprego e da qualidade de vida gerada pela civilização urbano-industrial (FERREIRA, 2002).

A mudança ocorrida na vida dos habitantes do campo leva JOLIVET (1997) a referi-las como a modernização rural. Tais mudanças proporcionaram a inversão de uma tendência histórica de esvaziamento econômico e social do meio rural. As recentes transformações ocorridas no espaço rural são identificadas por KAYSER (1990) como "renascimento rural". Já MENDRAS (1984) refere-se a elas como uma extraordinária vitalidade reconquistada pelas localidades rurais.

O dinamismo no setor agrícola recente não é só responsável pelo desenvolvimento rural, mas pela sua capacidade de atrair outras atividades econômicas e outros interesses sociais realizando uma profunda "resignificação" de suas funções (WANDERLEY, 2000).

A presença de atividades econômicas diversificadas, de uma nova concepção do espaço rural e de diferentes grupos sociais conduziu a um "renascimento rural" ou a "revitalização do espaço rural". Assim, convivem em várias porções do espaço rural europeu e em menor proporção no espaço rural brasileiro, ao lado de estabelecimentos agropecuários, atividades industriais, condomínios de segunda residência, condomínios residenciais e serviços no qual tem destaque o turismo no espaço rural, dentre outras.

Para MENDRAS (1984), a nova vitalidade rural é capaz de atrair a juventude rural pelo fato de poder oferecer espaços de lazer e, sobretudo alternativas profissionais. O renascimento da vida rural deu-se graças aos jovens rurais que recusavam a deixar o seu vilarejo, tanto na França, como em outros países europeus. Refere-se o autor aos jovens rurais da Bretanha, região de grande êxodo rural na França. Tal tendência parece estar ocorrendo com jovens em algumas

regiões dos países do sul que não são mais atraídos pelas grandes cidades devido aos problemas nelas existentes, tais como, a violência, as precárias condições de moradia, o desemprego, entre outros, mas que ao contrário dos jovens dos países desenvolvidos, enfrentam dificuldades para tentar permanecer no meio rural. Esses obstáculos se relacionam à falta de acesso aos serviços como educação, saúde e lazer que, quando se apresentam alternativas para suprir essas deficiências acabam por manter esses jovens no campo. É o caso de duas jovens de Cunha, cujo pai deixou como herança uma propriedade rural onde existe uma represa para criação de peixes. A mulher e as filhas assumiram e melhoraram o "pesque-pague" no qual o visitante chegando pesca o peixe que vai consumir e que é preparado no restaurante existente no local. Elas têm uma vida relativamente confortável não demonstrando ter nenhum interesse de morar na cidade, pois reconhecem a qualidade de vida que possuem trabalhando no pesqueiro, acreditando que se trata de uma atividade rentável.

É importante ressaltar a contribuição de políticas agrícolas no processo de dinamização do espaço rural francês direcionado aos jovens, para instalarem-se como agricultores nas diferentes regiões do país. De acordo com STROPASOLAS (2002), uma política de valorização do espaço rural passa pela manutenção de um tecido social rural dinâmico e durável, dai o alojamento de jovens agricultores como um dos meios para atingir tal objetivo.

A falta de escolas das quatro séries finais do ensino fundamental e do ensino médio faz com que os jovens, como por exemplo, de Cunha, que habitam no campo tenham que a partir da quinta-série dar continuidade aos estudos nas escolas localizadas no espaço urbano. Apesar de a Prefeitura Municipal fornecer o transporte para os alunos, a distância da cidade faz com muitas delas tenham que sair muito cedo de sua casa e só voltar à noite. Isso resulta em uma distância cada vez maior do campo, pois sua formação passa a ser urbana e ele vai perdendo o contato com a cultura rural. Em função disso é muito difícil, depois do término do ensino médio o jovem voltar a trabalhar na propriedade dos pais.

O espaço rural tem atraído também um grande número de aposentados, que após seu período produtivo nas cidades procuram o campo buscando tranqüilidade. Muitos deles são de origem rural.

Se de um lado, a diversidade econômica e social no campo propiciou em alguns países uma diminuição da distância entre a população urbana e rural, por outro lado, a paridade social e econômica, está longe de ser alcançada de modo homogêneo, não só nas sociedades

dependentes, mas também em regiões mais fragilizadas das sociedades capitalistas avançadas, no que se refere ao acesso da população aos bens e serviços materiais, sociais e culturais. A perda de vitalidade emerge quando se ampliam os espaços socialmente vazios e a parcela de população vinculada à atividade agrícola tem a constituição ou a reprodução de seu patrimônio ameaçado e consequentemente não tem assegurada a paridade em relação à população urbana (STROPASOLAS, 2002).

No caso brasileiro, a existência de espaços vazios é decorrente da predominância da grande propriedade patronal, dimensão esta associada ao número de trabalhadores agrícolas que foram expulsos do campo nas últimas décadas e vivem marginalizados na periferia das médias e grandes cidades. Situação difícil também é enfrentada por grande parte dos agricultores familiares na busca de políticas que os ajudem a tornar sua propriedade produtiva. Programas com alternativas e estratégias são elaborados, influenciados pelas representações e conceitos propostos no contexto das sociedades modernas avançadas, mas nem sempre compatíveis com a realidade de um país subdesenvolvido.

O conceito de neorural surgiu na França na metade da década de 70 do século XX, a partir do aumento da população rural em diversas regiões montanhosas daquele país. O incremento populacional ocorreu graças à migração de pessoas de origem urbana e mesmo rural que tinham vivido um tempo na cidade. Há exemplos de ex-advogados, ex-biólogos, ex-gerentes, dentre outros habitantes urbanos que deixam a cidade indo à busca de atividades no campo para obtenção de uma nova vida ou para complementar sua renda. (GIULIANI 1990) observa que os neo-rurais ocupam-se de atividades agrícola em tempo integral o que não ocorre com o pluriativo patronal, por exemplo.

De acordo com o projeto RURALPRO da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER, 2005), elaborado para o Distrito Federal, os produtores patronais podem ser tipificados em quatro grupos: a primeira situação trata do produtor monoativo que obtém sua renda exclusivamente da atividade rural, a grande maioria é emergente de uma agricultura familiar bem sucedida, que adquiriu características de empreendedores patronais; um segundo agricultor seria o produtor rural pluriativo, caracterizado por obter renda em atividades econômicas tanto na área urbana, como na rural ao mesmo tempo; um terceiro grupo compreenderia os empreendedores rurais financistas. Fariam parte desse grupo os empresários que se dedicam a animais de raças ou são investidores que entram na atividade produtiva

somente com o capital financeiro. Podem financiar alguma atividade produtiva no meio rural por meio da compra antecipada de parte ou do total da produção. Finalmente, o grupo dos neoruralistas definido como o produtor rural que deixou suas atividades urbanas para dedicação exclusiva a uma atividade no meio rural, como opção de vida. Esses se fixam no campo nas proximidades dos grandes centros urbanos e são, por exemplo, ex-gerentes de hotéis, supermercados, ex-administradores etc.

Os ex-citadinos vão ao campo em busca de atividades de cultivo ou de criação de animais. Existem casos, porém, de habitantes de grandes centros urbanos como, por exemplo, São Paulo e Rio de Janeiro, que procuraram em Cunha e Santo Antonio do Pinhal para desenvolver atividades no campo ligadas ao setor terciário, especialmente ao turismo no espaço rural. Inicialmente adquirem um terreno e com o capital obtido por indenizações trabalhistas ou pelo Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), fruto de sua liberação graças à aposentadoria, iniciam a construção de pousadas rurais.

O aumento de grupos sociais urbanos no mundo rural pode gerar desavenças. WANDERLEY (2000) alerta para os conflitos que podem passar a existir no mundo rural decorrentes da proximidade de grupos distintos. Eles podem se dar entre os antigos habitantes e os recém-chegados.

Um estudo realizado por RAVIGNAN (1996), numa zona montanhosa no sul da França, revela que aproximadamente 20% da população que se dedica à agricultura são constituídas de neorurais e, entre os novos habitantes, mais de dois terços deles nunca exerceram nenhuma atividade agrícola no passado. Desta maneira, a adesão à profissão de agricultor esbarra não só nas barreiras impostas pela própria categoria e pelas normas institucionais, como na dificuldade de reconhecimento e aceitação pela sociedade local (CAZELLA e ROUX, 1999).

Uma ceramista de São Paulo comprou uma propriedade num bairro agrícola de Cunha sem ter nenhuma experiência com atividades agrícolas. Seu objetivo era morar definitivamente no local. Aproximou-se com cautela da comunidade de agricultores locais sempre numa posição de levar a comunidade a propor soluções para os seus problemas, nunca interferindo diretamente. Hoje faz parte da associação de produtores rurais daquele bairro contribuindo muito com a entidade sendo uma espécie de conselheira e orientadora dos agricultores.

Esse movimento migratório de volta ao rural, contrário ao fluxo que acontecia desde a Revolução Industrial, revigora uma série de valores típicos do mundo rural que se acreditava

estar desaparecendo. Representa um movimento que tenta reverter o processo que indicava a vida citadina como um modelo a ser seguido. Assim, "a representação da ruralidade é construída por um segmento expressivo de pessoas que ao questionar as relações de trabalho e emprego vigentes no contexto urbano, decidem mudar-se para o campo, passando a desenvolver atividades vinculadas à agricultura ou à pecuária" (STROPASOLAS, 2002:51).

O movimento migratório da cidade para o campo propiciou uma reflexão sobre os valores rurais e foi importante para superar os estereótipos vigentes sobre o camponês, considerado ora como primitivo e resistente às mudanças, ora como depositário da mais pura essência nacional. Assim, foi possível buscar identidades características do modo de vida rural em contraposição aos valores urbanos, colocando-se em destaque aspectos positivos do mundo rural.

O conceito de neorural se encontra, até certo ponto, na etapa denominada de pós-industrial, pós-fordista, ou mesmo pós-rural. Tomando-se esta representação do rural estaríamos diante de um novo paradigma, possivelmente, caracterizado como um conflito entre diferentes visões e interesses do que possa vir a ter os espaços rurais (STROPASOLAS, 2002). Neste caso, o enfoque é o lugar, e ele passa a superar o de classes debatido pelos clássicos das ciências sociais.

Outro aspecto constatado no fluxo de indivíduos da classe média, de origem urbana, para o espaço rural é a construção de um discurso próprio sobre a ruralidade, tendo como base uma visão "idílica" do meio rural - que o transforma em um espaço de amenidades. (WANDERLEY, 2000). Tal discurso propicia a defesa e expansão de atividades ligadas ao lazer e aos espaços residenciais criando oposição às plantas e trabalhadores industriais no mundo rural. Tal tendência foi observada por CHAMPION (2001) em estudos na Europa Ocidental em região policêntrica. Considera que nessas áreas ocorre a *counterurbanization* (contra-urbanização). Justifica que nos anos 1970 houve mudanças de população das áreas urbanas para áreas rurais e que devido aos impactos negativos do crescimento das cidades tem ocorrido êxodo de citadinos com melhores condições financeiras da cidade para povoados menores ou regiões rurais. Tal fato leva a que essa classe vai modificando e conformando este espaço em interação com órgãos de planejamento, empresas privadas e poderes públicos. Observa-se assim uma influência crescente da classe média urbana na proposição de novas funções para o rural.

No Brasil, autores como GRAZIANO DA SILVA (1996) observam a existência de situações similares em alguns espaços na região Sudeste e Sul do país. O novo paradigma apresenta particularidades, como por exemplo, a questão do emprego que sofre prejuízo no que se refere à demanda agrícola e ao surgimento de novas categorias como a de jardineiros, carpinteiros, caseiros, assim como empregos em pequenos hotéis e bares. Em algumas propriedades a atividade turística coloca a agrícola em segundo plano (CARNEIRO, 2001) como na categoria dos hotéis-fazenda.

Citadinos que são proprietários de chácaras têm influenciado na construção do novo rural. GRAZIANO DA SILVA (1996) ressalta a importância do aumento do número de chácaras de final de semana atuando na paisagem rural como de guardiões da natureza, na medida em que colaboram na manutenção das áreas de preservação do que restou da flora, juntamente com o processo de reflorestamento, onde mesclam espécies exóticas e nativas. A presença destas chácaras no espaço rural próximo do espaço urbano afasta a "grande agricultura" usuária geralmente de agroquímicos e de máquinas pesadas.

Os representantes de diversas categorias sociais desta classe, diante do discurso que elaboram sobre o imaginário rural, influenciam na elaboração de projetos e políticas de desenvolvimento devido à sua concepção de mundo rural voltadas à geração de atividades não-agrícolas, ao lazer e aos espaços residenciais, sobretudo. Tal tendência parece ser observada também nas áreas próximas aos grandes centros urbanos.

Além das diferenças de abordagem sobre o novo rural, um outro aspecto presente nas discussões entre os estudiosos da ruralidade a respeito das mudanças ocorridas no mundo rural é o da continuidade ou não da existência do mundo rural.

O processo de industrialização da agricultura resultou em sua urbanização, de um lado, e de outro, houve o transbordamento do mundo urbano no espaço que tradicionalmente era definido como rural. Assim para GRAZIANO DA SILVA (1996), está mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Pode-se dizer, que, do ponto de vista espacial, o rural só pode ser entendido como um *continuum* do urbano, assim como do ponto de vista da organização econômica, as cidades não podem mais ser identificadas como concentradores das atividades industriais, do mesmo modo que o campo, só com as atividades agropecuárias.

A urbanização do campo é entendida como o processo que resulta no "controle das cidades sobre o campo, a integração pela cidade do conjunto do espaço urbanizado"

(JULLIARD, 1973:6). Nesse processo ocorre a incorporação de áreas rurais próximas aos grandes centros urbanos, não só pela potencialidade da urbanização, mas em razão das funções simbólicas, presentes no imaginário coletivo, de que o campo é um ambiente mais equilibrado e distante das tensões urbanas. Disso decorre a elevação do valor da terra e consequentemente dos imóveis rurais, deslocando desses espaços as atividades agrícolas tradicionais. Desta maneira as áreas rurais próximas dos grandes centros, continuam a ser ocupadas para uso não-agrícola, ou mesmo para uso urbano, com os condomínios de luxo e chácaras de lazer.

A conseqüência natural da urbanização do campo será a constatação de que os espaços rurais e urbanos tendem a se assemelhar e a se inter-relacionar. Graças a isso é proposta a existência de um continuum entre o meio rural e o urbano. Há o reconhecimento de que "a passagem de uma comunidade rural para outra urbana se realiza de maneira gradual, de modo que entre o urbano e a ruralidade não há ruptura e sim uma continuidade" (DURAN, 1998:81).

WANDERLEY (2000) considera que o caráter inovador desta abordagem teórica prende-se ao fato de que ela indica claramente o fim das formas tradicionais da dicotomia rural-urbano, aquelas que são definidas pelo isolamento e pela oposição radical entre o campo e a cidade. O *continuum* urbano-rural assume significados diferentes entre os autores estudiosos do tema. Muitos possuem uma visão centrada do pólo urbano do *continuum*, como a fonte do progresso e dos valores dominantes, os quais são impostos ao conjunto da sociedade. O pólo rural atrasado tenderia a reduzir-se sob a influência do pólo urbano, o urbano se "enchia, enquanto o outro - o rural - só podia, conseqüentemente, esvaziar-se" (SARRACENO, 1994).

A teoria de urbanização do campo e do *continuum* rural-urbano direcionaria para um processo de igualdade espacial e social que iriam em direção à perda de nitidez das fronteiras entre os dois espaços sociais e pelo fim da própria realidade rural, espacial e socialmente distinta da realidade urbana. Tais teorias têm sido objeto de questionamento, principalmente, as vertentes que se direcionam para o fim do rural.

MATHIEU (1990), por exemplo, enfoca que a urbanização assim concebida, pode assumir um caráter irreversível, pois não se pode mais referir-se à "descontinuidade espacial entre cidades e o campo" e com isso pelo estabelecimento de um *continuum* urbano-rural e assim assistir ao fim do campo. Dentro deste enfoque, a noção de rural se apaga levando consigo todas as noções a ele ligadas, como por exemplo, a noção de natureza. Nesta perspectiva considera um "modelo adialético" (MATHIEU, 1990:37).

Vários outros autores posicionam-se contra o fim do rural dentro de argumentos semelhantes em que analisam os aspectos demográficos, morfológicos e culturais que levam em consideração as semelhanças e as diferenças construídas historicamente entre os dois espaços, para não concordar com o caráter irreversível da urbanização frente ao rural (WANDERLEY, 2000).

Acredita-se que, tanto a teoria da urbanização do campo, como a do *continuum* urbano-rural é limitante para explicar o processo de modernização do rural, visto estar em curso o surgimento de olhares diferenciados sobre o rural, como o de certo modo de vida, o qual está sendo construído pela classe média que retornou ao campo. Além disso, há o resgate de velhas tradições rurais que se acreditava estarem desaparecidas, a diversificação de novas atividades produtivas e uma nova concepção de rural como patrimônio que pode ser usufruído, mas que para isso tem que ser preservado. Diante disso, presume-se a existência de um novo rural em construção e não o fim do rural como previa a teoria do *continuum* urbano-rural.

Dentre as tendências da nova ruralidade destacam-se o *part-time*, a pluriatividade e a multifuncionalidade. O *part-time*, ou trabalho em tempo parcial, é uma realidade presente não só nos países do norte, mas também adquirem o papel de um novo ator social no cenário rural brasileiro (MINGIONE e PUGLIESE, 1989).

Com relação ao uso da palavra *part-time*, existem relatos de que foi usada na década de 30 por economistas americanos. Fuller (1990) *apud* SCHNEIDER (1999) é um dos autores que mais avançaram nos estudos da agricultura em tempo parcial na literatura internacional. Elaborou a divisão em períodos abrangidos desde antes dos anos 30 do século passado, até a década de 80 do mesmo século identificando os estudos abrangentes em cada período. No período de 1975 a 1985, a agricultura por tempo parcial é observada pelo autor como uma alternativa de fixação da população no meio rural, da redução de migrações e de assimilação dos impactos da modernização. Observação também escrita por STANEK (1977) destaca que a pluriatividade, em todos os contextos, tem como base o bloqueio ou a resistência ao êxodo rural.

As políticas de modernização da agricultura implementada pelos países desenvolvidos ao longo de três décadas, após o término da Segunda Guerra Mundial, garantiram superávites da produção agrícola. Estas políticas basearam-se em subsídios estatais, protecionismo nacionalista, inversões de recursos científicos e tecnológicos que levaram a super produtividade

nos países como a França, Estados Unidos, Canadá e Holanda. É o modelo agrícola, denominado produtivista.

Assim, nos países desenvolvidos do Norte, com a seguridade alimentar garantida e com políticas de planejamento da produção agrícola, existe a possibilidade de que o agricultor possa desempenhar, além da atividade agrícola, outra que lhe sirva como renda complementar. Isto já ocorria entre os agricultores localizados em áreas marginais (montanhosas ou longe dos mercados). Por meio de recursos extras agrícolas esses agricultores buscam ampliar a renda familiar ou manter a paridade com os ganhos dos trabalhadores urbanos.

Há entre os teóricos que estudaram este tema, durante a década de 1980, mudanças nos termos utilizados. Os termos "agricultura de tempo parcial" ou *part-time* foi substituído por *multiple job holding* e depois por *pluriativité*. A palavra pluriatividade (*pluriativité*) foi usada de forma pioneira pelos teóricos franceses nos anos 60 do século passado, com o objetivo de caracterizar as propriedades que desempenhavam múltiplas atividades produtivas (SCHINEIDER, 1999). No Brasil, a discussão sobre atividades pluriativas começa ganhar espaço dentro das pesquisas sistemáticas no início dos anos 90 (BASALDI, 2000).

A noção de pluriatividade foi abordada tendo-se em consideração o papel da complementaridade de renda da família, como uma maneira de reprodução social dentro de um contexto marcado pela integração dos mercados rurais e urbanos por meio das modernas estratégias de expansão industrial e diante das novas relações de trabalho (TEIXEIRA, 1998). A pluriatividade é então definida pela combinação da atividade agrícola das famílias com outras atividades, como o emprego em indústrias, prestação de serviços, construção civil, dentre outras.

É importante destacar que algumas destas atividades consideradas pluriativas, como as industriais e artesanais indissociáveis da atividade agrícola, já eram praticadas no campo há muitos séculos, constituindo-se num complemento de renda da população rural, contribuindo ao precário equilíbrio econômico e social dos camponeses. Parece que as antigas práticas pluriativas tomam novas significações no esforço de aumentar a renda familiar de maneira a garantir a manutenção do grupo familiar no campo. O fenômeno recebe novas dimensões e características no campo brasileiro, tendo como enfoque as novas possibilidades de viver e organizar a produção agrícola e não agrícola (CARNEIRO, 1999).

Tomando-se como referência a importância que as estratégias familiares têm na organização do trabalho, as atividades pluriativas constituem-se sem dúvida em dimensões

relevantes que orientam a vida das unidades de produção familiares. Segundo GRAZIANO DA SILVA (1999) o meio rural não pode mais ser associado apenas à produção agrícola e pecuária. O ator social desse novo rural seriam as famílias pluriativas. O autor considera famílias pluriativas aquelas que combinam atividades agrícolas e não-agrícolas na ocupação de seus membros, ou seja, não exercem somente as tradicionais atividades agropecuárias, mas desenvolvem diversas formas de ocupação nos vários ramos agrícolas que hoje estão presentes no novo cenário rural brasileiro.

GRAZIANO DA SILVA (1999) observa através da análise dos dados das PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) que se tomando como referência o estado de S. Paulo, a unidade da federação onde a agricultura é mais desenvolvida, em cada cinco pessoas residentes no campo, apenas duas ocupava-se em atividades agropecuárias, enquanto as outras três, embora continuassem residindo no meio rural, possuíam um emprego em atividades não-agrícolas.

A análise de dados das PNADs demonstra ainda uma queda de pessoas no mundo rural ocupando-se em atividades agrícolas. Porém, esta redução não implica numa retomada do êxodo rural com grande intensidade como na década de 1960/70. "No período recente, especialmente a partir dos anos 80, a queda do emprego agrícola tem sido compensada pelo crescimento da população rural ocupada em atividades não-agrícolas" (SCHNEIDER, 1999:11).

A emergência de atividades não-agrícolas no meio rural brasileiro tem sido objeto de estudo de vários autores, sendo apontado por alguns como a provável face do "novo rural brasileiro".

Para os pesquisadores ligados ao Rurbano (Instituto de Economia da Unicamp) a emergência da pluriatividade no Brasil tem três causas principais: primeiro é decorrente do próprio processo de "urbanização do campo", resultante de um transbordamento das cidades e do mercado de trabalho urbano para as áreas rurais situadas em seu entorno, como é o caso da região de Campinas, no estado de S. Paulo. Nessas áreas, o processo de urbanização do campo se dá através da expansão de novas atividades, que pouco ou nada têm a ver com a produção agropecuária propriamente dita. Entre elas, os novos tipos de ocupação destinada ao lazer como os pesque-pague, chácaras de recreio, turismo no espaço rural, as moradias secundárias da classe média urbana, o crescimento de áreas destinadas ao ecoturismo (parques e estações ecológicas, por exemplo).

Em segundo lugar está a crise do próprio setor agrícola - particularmente a partir da abertura comercial dos anos 90. Conseqüência dela foi a queda da rentabilidade dos principais produtos da agropecuária brasileira. A diminuição da renda se reflete na redução dos valores dos principais ativos agrícolas, especialmente os preços pagos pela terra. GRAZIANO DA SILVA e DEL GROSSI (1998) mostraram a ocorrência de queda das rendas agrícolas, especialmente entre os agricultores familiares que só se dedicam às atividades agropecuárias. Outro fato marcante foi a queda no preço das *commodities* agrícolas no mercado internacional (CRISTÓVÃO, 2002). São apontados também os limites do crescimento do próprio emprego agrícola.

Finalmente, o aparecimento das atividades não-agrícolas no meio rural brasileiro está associado ao processo de modernização da agricultura em períodos recentes. O progresso tecnológico e a integração crescente dos processos produtivos agropecuários com os diferentes setores da economia acabaram alterando o perfil dos produtores agrícolas e estimulando o aparecimento de novas demandas no espaço rural, muitas delas sem nenhum tipo de ligação com a produção agrícola.

SCHINEIDER (2000) em estudo realizado em comunidades pluriativas de Santa Catarina (Vale do Itajaí) e Rio Grande do Sul (Colônia Velha Alemã no Rio Grande do Sul) concluiu que a pluriatividade vem contribuindo para alterar o perfil ocupacional das famílias que vivem nos espaços rurais e também ampliar a perspectiva de reprodução social e econômica dos agricultores familiares e, desta maneira, permitindo a revitalização das economias locais e da sociabilidade local. A renda das unidades familiares pluriativas, quando comparadas com aquelas que são exclusivamente agrícolas, chega a ser quase o dobro.

A situação não é igual, por exemplo, em propriedades agrícolas de Santa Catarina. Em algumas regiões, como no oeste, as rendas provenientes de fontes exteriores aos estabelecimentos agropecuários são tanto mais importantes, quanto maior a pobreza rural, distanciando-se claramente do que poderia ser considerado como "novo rural". Observa-se que, nos estabelecimentos mais prósperos, a renda não proveniente da agricultura tem participação bem reduzida. Assim, as rendas obtidas fora do estabelecimento e com atividades não-agrícolas estão associadas muito mais às precariedades das condições de vida (STROPASOLAS, 2002). Pesquisa realizada pelo EPAGRI/CPPP[5] (2001) mostra a falta de importância das fontes não

[5] Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina/Centro de pesquisas para pequenas propriedades.

provenientes da atividade agrícola na geração de renda nos estabelecimentos familiares do oeste de Santa Catarina. Nestas circunstâncias, são os estabelecimentos mais pobres os que mais carecem de fonte de renda provenientes de atividades não-agrícolas. Porém, são estes que enfrentam as maiores dificuldades com os recursos de capital humano e produtivo, além dos obstáculos para oferecer garantias para a obtenção de créditos. Em contrapartida, os estabelecimentos mais ricos são os que têm maiores possibilidades de ganhos com as rendas não-agrícolas.

Pelo exposto, não é sempre que as rendas não-agrícolas denotam a presença de uma nova ruralidade. Nas regiões mais interiorizadas onde predomina uma atividade agrícola, para poder sobreviver e continuar habitando no espaço rural os produtores rurais sem recursos complementam sua renda com trabalhos em outras propriedades ou mesmo na cidade. Em circunstâncias mais favoráveis, há uma diversificação de atividades nas propriedades, tornando o mundo rural não mais um simples fornecedor de matéria-prima, mas um espaço multifuncional (CRISTÓVÃO, 2002).

Assim, no mundo rural aumentam as funções e com elas novas oportunidades de negócios. Para tanto, torna-se necessário a identificação do potencial endógeno, que inclui a paisagem, flora e fauna, rios, água minero-medicinal, patrimônio arqueológico e histórico, arquitetura popular, artesanato, gastronomia, parques e reservas naturais, produtos agropecuários, cujo aproveitamento exige articulação com os recursos externos. Com isso existe expectativa de revitalização de áreas rurais decadentes, propiciando a criação de empregos, retenção de mais valia e a distribuição de riquezas, aspectos fundamentais para fixar a população e dar vida aos espaços rurais (CRISTÓVÃO, 2002).

Uma das multifunções propostas como alternativa de renda para o espaço rural, que está em processo de difusão é o agroturismo, não só em países europeus, como também em algumas regiões brasileiras, nas propriedades e entre proprietários, que apresentam potencialidade para realizar tal empreendimento. Apesar de se restringirem a um número pequeno de agricultores, apresentam tendência de crescimento e representam uma atividade de fixação de jovens no campo, contribuindo conjuntamente com outras funções para o desenvolvimento rural.

Tomando-se como referência o desenvolvimento rural, a agricultura multifuncional representa a possibilidade de inserção social e profissional para uma parte dos novos rurais, mas

também um importante mecanismo de revitalização rural como o iniciado na França na década de 1970. "Se a pluriatividade das famílias de agricultores é uma realidade, a capacidade que as atividades agrícolas apresentam de se articular com outras ocupações dos membros familiares tende a colocar a agricultura no primeiro plano das estratégias de desenvolvimento rural" (CAZELLA e ROUX, 1999:66).

Assim, numa tendência diferente da existente em décadas passadas, na qual o mundo rural da maneira como se apresentava tenderia a desaparecer dada a predominância da urbanização, a revitalização do mundo rural se impõe. Novas funções surgem, ou melhor, muitas delas já seculares, são reestruturadas de acordo com os novos tempos, propiciando fixação da população e aumento de renda para os proprietários rurais, contribuindo assim, para o desenvolvimento, principalmente da agricultura familiar.

Apesar da emergência de uma nova ruralidade em diversas regiões, e da confirmação da agricultura e dos agricultores familiares como fonte de dinamismo da vida social e econômica, a polêmica sobre o fim do agrícola ainda continua sendo enfocada entre alguns teóricos da academia.

2.1. A valorização do desenvolvimento local

Outras atividades, muitas delas tipicamente urbanas, passaram a ser desenvolvidas no meio rural nas últimas décadas, geralmente como complemento às atividades agrícolas. Dentre elas, no setor de serviços destaca-se o lazer e o turismo rural em suas diferentes modalidades.

Pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Marketing Rural (ABMR) detectou que o número de produtores rurais que exercem atividades não-agrícolas dobrou durante a década de 90 (CAMPANHOLA *et al*, 2000). Desta maneira, as atividades não-agrícolas apresentam-se cada vez mais como formas alternativas de renda, portanto a agricultura não deve ser considerada unicamente a base econômica para o desenvolvimento rural em longo prazo.

As atividades de lazer e recreação no espaço rural têm sido amplamente reconhecidas como ferramentas importantes para o desenvolvimento econômico em função do declínio ocorrido nas atividades agrícolas e de criação, principalmente. Assim, o turismo passa a ser considerado "um novo maná vindo do céu", aumentando as oportunidades de emprego e de negócios nas comunidades rurais (TAVALERA, 2002).

O controle das cidades sobre o campo, resultante do processo de modernização da sociedade, foi incorporado não só nas teorias científicas e nas tecnologias, como também na própria postura de parte dos cientistas e profissionais das ciências sociais, como das ciências agrárias. Se determinado lugar não se identificasse, ou não se adequasse, ou mesmo resistisse às concepções vigentes da modernidade, era considerado atrasado. O procedimento era ajustá-lo ao moderno. Tal processo não estimulou o estudo do lugar, do local ou da localidade no Brasil. Por isso foi desconsiderado durante décadas em função da universalidade do mundo moderno (STROPASOLAS, 2002).

Pesquisadores enquadrados dentro de uma postura pós-moderna, posicionando-se criticamente às concepções dominantes e genéricas da modernidade, contribuíram para o resgate do diverso, das especificidades, das localidades.

Dentro da perspectiva de um mundo globalizado, o lugar assume grande importância, pois é nos fragmentos que forma-se o global (RODRIGUES, 2000) e "cada lugar" é o ponto de encontro de lógicas que trabalham em diferentes escalas, tanto mundiais, como locais" (SANTOS, 1996:18). Neste contexto, o lugar é o ponto de convergência não só das lógicas locais mas também das globais.

Para WANDERLEY (2000), o espaço local se traduz na convergência entre o rural e o urbano. O espaço local constitui-se no encontro entre esses dois mundos. Dentro deste processo, as particularidades de cada um não são anuladas, ao contrário, são ao mesmo tempo fonte de integração e cooperação e também de tensões e conflitos. O resultado desta aproximação não tem como conseqüência a diluição de um dos pólos do *continuum,* mas a configuração de uma rede de relações recíprocas, em múltiplos planos que, dentro de muitos aspectos, reitera e viabiliza as particularidades. É dentro desta complexidade que está o objeto dos estudos rurais. Dentro deste aspecto, um programa de desenvolvimento local não substitui o desenvolvimento rural, mas o integra como parte.

Fazendo observações numa sociedade moderna avançada, como é o caso da França, CARNEIRO (2001) constata que o espaço rural (campagne) não passa por um processo de homogeneização onde haveria uma notável redução entre o rural e o urbano para um *continuum* dominado pelo cenário urbano. Isso a impede de tratar a ruralidade dentro de uma abstração e de acordo com uma noção genérica. Ao contrário, acha importante observar e analisar as diferentes formas de expressão da ruralidade dentro dos contextos culturais, sociais e espaciais

heterogêneos, isto é, nas "localidades". Acredita ser mais o caso de tratar de "ruralidades" no plural. A autora considera que a interação observada entre os dois espaços pode reforçar, ou mesmo gerar, identidades territoriais, alicerçadas sobre o sentimento de pertencer a uma "localidade".

É notável observar que o local não está vinculado só ao seu entorno, mas faz parte de uma sociedade muito mais abrangente. Na localidade, cada ator está também ligado, por meio de redes, direta ou indiretamente a atores externos. O processo de unificação é feito por meio de redes que são vetores de modernidade e também de entropia. Se no âmbito mundial veiculam um princípio de ordem, uma regulação a serviço dos atores hegemônicos na escala planetária, no âmbito local essas mesmas redes são portadoras de desordem, pois a "informação especializada e específica que elas transmitem serve à afirmação local dos atores hegemônicos. Se, para estes, ela é negentrópica, para os demais atores é entrópica" (SANTOS, 1996:57). Neste contexto, se de um lado as redes provocam a unificação na medida em que servem aos interesses dos atores hegemônicos, levam ao fracionamento, pois nem sempre os interesses hegemônicos correspondem aos desejos da população lá onde vivem.

Em se tratando do desenvolvimento local as perspectivas para a lógica do desenvolvimento territorial são os distritos industriais e o modo de regulação local. Tendo como enfoque os distritos industriais italianos analisa-se o desenvolvimento endógeno por baixo, partindo-se do conhecimento e da capacidade dos atores locais. Nesta perspectiva, tem-se como primeiro enfoque os laços não econômicos da comunidade local, a sociologia das empresas, a importância dos recursos humanos, o papel de cooperação, a receptividade à mudança tecnológica, dentre outros.

No segundo enfoque, as experiências vindas da relação vertical estabelecidas entre a instância central e as subcentrais dos sistemas industriais locais da França começam a se desenvolver no início do processo. Neste processo, as decisões de caráter político tiveram papel fundamental no desenvolvimento territorial. Foi este o modelo que dominou o desenvolvimento local na França até meados dos anos 80. Depois, desenvolveu-se um sistema horizontal de desenvolvimento local, pelas quais as regiões têm maior autonomia de gestão. As regras estabelecidas e os intercâmbios entre as regiões propiciaram um novo tipo de relação entre elas, permitindo a construção de representações que levaram à troca de experiências e idéias (PAULILO, 2000).

As práticas ecológicas dos anos 80 e 90 tornam a natureza um elemento importante na formação física e moral dos indivíduos. Recentemente impõe-se também a ela um fator estratégico de desenvolvimento. A conscientização do valor real e da fragilidade de certos territórios faz com que a conservação e o desenvolvimento local se transformem nos principais objetivos de desenvolvimento de certas regiões marginais.

A aproximação do turismo ao ambiente e ao desenvolvimento, parte dos seguintes pressupostos:

> *O turismo pode surgir, não apenas como um ato espontâneo de caráter setorial, mas, como o resultado de um trabalho social, de uma lógica coletiva ou de uma preocupação política internacional;*
>
> *- o turismo pode ser um instrumento para proteger e recuperar o meio ambiente, mediante um processo de desenvolvimento integrado e dinâmico e de partilha de responsabilidades;*
>
> *- a proteção da natureza não tem valor absoluto em si mesmo, sendo possível também em função dos interesses humanos* (BATOUXAS, 2001:1 e 2).

No momento em que o desenvolvimento local é apontado como alternativa para a fixação da população no campo, geração de empregos, melhoria da qualidade de vida da população, dentre outras, é importante fazer algumas considerações sobre o conceito de desenvolvimento, pois a história no Brasil tem mostrado que desenvolvimento simplesmente não significa melhorais das condições sociais da população. O chamado "milagre econômico", em fins dos anos 60 e começo dos anos 70 assinalou que o desenvolvimento estritamente econômico pode ocorrer sem que, automática ou forçosamente haja melhoria do quadro de concentração de renda ou dos indicadores sociais. Embora dificilmente alguém chegasse a ponto de sugerir que crescimento e modernização tecnológica é o objetivo último dos esforços desenvolvimentistas, a ideologia do desenvolvimento dominante, além de ser visivelmente etnocêntrica, costuma abrigar uma confusão entre meios e fins. "Uma confusão muito conveniente para os que se beneficiam dessa ideologia, já que ela serve para encobrir o fim que

perseguem, ou seja, a perpetuação e o "aperfeiçoamento" do modelo civilizatório capitalista, em cujo âmbito, se eles ganham muitos outros perdem" (SOUZA, 2000:17).

Deste modo, desenvolvimento não deve ser entendido como sinônimo de desenvolvimento econômico, embora muitos autores, nem sempre economistas o concebam como tal. Assim, ele é caracterizado como crescimento econômico, medido por meio do PNB (Produto Nacional Bruto) ou do PIB (Produto Interno Bruto) e pela modernização da tecnologia. Ele deve ser muito mais abrangente.

Diversos autores questionam esse modelo de desenvolvimento. Dentre eles, SACHS (1986), que diante dos problemas econômicos e sociais enfrentado pelo Terceiro Mundo, questiona se o conceito de desenvolvimento baseado na eficácia não precisaria ser trocado pelo da liberação, proposto por GOULET (1973), no qual o desenvolvimento "é voltado para a justiça social e criação de um homem novo" (Goulet, *apud* SACHS, 1986:9). Graças a isso se torna importante haver uma discussão entre outra visão avançada por um modelo de desenvolvimento territorialista centrado no desenvolvimento local e também uma articulação do desenvolvimento com o componente ecológico, uma problemática a ser levada em consideração nas estratégias de desenvolvimento (CARDOSO 2002).

Se o desenvolvimento indicar um processo de superação dos problemas sociais, a sociedade torna-se, para seus membros, mais justa e legítima.

O conceito de desenvolvimento não deve ser reduzido ao crescimento econômico e ao progresso técnico, precisa ser muito mais abrangente, devendo estender-se ao espaço social. Necessita ser compreendido "como um processo de superação de problemas e conquista de condições (culturais, técnico-tecnológicas, político-institucionais, espaços-territoriais) propiciadoras de maior felicidade individual e coletiva" (SOUZA, 2000:18). Para tanto, o desenvolvimento deve ser enfocado simultaneamente na dimensão não só econômica, mas também social e ambiental.

Quando o assunto é tratar a questão do desenvolvimento em geral se torna necessário fazer uma retrospectiva das teorias vinculadas tanto na Economia, como na Sociologia, a saber: as teorias (neo) liberais, (neo) institucionais e do centro-periferia (CARDOSO, 2002).

Até 1960, predominava a concepção evolucionista e linear do crescimento econômico. Desde seus fundadores Smith e Ricardo, a economia liberal partia do pressuposto que o mundo

caminhava para um crescente progresso e consumo. Desta maneira, em função da lei da oferta e da procura haveria um relativo equilíbrio econômico e social.

As crises ocorridas na sociedade industrial moderna não puderam ser resolvidas pela teoria clássica liberal. Com a crise de depressão dos anos vinte e trinta, surge um novo esforço de teorização com KEYNES. Sua discordância do modelo socialista levou a apresentar alternativas à doutrina liberal. Contestava a idéia de concorrência perfeita, bem como do pressuposto equilíbrio automático do uso dos recursos e da força de trabalho por meio da lei da oferta e da procura. A alternativa apresentada pelo economista foi uma maior intervenção do Estado na utilização da mão-de-obra, em infra-estrutura e obras públicas (KEYNES, 1964).

Retomando a teoria de Keynes, autores neokeynesianos, procuraram dar-lhe uma perspectiva dinâmica, salientando que seria necessário articular vários fatores necessários ao crescimento: o tecnológico, o demográfico e principalmente a extensão e o volume de poupanças.

CARDOSO (2002) afirma que a partir da metade do século XX vários autores se destacaram na elaboração de teorias de crescimento e modernização de países e regiões em situação de atraso e subdesenvolvimento. Dentre eles, temos, por exemplo, ROSTOW (1964) e HOSELITZ (1962). Para alcançarem o desenvolvimento estes países teriam como modelo os países ocidentais, o espelho seria os Estado Unidos. Para tanto deveriam percorrer as diversas fases desde o arranque até chegar à fase da sociedade onde houvesse abundância. Consideram positivas as vantagens comparativas da divisão internacional do trabalho, devido às trocas comerciais entre regiões desenvolvidas e regiões de países em desenvolvimento. A necessidade de estes países serem obrigados a produzir de acordo com as necessidades e culturas comerciais dos países centrais, seria favorecida pela transferência de bens, serviços e conhecimentos vindos dos países e regiões desenvolvidas. Desta maneira, para esses estudiosos, progresso e desenvolvimento são entendidos como um assunto teórico que deve ser implementado sob a iniciativa privada com um moderado grau de intervenção nos países subdesenvolvidos para que ocorram índices de crescimento econômico.

Pelo fato da teoria neoliberal e keynesiana não resolver as discrepâncias no desenvolvimento mundial e regional, outros autores como MYRDAL (1974) começaram a arquitetar alternativas que fossem mais compatíveis com os problemas concretos, tais como atraso, exclusão social, desemprego, discriminação étnica entre outros, dos países e regiões

subdesenvolvidas. Tal perspectiva de reforma exigiria dos países ocidentais uma interferência maior de maneira diferente dos teóricos neoliberais da modernização e, sobretudo, por parte dos Estados dos países em vias de desenvolvimento. Seria necessário um programa institucional, capaz de corrigir as distorções das regras da própria economia de mercado. Essa escola foi denominada de neo-institucional.

Na América Latina, a partir de 1960, estudos demonstraram que a causa do subdesenvolvimento dos países tinha relação estreita com o desenvolvimento dos países do centro, desde a época da colonização ocidental, ou seja, a partir da expansão do capitalismo mercantil nos séculos XV-XVI. Ainda que não seguida de modo linear, a principal fonte teórica de apoio desses autores foi o marxismo principalmente a teoria do imperialismo desenvolvida por Lenine no início do século XX (CARDOSO, 2002). Segundo essa teoria o imperialismo se constituiria numa nova etapa do capitalismo, caracterizada por uma elevada concentração e fusão de capital industrial e bancário em monopólios. De um lado, essas organizações financeiras exploram as matérias-primas e os produtos agrícolas dos países satélites, por outro lado, exportam mercadorias fabricadas nas metrópoles dos países centrais. A troca desigual e o controle político neocolonial impossibilitariam o desenvolvimento. A única via possível para o desenvolvimento seria o socialismo.

A teoria da dependência e do centro-periferia não se aplica apenas em nível mundial, mas também em nível nacional, regional e local, daí a necessidade de tê-la em conta no âmbito do desenvolvimento regional e local.

O modelo territorialista ou de desenvolvimento local tem sido apontado como alternativo em relação aos demais modelos propostos para o desenvolvimento tais como o estrutural-funcionalista, o neoliberalismo ou mesmo a teoria centro-periferia de inspiração marxista. Ele pressupõe que o desenvolvimento e a satisfação das necessidades das populações, parte pela mobilização das potencialidades endógenas das respectivas regiões, e, em particular das pessoas associadas e envolvidas no próprio processo de desenvolvimento local, ocorrendo assim um desenvolvimento pela base (CARDOSO, 2002).

DOWBOR (2006) cita as transformações ocorridas na região de São Joaquim, localizada no sul de Santa Catarina graças às iniciativas locais. Tratava-se de uma área pobre, constituída de pequenos agricultores e com indicadores de desenvolvimento humano (IDH) dos mais baixos do Estado. Como em outras regiões do país, o município esperava que o

desenvolvimento viesse de fora, sob forma de investimento de uma grande empresa, ou de um projeto do governo. Há alguns anos, parte dos habitantes decidiu não esperar mais, e optaram por enfrentar os problemas eles mesmos. Identificaram que o clima local era favorável à fruticultura. Organizaram-se, e com recursos próprios realizaram parcerias com instituições de pesquisa, formaram cooperativas, abriram canais conjuntos de comercialização para não depender de atravessadores e hoje constituem uma das regiões que mais se desenvolvem no país, pois quase não dependem de recursos externos.

Em sua obra, *Desarollo a Escala Humana*, Max Neef *et al apud* RODRIGUES, (2000:59) propõem que "as necessidades humanas fundamentais podem começar a realizar-se desde o começo e durante todo o processo de desenvolvimento, ou seja, que a realização das necessidades não seja só a meta, mas sim o motor do desenvolvimento". Com isso, apostam que deve haver uma integração harmoniosa das necessidades humanas dentro do processo de desenvolvimento desde o começo, para que ele se torne participativo e autodependente, capaz de conciliar um crescimento econômico com solidariedade social e crescimento de todas as pessoas.

Ao refletir sobre o desenvolvimento rural português na década de 90, CAVACO (2001) considera ser necessário melhorar a produtividade e a competitividade de certos setores e certas áreas de exploração, assim como recomenda a diversificação da base econômica local com atividades que vão proporcionar a geração de emprego, além de rendimentos complementares. Alerta, quando trata dos recursos, para a necessidade da oferta de bens e serviços de elevada qualidade e especificidade, pois vão constituir-se na base de seu valor e assim poder competir no mercado. Entre todos os recursos disponíveis considera fundamental a população, como sendo o agente passivo a que se destina o desenvolvimento.

Se de um lado, as concepções incorporadas nas ações dos agentes externos nos processos de desenvolvimento local significam um avanço em termos de envolver diversos atores sociais da comunidade dentro de um enfoque multidimensional do território, por outro lado, podem reforçar hierarquias sociais e políticas já existentes. Em conseqüência podem-se deixar de lado atores nas representações do conceito de desenvolvimento, particularmente no espaço rural, bem como na demanda específica dos seus diversos grupos sociais. Este fato vem sendo apontado, embora de forma preliminar, nas avaliações pouco sistematizadas sobre as experiências de desenvolvimento local (STROPASOLAS, 2002).

Tomando, com relação à vida local, como sendo o encontro entre o rural e o urbano, e o desenvolvimento local como o processo de valorização não só do potencial econômico, como cultural e social da sociedade local, não se pode supor o fim do rural. Assim, o desenvolvimento será mais abrangente e eficaz quanto maior sua capacidade de incorporar e valorizar o potencial das forças sociais presentes no meio rural local.

Desta maneira, "devolve ao cidadão a compreensão de que pode tomar o seu destino em suas mãos, conquanto haja uma dinâmica social local que facilite o processo, gerando sinergia entre diversos esforços" (DOWBOR, 2006:1).

Nesta perspectiva, o turismo no espaço rural pode ser considerado como um setor que contribuirá para o desenvolvimento rural. Porém, este setor, só se destaca como atividade que permite o desenvolvimento econômico quando se localiza em áreas próximas às grandes cidades ou em locais especiais. Apesar de reconhecerem problemas resultantes da proliferação do turismo no espaço rural, autores como LABAT e PEREZ (1994) reconhecem que, na Espanha, esta atividade econômica tem maior futuro como motor de desenvolvimento rural.

A implantação do turismo no espaço rural/cultural em áreas rurais ameaçadas pelo processo de marginalização econômica e de grande êxodo rural é apontada como uma alternativa para o desenvolvimento local. É importante destacar "que é irrealista pensar que todos os territórios podem se beneficiar, com igual sucesso, de uma política de desenvolvimento centrado na promoção do turismo" (FONSECA, 2001:49).

Em relação ao espaço rural francês LAURENT e MAMDY (1998) consideram que o turismo constitui uma nova oportunidade de valorizar o patrimônio, as paisagens, a cultura e também os produtos da terra. Acreditam existir um imenso potencial turístico para ser desenvolvido, mas afirmam a necessidade de envolver as populações locais, que desejem desenvolver esse turismo, para serem agentes desse desenvolvimento.

O enfoque do turismo no espaço rural como elemento do desenvolvimento local também é defendido por PORTILHO e ALAMO (1994) tendo como base a análise de projetos de turismo subvencionados pelo Programa *Leader* (*Liasion Entre Activités de Development da l'Economie Rural*) surgido em 1991 para preparar a reforma da Política Agrária Comum (PAC) de 1992. Na Espanha, mais da metade dos recursos do Leader foram dirigidos ao incentivo do turismo no espaço rural.

O turismo no espaço rural é apontado como uma das alternativas para o desenvolvimento local, pois contribui para a complementação de renda, gera empregos e pode ajudar a minimizar os impactos ambientais. Pode ser adaptado às propriedades rurais, em especial às propriedades familiares. Mas é uma atividade difícil e muito exigente, pois envolvem atores externos, investimentos, financiamentos, avaliação da capacidade de carga e capacitação de mão-de-obra, entre outras.

No Brasil existem estudos sobre o agroturismo visando ao desenvolvimento local, como o realizado por BONFIM (2000) em algumas propriedades do Estado de Santa Catarina. O trabalho faz um paralelo entre o desenvolvimento desta modalidade de turismo no espaço rural em grandes propriedades e em propriedades de pequeno porte. O agroturismo desenvolvido em propriedades familiares foi realizado pelo "Projeto de apoio ao Agroturismo como Estratégia para o Desenvolvimento Rural", implementado a partir da idéia da EPAGRO e de uma ONG atuante na assessoria à produção agrícola familiar.

Como resultado desse estudo, o autor observou que em relação às fazendas de agroturismo sua contribuição para o desenvolvimento parece ser limitada à economia local e regional. Tratando-se ainda das grandes propriedades, quanto à geração de empregos, o número é reduzido; em relação à renda, a atividade é rentável, No que se refere à geração de tributos para as finanças públicas, os resultados têm que ser avaliados uma vez que há indícios de reduzida contribuição.

Tomando-se por base as pequenas propriedades, o turismo propicia uma complementação de renda e geração de empregos caso haja ampliação do projeto e grande movimentação de turistas, pois há dinamização da agroindústria familiar na agregação de valor aos produtos agrícolas e à produção artesanal. Em relação ao agroturismo familiar, propriamente dito, observou que no primeiro ano de funcionamento atraiu aproximadamente mil visitantes. Tal número apresenta uma representação significativa, para um tipo de atividade, sem nenhuma tradição e realizado por pessoas sem prática na área de hospedagem, além de uma infra-estrutura improvisada.

As diversas modalidades de turismo no espaço rural poderão contribuir para o desenvolvimento local, pois complementarão a renda principalmente dos agricultores familiares e incentivarão o desenvolvimento de outras atividades econômicas locais.

CARDOSO (2002) alerta para o fato de, se de um lado, a perspectiva do desenvolvimento local apresenta algumas potencialidades, por outro lado, deve-se ter a perspectiva crítica da teoria centro-periferia de modo que se tenha presente também as limitações derivadas dos constrangimentos e impactos exógenos da atual globalização econômica capitalista.

As diferentes modalidades de turismo desenvolvem-se tanto em espaços que mais se aproximam dos ecossistemas (cachoeiras, rios, praias pouco exploradas, cavernas, florestas, etc.), como em espaços bastante modificados pela sociedade humana, mas que ofereçam atrativos (balneários, cidades litorâneas, cidades religiosas, metrópoles, dentre outras.) ou ainda em espaços rurais.

O turismo no espaço rural intensifica-se no período da sociedade denominado pós-moderna. Pois, se durante o período da Revolução Industrial houve certo domínio das cidades sobre as atividades rurais, numa sociedade caracterizada como pós-industrial ou pós-moderna parece haver uma revalorização do campo em função de seu espaço estar mais próximo da natureza, ou melhor, as transformações que ocorreram no seu território foram menores, pelo menos aparentemente, comparando-se áquelas que ocorreram nos espaços urbanos.

2.2. A atividade turística no espaço rural em tempo pós-moderno

As diversas modalidades de Turismo Rural são alternativas encontradas pelos agricultores como complementação de renda em função das mudanças que ocorreram neste território. Se estas atividades estão dentro de um contexto de transformações que ocorrem no mundo rural elas implicam também outra visão do citadino em relação ao espaço rural. Este capítulo objetiva refletir de que modo neste momento denominado sociedade pós-industrial, ou pós-moderna, ou mesmo a pós-modernidade, se enxerga o mundo rural.

Em que contexto ocorre a pós-modernidade? Quais são as características desse momento que o distinguem de outros por que passou a sociedade humana?

Se o turismo de massa surgiu nas sociedades industriais, tornou-se uma necessidade para parte significativa de citadinos na denominada sociedade pós-industrial.

A sociedade pós-industrial vai sendo identificada após a segunda metade do século XX, com a intensificação de atividades no setor terciário, além do desenvolvimento de tecnologias de

ponta como a eletrônica, informática, biogenética e pela difusão da informação. Nela intensifica-se o processo de globalização; existe uma preocupação maior com a qualidade de vida e o meio ambiente, assim como com o lazer e a invenção da natureza, dentre outras identificações (DE MASI, 1999).

Nas sociedades modernas, parte substancial da população adota práticas turísticas. "Não viajar é como não possuir um carro ou uma bela casa. É algo que confere status, nas sociedades, e julga-se também que seja necessário à saúde" (FEIFFER, 1985:224).

Atualmente uma mobilidade frenética tomou conta de grande parte dos habitantes das nações industrializadas. Essa mobilidade ocorre principalmente com os habitantes das cidades. A viagem tornou-se uma necessidade, pois as pessoas parecem não se sentirem mais à vontade onde moram ou nos locais de trabalho. Existe uma necessidade urgente de se desfazer temporariamente da rotina diária, do trabalho, da moradia e do lazer, a fim de estar em condições de retomá-lo ao regressarem (KRIPPENDORF, 2001). Em uma análise sobre as transformações sócioambientais induzidas pela implantação de "modelos exógenos de desenvolvimento" em Ubatuba (SP). LUCHIARI (1999) afirma que a desumanização das condições de vida na cidade tornou a viagem uma norma, quase uma coerção, já que todos são levados, embora sem resistência, a essa prática social. A autora em uma entrevista realizada com um grupo de turistas de São Paulo/capital obteve a afirmação "eu me estresso na cidade, no trabalho, mas tudo bem, nas férias, eu me liberto" (LUCHIARI, 1999:122). Fazer turismo parece abrandar o contínuo processo de desumanização da vida cotidiana.

Algumas transformações ocorreram nas últimas décadas, a saber: o processo de globalização, apoiado no pensamento neoliberal e num intenso progresso que se verifica na tecnologia da informação.

A globalização corresponde a um conjunto de transformações na ordem política e econômica mundial acentuada nas últimas décadas e cujo ponto central é a integração dos mercados, explorados por megacorporações internacionais, denominadas de transnacionais. A globalização não é um fato acabado, mas um processo em marcha que enfrenta obstáculos, mas se generaliza e aprofunda-se como tendência (IANNI, 1993).

Para SINGER (1996), a globalização é um processo de reorganização da divisão internacional do trabalho, acionado em parte, pela diferença de produtividade e de custos entre países. A transferência de linhas de produção para os países periféricos dos países centrais

provocou o abandono de grandes prédios fabris e desemprego. Desta maneira, a globalização causou a desindustrialização e empobrecimento de cidades e regiões.

O alcance mundial do capitalismo desenvolve-se de maneira particularmente aberta no século XX, adquirindo novas características após o término da Segunda Guerra Mundial, quando a emergência de estruturas mundiais de poder, decisão e influência anunciaram a redefinição e o declínio do Estado-Nação. O Estado do bem-estar social aprimora-se no sentido das economias nacionais adaptarem-se às exigências da economia mundial. Desta maneira, o Estado-Nação vai perdendo algumas prerrogativas, debilitando-se.

Os Estados perdem parte de sua soberania em função dos capitais especulativos que transitam no mercado internacional, em busca de melhores remunerações. A confiança é a moeda que prende o capital internacional nesse ou naquele país. Qualquer dúvida ou suspeita, os investidores retiram seu capital o que pode prejudicar muito a economia de um país. Por efeito dominó vão desencadeando uma crise econômica mundial, como tantas que já ocorreram. A globalização, não ocorre só em nível econômico na busca de novos mercados e na competitividade internacional, mas também em suas dimensões culturais e políticas. Os problemas antes centrados nos Estados-Nações se tornam questões mundiais: o desarmamento, as doenças epidêmicas, o consumo de drogas, a violência, o desarmamento e as catástrofes ecológicas são assuntos discutidos dentro de novas perspectivas, numa relação dialética entre o local e o global (PRADO, 2001).

Com a reconstrução da Europa, no final dos anos 1950 ocorrem mudanças nas ciências, nas artes das sociedades avançadas. Tais transformações são denominadas de pós-modernas e por convenção encerram o período denominado moderno (1900-1950). Inicialmente o movimento surge na arquitetura e computação nos anos 1950, toma corpo com a *art Pop* nos anos 60 e fortalece-se com a Filosofia dos anos 1970 (SANTOS, 1980).

> *O termo pós-modernidade se presta para aludir de forma genérica às condições amplas da Terceira Revolução Industrial incluindo os aspectos socioeconômicos (pós-fordismo e nova gestão empresarial, financeirização ultrafetichista do capital, globalização, redefinição do trabalho, etc.) a explosão exponencial da ciência e da tecnologia (era tecnotrônica, crise dos paradigmas) e as transformações culturais (comunicação global quase que*

> *instantânea, ciberespaço, Internet, reconfiguração da possibilidade de intervir, mixagem do público e do privado, a terrível solidão dos hipercomunicados, etc.*(ASSMANN, 1996:54).

As mudanças culturais e sociais ocorridas a partir dos anos de 1950 mostravam indicações da emergência de uma situação sóciohistórica que exigia a formulação de novas teorias e conceitos, novas epistemologias e políticas. Em princípio buscava-se definir se tais mutações constituiriam uma ruptura fundamental na história, ou se o pós-modernismo não seria uma moda cultural de curta duração ou mesmo uma mistificação. As primeiras discussões levaram à elaboração de teorias sociais mais globais. Caracteriza a condição pós-moderna, a sociedade da mídia, da imagem. (GAZZOLA, 2004).

Para SANTOS (1996), simulacro seria uma falsa representação do real, resultante de um recurso visual exaustivamente usado pela propaganda, com o objetivo de excitar os canais sensórios do telespectador, predispô-lo ao consumo emotivo e irracional. Deste modo, o simulacro subverte o real introduzindo um corte entre a essência e a aparência, entre o verdadeiro e o falso, entre o real e o hiperreal. Não é nem a sombra do objeto, nem o objeto propriamente dito. "Dessa forma, as imagens sintetizadas a partir de um modelo são na verdade entidades tão abstratas quanto às notas de uma partitura musical. O referencial é o programa de que se originam" (MACHADO, 1993:129). Esse programa é a expressão de um pensamento lógico que não pode atestar qualquer outra existência senão aquela do código que o engendra. Assim, o real na era do virtual consiste apenas numa das atualizações do possível.

Na sociedade dos signos a publicidade colabora para sua manutenção. Estes se convertem em pseudo-significados que a própria sociedade estabelece tais como: prestígio, qualidade de vida, segurança, felicidade, personalidade, independência, etc. Desta forma vivemos na cultura do simulacro (BAUDRILHARD, 1978).

O pós-moderno, pelas representações, povoou o ambiente de imagens por meio de processos digitalizados. Assim, a imagem desvinculada de seus traços materiais e desmaterializada em fluxos de correntes elétricas, torna-se de novo matéria em diferentes máquinas de leitura. Não se coloca para elas referência material no mundo objetivo, pois ela deixa de ser atestado de veracidade das coisas, existe antes no tempo, é pura inscrição na velocidade (SANTOS, 2001).

Desta maneira, para o advento de uma sociedade pós-moderna desempenham um papel determinante os meios de comunicação, não em função de uma sociedade mais transparente, mas consciente de si, mais ilustrada, mas sim de uma sociedade mais completa, inclusive mais caótica (VATTIMO, 2003).

A pós-modernidade pressupõe a ruptura com a modernidade e a emergência de uma nova totalidade social com organizadores sociais próprios. Assim, o conceito de pós-modernidade não é apenas para remeter à existência de uma nova era, mas para descrever o desenvolvimento de uma condição relativamente nova. Assim, pós-modernidade é termo empregado em três sentidos distintos: em primeiro lugar, para remeter as diferenças, mas com uma relação de continuidade; em segundo lugar, para indicar uma quebra ou ruptura com as condições modernas e, em terceiro lugar, como uma maneira efetiva de reconhecer e encarar a modernidade, os seus benefícios e as suas conseqüências, os seus limites e as suas limitações (SMART, 1993).

Para conferir alguma organização histórica à cultura pós-moderna é importante que haja a existência significativa de uma diferença estrutural entre a sociedade de consumo e os momentos anteriores ao capitalismo dos quais ela surgiu para que ela possa ser identificada com uma nova etapa de produção capitalista (JAMERSON, 1984).

Para se falar em pós-moderno, parece ser necessário subtender-se que a modernidade tenha sido concluída. Mas para tanto é imprescindível entender o que é modernidade. Dentre as muitas definições de modernidade considera fundamental que: "a modernidade é a época na qual o eixo de ser moderno vem a ser um valor determinante" (VATTIMO, 2003: 9). O autor defende a hipótese que a modernidade deixa de existir quando, por múltiplas razões, deixa-se de falar da história como unitária. Cita Walter Benjamin (1938) que defendia que a história concebida como um discurso unitário é uma representação do passado construída pelas classes dominantes. A história que aprendemos é dos nobres, dos soberanos e da burguesia quando se torna classe poderosa, já os pobres, os excluídos não fazem história. Não existe uma história única, existem propostas de diferentes pontos de vista, é ilusório supor que havia um só ponto de vista, capaz de unificar todos os demais.

Do ponto de vista histórico, modernização é o processo de mudança que acarretou tipos de sistemas sociais, econômicos e políticos que se desenvolveram na Europa Ocidental e na América do Norte entre o século XVIII e IX. Sua difusão ocorreu para outros países europeus e

durante o século XIX e XX, para os continentes sul-americano, asiático e africano (EISENSTADT, 1969).

A época moderna é caracterizada pela revolução científica e o conseqüente desenvolvimento das ciências experimentais, pela matematização do universo e pelos fundamentos do pensamento mecanicista. A herança de tudo isso foi a mecanização da produção e a revolução da economia (RIESGO, 2003).

Sua disseminação acarretou mudanças contínuas em todas as esferas principais da sociedade. Desse modo, ocorrem processos de desorganização com o desenvolvimento contínuo de problemas sociais, conflitos entre vários grupos e movimentos de resistência à mudança.

Um dos reflexos dessas mudanças é sentido no processo contínuo de urbanização, com a migração de habitantes da zona rural para os centros urbanos, provocando assim desorganização, tanto nas comunidades rurais como nas estruturas urbanas, principalmente nas suas fases iniciais, tendo como conseqüências, problemas sociais e miséria, isso nos países dito desenvolvidos. Em relação aos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento os conflitos se estendem até hoje, muitas vezes. A diferença fundamental entre esse processo é que ele aconteceu num ritmo menos intenso nos países onde primeiro ocorreu a Revolução Industrial e num ritmo muito maior nos países onde esse evento foi mais recente.

O fim do imperialismo e do colonialismo europeu e a emergência da sociedade de comunicação foram fatores que contribuíram para dissolver a idéia da história unitária e assim acabar com a modernidade.

Uma das características deste novo momento é em relação ao saber. Para LYOTARD (1986:3) "o saber muda de estatuto ao mesmo tempo em que as sociedades entram na idade identificada como pós-industrial e as culturas na idade dita pós-moderna". Desta maneira, o saber tornou-se a principal força de produção. Além disso, o saber é um desafio importante na competição mundial. Ele será produzido para ser vendido.

O domínio de conhecimentos científicos numa sociedade pós-industrial e pós-moderna contribuirá para reforçar o processo produtivo e a conseqüente disputa de produção entre os Estados-Nações. Essa situação leva a refletir que a distância existente entre os países denominados desenvolvidos e em vias de desenvolvimento não diminuirá no futuro, ou melhor, será cada vez maior.

> *Do mesmo modo que os Estados-Nações se bateram para dominar territórios, e com isto dominar o acesso e a exploração de matérias-primas e da mão-de-obra barata, é concebível que eles se batam no futuro para dominar as informações* (LYOTARD, 1986:5).

Outra característica da sociedade atual é o consumo. A publicidade contribui para aumentar o consumo na medida em que seduz o consumidor levando-o segundo sua própria lógica e aos limites de sua capacidade econômica. A cultura do consumo estabelece o direito natural à abundância e o sistema econômico se mantém com os lucros obtidos pelo consumismo. Para Aristóteles, representa o abuso de a economia produzir lucro para poucos à custa da maioria.

Durante séculos a humanidade aceitou a razão para a solução de seus problemas. Havia na academia um "quase consenso" de que ela – a Razão – seria a instância capaz de explicar a realidade. Desta maneira, a modernidade é um movimento paradigmático assentado na racionalidade e na ordem (PRADO, 2001).

Existe uma retórica negativa de associação ao termo pós-moderno, como o fim da ideologia e da história, o eclipse do sujeito, o fim da metafísica ocidental, fragmentação e descontinuidade, o fato é que se tornou uma categoria indispensável para a crítica e a teorização da cultura contemporânea (GAZOLLA, 2004).

As referências à pós-modernidade parecem tratar de um tempo já passado. A pós-modernidade já não é mais uma novidade, agora que todos a praticam (SMART, 1993). Muitos a consideram uma moda passageira ou mesmo um conceito superado. Porém o termo pós-moderno continua tendo sentido, e este sentido está ligado ao tipo de sociedade em que vivemos caracterizada como a sociedade da comunicação ou dos meios de comunicação (VATTIMO, 2003).

Diante desse momento que vive a sociedade contemporânea, qual a postura dessa cultura da mídia, das imagens e do simulacro em relação à construção do conceito de natureza?

3. O A emergência do conceito de natureza no pós-moderno

3.1. Introdução

Antes do início da discussão de como o neo-rural conceitua a natureza procurou-se a origem da palavra. De acordo com a lingüística, Natureza provém do latim, "natura", palavra relacionada a "nasci" ou ser "nato". A raiz indo-germânica delas é *gen*. A raiz *gen* está também presente na língua portuguesa, por exemplo, gênese, gene, gênero, etc. a raiz *gen* tem então o significado de "nascer", "ser nato", "resultar". Em hebraico a palavra –j-d- ao mesmo tempo, significa "conhecer" e "procriar".

Para KESSELRING (2000), o significado original em ambos os troncos lingüísticos tanto da palavra "conhecer" e de "Natureza" ou "gênese", talvez seja o mesmo. Desta maneira, os processos de Natureza e os processos cognitivos são aparentados, uns com os outros.

Entende-se por ambiente natural aquele que é produto dos processos da natureza. Assim, é o produto da interação dos processos tanto físico, como químico, cuja dinâmica diz respeito aos processos internos dos sistemas, nos quais o homem não interfere diretamente com sua presença física. Referir-se ao ambiente cuja dinâmica pode ser explicada a partir dos elementos que o constituem, desconsiderando-se a ação humana é negar um dos componentes do sistema (RIBEIRO, 1991).

Desta maneira, as atividades agrícolas interferem nos ecossistemas construindo espaços humanizados. Comparando-se com as transformações que ocorrem nas áreas urbanas, é o mundo rural que mais se aproxima da natureza. O que leva um habitante urbano a querer voltar e desenvolver uma atividade no campo numa sociedade pós-industrial, ou pós-moderna? Ou mesmo, os habitantes das cidades procurarem lazer no espaço rural?

3.2. Conceitos de natureza ao longo da história da sociedade

Para responder essas questões torna-se necessário levantar o conceito de natureza ao longo da história da sociedade humana, até nossos dias. Nos longos períodos da história da humanidade as relações que se estabelecem tanto entre o homem e a natureza e o homem e o território, no qual está inserida a natureza, demonstram as idéias e práticas que se estabelecem nesse relacionamento.

Para tanto, a História será dividida em cinco períodos, a saber: a época grega, a época medieval, os tempos modernos, o século XIX e o tempo contemporâneo.

ZAIDAN (1995) considera a existência de quatro estágios quando o assunto é a relação do homem com a natureza. Cada uma dessas etapas corresponde a uma época cultural da humanidade. Em primeiro lugar, considera uma relação mimética; a segunda, uma relação amorosa durante o período da filosofia grega pré-aristotélica; o terceiro, uma relação instrumental surgida na metafísica aristotélica e atualizada pela filosofia moderna e a quarta, corresponde à época contemporânea e pós-moderna, de uma relação de simulacro, que estaria levando a extremos as conseqüências do próprio pensamento moderno.

No início da história, quando isolados ou em pequenos grupos, os homens tinham que lutar contra muitos obstáculos. Assim, nessa situação não podiam sonhar em dominar a superfície da Terra. Nesta situação eles viviam escondidos e temerosos, sob constante ameaça de animais e da fome; sua vida era uma luta ininterrupta. Não podiam dedicar-se à exploração da região e nem das leis que poderiam permitir utilizar as forças da natureza. "Mas a força do homem se mede pelo seu poder de acomodação ao meio" (RECLUS, 1985:41). Assim, nos estágios iniciais da história humana, os homens viviam com aquilo que a natureza providenciava. Sua vida era uma repetição de formas organizacionais, ainda muito similares à natureza.

Para LANOBLE (1990), as primeiras representações pictóricas encontradas nas grutas pré-históricas são imagens mágicas, fruto do pensamento introvertido e essencialmente finalista dos primitivos. O bisonte ou o antílope desenhado nestes locais encontra-se rodeado de flechas ou ferido. Pode também ter sido capturado por mãos que os cercam de todos os lados. Também nos desenhos rupestres são representadas caçadas de animais que eram encontrados nas regiões. Desse modo, o homem já sabia se tornar "o dono" ou o "senhor".

Os filósofos Jônicos do século XVII e XVI a.C. são referidos por Aristóteles como teóricos da natureza. Para eles, dentre as coisas conhecidas, umas são artificiais, isto é produzidas pelo animal humano, outras são naturais, pois elas existem por si mesmas e não porque alguém as fez ou produziu. Apresentam certas características negativas por serem produzidas pelo homem, mas apresentam também características positivas, pois se torna possível estabelecer certos princípios sobre essas coisas que podem ser aplicados não só a certos grupos selecionados entre elas, mas a todas conjuntamente. Estes dois pontos são pressupostos indispensáveis para qualquer ciência da natureza (COLLINGWOOD, 1976).

Aristóteles distingue três espécies de ciência: a Física, a Matemática e a Metafísica. A Física tem por objetivo indagar causas das transformações e dos movimentos na realidade material. Examina conceitos gerais relativos ao mundo físico (natureza, movimento, infinito, vazio, lugar, tempo, etc.) A Matemática tem a ver com o que é imutável (proporções aritméticas, fatos astronômicos, por exemplo). Já a Metafísica indaga os princípios gerais daquilo que existe. Assim, a Ciência lida com os princípios imutáveis da Natureza, e, graças à razão, o homem tem acesso direto a esses princípios.

Assim, para Aristóteles na natureza as coisas se movem, há um mundo de coisas que se movem por si próprias, tal como para os Jônios e para Platão. Um mundo vivo, não caracterizado pela inércia, um mundo espontâneo (COLLINGWOOD, 1976).

Para os epicuristas, tanto o mundo vivo como o inanimado era constituído de átomos (idéia proveniente da teoria atomista de Demócrito e Leucito). Sua origem estava nas causas naturais. Tanto o céu, como a Terra e tudo que tivesse nela, assim como o próprio homem, tudo são resultantes do jogo eterno dos átomos. Para eles, a natureza era um lugar aprazível e poético, um "jardim", próprio para as amizades e o prazer (RIBBECK, 1980).

O conceito de natureza para os neo-rurais que são proprietários de pousadas localizadas nos municípios analisados neste trabalho assemelha-se um pouco a essa visão romântica de natureza, visto que o objetivo da maioria deles é viver próximo à natureza, rodeados de belos jardins (foto 1).

Foto 1. Jardim de uma pousada em Santo Antonio do Pinhal, estado de São Paulo, 2005.



Fonte: Foto da autora, 2005.

No período compreendido entre os séculos I a.C. e XVI d.C. existem poucas referências sobre a idéia de natureza (MEDEIROS, 2002). A idéia da criação do universo por Deus narrado no Gênesis aponta a idéia de que a natureza existe a serviço do homem e esse homem é o centro de todas as coisas. Assim,

> *"No princípio Deus criou o céu e a terra (...). E criou Deus o homem à sua imagem; criou à imagem de Deus, criou o homem e a mulher. Deus os abençoou: "Frutificai, disse ele, e multiplicai-vos, enchei a terra e a submetei-a. Dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todos os animais que se arrastam sobre a terra".* (Gênesis, Cap. I, Versículos 1, 27-28 – Bíblia Sagrada: 1994).

Embora se possa suspeitar que a narração bíblica se constitua numa frase antiecológica, a leitura aprofundada do capítulo primeiro da Bíblia, exclui definitivamente essa hipótese. Nem todas as palavras têm o mesmo sentido de quatro mil anos atrás. Nossa sensibilidade hodierna descobriu a importância que toda a natureza criada merece e como devemos respeitá-la. SCHOKEL, 2002, um dos maiores biblistas atuais assim comenta, na sua tradução da "Bíblia do Peregrino".

"Para a realização literária, o autor opera com breves fórmulas, que repete com calculada diversidade. Deus é o soberano, que dá ordem e elas se cumprem, é o artesão que executa e contempla comprazida a obra bem feita. A criação é boa, bela, harmoniosa e não confusa" (SCHOKEL, 2002:16). De todos os seres, o homem é a imagem de Deus pelo senhorio recebido como interlocutor na Terra de Deus.

As bases do Cristianismo marcaram profundamente o domínio do homem sobre a natureza, consolidando-se durante a Idade Média a Idade Moderna.

O conceito de natureza mudou na Idade Média no mundo ocidental. Graças, principalmente, à tradição bíblica é que surgem novos aspectos da concepção de natureza. Esta se encontra no âmbito da criação. O mundo tem um início e um fim, assim como ele não surgiu espontaneamente, por si mesmo. Portanto, existe um Criador, mas esse Criador não faz parte do mundo da natureza. Essa concepção não se ajusta bem com a cosmologia antiga, segundo a qual

não existe nada fora da Natureza. A idéia de Aristóteles, segundo a qual a natureza é o princípio eterno de movimento e repouso foi defendido por muitos medievais, como por exemplo, São Tomás de Aquino. No entanto, foi acrescentado que quem atribui a cada ser a sua determinação individual, a sua *physis*, é Deus. Graças a esse novo enfoque mudou a imagem da Natureza fora do homem, assim como da natureza dentro do homem.

No momento da história da sociedade humana, quando tudo era meio natural, o homem tirava da natureza os aspectos considerados fundamentais ao exercício da vida. De acordo com os lugares e culturas havia também diferenciação entre as condições naturais necessárias à sobrevivência humana, que constituem a base material da existência do grupo (SANTOS, 1996).

Graças ao trabalho realizado pelo uso de suas mãos, o homem produziu seus alimentos, domesticou animais, criou aves, extraiu minérios dos veios da terra, tais como: ferro, ouro, cobre e os utilizava para suas necessidades diárias. Cortou árvores e tudo que pode ser queimado para produção do fogo que utilizava para o aquecimento de suas casas e cozimento dos alimentos. Construiu, com os elementos encontrados na natureza, casas para seu abrigo contra o frio e o calor e nos quais vive. O mar e o vento, considerados o que a natureza tem de mais impetuosos, são utilizados para arte de navegar. Desta maneira, o homem se aproveita de espaços diferentes na natureza para plantar, irrigar, controlar e desviar fluxos de água, transformando assim a natureza e produzindo, graças ao seu trabalho, uma segunda natureza (CICERO, 1972).

Quando tudo era natural, o homem escolhia da natureza os aspectos fundamentais ao exercício da vida. O meio natural era utilizado pelo homem sem grandes transformações. Desta forma, a técnica e o trabalho se casavam como as dádivas da natureza. Havia uma harmonia socioespacial com respeito à natureza herdada, no processo de criação de uma nova Natureza. Nas etapas desta criação, a sociedade criava uma série de comportamentos para a preservação e a continuidade do meio de vida. Podem-se citar exemplos de algumas técnicas utilizadas tais como o pousio, a rotação de terras, a agricultura itinerante, que se constituindo em regras sociais e regras territoriais demonstram a intenção de conciliar o uso e a conservação da natureza, para que ela possa de novo ser utilizada (SANTOS, 1976).

A visão renascentista da natureza começou a formar-se como contrária à visão grega na obra de pensadores como Copérnico, Telésio e Bruno. O ponto central desta antítese era a negação de que o mundo da natureza fosse um organismo. A afirmação era de o mundo natural ser desprovido de inteligência e vida. Os movimentos desse mundo são devido às Leis da

Natureza, impostas pelo exterior. Em vez de um organismo vivo, o mundo natural na Renascença é uma máquina. Tanto os gregos, como os pensadores da Renascença viam no mundo natural uma ordenação de inteligência. A diferença era que para os gregos essa inteligência era da própria natureza e para os renascentistas a inteligência era exterior à natureza, era atribuída ao Criador e Senhor da natureza (COLLINGWOOD, 1976).

Reforçando esta tendência o advento do sistema capitalista contribuiu para a exploração da natureza. No mundo capitalista, a natureza será engolida pelo processo de consumo. A natureza tornou-se objeto para o homem, passa a ter um sentido utilitarista, não existe a preocupação de ser conhecida como uma potência em si mesma (MARX, 1988). No pensamento marxista, o homem reproduz a sua vida em contato constante com a natureza transformando-a de acordo com suas necessidades. Também se constituiu fator importante o conhecimento que ele vai adquirindo neste contato permanente. O conhecimento dos processos naturais leva ao domínio da natureza na vida cotidiana.

No limiar do século XIX, KESSELRING (2000) considera que três fatores contribuíram para a transformação do conceito de Natureza e dos processos naturais. Em primeiro lugar está a aceitação geral da Teoria da Relatividade. Nela o homem é produto da Natureza perdendo assim sua posição privilegiada estabelecida na cosmologia de Copérnico. Em segundo lugar, considera o "acaso das teorias naturais". Os processos casuais acabam colocando em questão o suposto que todos os eventos são dirigidos ou governados por leis naturais gerais e invariáveis. Desta forma, já no século XIX, foi articulada a crítica ao determinismo mecânico como não tendo validade universal, pois o acaso e a probabilidade são inerentes à própria natureza. Em terceiro lugar, o autor menciona a Segunda Lei da Termodinâmica. Descoberta feita sobre as perdas de vigor vive/*força viva* (energia) em sistemas mecânicos devido à fricção, demonstram que uma parte da energia transforma-se em calor e uma parte dessa quantia não pode mais voltar ao estado de energia mecânica. Essa descoberta vai servir de base para a formulação da Segunda Lei da Termodinâmica, em 1860 por Clausius, segundo o qual em longo prazo cresce a entropia, isto é, diminui a quantidade de movimentos regulares – mecânicos, por exemplo, e consequentemente há um número crescente de movimentos irregulares, até que no final, se estabelece um estado de desordem máxima e uma ausência de estrutura total. O teorema da entropia faz uma reviravolta na história da criação baseado em que o mundo não se iniciou,

mas terminará num caos, pois em vez de ganhar uma estrutura cada vez mais nítida, acabará por se dissolver numa irregularidade caótica.

Desta forma, o conceito de natureza no século XIX não tem muito a ver com o conceito grego de *physis*, nem com a Teologia da Criação Cristã.

A preocupação com a conservação e deterioração ambiental faz parte do cenário cultural pós-moderno. Tais anseios são concretizados em diversos movimentos ecológicos. Diante dos problemas sociais como: falta de assistência médica e educacional, dificuldades em obter moradia, rios poluídos que prejudicam o lazer, ruas sujas, parques e jardins mal cuidados, a população européia, em meados da década de 1960, passa a reivindicar melhorias na qualidade de vida. Aliado a isso, a disputa ideológica entre as duas superpotências, Estados Unidos e ex-União Soviética e materializada na Guerra do Vietnã. As inovações tecnológicas associadas ao padrão consumista estendido aos quatro quantos do globo terrestre, levaram à intensa exploração dos recursos naturais, tornaram-se base dos movimentos ecológicos na Europa, espalhando-se pelos Estados Unidos e Canadá e ganhando adeptos no planeta todo (MORANDI e GIL, 2000).

A sociedade pós-industrial herdou as conseqüências da disseminação do uso de fontes energéticas fósseis como o carvão mineral e, posteriormente, o petróleo e de tecnologias produzidas nas nações industrializadas. Tais fatos não só trouxeram situações danosas ao planeta na forma de poluição, mas também chegaram ao ponto de estar interferindo nos sistemas ecológicos, como também na saúde do homem.

> *Além da poluição atmosférica, nossa saúde também é ameaçada pela água e pelos alimentos, uma e outros contaminados por uma grande variedade de produtos químicos tóxicos. Nos Estados Unidos, aditivos alimentares sintéticos, pesticidas, agrotóxicos, plásticos e outros produtos químicos são comercializados numa proporção atualmente avaliada em mais de mil novos compostos químicos por ano. Assim, o envenenamento químico passa a fazer parte, cada vez mais, da nossa vida. Além disso, as ameaças à nossa saúde através da poluição do ar, da água e dos alimentos constituem menos efeitos diretos e óbvios da tecnologia humana sobre o meio ambiente natural. Contudo, tornou-se claro que nossa tecnologia está perturbando seriamente e*

pode até estar destruindo os sistemas ecológicos de que depende a nossa existência (CAPRA, 1993:21).

A opção energética assumida majoritariamente pela espécie humana, num processo de macro escala (alguns países, como por exemplo, os Estados Unidos, consomem 2/3 da energia produzida no mundo) levou ao uso exagerado de recursos naturais "não renováveis" pela civilização ocidental, acarretou alterações na dinâmica climática do Planeta (ainda que pontualmente) acarretando mudanças no regime das chuvas, nos períodos de estiagem, nas máximas e mínimas temperaturas. O intenso desmatamento provocou o assoreamento dos rios, entre outros problemas ambientais (RIBEIRO, 1991).

A tecnologia utilizada pelo homem pós-moderno interfere profundamente na natureza. Há uma nova percepção de natureza e dos recursos naturais trazidos em conseqüência, por exemplo, do desenvolvimento da biotecnologia e da engenharia genética. MOREIRA (1994) destaca que no final do século XX vive-se de modo semelhante a dos séculos XVIII-XIX, nos quais, aventureiros, naturalistas e geógrafos saíram mundo afora conquistando, pesquisando e cartografando os recursos requisitados pela Revolução Industrial de então: os minérios e a energia fóssil. A busca recente é para pesquisa e o mapeamento do novo recurso natural denominado de código genético, com a diferença que os aventureiros naturalistas e geógrafos hoje usam guarda-pó branco e fazem parte de seus instrumentos de trabalhos, supercomputadores.

Tomando-se como referência a população dos países do Terceiro Mundo, o impacto das novas tecnologias foi muito diferente. Os benefícios alcançados por elas foram estendidos apenas a uma minoria privilegiada; apesar do crescimento econômico ocorrido em quase todos os países, grande parte da população vive em situação, muitas vezes até pior, do que antes de sua chegada (HERRERA, 2000).

A partir do término da Segunda Guerra Mundial começa haver profunda interação entre Ciência e Técnica. Sua inclusão nos países do Terceiro Mundo vai dar-se nos anos de 1970. É o denominado período Técnico-Científico. A união da Ciência e da Técnica vai ocorrer sobre a égide do mercado. A junção da idéia de Ciência, de Tecnologia e de mercado pode oferecer uma nova interpretação à questão ecológica, pois as mudanças que ocorrem na natureza também estão subordinadas a essa lógica. Neste período ocorre algo novo, a informação. Diante disso, os

objetos técnicos, graças à extrema intencionalidade de sua produção e sua localização, já surgem como informação. "Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de meio técnico-científico informacional" (SANTOS, 1996:188 e 189). Em sua opinião, em relação à natureza, nos locais em que ela existe, ela tende a recuar às vezes de maneira brutal, deixando de ser parte significante no nosso meio ambiente. Desta forma, a técnica produz espaços cada vez mais densos no qual a informação está presente nas coisas, nos objetos técnicos que formam as paisagens, além de assumir um papel necessário à ação realizada sobre essas coisas.

A sociedade encontra-se hoje diante de uma situação inédita em relação à história da cultura: "os âmbitos da técnica e da Natureza começam a se confundir" (KESSELRING, 2000:167). O autor considera três pontos que justificam sua afirmação. Em primeiro lugar, hoje, é possível a produção de uma série de isótropos radiativos, que antes não se encontravam na Natureza da Terra; em segundo lugar, há a possibilidade de patentear bactérias ou organismos construídos pela tecnologia genética, o que mostra que caiu a fronteira tradicional entre produtos da técnica e os seres vivos da Natureza; e, em terceiro lugar, está o nosso estilo de vida dominado pela técnica em geral.

Desta forma, no mundo de consumo a produção da natureza está ligada à instauração de um modelo de produção de objetos associados a uma economia capitalista (HENRIQUE, 2004). O ato de consumir mantém o sistema.

> *Animais e plantas que costumamos considerar produtos da natureza são possivelmente não só produtos do trabalho anterior, mas, em forma atual, produtos de uma transformação continuada, através de muitas gerações, realizada sob controle do homem e pelo seu trabalho* (MARX, 1988:145).

Assim, a intervenção humana leva à produção de uma segunda natureza, resultante das transformações que o homem opera nela. É um processo dialético, pois a natureza transformada também pode retomar ao seu estado primitivo.

Segundo MORIN (2006), somos filhos da natureza viva e, portanto, estrangeiros de nós próprios. Tal reflexão leva-nos a abandonar a idéia na qual o ser humano era considerado o centro do mundo, assim, mestre e dominador da natureza, defendida por grandes filósofos ocidentais tais como Bacon, Descartes, Buffon, Marx. No mundo de hoje essa crença parece

completamente irrisória, porque vivemos num pequeno planeta, astro de uma estrela de quinta grandeza e pertencente a uma galáxia extremamente periférica. A natureza torna-se cada vez mais um objeto de contemplação, "o estar em contato com a natureza" parece que se transformou numa necessidade básica para grande número de pessoas para que possam "recarregar suas energias" gastas na acelerada vida urbana (RODRIGUES, 1998). O turismo no espaço rural desenvolve-se neste tempo por identificar-se mais com o espaço natural.

Outro aspecto a ser observado é de que a natureza parece não impedir sua ação sobre ela, proporcionando que o trabalho penetre em suas mais diversas esferas. Hoje, ao contrário, os processos mais sérios que se estabelecessem com a natureza provêm do próprio conhecimento científico da Natureza e de suas aplicações. Desta maneira,

> *A humanidade hoje corre o perigo de destruir a natureza mediante as ciências naturais. As ciências da natureza "destroem a natureza pelo fato de que a essência da natureza não pertence aos objetivos de pesquisa daquelas ciências"* (Picht, 1989:9, *apud* KESSELRING, 2000).

Resumindo, a história que se desenrola desde os primórdios da raça humana é do homem que vai dominando pouco a pouco a natureza. Os gregos vão se libertando das relações de magia e vão se conciliando com ela. Já os mecanicistas tomam posse do mundo inanimado da matéria impondo-lhe uma linguagem matemática. Desmontam a bela mecânica da natureza que lhes é dada para se tornarem donos e senhores. E o homem pós-moderno se relaciona com o ambiente natural por meio de simulacros, qual seja de um "ambiente não poluído", "mais próximo da natureza", "tranqüilo", dentre outros.

Diversos movimentos ecológicos em tempos pós-modernos vêm contribuindo para que muitas pessoas voltem para a zona rural tanto para as atividades produtivas na área agropecuária, como para atividades de lazer e turismo no espaço rural (foto 2), por serem espaços que mais se aproximam da natureza.

Foto 2. Pousada campestre. A valorização da paisagem no espaço rural, Santo Antonio do Pinhal, estado de São Paulo, 2006.



Fonte: www.pousadaventoverde.com.br

RODRIGUES (2000), ao estudar o turismo no espaço rural no Arraial de Conceição do Ibitipoca (MG) refere-se aos neorurais como "forasteiros". A população urbana, que não deseja se estabelecer no campo procura periodicamente esse espaço na busca do naturalismo, da tradição popular e folclórica, na "comida caseira" feita no fogão à lenha, na busca de legumes e verduras "orgânicas", de parques naturais, dentre outros. A natureza parece ser reinventada no espaço rural.

O Turismo no espaço rural como uma forma de lazer na sociedade contemporânea

1. Apresentação

O turismo é uma das formas de lazer conquistada pela sociedade industrial, principalmente, o turismo de massa. Hoje é uma atividade integrante e absorvida pela sociedade de consumo. Firma-se dentro do contexto econômico devido ao lucro que proporciona em toda sua estrutura.

Este capítulo vai tratar da origem e da definição de turismo e suas várias manifestações. Enfocará a relação entre a valorização do espaço rural com a consolidação do turismo rural, sua contribuição para a complementação de renda das atividades agropecuárias e para o desenvolvimento local.

Será realizada uma discussão entre planejamento e políticas no desenvolvimento do turismo e do papel do Estado como regulador e norteador dessa atividade. No caso brasileiro, serão questionadas as várias políticas governamentais para o desenvolvimento do turismo e, em especial, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, desenvolvido e coordenado pela EMBRATUR e o Projeto Turismo Sustentável e o Alívio da Pobreza.

Tendo em vista os problemas ambientais decorrentes do turismo de massa será discutida a necessidade do turismo se desenvolver respeitando a integridade de comunidades e culturas, assim como fazer com que haja o envolvimento de seus membros no planejamento. Pois, se de um lado, o turismo no espaço rural pode contribuir para a complementação de renda, de outro lado, se não ocorrer a preocupação com o espaço rural, não houver o planejamento adequado de seu uso, de acordo com sua capacidade de carga, ele perderá os atrativos que possui e perderá seu sentido de existir como atividade econômica.

2. O lazer e a importância da atividade turística

O lazer esteve sempre presente nas sociedades humanas de diversas maneiras. O trabalho conviveu sempre com o entretenimento. Durante a Primeira Revolução Industrial a jornada de trabalho era grande, diminuindo sensivelmente as horas de lazer. A atuação dos sindicatos, representantes de operários, conseguiu sua diminuição, aliadas a outras conquistas.

Foram surgindo nesse processo de luta o descanso semanal remunerado, férias remuneradas e a aposentadoria. Graças a esses ganhos os trabalhadores aumentaram o seu tempo de lazer.

Juntando-se às conquistas trabalhistas, há uma constante evolução tecnológica, que tem duplo sentido: em primeiro lugar, são poupadoras de mão-de-obra, mas em segundo criam condições para que constantemente surjam novas formas de lazer. As mudanças tecnológicas que vêm ocorrendo na economia, à indústria de lazer aumentam consideravelmente sua participação na estrutura de consumo da economia moderna e no futuro será o setor de maior importância tanto nos países desenvolvidos, como nos países em desenvolvimento (FOGEL, 2000).

O aumento do tempo livre graças às novas tecnologias poupadoras de mão de obra já era prevista por KEYNES (1964), que antecipou uma sociedade nas quais os indivíduos trabalhariam menos. Menos horas de trabalho, mais horas para o lazer. A sociedade moderna possui condições para viabilizar jornadas de trabalho mais reduzidas e para estimular uma aproximação maior entre as atividades do trabalho e as do tempo livre (DE MASI, 1999).

A definição proposta por DUMAZEDIER considera lazer como:

> *"(...) o conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais"* (DUMAZEDIER, 1974:34).

A Festa da Uva, em Louveira, a participação em atividades organizadas durante esse evento, tais como o "agroturismo", como é denominado o passeio rural durante a festa ou, a abertura dos fornos para encantar-se com as belas peças de cerâmica criadas pelos artistas de Cunha, são formas de lazer.

O turismo é uma forma de lazer. Antes do século XIX, era praticado por pessoas das classes sociais privilegiadas e por motivos que não fossem de trabalho ou negócios. O turismo era, portanto, elitista. O primeiro exemplo de turismo de massa ocorreu entre a classe trabalhadora na Grã-Bretanha. Representou a democratização da viagem que neste século era realizada de trem (URRY, 1996). Na segunda metade do século XX ocorreu grande aumento do turismo de massa. Vários fatores contribuíram para isso: as conquistas sociais, dentre as quais as

férias remuneradas, garantiam o usufruto do tempo de lazer. Em alguns países, como por exemplo, França, Suíça, Bélgica, Holanda, Austrália, foram criados mecanismos para financiar os gastos com as viagens de férias. O mecanismo variava de país para país e ia desde a ação dos sindicatos que instituíam esquemas de poupança, até subsídios do setor público. Foi assim instituído o turismo denominado social. O financiamento das férias era direcionado a essa categoria de turismo. Desta forma, essa ajuda financeira era para aqueles trabalhadores que não fossem capazes de arcar com os custos das suas viagens de férias, sem que houvesse ajuda da associação na qual sua categoria pertencesse (BEZERRA, 2002). O turismo de massa surgiu assim, na sociedade industrial.

O momento da história humana, denominada sociedade industrial, tem destaque entre suas características: a grande concentração de trabalhadores assalariados nas fábricas e no setor secundário da economia; predomínio da contribuição da indústria na renda nacional; separação entre o local de trabalho e residência; redução das desigualdades sociais; aumento da produção de massa e da sociedade de consumo; maior mobilidade geográfica e social (DE MASI, 1999).

Contribuíram para o impulso do turismo as inovações nos meios de transporte, nas comunicações e nos meios de hospedagem. Nos meios de transporte, por exemplo, as distâncias eram percorridas cada vez em menor tempo graças aos grandes aviões construídos nos anos cinqüenta, do século XX. Na década de 1970, a introdução do propulsor a jato nas aeronaves consolidou a aviação para as viagens internacionais tanto de lazer, como de negócios. Paralelo às inovações tecnológicas no setor aeroviário está em queda de custos no preço das passagens do transporte de passageiros.

A organização de grandes cadeias hoteleiras internacionais, a publicação de cadernos especializados em turismo em jornais e em revistas especializadas no setor, a Internet, contribuíram para a consolidação do turismo de massa.

Dados obtidos na Organização Mundial de Turismo (OMT) demonstram que a indústria mundial do turismo tem perspectiva de crescimento em longo prazo. Em 1988, foi responsável pelo ingresso de divisas no valor de US$ 439 bilhões, decorrentes de 635 milhões de turistas. Em 1997, a receita obtida com o turismo representou cerca de um terço do valor das transações mundiais. O turismo foi responsável por um faturamento, em 1988, em nível mundial de US$ 4,4 trilhões, o que gerou 231 milhões de empregos e uma receita de US$ 802 bilhões em impostos. No Brasil, em 1988, o turismo denominado doméstico, de acordo com dados da Fundação de

Pesquisas Econômicas (FIFE), citados pela EMBRATUR (1999) movimentou 38,2 milhões de turistas domésticos, que geraram US$ 13,2 bilhões em receitas diretas (MARTINS, 2002). Segundo números divulgados pelo Banco Central, 2006 foi o melhor ano na história do turismo brasileiro em relação ao ingresso de divisas advindas dos gastos de turistas estrangeiros no país. O valor supera em 11,77% os US$ 3,861 bilhões registrados em 2005 - até então a melhor marca da série histórica iniciada em 1969 (www.girus.com.br).

Mesmo em época de crise e de recessão econômica, o turismo tem mantido uma dinâmica relevante comparando-se com outros setores da economia. Isso ocorre pelo fato de valorizar as diferentes culturas e o passado, resgatar as tradições e lugares, transformando-os em recursos econômicos, além de ser criador de emprego (FONSECA, 2001).

O desenvolvimento do turismo propicia a criação de três categorias de empregos:

> *a) empregos diretamente relacionados com a direção e o funcionamento da indústria turística;*
> *b) empregos resultantes do desenvolvimento da indústria turística, como transportes, agricultura, bancos;*
> *c) empregos indiretos criados pelo turismo, que surgem derivados do montante de recursos obtidos pelas atividades produtivas dos residentes locais* (LAGE e MILONE, 2000:119).

O turismo é uma atividade econômica em ritmo de grande crescimento, que além de favorecer a criação de empregos, é fruto da necessidade humana de busca de lazer, descanso, aventura, dentre outros motivos, em locais diferentes de sua moradia. Seu grande impulso ocorreu graças à conquista e difusão de modernas tecnologias que propiciaram o desenvolvimento dos meios de transportes, na forma de modernas rodovias e ferrovias, do automóvel, do avião e dos meios de comunicação. Outra sinalização são os problemas existentes nos grandes centros urbanos com os quais o citadino convive diariamente, que o leva periodicamente na busca de lugares para repouso para fugir da poluição, do trânsito caótico, etc. Nada disso seria possível se não tivesse havido melhoria nas condições de vida de parte considerável da população urbana.

3. As origens do turismo

O Turismo não é uma atividade totalmente nova. As viagens já ocorriam em períodos históricos bastante distantes, como na Antiga Babilônia, Grécia e Roma e durante a Idade Média. A capacidade humana de sair de seu território e lançar-se na busca de novos lugares coincide com a própria existência humana (LEONY, 2002). Os motivos de tais viagens tinham significados diferentes dos atuais.

A Grécia Antiga possuía inúmeros pólos de atração, representados por meio de várias formas de lazer, como cursos, conferências, festivais públicos, atividades culturais e artísticas, dentre outras. Os jogos olímpicos, em honra a Zeus, movimentavam muitas pessoas nesta época (LAGE e MILONE, 2000).

Durante a civilização romana existiram inúmeros centros turísticos. Os romanos foram pioneiros ao criarem próximo ao mar Mediterrâneo, nas praias existentes, locais de lazer com fins terapêuticos ou destinados às práticas esportivas. O Circo Romano e, principalmente, as famosas termas se constituíam em atrações de lazer que motivaram muitas pessoas a viajar para usufruir de seus atrativos e benefícios físicos. As estradas e vias de comunicações construídas pelos romanos contribuíram para tais viagens.

Durante o século IV, com a decadência do Império Romano e a invasão dos bárbaros, as viagens diminuíram ocasionadas pelos riscos que representavam as estradas, pela falta de segurança, carência de conforto, além de sua lentidão ocorrida pela sua má conservação. Tal situação perdurou em grande parte da Idade Média.

As estradas ainda hoje apresentam obstáculos, no caso específico para o turismo no espaço rural, principalmente na época das chuvas. Municípios como os de Cunha e Santo Antonio do Pinhal, têm nos meses de chuva lotação zero em algumas pousadas localizadas em áreas rurais pela péssima qualidade das estradas de acesso. Além da falta de manutenção por parte do governo municipal o relevo serrano contribui para sua precariedade nesse período do ano.

Apesar dos obstáculos existentes, na Idade Média vão ocorrer grandes correntes turísticas ou peregrinações neste período da História Mundial, o Caminho de Santiago, de Roma ou Jerusalém, são os grandes exemplos. Neles são incluídas organizações de alojamentos e

hospedarias. Dentre os povos viajantes, o que mais gosta de viajar é o muçulmano, cujo roteiro tem um imperativo religioso que são as peregrinações à Meca.

No decorrer do século XV houve grande expansão das viagens marítimas graças aos progressos técnicos obtidos na arte de navegar. O conhecimento obtido propiciou a aventura em mares distantes. Tiveram como conseqüência as grandes descobertas, dentre elas a do continente Americano.

Os Lusíadas, publicado em 1572, traz a narração da viagem empreendida por Vasco da Gama a fim de estabelecer contato marítimo com as Índias. Em seus poemas pode-se reconstituir o retrato da visão de mundo e dos homens, própria dos quinhentistas portugueses, e também, a autêntica reportagem do momento exato em que Portugal atingia o ápice de sua evolução histórica. Mostra também a ousada empreitada dos navegantes portugueses em sua temerária arremetida contra os mares no encalço de amplos horizontes geográficos e humanos, tão bem relatada nas estrofes dos Lusíadas:

> "As armas e os barões assinalados,
> Que da Ocidental praia Lusitana,
> Por mares nunca de antes navegados,
> Passaram ainda além da Taprobana,
> Em perigos e guerras esforçados
> Mais do que prometia a força humana,
> E entre gente remota edificaram
> Novo Reino, que tanto sublimaram" (CAMÕES (1947:1).

Os conhecimentos a respeito da arte de navegar dos povos lusitanos impulsionaram a expansão dos horizontes geográficos.

Com o Renascimento, movimento de renovação cultural e artística e das ciências, surgidas na Itália no século XV e difundidas por toda a Europa durante o século XVI, houve retorno à curiosidade e ao "gosto de conhecer". Graças ao despertar desta nova necessidade de ampliar os horizontes, ocorreram muitas viagens de artistas, de artesões, de músicos, de poetas, representando um grande incentivo à atividade de deslocamento (LAGE e MILONE, 2000). Durante o século XVI, aumentava o número de pessoas que viajava para lugares atraentes com o

objetivo de se instruir, ou por curiosidade ou mesmo pelo gosto da viagem. Entre os locais de atração dos viajantes estava Paris e seus arredores onde existia o pequeno *tour* que compreendia a parte Sudoeste da França e o grande *tour* o Sudoeste e Sudeste e a Borgonha.

Durante o século XVIII, a expressão "fazer um grande *tour*" passou para a Inglaterra, onde serviu para designar as viagens pelo Continente, que devia completar a educação do jovem inglês considerado bem educado. Eram chamados de "turistas" os que faziam estas viagens. Alguns autores consideram as viagens dos jovens aristocratas ingleses como o início do fenômeno do turismo, porém outros consideram que as romarias, as peregrinações e as viagens em busca de tratamento e repouso, desde os tempos remotos, já apresentavam manifestações turísticas (ANDRADE, 1995).

Aumentaram também, as viagens da aristocracia motivada pela demonstração do novo *status* e poder econômico. Tais acontecimentos estabeleceram as bases do turismo moderno.

As viagens até o século XIX eram restritas às pessoas ricas, pois além de serem caras, eram longas, pouco confortáveis e em alguns percursos muito perigosas.

As mudanças foram ocorrendo com a evolução dos transportes. O trem substituiu as diligências, o automóvel e modernos transatlânticos fizeram a revolução nos transportes. As viagens tornaram-se mais confortáveis, mais rápidas, propiciando um enorme aumento no número de turistas.

O surgimento e a consolidação do sistema econômico capitalista passaram a influenciar novas formas de vida na época, e assim, as viagens passaram a ter um caráter indispensável.

No ano de 1841, organizaram-se as primeiras atividades turísticas por iniciativa de algumas pessoas, no qual se destaca Thomaz Cook. Ele fretou um trem para transportar 570 pessoas em uma viagem de 22 milhas entre Leicester e Loughborough para participar de um Congresso Anti-Alcoolismo. A partir daí, Cook passa a promover inúmeros empreendimentos, tais como o *Handbook of the trip*, considerado o primeiro itinerário de viagens; um *tour* com a participação de guias de turismo onde trezentos e cinqüenta pessoas foram para a Escócia; a organização da primeira volta ao mundo, com um grupo de nove pessoas, dentre outras atividades.

Com o aparecimento dos trens foi possível a colocação em serviço de grandes linhas, o que propiciou um rápido aumento do número de pessoas, que podiam permitir-se ao luxo de

empreender uma viagem. Antes do transporte ferroviário, as condições eram menos favoráveis para o turismo.

A conquista do direito às férias pelos trabalhadores, assim como a elevação de seu nível de vida, nos países industrializados, a curiosidade de conhecer o mundo e a necessidade de repor as energias, contribuiu para fazer do turismo um fenômeno social.

A expansão dos meios de transportes, o barateamento dos preços das viagens, a difusão de diversos tipos de alojamentos mais em conta, permitiu às pessoas de baixos rendimentos a possibilidade de poder viajar.

O turismo teve grande impulso com o automóvel no período compreendido entre as duas grandes guerras mundiais do século XX. Os aproximadamente 29 milhões de automóveis registrados nos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento (OCDE) em 1962, permitiram facilmente às grandes massas planejarem suas férias longe de seus lares. Com o automóvel, ou com o avião, as distâncias diminuíram, oferecendo ao viajante mais conforto, segurança e rapidez (LAGE e MILONE, 2000).

Em 1924, foi criada a União Internacional de Organizações para a Propaganda Turística. Cinqüenta anos mais tarde, essa instituição deu origem à Organização Mundial do Turismo (OMT).

O turismo passou a ter importância muito grande em alguns países, como uma forma de captação de divisas. Nos Estados Unidos, o Departamento do Comércio dos Estados Unidos, em 1931, publica o trabalho *Promotion travel by foreign*, cujo objetivo era justificar os gastos com publicidade realizados no país para as divulgações das atividades do turismo.

O turismo atual é fruto da formação e consolidação da sociedade de consumo de massa, que emergiu a partir da década de 30 do século passado. O estado do bem-estar social que se estruturou tanto nos Estados Unidos, como em parte dos países europeus permitiu algumas conquistas da classe trabalhadora (ROCHA, 2002). A ampliação do tempo livre das pessoas possibilitou que a sociedade pudesse se dedicar mais ao lazer, à cultura e as atividades turísticas.

Dessa maneira, a institucionalização das férias remuneradas, como conquista dos trabalhadores contribuiu para a difusão do turismo de massa, cujo nome deriva da concepção da produção em série dos bens materiais. O uso dessa expressão, para definir uma prática social como um fenômeno de massa, faz com o sujeito da ação desapareça (LUCHIARI, 1999).

Considera-se o turismo sol, mar e praia como um turismo de massa, principalmente na temporada de verão e nos feriados prolongados.

Algumas mudanças são evidentes em todo o mundo durante a década de 1990. Dentre elas podem ser apontadas a prosperidade econômica, a aceleração das comunicações e o triunfo do individualismo. Nessas grandes tendências, o turismo desempenha papel de extrema importância, já que seu desenvolvimento está diretamente ligado à prosperidade econômica, ao avanço técnico nas áreas de comunicação e de transporte, bem como à liberdade de locomoção típica do sistema capitalista.

O acesso de grande parte da população ao turismo foi possível graças a vários fatores dentre os quais a paz, a prosperidade, o aumento da população, a urbanização, a industrialização, a expansão do nível de negócios, uma maior disponibilidade de renda e a ampliação do tempo livre. Contribuíram também a difusão dos meios de comunicação, de transporte e de comercialização dos bens e serviços turísticos. Assim, o turismo como um tipo de serviço à disposição dos homens da sociedade industrial moderna, passou a integrar a vida de todas as nações e a contribuir de maneira significante em todos os setores, tornando-se imprescindível para as atividades econômicas do século XX (LAGE e MILONE, 2000).

Deste modo, a viagem e, principalmente, a viagem aos países estrangeiros, teve um papel relevante para o progresso e para o desenvolvimento cultural e social. Qualquer que tenha sido a motivação da viagem, ou de cunho comercial, ou exploradora, ou ainda de estudos, contribuía para o intercâmbio de culturas, fazia nascer e difundia novas idéias, assim como tinha um papel importante para melhorar os costumes e as instituições. O acesso das massas ao turismo aumentou o papel social e cultural do mesmo.

A palavra "turista" e "turismo" originaram-se na França. Assim turismo surgiu com um sentido limitado de viagem feita sem fins lucrativos, com objetivo de distração, repouso, cuidados com a saúde, ou, para satisfazer a curiosidade de conhecer outros lugares e pessoas

Para definição de turismo, alguns especialistas levam em consideração a distância dos locais de residência, outros o tempo de permanência (mais de 24 horas nos locais visitados). Existem definições tradicionais que consideram como turismo as viagens realizadas nas férias, para estudos, atividades que envolvem esportes, tratamento de saúde ou mesmo motivos religiosos ou visitas a parentes e amigos.

De forma mais ampla, o turismo pode ser considerado como um movimento temporário de pessoas para locais externos aos seus lugares de trabalho e de moradia; em segundo lugar, caracteriza as atividades exercidas durante a permanência desses viajantes nos locais de destino e, em terceiro lugar encontram-se as facilidades criadas para prover suas necessidades (LAGE e MILONE, 2000).

A Organização Mundial do Turismo (OMT) classifica como atividade turística a soma de relações e de serviços resultantes de uma mudança de residência temporária e voluntária motivado por razões alheias a negócios ou profissionais.

Segundo a Organização Mundial de Turismo esta atividade econômica pode ser definida como:

> *As atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadias em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período de tempo considerado inferior a um ano, com motivos de lazer, negócios e outros motivos não relacionados ao exercício de uma atividade remunerada no local visitado* (OMT, 2000 *apud* SANTOS, 2004).

O turismo pressupõe viagem e permanência fora dos lugares normais de residência e de trabalho. Os períodos de permanência em outros lugares são breves e existe clara intenção de voltar "para casa" num período relativamente curto (URRY, 1996).

> *O turismo é um fenômeno caracterizado pelo deslocamento temporário de pessoas de seu local de domicílio (núcleo emissor) para uma determinada localidade (núcleo receptor), com a permanência mínima de 24 horas e utilização de serviços e equipamentos turísticos. Envolvem aspectos tanto econômicos, quanto sociais, naturais, culturais, políticos, compondo um conjunto de serviços e equipamentos interdependentes entre si, os quais são oferecidos ao turista por diferentes empresas turísticas* [...] (REJOWSKI, 1996:12).

Do ponto de vista econômico, qualquer que seja o motivo da viagem, é necessário ressaltar que o indivíduo que viaja dentro de seu próprio país ou para o exterior não venha exercer, nessa localidade, uma ocupação remunerada (LAGE e MILONE (2000).

No Brasil, o marco principal do início da atividade turística, aconteceu em 1922, tendo como motivo as festas do Centenário da Independência. Surgiram assim os primeiros hotéis no Rio de Janeiro e foi criada a Sociedade Brasileira de Turismo, posteriormente chamada de *Touring Club do Brasil*. Pouco tempo depois, o desenvolvimento do turismo foi ampliado para o estado de São Paulo, pelos atrativos dos centros termais, e para o Rio Grande do Sul, pela proximidade da fronteira com o Uruguai.

4. O turismo no espaço rural no mundo contemporâneo

Existe uma grande modalidade de tipos de turismo em se pode destacar: o turismo cultural; turismo religioso; o turismo de aventura, o turismo de negócios, o turismo desportivo, o turismo ecológico, o turismo de eventos, turismo da terceira idade, o turismo no espaço rural e o turismo rural, entre outros.

Nas últimas décadas tem havido um interesse pelo desenvolvimento rural em toda a Europa. Muitos países europeus começaram a pesquisar novas alternativas que fossem lucrativas para revitalizar a zona rural e as comunidades rurais. Tais medidas tornaram-se necessárias na metade da década de 1980, quando se tornou óbvio que as atividades agrícolas não eram nem de longe a chave do desenvolvimento rural. Os métodos tradicionais de trabalhar a terra deterioram a qualidade do meio ambiente, além disso, a competição global diminuiu o preço dos alimentos (VERBOLE, 1999).

A estratégia utilizada foi procurar caminhos para identificar e encorajar a diversificação de atividades na economia rural. Na busca de novas alternativas, o turismo rural é apontado como um setor que poderia contribuir neste processo de revitalização. Desta maneira o turismo representa a esperança, um tipo de "salvação" para melhorar a qualidade de vida do campo e diminuir o êxodo rural, especialmente nas regiões menos desenvolvidas Pode também contribuir para o desenvolvimento rural à medida que cria novos empregos e impulsiona novos negócios e serviços.

Ciente das dificuldades encontradas pelos produtores rurais, o poder público municipal de Louveira elaborou um programa de Desenvolvimento Rural dando enfoque ao Agroturismo, em função da importância dos atrativos existentes no espaço rural, tais como: a fruticultura; a herança deixada pelos imigrantes italianos pertinentes à sua cultura, práticas agrícolas, culinária; às belezas naturais e construídas historicamente no local.

A incorporação de outras atividades no espaço rural tem sido a estratégia apontada por muitos países para manter a população no campo e com melhor qualidade de vida, graças ao aumento da renda, que passa a ser gerada tendo como base uma maior diversidade de atividades e funções (CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 1999). Assim, o turismo rural se constitui numa complementação de renda aos agricultores, que continuam também a desenvolver outras atividades tradicionais no meio rural tais como, a agricultura e a pecuária.

Além disso, o turismo tem um papel significativo na conservação e gestão de diversas paisagens: naturais, históricas, culturais e do patrimônio edificado (CAVACO, 2001). Pode servir para reanimar áreas abandonadas pela atividade agrícola ou de desertificação humana.

Algumas características presentes no campo como o clima e as belezas naturais, rios e cachoeiras, áreas montanhosas, reservas florestais, a sociedade rural, sua gastronomia, e, a própria "vida no campo" contribuem para desenvolver várias modalidades de turismo no espaço rural.

A indústria e a população operária contribuíram para o crescimento das cidades no século XIX e XX. Desta forma, o principal motor do desenvolvimento urbano no século XIX é a industrialização. Nas cidades que se industrializavam novas atividades vão surgindo em função do transporte de matérias-primas, produtos semi-manufaturados, de produtos fabricados o que provocou a implantação de um sistema de transportes, novos organismos de comercialização, sistema de crédito, etc. (GEORGE, 1983). As cidades industriais vão acumulando assim novas atividades, além da função produtiva, e se tornam centro de atividades culturais, de um comércio mais sofisticado, construções novas, atraindo a população de cidades menores e do campo.

O poder de atração das cidades sobre a população rural foi muito grande durante a industrialização. Representava a possibilidade de obter, além de um emprego mais rentável, o acesso a muitos serviços que não existiam no campo. Na verdade, muitas vezes ela era a única saída, pois o trabalho rural competia com os avanços tecnológicos que eram produzidos para o campo, representados pelas máquinas modernas e novos equipamentos poupadores de mão-de-

obra. Desta forma, ocorrem mudanças nas relações de trabalho e se criam excedentes de mão-de-obra que, não encontrando mais trabalho no campo, migram para as cidades onde num primeiro momento, as recentes fábricas têm grande oferta de empregos. O processo de urbanização iniciado em algumas regiões do oeste da Europa e leste da América do Norte, mais tarde se estendem para o oeste da Europa e para o Japão. Nos países denominados desenvolvidos, a Revolução Industrial e a modernização da agricultura foram acontecimentos determinantes para a migração rural-urbana.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, o processo de urbanização, concluído nos países desenvolvidos, inicia-se nos países subdesenvolvidos, principalmente nos países da América Latina e em muitos países asiáticos. Em relação ao continente africano, apesar de o processo já se ter iniciado em alguns países as taxas de urbanização são menores, se comparadas aos outros continentes.

No Brasil, dados revelam um crescimento da população urbana em detrimento da população rural a partir da década de 1960. Em 1995, 78,9% da população era classificada como urbana e 21,02% como rural, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE, 1991) e Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD, 1995). No caso dos países do sul, entre eles o Brasil, o intenso processo de urbanização é responsável pelo inchaço de algumas cidades, hoje metrópoles nacionais, como é o caso do Rio de Janeiro e São Paulo. Não só as metrópoles nacionais, mais algumas metrópoles regionais, concentram a maior parte da população urbana.

Desta maneira, a maior parte da sociedade brasileira é genericamente considerada urbanizada. Apesar desta terminologia geral não significar que toda população urbana partilhe da urbanidade, de todos os serviços e atrativos que a cidade oferece. Ao contrário, como afirma VEIGA (2002), o Brasil é menos urbano do que parece

Outra característica das grandes cidades é a distância cada vez maior do meio ambiente natural.

> *O meio ambiente natural está cada vez mais ausente no "meio urbano, porque dele foi banido por meio de formas concretas de desenvolvimento (enterrando-se os rios, derrubando-se a vegetação, impermeabilizando-se terrenos, calçadas, ruas, edificando-se em altura – criando-se solo urbano etc.)* (RODRIGUES, 1986:106).

Além disso, nas cidades os habitantes enfrentam vários problemas, dentre eles, a deterioração do ambiente causada pela poluição sonora, visual, atmosférica, pela violência, pelos intensos congestionamentos, pelo alto custo de vida, tudo isso contribuindo para a queda da qualidade de vida nos grandes centros urbanos.

Os problemas ambientais das grandes cidades contribuem para o surgimento de vários tipos de doenças de fundo alérgico, cárdio-respiratórias e o próprio estresse ocasionado pelo deslocamento de grandes distâncias da residência ao trabalho. Todos esses fatores levam a população a desejar ou a concretizar fugas das cidades e a "buscar pelo verde" nas viagens de férias e de finais de semana (RUSCHMANN, 1997).

Diante da perda de qualidade de vida nas grandes cidades e metrópoles, o conceito de liberdade, de desenvolvimento, de civilização, de lugar que possibilita o pluralismo e uma grande variedade de estilos de vida que os grandes centros urbanos representam, parece se inverter no presente, tanto é que atualmente muitos urbanos tentam buscar no mundo rural, espaços para sua identidade individual e coletiva (DURÁN, 1998). Começa haver hoje uma nova visão dos habitantes urbanos sobre o espaço rural. Além de símbolo de liberdade, que ele representa, há nele paisagens, belezas naturais e produzidas, simbolizando ainda um ambiente saudável (CRISTÓVÃO, 2002). Assim, o campo potencializa características que podem ser aproveitadas para o desenvolvimento de atividades para os cidadãos urbanos e assim contribuir para aumentar a renda da população rural.

Juntamente com os tipos de turismo rural existe também, por parte de determinadas pessoas, interesse em outras formas de entretenimento tais como férias na natureza, ecoturismo, trilhas, escaladas, esportes na água, turismo saudável, caça e muitas outras formas de atividades de recreação (VERBOLE, 1999).

Vários fatores contribuem para que o turismo rural agrade: em primeiro lugar, por ser um turismo local gerido pelos próprios residentes; em segundo lugar, por ser um turismo de encontro, um turismo de partilha, de iniciativa local e de gestão local; em terceiro lugar, por ser marcado pelas paisagens locais e valorizar a cultura local (ALMEIDA, 1999).

A cultura local, com suas tradições, seus produtos de artesanatos, seus recursos naturais, além da arquitetura rural, são elementos procurados pelos urbanos na busca de um entretenimento baseado em coisas simples.

Outro fator a ser considerado que contribui para incentivar as atividades de turismo rural é a pouca preocupação com o lazer e com o relaxamento das pessoas por parte dos administradores urbanos. Os parcos esforços existentes para serem investidos em alguns espaços verdes, não alteram a situação, assim, a qualidade de vida citadina degrada-se a olhos vistos (KRIPPENDORF, 2001). O baixo investimento de lazer por parte do poder público é um dos motivos que contribui também para a população procurar formas de entretenimento no espaço rural. Assim, multiplicam-se atividades como de turismo no espaço rural, pesque-pagues, festas e rodeios, dentre outros.

É necessário atentar para a necessidade do turismo no espaço rural não gerar renda somente para os agropecuaristas, tradicionalmente patronal ou para agricultores familiares consolidados, deixando somente respingos para outros setores da população rural. A atividade direcionada para essas categorias não colaborará para desconcentrar a renda e as desigualdades sociais, mas talvez possa até agravar ainda mais esses problemas (FROEHLICH 2000).

O turismo no espaço rural contribui para a valorização das terras e isso pode contribuir para intensificar o êxodo rural. O pequeno proprietário, diante do preço que oferecem pela sua terra, vende sua unidade produtiva, muda-se para a cidade, onde vai morar em condições miseráveis, ou volta a sua ex-propriedade como caseiro, de pequeno produtor passa a ser assalariado. Tal situação é encontrada, tanto nos municípios de Cunha, como em Santo Antonio do Pinhal (depoimento do ex-Gerente da Caixa Econômica de Cunha e de um comerciante de Santo Antonio do Pinhal, 2004).

A procura por tipos de turismo no espaço rural propiciou, além da valorização das terras, a consolidação dessa atividade tanto em países europeus, dentre os quais se destacam a França, a Itália, Alemanha, Holanda e Áustria, como nos Estados Unidos onde é uma atividade crescente, como em outros continentes, como a Austrália. Na América Latina, já é uma realidade nos estados do sudeste e sul do Brasil, no Chile e na Argentina (II FORO MUNDIAL DE AGROTURISMO Y TURISMO RURAL, 2003).

O turismo no espaço rural pode ser reforçado em áreas abandonadas pela atividade agrícola e de desertificação humana. Cabe a ele um papel significativo na conservação e gestão da diversidade das paisagens, não só naturais, como históricas e culturais, que são, aliás, motivos de atração turística (CAVACO, 2001).

5. A construção de conceitos sobre o turismo rural

Uma das grandes dificuldades ao se estudar o turismo rural é a variedade de conceitos utilizados pelos autores. "As definições cunhadas para fins operacionais nem sempre satisfazem a busca por conceitos que levem em consideração as realidades locais e reflitam as mudanças ocorridas no tempo" (ISHIY, 2002:57).

Não há um consenso entre os estudiosos do assunto na definição do turismo rural. Num simples olhar, a resposta é bastante simples: turismo rural é o turismo que ocorre na área rural (VERBOLE, 1999). No entanto, na realidade, o conceito é muito mais complexo, envolvendo não somente o meio ambiente não urbano, mas também o uso de todos os recursos rurais tais como a população local e sua cultura, assim como da natureza.

Autores como, CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, (1999 e 2000), LIMA e MATIAS (2000), PRATES e PAULA (1999), ISHIY (2002) conceituam turismo rural como toda atividade turística ocorrida em área não urbana.

São encontrados na Literatura muitos termos para descrever atividades de turismo em áreas rurais, tais como: agroturismo, turismo na fazenda, turismo rural, para mencionar apenas alguns. Turismo Rural refere-se, como já foi visto, a toda forma de turismo encontrada na área rural. Agroturismo é toda forma de turismo diretamente ligada com o ambiente agrário, aos produtos agrários ou cujos fornecedores estão diretamente ligados com o mundo rural mesmo que temporariamente. Já turismo de fazenda é toda forma de turismo ligada com a fazenda (refeições, entretenimento e passeio rural – passar o dia na fazenda) (VERBOLE, 1999).

Para a EMBRATUR, o turismo rural pode ser resumidamente definido como:

> *Um conjunto de modalidades que consiste na atração de demanda eminentemente interna e citadina para os ambientes rurais, em que os turistas podem experimentar maior contato com um ambiente bucólico, bem como os costumes locais e o dia-a-dia da vida do campo* (PORTUGUEZ, 1999:76).

Para REJOWSKI (1999), essa definição aproxima-se de RODRIGUES (1998) tendo como referência a noção de turismo eco-rural, no qual envolve a prática do turismo alternativo

em contraponto ao turismo de massa. O objetivo do turista que se desloca tanto para áreas naturais protegidas, como para os espaços rurais é fugir dos padrões do urbano.

A autora esclarece que o turismo rural ocorre em áreas na qual o solo é ou já foi ocupado e trabalhado. Quanto ao turismo ecológico, está relacionado às áreas onde o solo não foi trabalhado ou foi pouco utilizado.

ALMEIDA (1999) observa duas tendências em relação ao turismo rural. Uma leva em consideração a porcentagem dos rendimentos do turismo que beneficiam a própria comunidade rural. A distinção entre turismo no espaço rural e turismo rural ocorre quando o conjunto da população usufrui os rendimentos advindos da atividade turística. Acrescenta que quando os rendimentos são revertidos para os próprios agricultores, se chama agroturismo. Outra tendência, considerada pelo autor, define o turismo rural pelos diferentes elementos que constituem a oferta, devendo ser a cultura o componente importante desta oferta. Assim, fala-se de agroturismo, turismo verde, gastronômico, eqüestre, dentre outros. Cada um destes tipos pode apresentar diversas modalidades locais.

As atividades turísticas, realizadas nos espaços rurais descritas por TAVALERA (2002) podem ser denominadas de aventura, como por exemplo, rapel, *rafting*, escaladas, trilhas. Nele o que exerce atração são as características espaciais dos elementos locais. As características existentes no espaço rural podem propiciar vários tipos de atividades. Dentre eles podem ser citados o turismo verde, ecoturismo, agroturismo e turismo rural. Deste modo, a natureza, a cultura, a população rural são seus atrativos.

A imprecisão dos conceitos parece estar ligada às tentativas de tentar classificar as atividades desenvolvidas no turismo rural de acordo com os parâmetros europeus, o que resultaria em grande equívoco em virtude de tratar-se de realidades diferentes e complexas (RODRIGUES, 2001).

As dificuldades conceituais levaram autores como GRAZIANO DA SILVA *et al* (1998) e VERBOLE (1997) à utilização do termo "turismo no meio rural" para atividades desenvolvidas no espaço rural tais como: turismo rural, turismo ecológico ou ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural, turismo de negócios, turismo jovem, turismo social, turismo de saúde e turismo esportivo. Desse modo, o turismo no meio rural abarca qualquer atividade de lazer ocorrida em áreas rurais, não sendo necessário haver atividades relacionadas com as propriedades agropecuárias. Colônias de férias, hóteis-fazenda, as fazenda-hotéis, chácaras de

recreio e condomínios rurais de segunda moradia são conceituadas como atividades presentes no meio rural.

> *O turismo e o lazer no espaço rural abrangem várias modalidades, que vão do hotel fazenda, preparado integralmente para obter sua receita exclusivamente a partir dos turistas, ao sítio que não deixou de lado sua produção agropecuária e mantêm alguns poucos quartos na casa-sede destinados à hospitalidade comercial, àquela propriedade dotada de atrativos usufruídos por visitantes de um dia, com pouco ou nenhum contato com os proprietários, inserindo-se os turistas nas conversas de família, na grande mesa das refeições* (PIRES, 2000:105).

RODRIGUES (2001) não acha correta a utilização para classificação de atividades de turismo no espaço rural as desenvolvidas por hotéis situadas às margens das rodovias, motéis, ou mesmo *resorts*, cujas localizações encontram-se na zona rural. Sugere a denominação de turismo periurbano quando ocorre pernoite e lazer periurbano em situações onde não se configura o turismo.

Para classificar o turismo rural RODRIGUES (2001) baseou-se em dois grandes grupos tendo como ênfase o patrimônio cultural. No primeiro grupo, de cunho histórico, considera o turismo rural tradicional de origem agrícola, pecuária e de colonização européia. O segundo grupo refere-se ao turismo rural contemporâneo. Abrange os hotéis-fazenda, pousadas rurais, *spas* rurais, a segunda residência campestre, *campings* e acampamentos rurais, turismo rural místico ou religioso, turismo rural científico-pedagógico e turismo rural etnográfico.

Novos tipos de turismo são introduzidos no mercado nas duas últimas décadas, sempre em áreas consideradas não urbanas. Isso leva à novas análises e estudos do sistema turístico Os novos tipos de turismo não têm tanta novidade como alguns pretendem. Na tipologia adotada por Smith (1977), *apud* TAVALERA, (2002), para classificação dos tipos de turismo são consideradas as relações entre os visitantes e as áreas de destino, enfocadas pelo autor como do tipo interacional-comportamental. Nela o autor considera várias categorias de turismo dentre elas o étnico, cultural, histórico, ambiental e recreativo.

O Turismo cultural é aquele que abarca o pitoresco e os atrativos locais, os vestígios de vida no processo de extinção. Já o turismo histórico tem como cenários, ruínas, monumentos e museus, podendo também incluir cidades e espaços onde ocorreram acontecimentos marcantes no tempo. Em relação ao turismo ambiental, esta categoria tem como atrações locais onde se possa viver e se relacionar com o meio natural. No turismo recreativo, o autor considera que ele pode ser resumido pelo desejo do sol, mar, areia e sexo, impulsionado pelo "bonito" e pelo *relax* natural.

No turismo étnico o objetivo é observar as expressões culturais e os estilos de vida dos povos exóticos. As atividades programadas neste tipo de turismo podem incluir além da visita aos lugares nativos, a presença em danças e cerimônias e também a oportunidade, se desejo do visitante, de participar em rituais religiosos. Pode compreender a busca do étnico exótico num ambiente primitivo e autêntico o que leva a experiência de primeiro contato com outras culturas.

Existe no turismo cultural interesse pela comunidade no que se refere à sua cultura popular, a sua arte e à sua arquitetura, assim como os seus museus e locais históricos, enfim conhecer seus diferentes aspectos culturais.

Diferentes formas de turismo rural desenvolveram-se com base na exploração dos recursos naturais, tais como, a natureza, a população local e sua cultura, entre elas talvez as mais conhecidas sejam o agroturismo e o turismo de fazendas. O turismo de fazendas se refere a toda forma de turismo diretamente relacionada a uma fazenda (por exemplo, refeições na fazenda, entretenimento na fazenda, jornadas na fazenda). Segundo essa caracterização, *camping* nas fazendas, uma forma de turismo bastante popular na Holanda é classificada aqui como agroturismo.

O turismo rural envolve também os parques temáticos, museus ao ar livre, *resorts* no meio rural e similar. Além disso, não podemos esquecer que o turismo rural abrange também um conjunto de recreações, *relax* e atividades tais como caminhadas, montanhismo, turismo esportivo e de saúde, caçadas e muitas outras atividades turísticas (VERBOLE, 2002).

Segundo ALVES (2003) a diversidade de definições de Turismo Rural não esta somente relacionada às diferenças naturais e culturais dos locais no qual o turismo ocorre, mas também está relacionado com o tipo de demanda que busca essa forma de turismo. Enfoca também a grande dificuldade em se definir o Rural, inclusive nas Ciências Sociais.

Para tanto, o autor optou por três olhares que são representativas dessa questão para poder estabelecer um paralelo entre as noções de rural e as tipologias de turismo rural. Enfoca que as primeiras concepções sobre o rural estabeleciam uma visão dicotômica que opunha cidade campo, rural e urbano. Dentro dessa perspectiva o trabalho do sociólogo seria de relacionar as diferenças entre as duas categorias. Dentro dessa concepção havia uma visão negativa de rural, relacionando este espaço ao conservadorismo, atraso, entre outras (FROEHLICH, 1998).

A partir da década de 60 surge um novo modelo de análise – a urbanização do campo. Ela nega a descontinuidade entre os dois espaços (cidade e campo) e passa a valorizar a integração de culturas, dos produtos e práticas urbanas. Este modelo de análise propiciou o desenvolvimento da tese do continuum (KAISER, 1990). O rural e o urbano passam a ser visto com um sistema contínuo.

Uma terceira alternativa consistiria em enxergar a noção de rural como uma construção social. CARNEIRO (1998) acredita ser cada vez mais difícil estabelecer os limites entre as cidades e os lugares pequenos. Apesar disso, não acredita numa classificação baseada numa homogeneização e nem que o meio rural possa ser reduzido num continuum dominado pela cena urbana. Como o campo não está passando por um processo único de transformação em toda sua extensão, não se pode generalizar a ruralidade, ela se expressa de maneira diferente em universos culturais, sociais e econômicos diversos. Desta maneira, as transformações ocorridas no trabalho e nas relações sociais do campo mudam as noções de "urbano e rural" em categorias simbólicas de acordo com o universo onde estão inseridas. De modo que estão sujeitas às reelaborações e apropriações diversas.

Como fica o conceito Turismo Rural dentro destas três perspectivas de Rural? Para ALVES (2002), dentro da visão dicotômica que opunha o rural e o urbano, não há problemas em definir Turismo Rural, sendo somente necessário fazer uma relação entre as atividades empreendidas e as características próprias do universo rural. Já dentro da perspectiva do continuum rural/urbano as modalidades de turismo variam das mais tradicionais como o Agroturismo e Turismo Rural às outras modalidades de turismo, destacando-se as de afinidade mais urbana, como por exemplo, os hotéis-fazenda inseridos no espaço rural. E em relação ao Turismo Rural como construção social? Isso tem a ver com as considerações que os diferentes agentes envolvidos possuem com essa atividade. Além das especificidades do lugar onde ocorre o turismo, vários atores sociais têm relação direta com a demanda turística. A maior parte da

procura por diversas modalidades alternativas de turismo vem da cidade, ocorrendo tipologias variadas. Assim, os turistas, a mídia, a população receptiva, as agências de turismo, os empresários locais, dentre outros, contribuem como agentes que representam a construção social das várias tipologias de Turismo Rural.

Durante o IV Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável foi elaborada a Carta de Joinvile, 2004 na qual foi proposta a seguinte contribuição sobre o conceito de turismo rural:

> *Turismo Rural é aquele que, do ponto de vista geográfico, acontece no espaço rural; do ponto de vista antropológico, oferece ao visitante a possibilidade de vivência de cultura rural; do ponto de vista socioeconômico, representa um complemento às atividades agropecuárias e, finalmente, do ponto de vista do imaginário, atende às expectativas de evasão da rotina urbana e de realizar outras experiências de vida. Ou seja, em suma: Turismo Rural é atividade realizada no meio rural apropriada por atores de cultura local e rural e estimulada por um fluxo de pessoas que desejam a contemplação dos significados da sociedade local e seu entorno natural, com retorno para a economia regional* (Carta de Joinvile, 2004, *apud* Vieira, 2006).

E importante ressaltar que esse conceito elaborado sobre turismo rural é bastante abrangente. Nele é destacada a importância desse serviço, como valorizador da cultura rural, seu papel para a economia local, e finalmente sua contribuição para o lazer e o *relax* dos citadinos.

Quanto o enfoque é o turismo no espaço rural é importante ressaltar sua ação no sentido de alcançar a sustentabilidade da economia e das sociedades rurais para compensar o declínio da agricultura tradicional. Esse fenômeno é visto claramente na área interiorana da França, da Itália, da Espanha e de Portugal (SWARBROOKE, 2000).

Para tanto, dentre as proposições dessa mudança, destaca-se a adoção de sistemas alternativos de produção agrícola. No Brasil os agricultores familiares também estão optando em adotar práticas alternativas e ecológicas na agricultura (BRANDENBURG, 2006).

Entre os proprietários de pousadas de Cunha e Santo Antonio do Pinhal há a preocupação com o meio ambiente. Para tanto, adotam práticas que tentam demonstrar tal

atitude. Porém, não há nenhum projeto que envolva os produtores rurais no sentido de alcançar o desenvolvimento sustentável dentro de uma abrangência maior envolvendo todos os atores sociais da comunidade rural. No município de Louveira há um projeto do poder público municipal nesse sentido. A primeira medida seria complementar a renda de alguns produtores rurais com o agroturismo, mas isso é ainda muito incipiente.

5.1. O agroturismo como uma modalidade de turismo rural

O agroturismo se refere a toda forma de turismo diretamente relacionada ao ambiente agrário, produtos agrários ou habitações agrárias. Os provedores desse produto turístico estão diretamente engajados na agricultura. Pelo fato de oferecer serviços não-agrícolas no interior das propriedades agrárias, tem sido de maneira equivocado considerado sinônimo de turismo no meio rural (GRAZIANO DA SILVA *et al.*,1998).

Com o agroturismo, a propriedade não abandona sua principal vocação, a agricultura. Outras atividades, tais como pousadas, pesque-pague, artesanatos, comidas caseiras, são desenvolvidas simultaneamente com as atividades agrícolas na propriedade. As atividades referidas propiciam a geração de novas fontes de renda (MATTEI, 2000).

A necessidade de o turismo estar relacionado com o desenvolvimento de atividades agrícolas na propriedade é encontrada na definição de CALS et al. (1995), no qual para ser conceituado como agroturismo, a prestação do serviço tem que ser realizada no interior de uma propriedade agrária que esteja em plena atividade agrícola, pecuária ou florestal.

O Agroturismo surge durante a década de 1960 na Itália com o objetivo de dinamizar a agricultura em crise, gerando empregos e diminuindo o êxodo rural. Hoje é uma realidade não só nos países europeus, mas também em vários países sul-americanos.

Segundo o INSTITUTO NACIONAL DE ECONOMIA AGRÁRIA (2003), para a União Européia, a noção de turismo rural é muito ampla compreendendo qualquer atividade turística desenvolvida em ambiente rural, incluindo o turismo nas fazendas agrícolas e o agroturismo. De acordo com esta interpretação os termos turismo rural e agroturismo podem ser considerados sinônimos, enquanto indicam forma de férias passadas em localidades rurais, para as quais é quase impossível chegar a uma definição unívoca, em função das estruturas utilizadas e das atividades desenvolvidas.

Na Itália há a distinção entre os dois setores produtivos. O agroturismo é considerado como uma verdadeira e própria atividade agrícola, em assessoria ao cultivo. É também considerada uma prática de acordo com as leis n°. 730, de cinco de dezembro de 1985.

De acordo com a Lei italiana n°. 730 são consideradas atividades agroturísticas "cada atividade de recepção e hospedagem, exercidas por empreendedores agrícolas, através da utilização de sua própria fazenda, em relação de conexão e complementaridade à atividade de cultivo da propriedade, silvicultura, criação de animais, que devem permanecer a atividade principal".

Para a II SECRETARIA GERAL DO FORO (2003), o agroturismo compreende visitas a estabelecimentos rurais com o objetivo de desfrutar das atividades agrícolas e pecuárias envolvendo-se ativamente com as mesmas. O interesse do visitante deve ser motivado pelas atividades existentes no estabelecimento, não impedindo o desenvolvimento de outras atividades complementares.

O agroturismo "pode ser entendido como uma modalidade de turismo em espaço rural praticada dentro da propriedade, de modo que o turista, e/ ou excursionista entra, mesmo que por curto período de tempo, em contato com a atmosfera da vida na fazenda, integrando-a de alguma forma aos hábitos locais" (PORTUGUEZ, 1999:77). O autor argumenta ainda que tal distinção se faça necessária pelo fato de poder praticar o turismo ambiental em espaço rural, ou seja, não especificamente no interior de uma propriedade. Outra observação feita pelo autor é de que durante as viagens de campo, a grande maioria não pernoita na propriedade, o que descaracteriza uma prática turística. Tal deslocamento temporário é denominado de excursionismo.

As unidades produtivas rurais que se dedicam às práticas do agroturismo representam um modelo diferenciado de atividade econômica, se comparadas às que se dedicam as atividades agrícolas tradicionais, pois nessas propriedades a atividade turística convive com a produção, o consumo, a venda de paisagens e da cultura popular. Já se o enfoque de turismo específico for às cidades turísticas, "representam uma nova e extraordinária forma de urbanização, porque elas são organizadas não para a produção, como foram as cidades industriais, mas para o consumo de bens, serviços, e paisagens... erguem-se voltadas para o consumo e para o lazer" (LUCHIARI, 1999:118).

Existem trabalhos que focam o turismo relacionando sua importância com o desenvolvimento local, como o de SCHNEIDER e FIALHO (2000), por exemplo, que relatam o

Projeto "Rota Colonial Baumschneiss" do município gaúcho de Dois Irmãos, onde o objetivo da Prefeitura Municipal foi integrar o município, por meio do projeto, na economia turística da região serrana. Os estudos relatam ainda a contribuição do turismo no espaço rural para minimizar os impactos socioambientais, como alternativas de educação ambiental pelo ecoturismo e mesmo a importância de seu planejamento e gestão dentro dos padrões de sustentabilidade.

Tratando-se do turismo no espaço rural, os trabalhos publicados tanto na literatura especializada, como em anais de congressos são inúmeros; o mesmo não ocorre dentro de uma de suas modalidades, o Agroturismo. PORTUGUEZ (1999) aborda o Agroturismo na região serrana do Estado do Espírito Santo, GATTI (2000) estuda a mesma modalidade no município de Venda Nova dos Imigrantes no mesmo Estado. ISHIY (2002) enfoca em sua dissertação de mestrado, além do agroturismo, o ecoturismo na Fazenda Floresta em Lupércio, no estado de São Paulo. Esses são alguns dos autores que tem dissertações que analisam essa atividade no espaço rural brasileiro.

O agroturismo pode ser uma das alternativas para os agricultores familiares aumentarem sua renda, fixar seus filhos no campo, gerar empregos diretos e indiretos, contribuir para a preservação do meio ambiente e para o desenvolvimento dos municípios.

Contribui para a estabilização da economia local, criando empregos e abrindo oportunidades de negócios diretos, como hospedagem, lazer e recreação, agrega valor aos produtos agrícolas dos estabelecimentos e estimula também a instalação de pequenas indústrias artesanais. Existe também a possibilidade de maior conservação e aumento de espécies de plantas e animais, graças ao aumento da demanda turística e, consequentemente, aumento da preocupação com o meio ambiente. A atividade pode estimular o manejo, conservação e recuperação de áreas degradadas e da vegetação florestal e natural, ampliando a consciência ambiental tanto do produtor, como da população local e dos turistas (RAMOS, *et al.*, 2004).

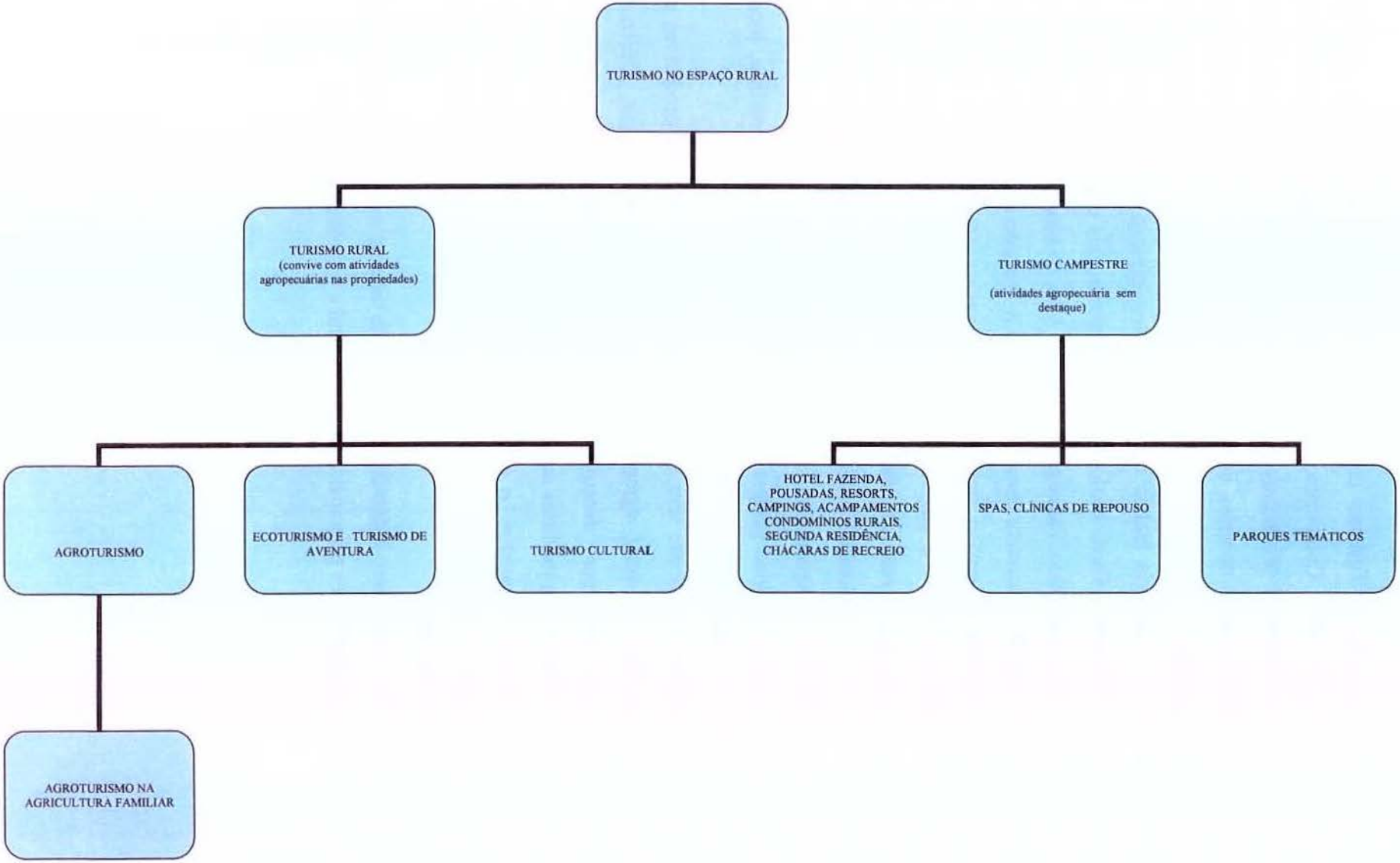
Neste trabalho, serão consideradas atividades agroturísticas aquelas ocorridas em propriedades rurais que se dedicam à agropecuária, ao reflorestamento ou ao processamento agroindustrial, e nas quais o retorno financeiro com a hospedagem contribui para complementação de renda. Os hóspedes, além de contato com as atividades agropastoris desfrutam também de lazer e recreação. Na sua estadia, deve ocorrer pelos menos um pernoite.

Neste trabalho, o Turismo no espaço rural será considerado em duas categorias: Turismo Rural e Turismo Campestre. Por Turismo Rural compreendem-se as atividades desenvolvidas nas unidades produtivas rurais tais como, atividades agrícolas, pecuárias ou mesmo de silvicultura. Desta maneira, as atividades do setor terciário somar-se-iam com outros presentes nas propriedades agrícolas com o objetivo de complementação de renda. A propriedade receptora de hóspedes poderia incluir um rol de entretenimento desde turismo de aventura, praticadas de acordo com práticas ecologicamente corretas, tais como: caminhadas em trilhas, cavalgadas, escaladas, arborismo, canoagem, *moutains bike*, *trekking*, dentre outras, ou o simples convívio na vida rural. É importante ressaltar que tanto o Turismo de Aventura, como o Turismo Ecológico podem ocorrer no espaço rural em áreas de preservação ambiental. Outra modalidade importante no Turismo Rural é o Turismo Esportivo. Podem ocorrer em competições de pesca, na forma de corridas, jogos e outras modalidades. Propriedades com patrimônios culturais podem complementar sua renda explorando esse tipo de Turismo. Dentro dessa modalidade de Turismo Rural teríamos também o Agroturismo que ocorre em áreas onde o solo já foi ocupado e trabalhado. O turismo ecológico prefere as áreas menos exploradas, ou melhor, local onde a natureza foi menos alterada pela ação humana.

Já o Turismo Campestre tem suas manifestações em unidades produtivas nas quais atividades relacionadas ao setor agropecuário têm pequena importância. Utilizam-se das vantagens do espaço rural para desenvolver atividades de Turismo. Relacionam-se a essa categoria dentre outros os condomínios rurais, a segunda residência, chácaras de recreio, fazenda hotel, pousadas, *resorts*, *campings* e acampamentos, *spas*, clínicas de repouso e parques temáticos localizados no espaço rural. As pousadas de Cunha e de Santo Antonio do Pinhal encontram-se nessa categoria.

O organograma número 1 demonstra os tipos de turismo no espaço rural, levando-se em consideração duas modalidades principais, o turismo rural e o turismo campestre.

1. ORGANOGRAMA



Fonte: Organizado pela autora, 2007

É importante ressaltar, que apesar de no organograma serem especificados tipos predominantes de turismo, tanto campestre, como rural, isso não impede que outros tipos de turismo possam conviver na mesma propriedade não sendo, porém a atividade principal.

Há uma discussão entre os proprietários de pousadas sobre o limite de turistas numa propriedade rural. Para a *ASSOCIACIÓN DE AGROTURISMO Y CASAS RURALES DEL PAÍS BASCO* (2003) deve existir um limite de turistas nos estabelecimentos que oferecem a atividade agroturística (12 pessoas na sua maioria), para que nas propriedades possa-se se desfrutar de tranqüilidade e de um tratamento familiar em contato direto com o mundo rural e com a natureza.

Essa preocupação também é endossada pelos pousadeiros tanto de Cunha, como de Santo Antonio do Pinhal. Graças a isso o número de chalés construído é pequeno e o limite máximo que eles consideram é de dez chalés, para não perder a área verde do entorno. Sabem o que os turistas vêm "buscar" no espaço rural e tentam preservá-lo de maneira bastante consciente. Para eles a conservação do local está traduzida em lucro.

6. Planejamento e Política no Turismo Rural

Os termos planejamento e política estão extremamente ligados (HALL, 2001). A política ligada ao turismo é a espinha dorsal do planejamento, do plano, do fazer (projetos, programas), do executar, do reprogramar (estratégia) e do fomentar (investimentos e vendas) o desenvolvimento do turismo de um país ou de uma região. A política do turismo constitui-se no conjunto de fatores condicionantes e de diretrizes básicas que mostram os caminhos para atingir os objetivos amplos para o turismo do país; além disso, determina qual deve ser o tipo de ação do Estado, de facilitar o planejamento das empresas do setor, quanto aos empreendimentos empreendedores e das atividades mais suscetíveis para receber apoio estatal (BENI, 2000).

Apesar de a atividade turística ser essencialmente privada, existe uma função para o Estado como regulador e coordenador do turismo em nível internacional, nacional, regional e local. Dessa forma, o papel estratégico dos governos no turismo é fundamental e poderá também se estender em assuntos como planejamento da força de trabalho, treinamento, desenvolvimento empresarial, controle do desenvolvimento, investimento e melhorias da infra-estrutura (YOUELL, 2002).

É pertinente que todos os programas turísticos possam ser norteados no sentido de condicionar-se à política de preservação do patrimônio cultural, artístico, histórico, documental e

paisagístico natural do país. Para o autor ainda, em segundo lugar, a interferência dos projetos nas áreas vocacionadas ao desenvolvimento da atividade turística deverá ser reduzida ao mínimo em relação a sua interferência em atividades sociais e culturais preexistentes. Em terceiro lugar, aborda a condicionante econômica. Desta forma, os programas e projetos deverão ser direcionados no sentido de ativar e dinamizar os empreendimentos que atuam no setor, com amplo apoio ao comércio, à hotelaria, à produção especializada e artesanal, às agências de viagens e outras iniciativas do setor. Serão buscados todos os recursos necessários para o desenvolvimento interno e externo da atividade, assim como os necessários à infra-estrutura. Tais recursos poderão ser requisitados tanto em nível municipal, estadual ou federal.

Para tanto, os órgãos institucionais públicos terão como função a determinação das prioridades, assim como a criação de normas, a administração dos recursos e estímulos. Caberá ao governo nortear as diretrizes e prover as facilidades.

O estabelecimento de políticas, devido a sua abrangência e complexidade, cabe geralmente ao Estado para as mais diversas esferas da atuação governamental. Deve ter como principio a flexibilidade, o dinamismo e ser adequado aos interesses políticos de cada sociedade, de cada época, tanto no processo de formulação quando na implementação. No setor turístico, as preocupações no estabelecimento de políticas só surgem quando a atividade adquire importância econômica, ou quando começa a causar transtornos (SOLHA, 2004).

Para HALL (2001) as políticas direcionadas ao turismo têm uma íntima relação com os valores culturais e religiosos, com o ambiente político e com as estruturas institucionais, refletindo, portanto, as tendências e preocupações do momento de sua elaboração. Desta maneira, para o autor, analisando o contexto da evolução da sociedade nos últimos cinqüenta anos pode-se destacar algumas fases das políticas direcionadas ao turismo. No período de 1950-1970, quando se desenvolve o turismo de massa, as políticas de fomento tinham como objetivo principal o aumento do fluxo de visitantes, no período de 1970-1985 a preocupação era com políticas que tinham como ênfase o desenvolvimento. A partir de 1985 observam-se duas tendências: maior preocupação com o meio ambiente e com o aumento da competitividade. Diante disso, o Estado diminui sua interferência e assumi um papel de coordenação e estruturação da atividade turística.

As políticas voltadas ao setor turístico devem ser direcionadas tanto no sentido de estimular e, ao mesmo tempo, controlar o desenvolvimento do turismo, como também se preocupar com a proteção dos interesses da sociedade.

É necessário o estabelecimento de linhas norteadoras que deverão ser implementadas ao longo do período. Em primeiro lugar, embasado na filosofia de turismo, é definido um princípio geral para relacionar a forma como o turismo deve ser definido; em segundo lugar, é abordada a destinação, que determina como o destino vai estar num futuro distante (geralmente de 5 a 10 anos); em relação aos objetivos e metas há o estabelecimento dos resultados qualitativos e quantitativos que se espera alcançar. O enfoque necessita também ser observado em relação aos limites, os quais definem os parâmetros e seus efeitos na sociedade, cultura e meio ambiente e as estratégias de desenvolvimento. Com sua definição se estabelecem os padrões de ações, que permitem atingir os objetivos definidos para as diferentes áreas do turismo, tais como oferta, demanda e organização estrutural (MCINTOSH e GOELDNER, 1990).

Após o estabelecimento dos elementos norteadores torna-se necessário o estabelecimento de indicadores que permitam o monitoramento da implementação das políticas e que servem como subsídio para reagir às mudanças e reorganizar as prioridades dando assim, às políticas um caráter flexível e dinâmico (LICKORISCH e JENKINS, 2000).

Após o término da II Guerra Mundial, as políticas públicas contribuíram para impulsionar a economia de áreas arrasadas pelo conflito. Tais políticas tiveram por base planejamentos estratégicos e financiamentos. Do mesmo modo elas também contribuíram para recuperação de áreas agrícolas decadentes.

A recuperação de países da Europa Ocidental, cujas economias foram arrasadas durante a Segunda Guerra Mundial (1937-1945), ocorreu graças à adoção de estratégias de planejamento e de financiamentos obtidos principalmente por meio do Plano Marshall para essa finalidade. Tais recursos eram conhecidos como *dollar shortage* (BEZERRA, 2002).

Parte dos recursos obtidos por esses países foi direcionada para o planejamento do turismo. A França foi o primeiro país a elaborar o Primeiro Plano Qüinqüenal de *Equipamento Turístico* (1948-1952). A seguir a Espanha cria o *Ministério da* Informacion y *Turismo* que elabora as bases de um Plano Nacional do Turismo.

Não foi só a França e a Espanha que elaboraram planos para recuperar-se dos prejuízos causados pela guerra, tendo como um dos pilares o turismo. A própria OCDE (Organização de Cooperação Econômica Européia), organização internacional criada em 1948 pelos governos da Europa Ocidental para gerenciar a ajuda do Plano Marshall, após a Segunda Guerra Mundial, concedeu ao turismo o *status* de indústria prioritária.

O turismo foi também uma das soluções encontradas pelos governos de alguns países para estimular o crescimento de regiões específicas de seu território. Na França, por exemplo, já na década de 50 (século XX), se estruturava políticas de incentivo ao turismo rural, com o objetivo de fortalecer as economias das áreas agrícolas decadentes do país. O mesmo ocorreu na Alemanha e na Suíça, países nos quais foram criados incentivos nas regiões montanhosas para o desenvolvimento de atividades turísticas. Já no território italiano, os planos turísticos tinham por objetivo solucionar problemas socioeconômicos acarretados por desigualdades regionais, como no caso específico do sul do país (BEZERRA, 2002).

Os planos turísticos tinham em comum a definição de áreas territoriais. Nessas porções do espaço os investimentos privados receberiam incentivos do governo central. Presumia-se que o crescimento do turismo aumentaria a demanda de alimentos e matérias-primas, portanto deveria proporcionar uma integração entre a expansão das atividades turísticas e a agricultura local.

No processo de planejamento do turismo, vários países criaram organizações nacionais de turismo. Muitas instituições, além de elaborar os aspectos normativos do setor, tinham como responsabilidade a definição de políticas públicas domésticas e também a coordenação de mecanismos de incentivo para desenvolvê-las. Desta maneira, o tipo de organização presente em cada país teria relação com a tradição política e ainda com as origens das práticas dos negócios turísticos. Se de um lado, nos Estados Unidos e Alemanha, por exemplo, apesar de terem instituições representativas da autoridade central na área do turismo, delegavam parte deste poder às organizações estaduais e locais de turismo. Por outro lado, essa descentralização do poder poderia ser explicada por um estágio maior de crescimento da indústria de turismo. E em alguns casos poderia ser entendida pelas tradições que cercavam a organização dos empreendimentos pioneiros na área, como no caso da Suíça, Áustria e da Grã-Bretanha (FOSTER, 1992). Ainda para o autor, a interferência governamental era maior em países nos qual o desenvolvimento do turismo de massa fosse um fenômeno recente e representasse um elevado potencial de crescimento para o país. Assim haveria maior centralização das organizações voltadas ao setor, como ocorreu na Espanha e na Itália, por exemplo.

Em Portugal o turismo começou a ser estimulado nos anos cinqüenta do século passado. O governo português cria em 1956 o Fundo de Turismo cujo objetivo era conceder empréstimos subsidiados às escolas de treinamento para o turismo. O destaque de Portugal como destino

turístico ocorreu na década de 70 com a abertura de hotéis nas áreas de Algarve e na costa oriental do Atlântico. A opção pelo turismo de luxo tinha por objetivo diferenciar o turismo português do espanhol, que era popularizado (BEZERRA, 2002).

Na medida em que a economia dos países europeus foi se equilibrando no pós-guerra, a atenção dos administradores públicos no turismo foi decrescendo. Tal constatação pode ser observada na disposição dos governos em diminuir a estruturação de políticas de apoio ao turismo.

Na América Latina o México elaborou o primeiro plano para o desenvolvimento do turismo em 1961. Além do México, a Argentina em 1968 divulgou o *Premier Documento de Trabajo*; o Peru criou em 1974 o programa COPESCO (Provecto Especial Plan Turistico Cultural Peru-Unesco). Neste plano de desenvolvimento o turismo é destaque para dinamizar o crescimento do país (ROCHA NETO, 1998).

6.1. Políticas Públicas para o Turismo no Brasil

A participação do setor público na estruturação do turismo no Brasil teve início com a criação da EMBRATUR e do Conselho Nacional de Turismo (CNTur). A Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) foi criada em 1966 pelo Decreto Lei N° 55 de 18 de novembro. Foi o marco da Política Nacional do Turismo. A partir de 1985 as políticas direcionaram-se sua preocupação às questões ambientais e ocorre também um aumento de competitividade, havendo uma diminuição da interferência do Estado, cujo papel passa a ser mais de estruturador e coordenador da atividade (OMT, 1998; HALL, 2001; SOLHA, 2004). Mas, foi só a partir de 1992 (Decreto n° 448, de 14.02.1992) que as políticas direcionadas ao turismo voltam-se no sentido de promover, valorizar e preservar não só o natural, mas também o cultural no país, assim como visualizar o homem como sendo o beneficiário do desenvolvimento turístico.

Um dos incentivos ao planejamento do turismo foi o Decreto Lei n° 1.191 de 27.10.71, equiparando as atividades turísticas às indústrias básicas para efeito de concessão de incentivos fiscais. A EMBRATUR e o Conselho Nacional do Turismo eram os órgãos que coordenariam tais incentivos. Assim, o CNTur tinha a competência de aprovar a isenção dos impostos de renda pelo prazo de até 10 anos tanto para hotéis, como para obras e serviços direcionados ao turismo. Essa isenção varia de 50%, limite máximo, em regiões na qual a atividade turística ocorria e se

em seu território operava a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) ou a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Para áreas fora da atuação destas instituições, o benefício era no máximo de 8%. Mas o incentivo, mesmo aprovado pelo CNTur estaria condicionado ao parecer favorável da EMBRATUR.

O Decreto mencionado instituía também o Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR), que se constituía numa linha de crédito com a finalidade de:

> *Facilitar aos investidores o acesso aos recursos necessários para a implantação, melhoria, conservação e manutenção de empreendimentos e serviços turísticos. A obtenção de recursos vincula-se a empreendimentos, obras e serviços declarados de interesse turístico pela EMBRATUR* (Ministério do Turismo, 2006).

No Governo Geisel o CNTur continuava a estabelecer os empreendimentos caracterizados como de "finalidade turística" para obtenção de incentivos fiscais. Já a EMBRATUR ainda teria a competência de conceder licenças para exploração da atividade turística e também a classificação das empresas, tendo como referência os padrões de conforto e serviços oferecidos. De acordo com a regulamentação, o CNTur poderia delegar à EMBRATUR suas atribuições, e de forma semelhante, esta organização poderia fazer o mesmo com os órgãos estaduais e locais de turismo. Para que isso ocorresse torna-se necessário a formalização de um convênio entre as partes que fossem ratificadas pelo CNTur (Decreto Lei nº 1.439, de 30.12.75).

No Governo Collor a EMBRATUR passa a ser denominada de Instituto Brasileiro de Turismo de acordo com Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, e a ser responsável pela formulação, coordenação e execução da Política Nacional de Turismo, assumindo as competências do extinto CONTur. Assim, no Art. 2º "a EMBRATUR tem por finalidade formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional de Turismo". Compete a Instituição entre outras atribuições:

> • *Estimular as iniciativas públicas e privadas, tendentes a desenvolver o turismo interno e do exterior para o Brasil;*

- *Analisar o mercado turístico e planejar o seu desenvolvimento, definindo áreas, empreendimentos e ações prioritárias a serem estimuladas e incentivadas;*
- *Estimular as iniciativas destinadas a preservar o meio ambiente natural e a fisionomia social e cultural dos locais turísticos e das populações afetadas pelo seu desenvolvimento, em articulação com os demais órgãos e entidades competentes* (Lei 8.18, artigo 2º).

A Política Nacional de Turismo é disposta no Decreto n° 448, de 14 de fevereiro de 1992. Segundo o Art. 5° desta regulamentação, um dos objetivos seria de reduzir as disparidades socioeconômicas entre as regiões do país, mediante o crescimento da oferta de emprego e a melhor distribuição da renda.

A regulamentação menciona a autorização concedida à EMBRATUR para a criação de um Conselho Consultivo (CONTUR), para cooperar na formulação da Política Nacional de Turismo. Participariam do CONTUR representantes empresariais do setor turístico, assim como representantes de "bens culturais, patrimoniais e ambientais" (Decreto 448, de 14 de fevereiro de 1992).

Desta maneira, no governo Collor verifica-se a preocupação com a continuidade do projeto de liberação do setor turístico, que começara no governo Sarney. Seguindo esta tendência a EMBRATUR definiu a Política Nacional de Turismo (PNT) para o período 1996/1999, cujas linhas básicas foram estendidas até o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (BEZERRA, 2002).

È importante ressaltar que um Plano Nacional de Turismo pode estar em contradição com uma ação de um ou outro ministério. Desta forma, somente uma macropolítica na qual a política regional esteja em sintonia com a nacional pode viabilizar mudanças estruturais. Para tanto, o governo precisaria garantir um mecanismo que promovesse cruzamentos horizontais dentro da estrutura do poder (MAMBERTI e BRAGA, 2004).

Os principais programas do Governo para o turismo são: FUNGETUR; Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT); Programa de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Turismo (PRODETUR); Roteiro de Informações Turísticas (RINTUR); Programa

Iniciação Escolar; Programa de Desenvolvimento da Pesca Amadora (PNDPA); Melhor Idade; Ecoturismo e Turismo Náutico (PAIVA, 2003).

Os beneficiários do FUNGETUR são empresas constituídas no Brasil e cadastradas junto à EMBRATUR dedicadas à atividade turística e órgãos da administração direta e indireta dos governos dos Estados, Distrito Federal e Municípios, cujos empreendimentos, obras e serviços sejam considerados de interesse para o turismo.

Neste trabalho será dado enfoque maior ao Programa Nacional de Municipalização do Turismo em função do trabalho empírico ser desenvolvido em três municípios onde as atividades turísticas, principalmente de turismo rural têm um destaque importante.

6.2. Programa Nacional de Municipalização do Turismo

O PNMT tem como objetivo descentralizar a gestão da atividade turística e fomentar o desenvolvimento turístico sustentável dos municípios. Criado em março de 1992, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo é um Programa desenvolvido e coordenado pela EMBRATUR, adotando uma metodologia da Organização Mundial do Turismo - OMT, adaptada à realidade brasileira, com o propósito de implementar um novo modelo de gestão da atividade turística, simplificado e uniformizado, para os Estados e Municípios, de maneira integrada, buscando maior eficiência e eficácia na administração da atividade turística, de forma participativa.

Para SILVEIRA (1997:94) essas estratégias valorizam o aspecto global, holístico, integrado (vertical e horizontal), sistêmico nos projetos de incremento do turismo, abrangendo todas as dimensões da vida econômica e social local e do espaço, além disso, valorizam a parceria, com mobilização de vários atores e associações, incluindo agentes externos portadores de recursos (saber, criatividade, poder, capital ou facilidades de inserção no mercado).

Esses procedimentos foram elaborados no continente europeu, para tentar reverter a estagnação socioeconômica e os processos de degradação ambiental. Foram publicadas em documentos pela Comissão da Comunidade Européia onde era definido o papel da União Européia em relação ao turismo. Foi com base nesses documentos que o governo brasileiro elaborou seu programa de municipalização do turismo (ENDRESS, 2002).

O poder público municipal de Louveira detectou alguns problemas na zona rural do município. Parte dos agricultores, principalmente os familiares encontram-se descapitalizados. Outro dado preocupante é o valor da terra ser cada vez mais alto, diante da expansão imobiliária, além de problemas ambientais. Ciente desses problemas, a Prefeitura Municipal passou a procurar formas de agregar valor à produção para melhorar as condições dos produtores rurais e que fossem atividades preservacionistas do meio ambiente. Foi elaborado assim, um programa de Desenvolvimento do Agroturismo Sustentável.

Como instrumento de mobilização, sensibilização e capacitação, o PNMT apóia a função gerencial de planejamento, tomada de decisão e controle operacional, que abranjam os órgãos da administração pública, sejam eles da administração direta ou indireta, como autarquias, fundações e empresas públicas e privadas.

Além disso, é um processo que visa à conscientização, à sensibilização, ao estímulo e à capacitação dos monitores municipais, para que despertem e reconheçam a importância e a dimensão do turismo como gerador de emprego e renda, conciliando o crescimento econômico com a preservação e conservação do patrimônio ambiental, histórico e cultural, e tendo, como resultado, a participação e a gestão da comunidade no plano municipal de desenvolvimento de um turismo voltado à sustentabilidade.

Os objetivos do PNMT são:

- *Fomentar o desenvolvimento turístico sustentável dos municípios, com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política;*
- *Conscientizar e sensibilizar a sociedade para a importância do turismo como instrumento de crescimento econômico, geração de empregos, melhoria da qualidade de vida da população e preservação de seu patrimônio natural e cultural;*
- *Descentralizar as ações de planejamento, coordenação, execução, acompanhamento e avaliação, motivando os segmentos organizados do município a participar da formulação e da co-gestão do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo Municipal;*

- *Disponibilizar, aos Municípios brasileiros com potencial turístico, condições técnicas, organizacionais e gerenciais para o desenvolvimento da atividade turística;*
- *Estimular o fortalecimento das relações dos diferentes níveis do poder público com a iniciativa privada, visando ao estabelecimento de parcerias para discutir os problemas e buscar soluções em benefício da comunidade* (EMBRATUR, 1999:4).

Dessa maneira, o Programa tem cinco princípios norteadores: a descentralização, sustentabilidade, parcerias, mobilização e capacitação. O princípio da descentralização está inserido na municipalização das atividades de turismo. Em relação à sustentabilidade a idéia de turismo sustentável começou a ser divulgada na Europa sob o rótulo de turismo alternativo. A sustentabilidade traz estratégias baseadas na dinâmica local para o seu desenvolvimento. A visão de sustentabilidade deve orientar as ações propostas no plano a ser elaborado pelos municípios. O programa considera o conceito de desenvolvimento sustentável baseado na Organização Mundial do Turismo:

> *Desenvolver sem deteriorar o patrimônio cultural, os recursos naturais e o meio ambiente; administrar a utilização e a renovação simultânea dos recursos; procurar recursos que se renovem e se regenerem mais rapidamente; e ter presente que é preciso satisfazer a necessidade do momento, sem comprometer a capacidade de atender às gerações futuras.* (OMT, 1994:28).

As políticas e estratégias de desenvolvimento econômico e social dentro dos princípios da sustentabilidade visam a ações sem prejuízo ao ambiente e aos recursos naturais, de cuja qualidade depende a continuidade da atividade humana e do desenvolvimento (BENI, 2004).

O conceito de Desenvolvimento Sustentável é aplicável não só a projetos rurais, mas também urbanos. Quatro itens devem ser postulados, pois reúnem enfoques essenciais do desenvolvimento sustentável, a saber: o primeiro deles é a prioridade do crescimento econômico visando ao alcance de objetivos sociais prioritários; já o segundo, refere-se à valorização da

autonomia, mediante a ação da sociedade civil organizada em nível local, regional ou microrregional, no sentido de maximizar os recursos disponíveis dentro de um respeito às tradições culturais; em terceiro lugar, é a busca de uma relação de simbiose com a natureza, abandonando o padrão de relacionamento com o meio ambiente biofísico instalado pelo processo modernizador e, em quarto lugar, a eficiência econômica na qual não pode deixar de ser questionada a problemática dos custos ambientais no processo de desenvolvimento (SACHS, 2000).

O princípio da sustentabilidade sugere que os recursos naturais e culturais do turismo sejam preservados, para que possam ser usados no futuro, ao mesmo tempo possam oferecer benefícios à sociedade no presente. Apesar do apoio dessa abordagem por acadêmicos e pesquisadores o problema reside em transformar esses princípios em medidas práticas para proteger ambientes e culturas (YOUELL, 2002).

As políticas de turismo existem, mas não existe um compromisso delas com o Plano Nacional de Desenvolvimento. A política estadual ou municipal relativa ao turismo tem que "ser assimiladas em nível de federação" (YÁZIGI, 1998:126). No caso das políticas municipais, o autor afirma ser deliberada facilmente a criação dos Conselhos Municipais, mas esse não deve ficar só em nível local, deve extrapolar para a região e no caso do turismo deve chegar ao espaço nacional.

A organização dos municípios produtores de frutas é uma idéia que surgiu no município de Louveira com o objetivo de aproximar os agricultores da região. Surge daí a proposta da criação de um "Circuito das Frutas" agregando os demais municípios da região onde predomina a produção de frutas, saindo, portanto do local para o regional.

Com o apoio de outros municípios da região foi possível a criação do Pólo Agroturístico pelo Governo Estadual envolvendo, num primeiro momento, oito municípios: Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Valinhos, Vinhedo, Jarinu, Jundiaí e Louveira. Mais recentemente, o Governador assinou novo Decreto incluindo mais três municípios: Campinas, Morungaba e Atibaia. Há ainda, segundo o agente de turismo da Prefeitura de Louveira, dois outros municípios: Monte Alegre do Sul e Tuiuti, que reivindicam a inclusão no Pólo.

Para que os municípios sejam incluídos no "Circuito das Frutas" é necessário que 50% da produção sejam frutas e que estas sejam diversificadas, além do que, se tenha uma boa infra-estrutura viária. O programa do Governo do Estado para o incremento do "Circuito das Frutas"

inclui apoio, assessoria e capacitação para o desenvolvimento do turismo rural. Os oito primeiros municípios, segundo dados do jornal Correio Popular (30/06/03) apresentam uma área agrícola de 1,6 mil quilômetros quadrados dos quais 850 são destinados à fruticultura.

São objetivos do Programa de Turismo Rural Cooperativo no Estado de São Paulo "Circuito das Frutas": agregar valor ao pequeno produtor, manter a qualidade de vida e divulgar para o turista o modo rural de vida regional, preservar as raízes, preservar o homem no campo, promover a realização pessoal do produtor rural, manter e preservar a cultura e a história do homem do campo e incentivar o turismo e o desenvolvimento sustentável.

As diretrizes para o turismo cooperativo dos municípios integrantes do "Circuito das Frutas" são: respeitar à legislação vigente, considerar o patrimônio e o valor das culturas locais, promover o desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos, conservar o ambiente natural, além de, promover a sustentabilidade da atividade, adotar práticas de planejamento e gestão responsáveis, adotar a qualidade e segurança como metas prioritárias, fortalecer a cooperação entre os empreendedores, possuir características do turismo rural (PROGRAMA DE TURISMO RURAL COOPERATIVO, 2005).

Desta forma, a descentralização do poder de decisão das ações turísticas para os municípios a partir de dezembro de 1993, contribui para facilitar a gestão dessas atividades (HAMMES, 1998).

O termo "municipalização" está presente nas políticas públicas nas últimas décadas. Está inserido num movimento global de transformações econômicas que vem ocorrendo em nível mundial. Não deixa de ser polêmico, pois é defendido por uns e há os que apresentam críticas ardorosas.

Ocorre em função da descentralização do Estado, tanto nos países desenvolvidos, como na América Latina. É decorrente das grandes transformações políticas e econômicas que se processam em âmbito mundial nos estados nacionais em decorrência do processo de globalização e do neoliberalismo.

O PNMT é recheado de parcerias que envolvem as ações do programa em três níveis: Comitê Executivo Nacional (Coordenação Geral do PNMT - EMBRATUR); Comitê Estadual do PNMT (Coordenação Estadual do PNMT) e Conselho Municipal do Turismo e Fundo Municipal. Há a inclusão de várias instituições, governamentais ou não, que se engajam nos comitês e são

formadas espontaneamente dependendo do interesse de cada uma em contribuir para o desenvolvimento do turismo (ENDRESS, 2002).

O princípio da mobilização visa estimular à comunidade na busca de objetivos comuns, procurando caminhos que possam orientar na elaboração de projetos de turismo sustentável.

A capacitação tem como enfoque promover a qualificação de pessoas envolvidas com o setor turístico do município, optando por métodos de gestão participativa e treinamento em serviço para elevar os níveis de qualidade e eficiência não só no planejamento e na gestão de ações voltadas ao desenvolvimento do setor, como na prestação de serviços.

A capacitação proposta pelo PNMT é para ser realizada por meio de oficinas e abrange três fases: a primeira fase tem por objetivo a conscientização e sensibilização dos participantes para a importância do turismo sustentável e é desenvolvida na forma de "aprender fazendo"; a segunda fase visa capacitar e qualificar os agentes para a criação do Conselho Municipal de Turismo e do Fundo Municipal de Turismo em suas comunidades e, finalmente a terceira fase, tem por objetivo capacitar a comunidade para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo, por meio de técnicas e métodos de planejamento no enfoque participativo.

Ainda em relação à capacitação, apesar de fundamental para o desenvolvimento da atividade turística, ela ocorre de maneira muito precária nos municípios pesquisados. Somente foram realizadas algumas formações pontuais como, por exemplo, de garçons, camareiras, guias de turismo, não sendo planejadas do modo como é apresentada pelo documento da EMBRATUR, que por sinal é necessário quando se trata do turismo sustentável, apesar do reconhecimento, por parte dos representantes do poder municipal, que as consideram imprescindíveis.

Transferir a responsabilidade do planejamento da atividade turística do Estado para o município tem a vantagem de estreitar laços entre a população e o planejamento. São os munícipes que conhecem a potencialidade do município e, portanto são os responsáveis pelo planejamento do turismo em sua cidade.

Grande queixa dos agricultores de Louveira é o fato de que os projetos voltados ao turismo rural já vêm prontos. Eles são procurados para participar, mas não para elaboração dos projetos. Quando são convidados para reuniões ficam acuados, pois existe um grupo que toma a iniciativa e eles não são incentivados para colocar suas idéias. Ocorre também, que devido a sua simplicidade, ficam temerosos de opinarem diante das autoridades presentes. O que parece existir

é a falta de planejamento das reuniões de modo que nela seja permitada a participação de todos os presentes.

Para se inscrever no PNMT o município precisa, em primeiro lugar, confeccionar o Relatório de Informações Turísticas – RINTUR e enviar a EMBRATUR. Após análise e catalogação o documento é aprovado por uma Deliberação Normativa e publicado no Diário Oficial da União; a relação dos municípios é remetida às Secretarias de Turismo estaduais para que elas possam ter o controle dos municípios que preencheram o RINTUR. Após aprovação do Relatório, o município interessado deverá elaborar três instrumentos considerados básicos: o Conselho Municipal de Turismo (CONTUR), o Plano Municipal de Turismo e o Fundo Municipal de Turismo. A inscrição do município no PNMT propicia algumas vantagens tais como o financiamento de projetos pela FINEP, SEBRAE e Banco do Brasil.

De acordo com a EMBRATUR são apresentadas duas categorias de municípios turísticos: municípios turísticos (MT) e municípios com potencial turístico (MPT); os primeiros possuem um turismo consolidado, capaz de gerar deslocamentos e estadias de fluxos permanentes; já os segundos possuem recursos naturais e culturais expressivos e o turismo pode ser uma diretriz para o desenvolvimento socioeconômico do município.

Os municípios paulistas de Cunha, Santo Antonio do Pinhal e Louveira objetos de pesquisa em turismo no espaço rural dessa tese, possuem recursos naturais e culturais que os destacam e onde a atividade turística já é uma das atividades que contribui para o seu desenvolvimento socioeconômico e, para tanto, estão inscritos no PNMT e classificados como da categoria de municípios com potencial turístico – MPT. Para obterem a classificação em municípios turísticos (MT) teria que possuir um turismo consolidado com fluxos permanentes, o que não ocorre.

6.3. Políticas Públicas: "Projeto Turismo Sustentável e Alívio da Pobreza"

Em 2003 foi criado o Ministério do Turismo, que no governo anterior era vinculado ao Ministério dos Esportes. Sua criação como pasta específica e independente, no governo Luís Inácio Lula da Silva, é resposta a uma antiga demanda do setor e demonstra a posição do governo em gerar empregos e divisas pelo desenvolvimento desta atividade (MAMBERTI e BRAGA, 2004).

No ano de 2005 foi elaborado pelo Ministério recém criado o *Projeto Turismo Sustentável e o Alívio da Pobreza.* Ele está vinculado aos objetivos estabelecidos no Desenvolvimento do Milênio pela Organização das Nações Unidas (ONU) no ano 2000 da qual participaram 181 países, entre eles o Brasil. O principal objetivo é de erradicar a extrema pobreza e miséria. Tendo como base essa finalidade, a Organização Mundial do Turismo (OMT), como entidade do Sistema ONU, tem procurado identificar caminhos para verificar a possibilidade de o turismo reduzir a pobreza e proteger o meio ambiente.

Desde o início dos anos 1990, a expressão turismo sustentável passou a ser usada com freqüência. Na conferência Globo 90, em *Vancouver* (Canadá) foi compilada uma lista de benefícios do turismo sustentável. A sua abordagem reconhece a importância da comunidade local, a maneira como as pessoas são tratadas e o desejo de maximizar os benefícios econômicos da atividade para essa comunidade. Esses princípios foram reconhecidos no Trabalho do Turismo Verde, publicado em 1995 pela União Européia (SWARBROOKE, 2000).

Dentro desta perspectiva a OMT está promovendo ações para aumentar as possibilidades de inclusão social, por meio da promoção do conceito de turismo sustentável e o alívio da pobreza, lançando em associação com outras entidades internacionais, uma iniciativa denominada *Sustainable Tourism and Poverty Alleviation* (Turismo Sustentável e Alívio da Pobreza – TS-AP).

O projeto trata de estudos que abordam a formulação conceitual do que seja Turismo Sustentável e também seu potencial para contribuir como o alivio da pobreza; assim como a validade operacional a partir de aplicações em áreas pilotos. Estão previstas etapas para o desenvolvimento do projeto: conceituação de Turismo Sustentável e de Alívio de Pobreza; logo após o estabelecimento de indicadores e da metodologia da mensuração, vem a aplicação dos instrumentos e institucionalização dos novos paradigmas e finalmente a revisão de conceito e dos indicadores.

O resultado do estudo da atividade turística nas áreas piloto embasará a etapa final do projeto, que será a revisão do conceito de TS-AP no Brasil e dos indicadores selecionados, para aferir os objetivos dos programas regionais de desenvolvimento do turismo.

O projeto justifica a necessidade do aprofundamento em duas conceituações a de "turismo sustentável" e de "alívio da pobreza".

Quando o enfoque é o conceito de turismo sustentável, ele envolve quatro abordagens dentro de uma ordem cronológica: em primeiro lugar, que o turismo sustentável e o de massa são vistos como opostos, para desenvolver um tem-se que renunciar-se ao outro; em segundo lugar, que tanto o turismo sustentável, como o turismo de massa não mais seriam vistos como opostos polares, mas haveria diferenças entre eles, as quais se fundiriam em algum ponto central; uma terceira abordagem sugere que uma ação positiva poderia tornar o turismo de massa mais sustentável; uma quarta idéia é a de que todos os tipos de turismo se esforcem para ser sustentáveis. SWARBROOKE (2000) concorda com o quarto conceito apesar de admitir que em muitos países baseia-se na primeira abordagem, ou seja, dos opostos polares.

Segundo o documento, a natureza capitalista da indústria turística pode provocar danos irreparáveis aos locais de destino e as suas comunidades. Não faltam exemplos de empreendimentos turísticos que comprometem profundamente os locais onde desenvolvem suas atividades como, por exemplo, depredação do ambiente natural, danos ao patrimônio histórico e mesmo desorganização das estruturas socioeconômicas das comunidades locais, que formavam parte do patrimônio que suscitava o interesse turístico.

É primordial o papel do setor público no desenvolvimento de formas de turismo sustentável, pois se trata de um órgão destinado a representar a comunidade, isto é, o interesse público como um todo, portanto não se tratando de organizações comerciais, cujo objetivo é propor atividades turísticas para obtenção de lucro, mas sim, que tenham por objetivo gastar o dinheiro da arrecadação de impostos para implementar políticas e projetos que visem beneficiar toda a população sobre as quais sua autoridade tem jurisdição (SWARBROOKE, 2000).

Em se tratando do turismo rural, se a atividade for mal planejada e com o atuante de mal instalada pode ser mais prejudicial que benéfica, em virtude dos impactos socioambientais que podem ser gerados. Daí a importância do setor público na elaboração de políticas públicas, para não ser o responsável pelos futuros problemas que em médio e em longo prazo possam ocorrer no mundo rural (CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA 1999).

Diante da falta de planejamento dos empreendimentos turísticos e dos diversos impactos ocorridos em função desta atividade, o projeto propõe um turismo sob o prisma da sustentabilidade, ou seja, que a atividade possa desenvolver-se sem prejudicar a sua matéria-prima, especificamente o que se refere ao patrimônio natural, social e cultural das áreas de destino.

Na proposta de um Turismo Sustentável para diminuir a pobreza no Brasil, o conceito de sustentabilidade é enfocado em diferentes dimensões, a saber: ambiental/ecológica, econômica, social, cultural e político institucional.

O Turismo Sustentável deve atender às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, mas ao mesmo tempo é necessário proteger e ampliar as oportunidades para o futuro. É necessário o gerenciamento dos recursos para que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem que haja a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida (OMT, 2003, *apud* Ministério do Turismo, 2005:9).

Na perspectiva de um turismo sustentável, o uso dos recursos naturais deve manter a capacidade do equilíbrio dinâmico dos ecossistemas e aumentar a capacidade de geração dos recursos naturais renováveis. Deve também limitar o uso dos recursos não-renováveis, assim como, reduzirem o volume de poluição e diminuir os desperdícios (Ministério do Turismo, 2005).

A adequação da atividade turística a esse novo paradigma são propostas no projeto por meio de alguns princípios gerais e diretrizes operacionais visando orientar as mudanças. São eles: solidariedade com as gerações atuais e futuras; respeito aos valores culturais; fortalecimento da cidadania; adequação e melhoria da governabilidade local. Destaca também a inclusão das variáveis ambientais e sociais nas avaliações econômicas do investimento.

Outro conceito abordado no projeto é o "alívio da pobreza". Dados obtidos no ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL (2006) enfocam alta concentração do nível da pobreza e da indigência da população, principalmente nas regiões norte e nordeste brasileiro. Para o projeto, é considerado que o conceito de pobreza vai além da insuficiência de rendimentos monetários, indicam também questões sociais como saúde, educação, habitação, nutrição, segurança dentre outros que afetam a questão da dignidade e direitos humanos impedindo o exercício da cidadania.

O conceito de "alívio da pobreza" compõe-se de um conjunto de políticas públicas destinadas a dar oportunidades para as populações em estado de carência, permitindo aos indivíduos não só realizar o seu potencial produtivo, a fim de melhorar sua condição econômica e social, mas também resgatar sua dignidade de cidadãos (TURISMO SUSTENTÁVEL E ALÍVIO DA POBREZA NO BRASIL, 2005).

As políticas públicas visando ao alívio da pobreza são classificadas em compensatórias e estruturais. As compensatórias têm como base a transferência de renda por meio de vários programas tais como distribuição das cestas básicas, programas de renda mínima, bolsas condicionadas como a Bolsa Escola, Bolsa Família. As políticas estruturais procuram medidas que possibilite as populações mais pobres, capacidade de geração permanente de renda.

O documento considera o Turismo Sustentável como um vetor para produzir um aumento dos ativos das populações pobres.

> (...) *Favorecendo o aumento de seu capital físico – infra-estruturas públicas e privadas e ativos financeiros; potenciação de seu capital humano pela educação e pela capacitação profissional; e dinamização de seu capital social – propiciando o fortalecimento dos vínculos sociais internos as suas comunidades, de seus mecanismos de participação política na gestão de sua vida pública e de seu acesso a créditos financeiros* (TURISMO SUSTENTÁVEL E ALÍVIO DA POBREZA NO BRASIL, 2005:17).

Em relação aos incentivos de crédito, o Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR) foi mobilizado para atender principalmente às necessidades de crédito de atividades turísticas de pequeno e médio porte que estivessem localizadas em áreas definidas como prioritárias. Este fundo de crédito deveria ter suas operações reguladas pelo Conselho Monetário Nacional. A cobrança das taxas, juros e correção monetária fixada por ele deveriam levar em conta "as finalidades sociais" (BEZERRA, 2002).

6.4. Políticas Públicas direcionadas para o Turismo na Agricultura Familiar

Como já escrito nesse trabalho, dentre as atividades não agrícolas o turismo rural desponta como uma alternativa econômica nas últimas décadas. Em alguns locais essa atividade emerge também na agricultura familiar. O poder público reconhece que devido as suas características, o turismo valoriza os aspectos naturais, a cultura, estimulando também a recuperação e a conservação do território.

O turismo no espaço rural contribui com uma diversidade de atividades tais como: esporte, cultura, gastronomia, hospedagem, técnicas produtivas, gerando uma complementação significativa da renda familiar (PROGRAMA DE TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR, 2005).

Levando-se em consideração o aumento da viabilidade da atividade turística no meio rural, o poder público deve assumir seu papel no apoio, implantação e fomento dessa atividade nas unidades agrícolas familiares, principalmente nas seguintes situações:

- *Adequação, da legislação turística, sanitária, fiscal, tributária, cooperativista, ambiental, trabalhista e previdenciária;*
- *Infra-estrutura básica pública;*
- *Infra-estrutura turística de uso coletivo (sinalização, segurança pública, paisagismo, informação turística);*
- *Assistência técnica e extensão rural;*
- *Pesquisa e capacitação;*
- *Financiamento da produção e da construção de estruturas físicas que permitam a recepção e o atendimento ao turista;*
- *Intercâmbio, monitoria, avaliação e sistema de informações* (Programa de Turismo na Agricultura Familiar, 2005:6).

A linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF, 2006) direciona, para os agricultores inseridos no Grupo "C", "D" e "E", limites elevados em até 50%, quando destinados a atividades relacionadas ao turismo rural (inciso V, art. 12, secção 5 do M CR). Esse órgão financiador aponta o turismo como ferramenta capaz de proporcionar aumento e diversificação de renda, valorização da cultura local, comercialização da produção pelos próprios agricultores e o mais importante, resgatar a auto-estima da população rural.

O valor do crédito poderá alcançar nove mil reais para os agricultores do grupo "C", vinte e sete mil reais para os do grupo "D" e cinqüenta e quatro mil reais para os agricultores inseridos no grupo "E". Os juros variam de 4% a 7,25% respectivamente para os grupos "C" e "D" e "E".

Para ter acesso ao crédito o agricultor precisa apresentar uma "Declaração de Aptidão" (DAP), que pode ser elaborada gratuitamente num instituto ou entidade credenciada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Além disso, o agricultor para receber o financiamento deve apresentar um projeto elaborado por um técnico credenciado. Com esses documentos poderá dirigir-se aos bancos oficiais para solicitar o crédito.

Apesar do montante do crédito direcionado ao agricultor familiar aumentar cada ano, o número de financiamentos é muito pequeno, em torno de 900 mil contratos por ano. Tomando-se em consideração o número de agricultores familiares, o número de empréstimos é pouco. Outro aspecto que merece destaque é o ganho dos bancos para intermediar os recursos, denominado *spread*, que chega a 17% no caso dos segmentos mais pobres. Um ganho aviltante, considerando-se que o risco é mínimo: o índice de inadimplência no PRONAF é de menos de 1%, reafirmando a máxima de que "pobre paga suas dívidas" (BITTENCOUR, 2003).

6.5. Turismo no Espaço Rural: Sustentabilidade com Responsabilidade

O turismo, pela força econômica que representa, tem um alto poder de transformar as paisagens naturais e os valores culturais e, portanto não é só visto sobre o plano da sustentabilidade (SALVATI, 2003). Torna-se importante garantir a responsabilidade de diversos atores dessa atividade, incluindo não só o governo, mas todo setor envolvido, incluindo os cidadãos das localidades receptivas e o próprio turista.

A questão da responsabilidade com o turismo vem sendo tratada por diversas entidades. O *Word Wildfile Fund* (WWF), por exemplo, propõe a valorização dos recursos naturais e culturais nos destinos. Para tanto esse fundo recomenda ações integradas dentro de programas que envolvam:

- *Campanhas de educação para a demanda (conduta de mínimo impacto em áreas naturais para consumidores) e comunidades (proteção do patrimônio e aspectos de hospitalidade);*
- *Desenvolvimento de diretrizes, códigos de ética e conduta empresarial como mecanismo de autocontrole do mercado;*
- *Programas de capacitação, assistência técnica aos diferentes setores do mercado privado;*

- *Regulamentos nacionais e locais, descentralizando a gestão pública do turismo e seus diferentes segmentos, como mecanismo orientador para o fomento e de controle governamental; e*
- *Certificação voluntária e independente, como mecanismo de controle da sociedade e garantia de maior vantagem competitiva aos produtos e serviços* (WWF: 2001 apud SALVATI, 2003:91).

A questão da certificação do turismo sustentável, proposta pelo Programa de Cerificação em Turismo Sustentável, iniciativa brasileira, está sendo implantado em parcerias com várias empresas, instituições públicas, governo federal e outros, sob a liderança do Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável. BENI (2004) questiona a certificação partindo do pressuposto de que desenvolvimento sustentável é um conceito útil na medida em que aponta para reflexões de uma estrutura econômica, da sociedade e de suas relações de troca com o meio ambiente. Devido à complexidade dos pressupostos de sustentabilidade, seu questionamento é de que maneira aferir e assegurar uma certificação em turismo sustentável? O certificado deve ser para o destino, quando muitos acham que devem ser para as empresas. Considera turismo sustentável envolvendo:

> *Compreensão dos impactos turísticos; distribuição justa de custo e benefícios; geração de empregos locais diretos e indiretos; fomento de negócios lucrativos; injeção de capital com conseqüente diversificação da economia local; interação com todos os setores e segmentos da sociedade; desenvolvimento estratégico e logístico de modais de transporte; encorajamento ao uso produtivo de terras tido como marginais (turismo no espaço rural); subvenções para os custos de conservação ambiental* (BENI, 2004:6).

Diante de toda complexidade que envolve a certificação do turismo em sustentável, da maneira como está sendo encaminhada, parece mais se tratar de uma questão de *marketing*. O turismo para ser sustentável necessita ser planejado e desenvolvido pela comunidade, que deve participar de todas as fases do projeto, como ator social participativo e não como objeto de

exploração. A condução dos problemas ambientais e a responsabilidade social serão decorrentes das boas práticas comunitárias.

Não resta dúvida que o turismo rural por vender paisagens, "ambiente saudável", dentre outras coisas, tem que ser planejado para que não se desenvolva de modo a prejudicar seus recursos naturais.

O turismo é hoje considerado como força econômica e se não houver uma reflexão sobre sua ação no meio ambiente social, esta atividade sofrerá sérios problemas de esgotamento. Tal reflexão deverá ser estendida às várias modalidades do turismo rural na qual deve haver preocupação com as condições ambientais, com as populações locais que não devem ser esquecidas. Para tanto seu planejamento e futuras ações deverão estar embasados na sustentabilidade ambiental.

O turismo sustentável baseia-se numa ramificação do turismo verde ou alternativo/integrativo, que se concentra nas questões ambientais e faz parte de uma discussão muito ampla sobre desenvolvimento sustentável. Dentro dessa abordagem de desenvolvimento de turismo os recursos naturais e culturais dessa atividade são preservados para que possam ser usados no futuro, mas ao mesmo tempo beneficiem a sociedade contemporânea. É importante destacar que o conceito de desenvolvimento sustentável vai muito além da minimização dos impactos ambientais. No cerne do conceito há a necessidade de proteger e respeitar a integridade de comunidades e culturas e de envolver as comunidades locais nas questões de planejamento e desenvolvimento do turismo (YOUELLL, 2002).

Existe a necessidade de uma política integrada nas quais constem planejamento regional, investimentos apropriados, divulgação com responsabilidade, avaliação de mercados e capacitação, assistência técnica e extensão rural para que possa ocorrer o desenvolvimento sustentável do turismo em zonas rurais (GRAZIANO DA SILVA, *et al.*, 1998).

O planejamento é um pré-requisito para o desenvolvimento do turismo. Se no passado o turismo se desenvolveu sem planejamento, hoje a competitividade do setor exige uma abordagem integrada de planejamento e desenvolvimento, se o objetivo for que as destinações sejam sustentáveis em longo prazo (YOUELL, 2002).

Como as atividades turísticas que ocorrem no espaço rural dependem da apropriação e exploração das paisagens naturais, pode-se generalizar ao afirmar que em locais onde existe turismo há degradação ambiental e consequentemente impacto ambiental.

Impacto ambiental pode ser considerado qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, tendo como causa qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população, assim como as atividades sociais, a biota as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais (Resolução 001/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA).

As atividades turísticas alteram a paisagem de modo negativo, pois elas são vítimas de processo erosivos decorrentes das obras de infra-estrutura. Outro fato decorrente das atividades turísticas, além da privatização das paisagens é a especulação imobiliária, que levando à valorização das terras, faz com que as preocupações ambientais tornem-se secundárias. Muitas vezes, a população local fica impossibilitada de usufruir suas paisagens naturais, pois elas foram compradas para construção de casas de veraneio ou mesmo de um *resort*.

O saneamento básico e o problema do aumento do lixo durante os finais de semana e durante as temporadas são agravantes de difícil solução.

Nem sempre existe preocupação dos promotores de atividades do turismo rural em avaliar os custos que afetam a população local, tais como, "as mudanças sociais e culturais que ocorrem, entre outras, como conseqüências destas atividades no meio rural" (TAVALERA, 2002:14).

Se o turismo é uma solução para o espaço rural, pode também ser uma saída para a economia de cidades como Cunha e Santo Antonio do Pinhal. A população parece não estar conscientizada do que essa atividade pode contribuir para o desenvolvimento dos municípios. Muitas vezes não demonstram nenhuma simpatia para com os visitantes.

> *O turismo é importante para a cidade, é uma saída, não tem outra, ou Cunha alavanca o turismo ou fica estagnada para sempre. Já é uma estância climática, não podemos instalar indústrias poluentes, então a indústria do turismo é uma solução para a cidade* (Funcionário da CUNHATUR, 2005).

RUSCHMANN (2001), analisando as fases do desenvolvimento do turismo propostas por DOXEY, em relação à reação da população à atividade em Barbados e em Niagara Falls, observa que a experiência tem demonstrado que as citadas fases ocorrem em maior ou menor

escala dependendo do estágio de desenvolvimento e também do tipo de atividade turística proposta pela comunidade. Apresenta o registro de outros impactos sociais relacionados à atividade turística nas comunidades receptoras, tais como: estímulo de hábitos de consumo antes desconhecidos como importação de produtos e novos hábitos de entretenimento, como o jogo em cassino, por exemplo; alterações na moralidade e que tem como conseqüências o aumento da prostituição, da criminalidade e do jogo organizado, dentre outros.

Culturas e modo de vida, tradições, gastronomia, atividades de produção e de lazer, diferentes são atrações existentes no turismo rural. Nem sempre o desejo de conhecer outros modos de vida vem sendo acompanhado do devido respeito.

As atividades turísticas proporcionam impactos culturais favoráveis como, por exemplo, a valorização do artesanato, da herança cultural, do orgulho étnico e da preservação do patrimônio histórico. Se de um lado, há a valorização destas identidades culturais, por outro lado, pode ocorrer o inverso, como a descaracterização do artesanato, que passa a ser utilizada unicamente para o consumo dos turistas, como "lembrança de viagens", por exemplo. Com o objetivo de transformar as manifestações culturais dos países subdesenvolvidos em divisas, elas são apresentadas aos turistas dos países desenvolvidos de "forma inexata e romantizada, contribuindo para a criação de uma imagem simplista e estereotipada. O carnaval do Rio de Janeiro constitui-se num exemplo de "mercadização da cultura". Assim, da maneira como podem ser apresentados aos turistas, o folclore e outras manifestações culturais das comunidades visitadas podem constituir-se em arrogância cultural. Outro aspecto negativo relacionado é a destruição do patrimônio histórico pelo excesso de visitantes ou mesmo pelos atos de vandalismo dos próprios turistas (RUSCHMANN, 2001).

É necessário haver respeito às comunidades locais e a sua preservação mediante a adoção de postura ética na proteção e sustentabilidade do meio natural, bem como sociocultural onde está sendo implementada a atividade turística (RUSCHMANN, 1998). Infelizmente muitos empresários rurais entendem que sua responsabilidade social estende-se somente ao turista.

Estudos realizados na comunidade dos Ingleses no norte da Ilha de Santa Catarina demonstram os impactos socioculturais negativos da atividade turística numa comunidade tradicional de descendentes de açorianos. Detectou-se a falta de responsabilidade social por parte dos planejadores e empresários do turismo, em um universo familiar tradicional, em que a maioria da população desenvolvia atividades de pesca e agricultura de subsistência. A população

residente em espaços que não são urbanos e não são rurais, e "são jogados em um espaço mais urbanizado e capitalista, formarão, certamente, um grupo desarmado e relativamente indefeso" (FLORES e SILVA, 2001:188). Em conseqüência da atividade turística, parte das famílias desta comunidade vendeu seus terrenos e mudou para a região dos manguezais. Sua qualidade de vida piorou, o contato com os turistas trouxe a violência, drogas e mudanças comportamentais entre seus membros.

Na implementação das várias modalidades de turismo rural nas propriedades familiares são necessários que os interessados conheçam os impactos, tanto ambientais, como socioculturais, que a atividade representa, para poderem optar e estabelecer estratégias para planejamento de um turismo sustentável.

Sendo o papel do poder público a defesa dos interesses públicos, a sua tarefa no planejamento e organização da atividade turística é fundamental para o desenvolvimento do setor tanto socialmente, como economicamente. É de sua competência controlar os efeitos negativos do turismo tais como: desqualificação profissional e sazonalidade do turismo, aculturação, impactos ambientais excessivamente predatórios, processo inflacionário pelo aquecimento da demanda, evasão de divisas e a ausência de legislação adequada que impeça o uso especulativo do solo turístico (PEREIRA, 1999).

Os valores e princípios do turismo sustentável devem abranger metas sociais, econômicas e metas ambientais e de recurso, segundo bases de uma economia baseada na comunidade, na conservação com equidade e integração econômica ambiental. O planejamento do turismo não deve somente abarcar a divulgação e o desenvolvimento do setor, embora isso seja importante, mas deve estar integrado a planejamentos mais amplos, elaborados para promover a melhoria econômica, social e ambiental. Para tanto, deve ser baseado num processo de pesquisa e avaliação para aperfeiçoar o potencial desse setor ao bem estar humano e à qualidade do meio ambiente (HALL, 2001).

Para a elaboração do planejamento ambiental é necessário se realizar o levantamento das potencialidades naturais do meio ambiente, mas, além disso, deve-se avaliar e disciplinar as formas de intervenção no meio físico ligado às diversas maneiras de ocupação humana e também ao uso dos recursos naturais (SEABRA, 2001).

A preocupação com o planejamento e os possíveis impactos socioambientais gerados a partir das atividades turísticas é recente no Brasil. O Decreto Lei nº. 55, de 18-11-1966, que criou

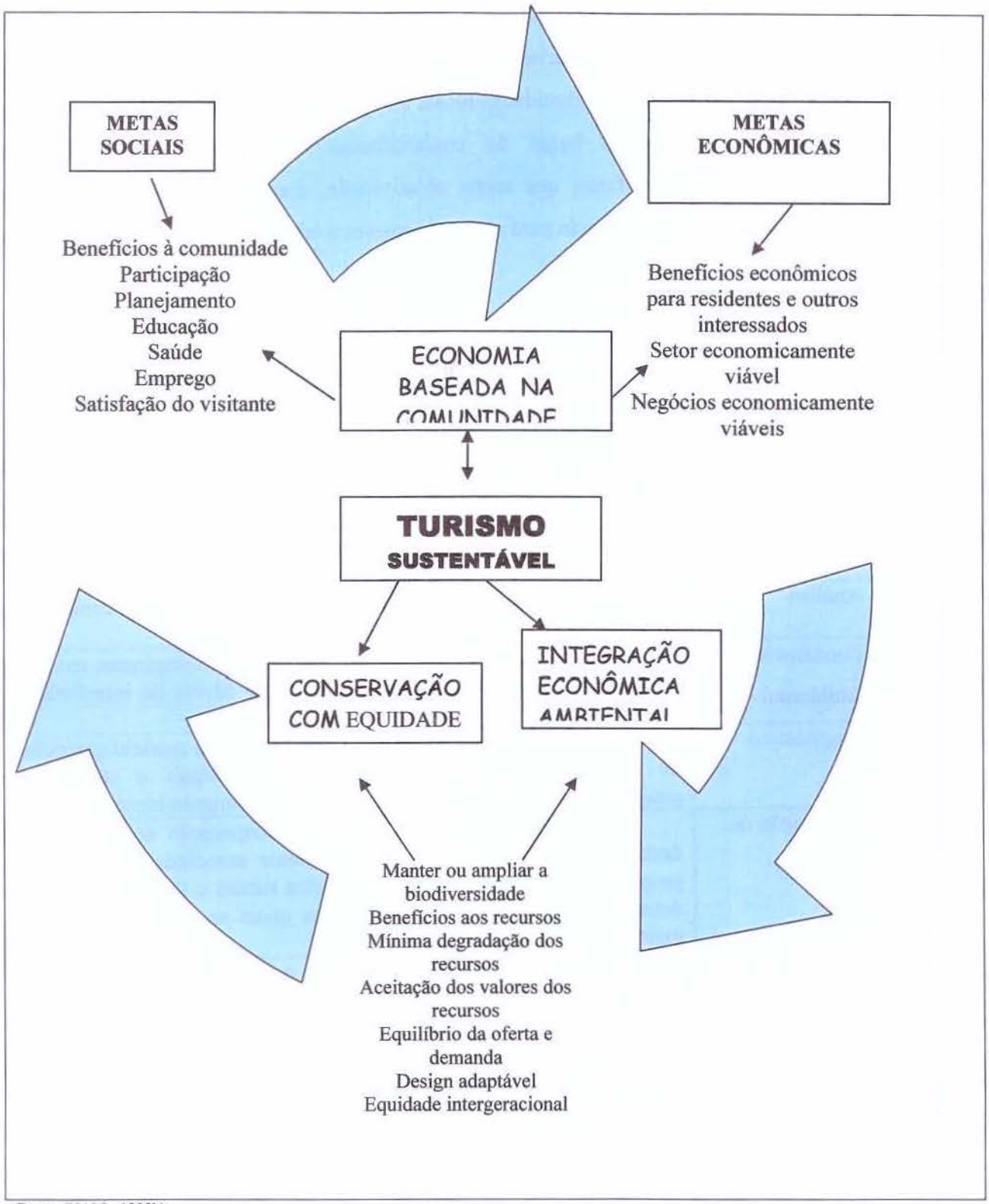
o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) foi o marco do início da Política Nacional do Turismo. Mas, foi só a partir de 1992 que as políticas direcionadas ao turismo voltam-se no sentido de promover, valorizar e preservar não só o natural, mas também o cultural do país, assim como visualizar o homem como sendo o beneficiário do desenvolvimento turístico.

As políticas de turismo existem, mas não existe um compromisso delas com o Plano Nacional do Desenvolvimento. A política estadual ou municipal relativa ao turismo tem que "ser assimiladas em nível de federação" (YÁZIGI, 1998:126). No caso de políticas municipais, o autor afirma ser deliberada facilmente a criação dos Conselhos Municipais, mas esse não deve ficar só em nível local, deve extrapolar-se para a região e no caso do turismo deve chegar ao espaço nacional.

Na figura 2, HALL (2001), elabora um esquema do turismo no qual caracteriza o turismo sustentável em que a economia baseando-se na comunidade promove a conservação com eqüidade e a integração econômica e ambiental. Essa integração leva a manter ou ampliar a biodiversidade, benefícios aos recursos e mínima degradação dos recursos, equilíbrio da oferta e demanda *design* adaptável e equidade intergeracional. As metas sociais proporcionam benefícios à comunidade tais como: participação, planejamento, educação, saúde, emprego, além de levar a satisfação do visitante. Por sua vez as metas econômicas conferem resultados econômicos para residentes e outros interessados e um setor de negócios economicamente viável.

"O planejamento do turismo, envolvendo variados ramos da sociedade e do território, requer que se atue em tantas frentes, quantas forem necessárias. Planejar o turismo é planejar o país inteirinho" (YÁZIGI, 1998:127). Parece que a descentralização do poder de decisão das ações turísticas para os municípios, a partir de dezembro de 1993, contribui para facilitar a gestão dessas atividades.

Figura 2. Valores e princípios do turismo sustentável



Fonte: (HALL, 1998b).

Porém, para a implementação de um bom planejamento em turismo é necessário "uma profunda pesquisa social, na qual toda e qualquer tentativa de neutralidade seria um desrespeito para com os sujeitos, que necessariamente fazem parte do processo. É importante atender às exigências socioculturais das comunidades locais e seu entorno. Por isso, torna-se necessário um planejamento elaborado sob bases do conhecimento científico, que permita obter os conhecimentos exatos dos fatos, que tenha objetividade, domínio dos métodos de pesquisa, paciência na confecção e tolerância para checar hipóteses e admitir erros" (HAMMES, 1998:6).

Quadro 1. Etapas do processo de planejamento ambiental voltado ao turismo.

Organização	Identificação clara do problema, definindo a meta final e os objetivos gerais e específicos, delimitação da área, elaboração do projeto, seleção bibliográfica e cartográfica.
Inventário	Coleta de dados sobre aspectos físicos, históricos, socioeconômicos, turísticos, de infra-estrutura turística, do turismo receptivo e do turismo emissivo.
Diagnóstico	Análise e avaliação da oferta e demanda, avaliação do potencial de recursos, das formas de uso, considerando os seus pontos fortes e fracos e os impactos sobre o meio ambiente.
Análise	Identificação funcional e integrativa das unidades ambientais, sistematização dos indicadores ambientais básicos.
Zoneamento Ambiental	Caracterização e espacialização de zonas homogêneas, mediante critérios físico-bióticos, socioeconômicos e níveis de interferências antrópicas.
Prognóstico	Prevê e projeta os resultados da aplicação do modelo gerencial e de instrumentos administrativos, jurídicos legais e sociais que assegurem a aplicação do programa de ordenamento territorial.
Proposição de diretrizes	Base para o desenvolvimento ou recuperação do turismo nas destinações turísticas, sendo estreitamente associadas aos objetivos propostos e constituem a indicação dos rumos a tomar. Trata-se da determinação das linhas-guia, para as quais se determinam prazos, instrumentos e possibilidades.
Consulta à comunidade	A opinião da comunidade sobre o plano deve ser avaliada e respeitada.
Execução	Instrumentalização dos mecanismos de gestão territorial, dirigidos para assegurar a aplicação do modelo gerencial proposto.

Fonte: RUSCHMANN (1994); SEABRA (2001); PEDREIRA (2006).

Outro aspecto a ser abordado no planejamento são os impactos produzidos pela atividade turística. São necessários estudos de avaliação que permitam encontrar soluções

mitigadoras, gerando outro tipo de planejamento, de avaliação, mitigação e monitoramento de impactos (HAMMES, 1998:6).

O planejamento do turismo rural integrado desenvolvido por ESCALONA (1994) baseia-se no fomento da biodiversidade, o respeito à identidade cultural, o aumento da renda e nível de vida da população residente e a aplicação dos princípios de economia da produção turística, evitando o risco de desenvolver o turismo impactante de longa duração. O turismo suave e brando é o que apresenta fluxo compatível com a capacidade de recepção de determinado local, em determinado tempo, oferecendo pequenas condições de ocasionar impactos ambientais e culturais. Ou seja, o maior esforço deve ser feito no controle do fluxo turístico, mantendo-o próximo à capacidade de conservação da área (HAMMES, 1998:7).

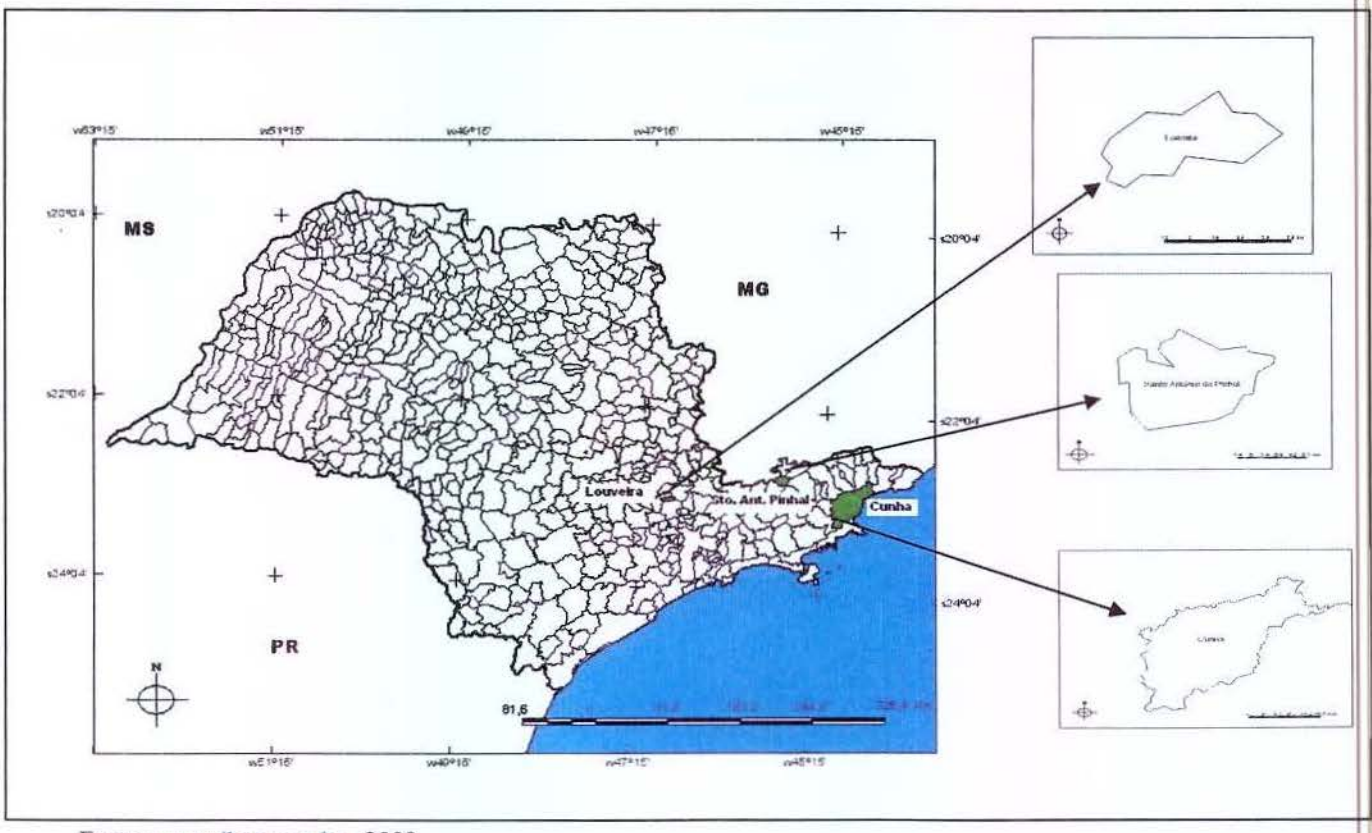
Em relação ao turismo rural, ou especialmente ao agroturismo ocorrido em propriedades agrícolas, local onde o turista vai buscar sossego, convívio com um ambiente natural, busca de ar puro, comida saudável, contato com atividades agropecuárias, o planejamento das atividades turísticas deve ser realizado no sentido de minimizar os impactos tanto ambientais, como socioculturais a fim de que o imaginário buscado pelos turistas nestes locais possa ser conservado. E, além de tudo isso, o planejamento do turismo deve ser feita pela comunidade local, como uma atividade que vá contribuir para aumento de emprego e complementação de renda, mas com muito respeito às condições ambientais.

As condições socioespaciais dos municípios estudados

1. Apresentação

A proposta desse capítulo é caracterizar os municípios selecionados para a pesquisa. Sua seleção foi realizada em função do desenvolvimento do turismo no espaço rural e pela predominância de propriedades familiares em relação às propriedades patronais. A partir desses critérios, utilizando-se dados obtidos foram escolhidos os municípios de Cunha e Santo Antonio do Pinhal, por tratar-se de estâncias climáticas, cujo número de propriedades ligadas ao turismo no espaço rural é superior ao urbano. Outro município escolhido foi o de Louveira. A opção foi realizada, levando-se em consideração, o maior número de unidades familiares e a existência de um programa elaborado pela Prefeitura Municipal para o desenvolvimento do Agroturismo Sustentável.

Figura 3. Localização dos municípios, objetos do estudo empírico, no estado de São Paulo, 2006.



Fonte: www.ibge.gov.br , 2003

Após um estudo da localização geográfica dos municípios escolhidos (Cunha, Santo Antonio do Pinhal e Louveira, figura 3), e dos aspectos físicos do lugar, fez-se também o resgate de sua história, dos pontos turísticos e dos motivos que propiciaram o desenvolvimento do turismo. Pesquisou-se também em órgãos especializados dados populacionais, índices de IDH, porcentagem da população urbana e rural, índice paulista de responsabilidade social, produção agropecuária, número e porcentagem de agricultores familiares e áreas de preservação ambiental.

2. Cunha

2.1. Um pouco da localização e produção do espaço de Cunha

O município de Cunha localiza-se a Sudeste do estado de São Paulo, na região do Alto Paraíba, no sul do Vale do Paraíba. O Vale do Paraíba, além de sua importância histórica, liga duas grandes metrópoles nacionais: São Paulo e Rio de Janeiro. Assim, localizam-se no Vale, terras de três estados brasileiros, a saber: Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

Cunha é um dos maiores municípios em área do estado de São Paulo. Em sua área territorial encontra-se o distrito de Campos Novos de Cunha, cujo nome foi simplificado para Campos de Cunha.

O vale originou-se em função de um processo epirogenético que teve como conseqüência o soerguimento da plataforma sul-americana, reativando os falhamentos antigos e produzindo escarpas acentuadas, como as das serras da Mantiqueira e do Mar, e fossas tectônicas, como as do médio vale do Paraíba do Sul (ROOS, 1996). É limitada por dois grandes conjuntos montanhosos: a serra da Mantiqueira e os conjuntos cristalinos da serra da Bocaina, a serra do Quebra Cangalha e a serra do Mar.

Na região do Alto Paraíba, a sudeste das cidades de Guaratinguetá e Lorena, localizadas no Vale do Paraíba, existe um planalto entre as cristas do Quebra Cangalha e a serra do Mar. O planalto é composto por uma sucessão de pequenas colinas e vales, que tem sido denominado pelos geógrafos como "mares de morros" (AB'SABBER, 1950). É neste contexto topográfico que está inserido o município de Cunha, cujas altitudes variam entre 900 e 1600 metros, contribuindo para a existência de um clima ameno.

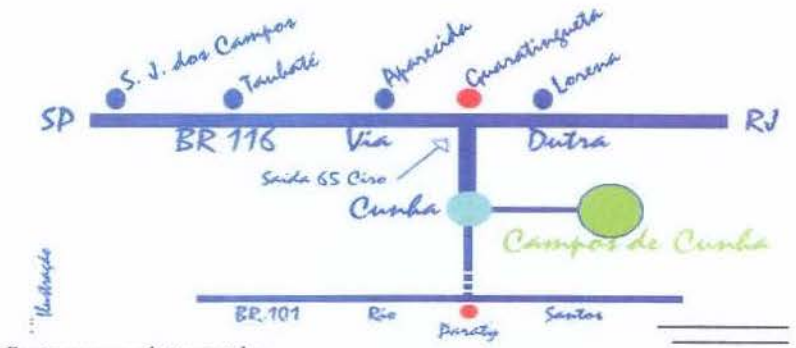
Seu relevo, constituído de montanhas, ainda que baixas, mas muito freqüentes propicia uma topografia muita acidentada. Seu clima é considerado muito bom. A influência da altitude favorece a ocorrência de geadas no inverno e um verão com dias quentes e noites com temperatura agradável. Se as temperaturas baixas no inverno dificultaram o plantio do café, atividade que ocorreu no Vale do Paraíba há um fator positivo que é a ocorrência de geadas. Durante a ocorrência desse fenômeno há a morte de muitos insetos que servem como portadores de algumas doenças. Graças a ela a região é muito saudável em relação aos padrões tropicais (SHIRLEY, 1977). Os meses mais chuvosos correspondem ao verão, quando ocorre um índice pluviométrico maior, já o inverno é bastante seco. Há maior pluviosidade nas escarpas da Serra do Mar, devido à umidade vinda do oceano e que favorece a ocorrência de chuvas orográficas ou de relevo. Nas escarpas costeiras o elevado índice de chuvas propicia o aparecimento de uma exuberante vegetação. Quando a massa vegetal é removida dessas áreas favorece intensa erosão, que devido à declividade condiciona o assoreamento de corpos d'água e quedas de barreiras em estradas a jusante, assim como soterramento de casas localizadas nas encostas, dentre outros incidentes (ROSS, 1996).

O Vale do Paraíba é banhado pelo rio Paraíba do Sul, cujos rios formadores são o rio Paraitinga e o rio Paraibuna. A nascente do rio Paraitinga localiza-se no município de São Luiz do Paraitinga e do rio Paraibuna no município de Cunha. O Rio Paraíba do Sul, apesar de pouco extenso em relação aos grandes rios brasileiros, pois sua bacia limita-se as montanhas dos dois lados do vale, tem grande importância histórica e banha cidades de grande destaque tais como: São José dos Campos, Taubaté, Guaratinguetá e Aparecida - cidade religiosa, onde se encontra um santuário em homenagem à padroeira do Brasil e o complexo siderúrgico de Volta Redonda.

A área territorial do município é de 1.410,5 km^2, sendo um dos maiores municípios do estado de São Paulo. Limita-se ao norte com os municípios de Guaratinguetá e Lorena, ao sul com Paraty (Rio de Janeiro) e Ubatuba, ao leste com Areias, Silveiras, São José do Barreiro e finalmente a oeste com Lagoinha e São Luis do Paraitinga.

Cunha possui uma localização estratégica, pois se situa aproximadamente a 220 km de São Paulo e 292 km do Rio de Janeiro, 115 km de Campos de Jordão, 54 km de Guaratinguetá e 47 km de Paraty. Tal fato facilita seu acesso a importantes rodovias (figura 4).

Figura 4. Rodovias de acesso à Cunha, estado de São Paulo, 2005.



Fonte: www.cunhatur.com.br

2.2. A construção da história de Cunha

As terras de Cunha foram ocupadas pelos aventureiros portugueses, em busca de um enriquecimento fácil. Os lusitanos chegam à região a partir de 1695, com a descoberta de ouro em Minas Gerais. Cunha passa então a ser passagem obrigatória como "boca do sertão", em relação ao percurso que vai do litoral ao local das minas. Começa assim o povoamento do que viria a ser mais tarde a cidade de Cunha.

As antigas trilhas dos indígenas, construídas na Serra do Mar entre Paraty (Rio de Janeiro) e o território onde se localiza hoje a cidade de Cunha, passaram a ser utilizadas por paulistas e por habitantes fluminenses para troca de produtos agrícolas.

A constituição do povoado vai sendo realizada pouco a pouco e aos antigos moradores vão se juntando vadios, desertores da marinha e até criminosos. No início a população vai se estabelecendo de maneira desordenada, mas o lugar aonde vai se fixando passa a ser também local de descanso e de provimento das tropas imperiais. O ouro que passa por aí é carregado nas costas calejadas dos escravos e das mulas. Assim,

> [*..da condição de "boca do sertão", inicialmente a região transforma-se em pouso obrigatório para quem vinha de Paraty com destino a Guaratinguetá, ou de Paraty-Facão para São Paulo, via Ubatuba, Natividade, Mogi das Cruzes...*] (VELOSO, 1978:1).

No ano de 1748 o povoado eleva-se à freguesia, recebendo a denominação de Nossa Senhora do Falcão, em homenagem à família Falcon, que trouxera a imagem de Nossa Senhora da Conceição. A vila passa a categoria de cidade de Cunha em vinte de abril de 1858. Cunha torna-se comarca em 1889 e em vinte e oito de outubro de 1948, torna-se estância climática.

2.2.3. O "Caminho do Ouro"

A descoberta de ouro em Minas Gerais foi um momento muito importante na época do Brasil Colonial dando origem ao chamado Ciclo do Ouro. Como colônia de Portugal, esse metal tão precioso nesta época histórica, pouco ficou aqui. A maior parte foi levada para Portugal enriquecendo assim, os cofres da coroa portuguesa.

Para transportar o ouro explorado, inicialmente foi construída a Estrada Real, que ligava Paraty a Ouro Preto, denominado "Caminho do Ouro". Parte deste percurso foi construída na antiga trilha dos Guaianazes, por alguns bandeirantes paulistas, que cortaram matas com o intuito de facilitar o transporte entre o litoral e a região das minas. Esta rota, mais tarde denominada de Caminho Velho, passava pelo território de Cunha.

Na trilha do ouro houve grande movimentação de tropas levando o precioso metal para o porto de embarque. O caminho atraiu bandidos e saqueadores. Muito ouro foi desviado. Isso levou à construção de uma barreira, a do Taboão.

Foi construído entre o povoado denominado Falcão e Paraty um posto de fiscalização pelo governo colonial denominado Barreira do Taboão. Graças a ele chegaram à região os dragões da coroa portuguesa, coletores e fiscais com o objetivo de controlarem a saída do ouro e das pedras preciosas das gerais.

Depois da expulsão dos piratas e ladrões do Porto do Rio de Janeiro e da Ilha Grande, foi construído um "Caminho Novo", cujo percurso ia do Rio de Janeiro a Ouro Preto. Essa nova rota era considerada na época mais rápida e também mais bem preparada para receber o grande fluxo migratório de população em direção às cidades mineradoras. Com a nova construção, o antigo Caminho Velho foi considerado ilegal.

Uma terceira via foi construída para ligar Ouro Preto à Diamantina, sendo denominada na época de "Caminho dos Diamantes". Este novo acesso se destacou a partir de 1729 com a descoberta das "pedras brilhantes" abundantes na região.

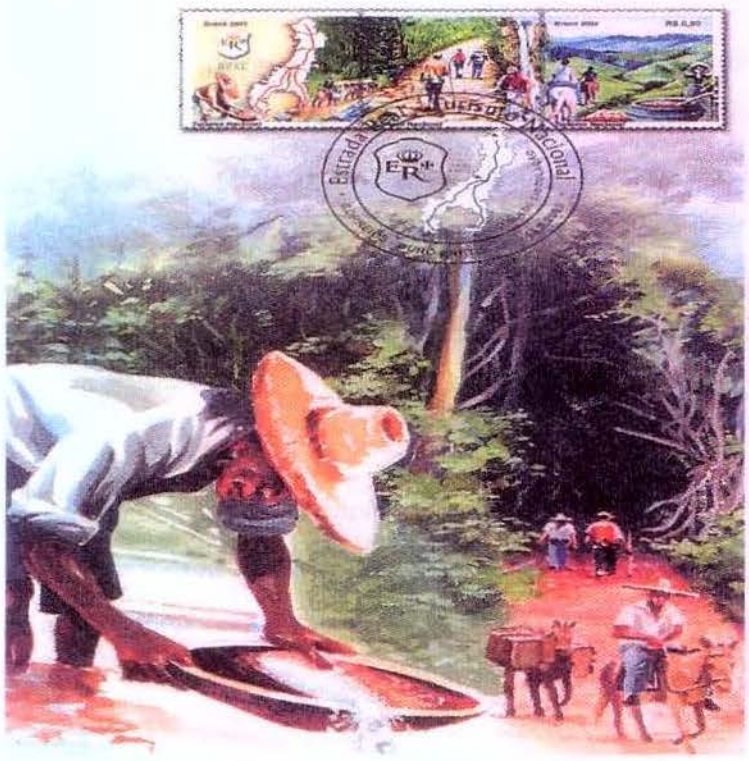
Estes três grandes caminhos foram durante muito tempo as primeiras estradas oficiais do país. Diante da importância histórica da Estrada Real, do número de municípios que abrange, das diversidades socioeconômicas de seu entorno, de seu imenso potencial cultural e natural, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) criou o Instituto Estrada Real. Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos, cujo objetivo é estimular o desenvolvimento do potencial turístico da área de influência da Estrada Real. São mais de 1.400 km que existem há mais de 300 anos e que abrangem 177 cidades (162 em Minas Gerais, 8 no Rio de Janeiro e 7 em São Paulo), distribuídas nos três caminhos, o Caminho Velho, o Caminho Novo e o Caminho dos Diamantes. Na Estrada Real encontramos vias asfaltadas, de terra batida, ou com pedras colocadas pelos escravos, uma a uma.

> *"[Percorrer a Estrada Real é apreciar as belezas naturais com grandes lagos, rios, cânion, cachoeiras, grutas, montanhas e sítios arqueológicos com pinturas rupestres e conhecer as obras construídas pelas mãos do homem como os pequenos povoados que conservam o clima bucólico do passado histórico de Mina [...]. Visitar antigas minas de ouro hoje desativadas..."] (CORREIOS, 2005:2).*

Toda essa produção humana envolve uma complexa atmosfera de músicas, danças e festas, artesanato e folclore. São resultantes da combinação original de três culturas distintas: a indígena, a africana e a européia.

Com o intuito de divulgar as belezas e valores culturais da Estrada Real e também de preservar todo patrimônio artístico, histórico, cultural e natural da via e de seu entorno, por meio do Edital 13-2005, houve a elaboração pelos Correios da edição de três selos comemorativos, cuja denominação foi: *Estrada Real – Tesouro que a natureza preservou* (vide figura 5).

Figura 5. Ilustração do selo comemorativo: Estrada Real, Correios, 2005.



Fonte: Folheto do Correio, 2005.

A partir de 1750, com o declínio da exploração do ouro, a necessidade de fixar-se à terra fez com que a população do lugarejo aumentasse. No dia 15 de setembro de 1785, a freguesia do Falcão torna-se vila, passando a denominar-se Vila Nossa Senhora da Conceição de Cunha, desligando-se conseqüentemente da Vila de Guaratinguetá. O nome Cunha foi em homenagem ao autor do decreto, então exercendo o cargo de governador da província de São Paulo, Capitão General Francisco da Cunha e Menezes (1782-1786).

Durante o século XIX, Cunha teve destaque como um centro comercial de produção de alimentos e de algodão. Houve também um novo interesse pela antiga estrada até Paraty, onde era transportado o ouro das Gerais para embarque no porto com destino à corte portuguesa. Naquela época o interesse econômico não era mais o ouro das Gerais, mas sim o café, que se constituiria em novo ciclo econômico para o país, dado ao volume de produção e aceitação no mercado mundial.

As primeiras plantas de café chegaram à região Sudeste do país, no Rio de Janeiro, entre 1760 a 1762, vindas do norte do país. Sua expansão para o Vale do Paraíba foi por volta de

1830/1850, "aonde as altitudes, que vão até 1.000m, ofereciam bom regime pluviométrico, temperaturas amenas, certa proteção eólia, revestimento florestal e ótimo solo" (LAPA, 1986: 27).

O ciclo do café no Vale do Paraíba fez com que o velho "Caminho do Ouro" fosse revitalizado. Transformou-se em amplas calçadas, para que as tropas pudessem transportar a nova riqueza. A Barreira do Taboão não registrava mais o metal amarelo, mas sim as arrobas de café para exportação. Se entre os anos de 1837 e 1838, trinta animais lotados de café passavam diariamente pela Barreira em direção ao litoral, no período de 1854/1855, esse tráfego aumentou para cerca de cento e cinqüenta animais. Pelo porto de Paraty eram embarcados mais de dois milhões e meio de quilos de café por ano (CUNHA, 1944).

O município de Cunha, durante o ciclo do café, teve destaque tanto como produtor de alimentos para os municípios vizinhos cuja atividade era a cafeicultura, como também pelo seu território, antes do surgimento da ferrovia, passava a produção dos grãos em direção ao porto para exportação. O percurso realizado era pelas antigas trilhas do Caminho Velho do Ouro. O transporte do café, procedente dos municípios mais próximos do Vale do Paraíba, era realizado nas antigas trilhas do minério.

Hoje parte da estrada para Paraty é asfaltada e parte é pavimentada com pedras. Em época de chuva toda atenção é pouca em alguns trechos. A estrada foi descrita, por um antigo morador, já falecido, como um caminho muito ruim:

> "*Eram três léguas de serra, mata adentro, que não se enxergava o sol; era úmida e molhada. Era calçada de pedra, certos trechos construídos pela mão de escravos, no tempo do Império, tempo do senhor de fazenda e da escravidão; tempo que a raça negra não era gente – era bicho*" (VELLOSO, 1992:37).

Durante o período áureo da cafeicultura, os fazendeiros diminuíram a área de plantio de alimentos e concentraram sua força de trabalho na produção de café (STEIN, 1955 *apud* SHIRLEY, 1977). Graças à intensificação do plantio de café, Cunha se tornou um centro principal na produção de alimentos, fornecendo arroz, feijão e suínos para as fazendas do Vale do Paraíba. Grande parte desta produção era feita por trabalhadores escravos. Observação

importante é feita pelo autor de "O fim de uma Tradição" que atenta para o fato de que grande parte da área agrícola do município permaneceu sem agricultura comercial, desta maneira o campesinato caipira não foi dispensado, pois a produção comercial de alimentos estava nas mãos de um pequeno número de grandes fazendeiros.

Por um curto período foi introduzida no município de Cunha a cultura do algodão. Havia escassez no mercado internacional deste produto em virtude da Guerra Civil nos Estados Unidos. Assim, indústrias inglesas e outras fábricas de tecidos européias estavam com falta dessa matéria-prima. Isto elevou o preço dessa planta no mercado internacional e o seu cultivo foi um atrativo para produtores brasileiros (SHIRLEY, 1977).

O algodão, que pode ser cultivado em áreas mais altas, prosperou no clima do Alto Paraíba. A primeira plantação realizada em 1865 teve tanto sucesso que as regiões montanhosas, inclusive Cunha, tornaram-se a principal área produtora do Vale. Em Cunha, a plantação era limitada aos vales dos rios mais baixos e às áreas que já estavam sendo utilizadas para agriculturas comerciais. Assim, na maior parte da área do município não se cultivava o algodão. O algodão ficou conhecido como produto dos agricultores pobres pelo fato de poder ser produzido em pequenas propriedades, com a utilização de técnicas arcaicas (SHIRLEY, 1977). Após 1870, com a normalidade da produção nos Estados Unidos, o preço caiu, e os plantadores desta fibra têxtil abandonaram o negócio.

A partir de 1875 a região retrocedia cada vez mais para uma agricultura de subsistência, isso não significa que estava fechada a outras necessidades que pudessem surgir no mercado.

A produção de subsistência consistia no cultivo de alguns gêneros alimentícios pelos "caipiras" no espaço rural. Assim, milho, feijão, mandioca e batata doce eram a base da agricultura. Cultivavam também feijão, batata, amendoim, cebola, alho, fumo e cana-de-açúcar em pequena escala, que era cultivada como safra comercial.

Com a libertação dos escravos em 13 de maio de 1888, a produção de café no Vale do Paraíba entra em decadência, terminando o ciclo do "Ouro Verde" (SHIRLEY, 1977).

Outro fato marcante no decorrer do século XIX no município foi o estabelecimento de um contingente humano, que foi atraído pelo clima e pelas águas medicinais de Cunha. Vieram pessoas não só da região, como do estado de São Paulo e de outros estados na busca de tratamento e acabaram se estabelecendo na região. Chegaram também imigrantes, principalmente italianos, deixando um grande número de descendentes.

Fato marcante da história do município, na década de 1930 foi a participação de habitantes do município na Revolução Constitucionalista de 1932. Segundo o historiador local, Cunha possui um herói, fruto desse movimento, chama-se Paulo Vergílio. O herói de Cunha da Revolução de 1932 foi homenageado pela população do município com a construção de um monumento às margens da rodovia Cunha-Paraty. Seus restos mortais encontram-se no mausoléu, junto com outros heróis Miragaia, Martins, Drauzio e Camargo mortos na noite de 23 de Maio de 1932 num choque com os tenentistas na capital paulista. De seus nomes foi tirada a sigla MMDC, sigla pela qual ficou conhecido o Movimento Constitucionalista de 1932 (VELOSO, 2005).

2.3. A população e a qualidade de vida no município

Apesar da grande área territorial o município tem uma população pequena. O censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no ano de 2000 e 2001 apontou uma população total de residentes de 23.090 pessoas, sendo que deste total 11.134 habitam na zona urbana e 11.956 na zona rural. A estimativa para 2005 pelo referido Instituto é de 22.857 pessoas. Percebe-se uma previsão de leve diminuição da população munícepe. A densidade demográfica é baixa, correspondendo a aproximadamente 16,24 habitantes por km^2, bem menor se comparada ao do estado onde está inserido que é de 158 habitantes por km^2 (SEADE, 2004).

O município foi incluído em um dos cem municípios mais carentes do estado de São Paulo, pelo Programa Nacional de Apoio aos Agricultores Familiares (PRONAF). Tal constatação permitiu a liberação por esse programa, de uma verba a fundo perdida, permitindo ao município receber durante quatro anos a quantia de R$ 150.000,00 reais. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural priorizou para a verba recebida melhoria nos 2.600km de estradas rurais. Tal decisão baseou-se na tese de que a melhoria das estradas poderia melhorar o transporte tanto de insumos, como da produção final realizada nas propriedades rurais. Houve também a compra de máquinas, alguns equipamentos e caminhões, cujo objetivo era buscar a produção agrícola das comunidades mais carentes.

Alguns indicadores socioeconômicos, tais como o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), dados demográficos e Produto

Interno Bruto, fornecem elementos para identificar a qualidade de vida dos habitantes dos municípios.

Os indicadores do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) sintetizam a situação de cada município no que diz respeito à riqueza, escolaridade e longevidade, e quando combinados geram uma tipologia que classifica os 645 municípios do estado de São Paulo em cinco grupos, cada um com características específicas de riqueza municipal, longevidade e escolaridade. Essa tipologia permite a identificação da situação de cada um dos municípios paulistas nas três dimensões consideradas (SEADE, 2005).

O IDH foi criado no início da década de 1990 para o Programa das Nações Unidas (PNUD), na busca de medidas socioeconômicas nas quais possam ser incluídas outras dimensões fundamentais da vida e da condição humana.

Para tanto combinam três componentes básicos: a logenvidade, por refletir, entre outros aspectos, as condições de saúde da população, medida pela esperança de vida ao nascer; a educação, onde é feita a medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinatória de matrícula nos níveis de ensino fundamental e superior e finalmente a renda, que é medida pelo poder de compra da população (INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA – IPEA, 1998).

O cálculo do IDH envolve estes três componentes que variam entre zero (pior) e um (melhor). O índice de Cunha neste indicador foi 0,733 enquanto o do estado de São Paulo de 0,814.

Em relação aos dados demográficos, a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), relaciona os seguintes indicadores (tabela 1).

Tabela 1. Dados demográficos, Cunha, estado de São Paulo, 2005.

Indicadores	Município	Região de Governo	Estado
População	23.449	327.790	39.949.487
Taxa de urbanização (%)	49,38	91,31	93,65
Taxa geométrica de crescimento da população (%)	0,31	1,25	1,72
Área (em km^2)	1.333	3.270	249.600

Fonte: SEADE, 2005.

Os dados demonstram um pequeno número de habitantes tomando-se como referência a Região de Governo e o estado de São Paulo, assim como a taxa de urbanização e de crescimento geométrico da população.

Outro item pesquisado é o do Índice Paulista de Responsabilidade Fiscal – IPRS, elaborado pelo SEADE. Nos indicadores deste índice constam três dimensões: riqueza, longevidade e escolaridade (tabela 2).

Tabela 2. Índice Paulista de Responsabilidade Social. Cunha, estado de São Paulo, 2005.

Indicadores	Ano	Município	Região de Governo	Estado
Riqueza	2000	23	----	61
	2002	17	40	50
Longevidade	2000	49	----	65
	2002	53	59	67
Escolaridade	2000	21	---	44
	2002	26	52	52

Fonte: SEADE, 2005.

O município de Cunha apresenta os itens de riqueza, longevidade e escolaridade muito baixas, havendo inclusive uma diminuição do índice de riqueza do ano de 2000 para 2002, se forem comparados com o apresentado pela região de governo e do estado de São Paulo. Já o PIB (Produto Interno Bruto) *per capita*, de acordo com o IBGE, no ano de 2002, era de R$ 2.991,00. O setor de serviços e a agropecuária são os setores econômicos que contribuem mais para o valor adicionado para o PIB no referido ano.

2.4. A economia de Cunha

A agricultura tem grande importância para a economia do município. As atividades deste setor vêm desde os tempos coloniais. Tradicionalmente o município produz arroz, feijão, milho e batata. No início do século XX foi introduzida na região a pecuária, principalmente a do tipo leiteira, sendo este um dos fatores que contribuiu para desagregação da economia rural do município. Apesar do setor de serviços representarem o setor forte da economia, o setor

agropecuário tem forte participação e poderia ter um peso muito maior se fossem planejados investimentos, assistência técnica, capacitação de agricultores e comercialização da produção.

Tabela 3. Setores da Economia Cunha, estado de São Paulo, 2000.

Setores da Economia	(R$ 1.000)
Agropecuária	12.332,3
Indústria	11.873,5
Serviços	35.725,9

Fonte: IBGE, 2000.

A extensa área territorial do município e o relevo abrigam micro climas que orientam diferentes vocações agrícolas. Nas partes mais baixas produzem-se especialmente frutas cítricas. Foram nessas áreas mais quentes que se produziam os melhores vinhos de Cunha no século passado. Já na região sudeste, partindo do bairro Rio Abaixo, onde ocorrem fortes geadas é aconselhável o plantio de frutas de clima temperado: pêssego, ameixa, pêra, castanha e nozes. Apesar de condições climáticas propícias, nem todas as espécies sugeridas têm produção significativa. Segundo dados obtidos no IBGE as frutas de maior produção durante o ano de 2000 foram: pêra, tangerina, caqui e limão (vide tabela 4).

Tabela 4. Produção de Frutas, Cunha, estado de São Paulo, 2000.

Tipo	Produção (em toneladas)
Pêra	120
Tangerina	75
Caqui	20
Limão	13

Fonte: IBGE, 2000.

Tomando-se como ponto de partida a lavoura temporária, as maiores produções no ano de 2000 foram as de milho, feijão, tomate, batata inglesa e arroz (vide tabela 5).

Tabela 5. Lavoura temporária, Cunha, estado de São Paulo, 2000.

Espécie	Produção (em toneladas)
Milho (em grãos)	8.000
Feijão (em grãos)	840
Tomate	300
Batata inglesa	200
Arroz (em casca)	27

Fonte: IBGE, 2000.

Em relação à pecuária, (IBGE, 2000) o maior número de cabeças é de gado bovino apesar da presença de outras espécies tais como suínos (5.900 cabeças); eqüinos (2.600 cabeças); asininos e muares (330 e 480 cabeças respectivamente); bubalinos e caprinos (70 e 40 cabeças) e galináceos (3.200 cabeças). Os dados da produção deste setor se encontram na tabela 6. A presença de manchas de áreas florestadas e de áreas de preservação ambiental, onde a massa vegetal é grande, propicia ainda a produção do mel de abelha.

Tabela 6. Principais produtos da Pecuária, Cunha, estado de São Paulo, 2000.

Produto	Produção
Leite (litros)	17.000
Ovos de galinha (mil dúzias)	11.000
Mel de abelha (kg)	5.000

Fonte: IBGE, 2000.

O leite produzido no município é comercializado na Usina Cunha. O estabelecimento é filial da Cooperativa de Laticínios de Guaratinguetá. A usina tem tanques de resfriamentos ou nas propriedades ou em locais comunitários (às vezes um tanque é utilizado até por seis agricultores). A produção de leite é colocada diariamente nos tanques. Os funcionários da Cooperativa passam a cada dois dias para recolher a produção.

Existe assim em Cunha, uma cadeia produtiva para o leite desde sua retirada pelo produtor, até sua comercialização. Se de um lado, tal fato contribui para que o produtor rural se acomode e não busque alternativas para exploração de sua propriedade, por outro lado tem garantida a venda de seu produto. Um dos grandes problemas enfrentados pelos agricultores é a comercialização de sua produção. No caso do leite, independente do preço recebido pelo agricultor, tem sua venda garantida à Usina localizada no município.

Um exemplo, encontrado em Cunha, para diminuir gastos com comercialização da produção agrícola é o da Associação de Produtores Rurais do Bairro do Sítio e ocorreu graças ao estímulo dado pela Secretaria da Agricultura do município.

Os agricultores da Associação do Sítio, do Bairro do Sítio, localizada na estrada de Paraibuna, com o caminhão comprado com o dinheiro do PRONAF pela Prefeitura Municipal, colocado para ser usado pelos moradores sem ônus. Assim, eles ficaram livres de pagar o transporte de sua produção até o CEASA (o pagamento era de R$ 1,00 por caixa). Com o dinheiro economizado puderam comprar uma perua Kombi para acompanhar o "caminhão do PRONAF", como ficou conhecido no local, até Taubaté para comercializar sua produção. Além disso, com a economia do transporte puderam comprar outros produtos como vidros para acondicionar a produção de doces e mel em grandes quantidades e por preços menores.

Outro destaque importante no município de Cunha é a presença marcante dos agricultores familiares. Os dados (tabela 7) demonstram que a agricultura familiar, comparada à agricultura patronal, tem grande destaque no município, não só em relação ao número de propriedades (1078 estabelecimentos), como em relação à porcentagem de área que ocupam (57%) e ao valor bruto da produção (63,25%). É objeto de observação também o grande número de estabelecimentos familiares quase sem renda ocupando uma área de 17,6% do total das propriedades do município.

Tabela 7. Categorias Familiares por Tipo de Renda e Patronal. Número de Estabelecimentos, Área e Valor Bruto da Produção do município de Cunha, estado de São Paulo.

Categorias	**Estabelecimentos**		**Área Total**		**Valor Bruto da Produção**	
	Número	**%**	**Hectares**	**%**	**1000 Reais**	**%**
TOTAL	1.330	100,0	78.043	100,0	10.098	100,0
Total Familiar	1.078	81,1	44.459	57,0	6.379	63,2
Maiores rendas	135	10,2	9.703	12,4	2.601	25,8
Renda média	310	23,3	14.038	18,0	2.180	21,6
Renda baixa	221	16,6	6.960	8,9	779	7,7
Quase sem renda	412	31,0	13.757	17,6	819	8,1
Patronal	250	18,8	33.455	42,9	3.702	36,7
Instituições Religiosas	2	0,2	129	0,2	17	0,2
Entidades Públicas	-	-	-	-	-	-
Não Identificado	-	-	-	-	-	-

Fonte: *Censo Agropecuário 1995/96, IBGE.*

A produção de madeira em Cunha é possível graças à presença de áreas florestadas e áreas de reflorestamento. Segundo dados do IBGE, no ano de 2003 a produção de madeira em tora foi de 4.980 metros cúbicos, sendo parte desta destinada à produção de papel e celulose (4.500 metros cúbicos) e para outras finalidades (480 metros cúbicos).

Outra atividade econômica de Cunha é a cerâmica. A tradição das paneleiras[6] e a boa qualidade da argila atraíram muitos ceramistas para a cidade a partir da década de 1970. Hoje estão instalados em Cunha, vários ceramistas que nos seus atelieres produzem e comercializam objetos de cerâmica. Tais estabelecimentos situam-se tanto na zona urbana como na zona rural. Existe um grande número de turistas que são atraídos à Cunha em função das obras artísticas produzidas pelos ceramistas.

A comercialização da produção dos primeiros ceramistas era realizada em cidades maiores, principalmente em São Paulo. As dificuldades encontradas pelos artistas da argila, em levar suas obras para vender em outro local fizeram com que alguns construíssem, em seus atelieres, um espaço para exposição das peças produzidas.

2.5. Problemas enfrentados pelos agricultores

O agricultor de Cunha enfrenta vários problemas destacando-se terrenos pouco profundos em função de um relevo montanhoso, o que facilita rápida erosão se não forem tomados medidas adequadas, falta de assistência técnica, falta de capacitação profissional, dificuldade de fixação de jovens no campo e valorização de suas terras pela especulação imobiliária e atividades de turismo rural.

Grande parte do relevo de Cunha é constituída por áreas montanhosas. Existem espaços com um relevo do tipo mamelonar (LEPSCH, 2002), conhecido também como "mares de morros". Nestas áreas montanhosas, onde o declive é muito forte, a topografia favorece a erosão, caso o solo não seja utilizado de modo correto.

Nem sempre os agricultores que ocupam esses espaços, ocupam o solo de maneira adequada, que seria com o uso de aração com boi. Um engenheiro agrônomo entrevistado se posicionou diante desta prática:

[6] As paneleiras fabricavam panelas e potes de barro na roça. Havia dezenas delas em Cunha, hoje existe somente uma senhora com 92 anos que continua na profissão, suas peças podem ser encontradas na Casa do Artesão.

> *"Eu não culpo o produtor não, pois muitas vezes ele se vê numa situação que não tem muita alternativa. Ele que vive da propriedade, depende do milho e do feijão, se ele ara com boi vai ficar mais caro, se ele arar com trator morro abaixo ele esta errado, realiza uma prática condenável, vai causar erosão. Às vezes ele fica meio sem opção e a aração de boi já não tem mais, é uma coisa que esta acabando, seria o correto. Só que na visão do cara, se você falar em aração com boi você esta retrocedendo".* (Engenheiro Agrônomo da Casa da Lavoura, 2005).

Diante desta situação se torna necessário o cultivo do solo por meio de técnicas preservacionistas, da diversificação de atividades na propriedade para garantir a renda do produtor rural e do reflorestamento em áreas de maior declividade.

Outro problema que ocorreu em algumas propriedades é o desmatamento em áreas de nascente ou mesmo de mata nativa, para a introdução de pastagens. Nas áreas de solos pouco desenvolvidos, em áreas de declive, e onde predomina a Mata Atlântica, deveria haver um planejamento voltado à preservação, o que infelizmente não está ocorrendo.

O município de Cunha tem uma área territorial muito grande, daí a distância enorme entre um extremo e outro do município que chega a atingir aproximadamente 80 km. A reunião com produtores rurais tem que ser marcada aproximadamente com 15 dias de antecedência. Aliado à distância, também existe dificuldade de comunicação entre os extensionistas e os agricultores. A maioria dos produtores não tem telefone e muito menos e-mail. Desta maneira, para reunir os fruticultores, por exemplo, que se encontram espalhados pelo município, o encontro tem que ser marcado bem antes, para que todos os convites possam ser entregues em mãos. Além disso, se o agricultor residir longe do local do evento, isso é um fator que onera sua participação. Se os assuntos tratados não são bem definidos, não há decisões rápidas, pois o processo de mudança é lento, com o gasto de ir e vir com distâncias de 20, 30 ou mesmo 40 km (ida e volta), o produtor rural desanima e não volta mais.

Outro aspecto observado é a presença de poucos jovens no campo. Há uma predominância de adultos. Tal fenômeno ocorre em função das escolas rurais só oferecerem as séries iniciais do ensino fundamental. A partir da quinta série o aluno tem que estudar na cidade. Assim, ele vai estudar na cidade a partir dos 11 ou 12 anos aproximadamente, e com isso se

distancia um pouco das práticas rurais. O transporte dos educandos da zona rural para as escolas da cidade é feito por meio de ônibus fretado pela Prefeitura Municipal. Como as distâncias são muito grandes, a maioria dos alunos tem que sair bem cedo de casa e voltar muito tarde. Quando concluem o ensino médio, muitos jovens, por problemas financeiros não conseguem ingressar no ensino superior, então voltam para o campo, mas não se identificam mais com ele, não aprenderam a lida rural, daí quererem voltar e procurar emprego na cidade de Cunha ou em outras, quase sempre próximas, no Vale do Paraíba.

É evidente a necessidade de haver escolas rurais, que ofereçam tanto o ensino fundamental, como o ensino médio e também cursos profissionalizantes na área da agropecuária. Nas palavras de um extensionista rural: "uma escola técnica faz falta, têm muitos municípios que possuem esse tipo de capacitação e não dependem tanto do rural como a gente depende, aqui é exclusivamente rural, não existe outra fonte de renda" (Engenheiro Agrônomo da CATI, 2005). A instalação de escolas rurais propiciaria aos jovens perspectivas de continuar no campo dando continuidade ao trabalho de seus pais.

Dos problemas enfrentados pelos agricultores de Cunha se junta à falta de assistência técnica. Ao pequeno número de extensionistas, alia-se a grande distância das propriedades dentro do município, dificultando o acesso dos proprietários familiares às orientações sobre problemas surgidos durante o processo produtivo, ou mesmo, para a comercialização da produção, bem como informações sobre financiamentos, dentre outros.

Mesmo assim, as terras de Cunha são muito valorizadas. Vários fatores contribuem para isso: o clima, a localização geográfica, o turismo rural e a própria especulação imobiliária. Nessa situação, os agricultores que se mantêm em suas terras "a duras penas", tendo boa oferta pela venda de sua propriedade acabam desfazendo-se delas. Mas, nem todos os agricultores procedem dessa maneira. Existem aqueles que mesmo enfrentando problemas, preferem continuar na zona rural, como declarou um morador do Bairro do Sítio:

> *"A luz que eu gasto aqui é quase metade, eu pelo menos fui nascido e criado no sítio, não troco por uma mansão na cidade, porque aqui a gente não é rica, mas tem conforto, tem o clima bom, tem verde, tem a natureza, tem água limpa, você pode pegar essa água e tomar sem problema nenhum e as vezes na cidade você não tem. Tem cidade que tem aquele mau cheiro do lixo, aqui não tem*

nada disso, então, pelo que eu acho a gente vive no paraíso. A gente vive tranqüilo, não só eu, mas eu acho que o povo dessa região toda não tem o que reclamar, não é rico, milionário, mas é rico em outra coisa" (Presidente da Associação do Bairro do Sítio, CUNHA, 2005).

Se grande parte da população adulta prefere continuar no campo, o mesmo não ocorre com os jovens. Dentro deste faixa etária, é uma minoria que continua no espaço rural.

2.6. As áreas de preservação ambiental

No município de Cunha estão localizados dois parques: o Parque Estadual da Serra do Mar (Núcleo Cunha-Indaiá) e o Parque Nacional da Serra da Bocaina, ambos localizados na Mata Atlântica.

A idéia de criação de parques nacionais consta do primeiro Código Florestal Brasileiro, pelo Decreto nº. 23.793 de janeiro de 1934, que dentre outras providências estabeleceu o conceito de Parques Nacionais, Florestas Nacionais e Florestas Protetoras (COSTA, 2002).

Restam atualmente poucos vestígios da exuberante Mata Atlântica, que na época do descobrimento abrangia 12% do território brasileiro, estendendo-se desde o litoral do Rio Grande do Norte até o Rio Grande do Sul e adentrando muitas vezes no interior do continente até centenas de quilômetros. Após séculos de exploração, encontra-se reduzida em apenas 8% do que foi outrora. O mais grave é que muitas espécies desapareceram, sem que ao menos fossem conhecidas e pudessem ser estudadas pela ciência (figura 6).

Figura 6. Comparação entre a vegetação original e a atual, Município de Cunha, estado de São Paulo.





Estradas Principais
Ferrovias
Drenagem Principal
Mata
Domínio da Mata Atlântica
Área Urbana

Estradas Principais
Ferrovias
Drenagem Principal
Limites Municipais
Flor. Ombrófila Densa
Flor. Estacional Semidecidual
Campos de Altitude, encraves de cerrado, zonas de tensão ecológica, contatos.
Área Urbana

Fonte: S.O.S. Mata Atlântica, 2005

A floresta da Mata Atlântica abriga grande biodiversidade. Entre as espécies vegetais de grande porte destacam-se os cedros, perobas, maçarandubas, canelas, ipês, grumixamas, guatambus e várias espécies arbustivas. Entre seus estratos encontramos vários tipos de bromélias, orquídeas, samambaias, liquens e lianas. É o *habitat* natural de capivaras, antas, pacas, quatis, jaguatiricas, sagüis, bugios, macucos, gaviões, papagaios, jacus, jacutingas, arapongas, entre outras espécies (Ecossistemas Brasileiros, 2006).

Os parques nacionais, estaduais ou municipais são unidades de conservação, que têm por objetivos preservar os ecossistemas naturais de relevância ecológica e beleza cênica.

De acordo com a Lei nº. 9985, de 18 de julho de 2000, os parques são de domínio público. A presença nesses locais é permitida para pesquisa, educação, recreação, interpretação ambiental e turismo ecológico.

O Parque Estadual da Serra do Mar (Núcleo Cunha-Indaiá) preserva importantes remanescentes da Mata Atlântica. É aberto à visitação pública diariamente das oito às dezessete horas. Existem no parque três trilhas: Trilha do Rio Paraibuna com um percurso de 1.700 m e visita autoguiada, apresentando um grau de dificuldade baixo, não necessita de agendamento; a Trilha das Cachoeiras que pode ser percorrida com o veículo do visitante nos seus 6.800m, sendo os 7.600m restantes destinados a serem percorridos a pé; já a Trilha do Rio Bonito tem um percurso de 7.600m, apresentando como a anterior um grau de dificuldade média e ambas necessitam de autorização prévia e são acompanhadas por guardas do parque.

Uma área de aproximadamente 4,5% do município de Cunha está inserida no Parque Nacional da Serra da Bocaina, juntamente com de outros municípios paulistas, a saber: Ubatuba (12,7%), Areias (2,4%) e São José do Barreiro (18,3%).

O Parque foi criado pelo decreto nº 68.172, de 04 de março de 1971, com área aproximada de 134.000 hectares, sendo posteriormente modificado pelo Decreto Federal número 70.694, de 08 de junho de 1972, totalizando hoje uma área definitiva de 104.000 hectares, sendo que aproximadamente 60% destas estão localizadas em território do estado do Rio de Janeiro e o restante no estado de São Paulo.

Localiza-se no bioma da Mata Atlântica, a Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Mista, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Decidual, Floresta Estacional Semidecidual, Mangues, Restingas, Campos de Altitude, Brejos Interioranos e Encraves Florestais do Nordeste (Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, 1992).

Os acessos rodoviários ao Parque Nacional da Serra da Bocaina são realizados pelas rodovias Presidente Dutra (BR116) e Rio-Santos (BR 101) e pelos acessos locais das rodovias dos municípios que limitam o Parque. A araucária é a árvore símbolo do Parque Nacional da Serra da Bocaina.

O município de Cunha abriga 4,5% da área territorial desta unidade de conservação. Dentro do Parque existem inúmeras paisagens que vão desde espaços ocupados onde os habitantes se desenvolvem cultivos e pastagens até áreas florestadas. No meio de tudo isso os visitantes deparam com rios, cachoeiras, corredeiras, lagos, picos de montanhas com vistas

belíssimas e parte do ecossistema da Mata Atlântica em extinção. Parte da antiga Trilha do Ouro encontra-se dentro do Parque. Neste ambiente é realizado principalmente um turismo de aventura, com caminhadas em trilhas ou com veículos especiais, além do camping selvagem.

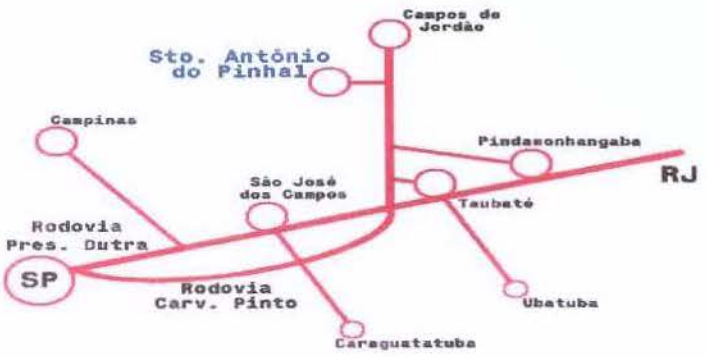
Além das duas unidades de conservação Cunha abriga inúmeras nascentes que vão dar origem a cursos d'água e cachoeiras. Percorre seu território também os rios Paraitinga e Paraibana, formadores da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul que banha o Vale do Paraíba, além de um clima excelente e um espaço rural que guarda muitas tradições.

Diante de tantos atrativos naturais e humanos, Cunha, apesar de estar na categoria de município pobre do estado de São Paulo, apresenta as condições necessárias para o desenvolvimento do turismo, principalmente nas áreas rurais, desde que haja um envolvimento da população rural e por parte do poder público, uma melhor orientação em relação ao planejamento do desenvolvimento da atividade do turismo, além da conservação das estradas, capacitação de mão-de-obra, orientações sobre financiamentos, para que esta atividade contribua para aumentar a renda e fixar a população no campo dentro de práticas sustentáveis.

3. Santo Antonio do Pinhal

Santo Antonio do Pinhal localiza-se na microrregião de Campos de Jordão. Dista 127,7 km da capital paulista. O acesso rodoviário é permitido pelas rodovias Presidente Dutra, Carvalho Pinto e Floriano Rodrigues Pinheiro (figura 7).

Figura 7. Rodovia de acesso a Santo Antônio do Pinhal, estado de São Paulo.



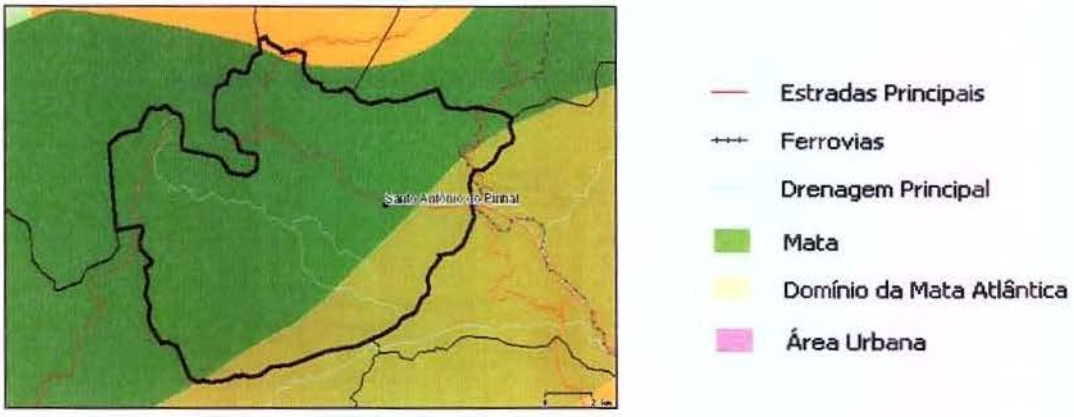
Fonte: http://www.guiapinhal.com.br/

O município limita-se com Campos do Jordão, São Bento do Sapucaí, Pindamonhangaba, Monteiro Lobato e com o estado de Minas Gerais. Existe uma proximidade muito grande de Campos de Jordão, cerca de 17 km e a ligação entre os dois municípios é realizada pela rodovia Floriano Rodrigues Pinheiro.

Ao contrário de Cunha, o município de Santo Antonio do Pinhal localiza-se na Serra da Mantiqueira. Sua área é de 133 km^2 (IBGE, 2005). A altura média da sede do município é de cerca de 1.080 metros. O relevo é montanhoso e era coberto pela Mata Atlântica. Esse tipo de vegetação, devido à extensa devastação, se restringe, principalmente hoje, à região das serras do Mar e da Mantiqueira. A figura 8 mostra o domínio do território de Santo Antonio do Pinhal quanto à floresta original e a situação como se encontra hoje.

Entre a Serra do Mar, a Serra da Mantiqueira e as terras baixas adjacentes encontram-se o maior remanescente do ecossistema, a Floresta Ombrófila Densa. O relevo fortemente acidentado e cheio de declives contribuiu para que essas áreas se mantivessem bem preservadas, embora a sua localização esteja entre duas metrópoles, São Paulo e Rio de Janeiro. Esta floresta apresenta a maior diversidade de mamíferos de pequeno porte e a maior concentração de aves ameaçadas e/ou endêmicas do país (S.O.S. Mata Atlântica, 2005).

Figura 8. Comparação entre a vegetação do passado e atual. Município de Santo Antonio do Pinhal, estado de São Paulo.





Fonte: S.O. S. Mata Atlântica, 2006

O ponto culminante do município de Santo Antonio do Pinhal é denominado Pico Agudo, com cerca de 1700 metros de altura e nove quilômetros de distância da sede do município. Pela sua localização, este acidente geográfico proporciona aos visitantes uma visão de 360° que alcança desde a Pedra do Baú em São Bento do Sapucaí até algumas cidades do Vale do Paraíba. Em dias claros pode-se avistar desde São José dos Campos até Aparecida. É também utilizado pelos praticantes de vôo livre como plataforma para saltos.

3.1. Pequeno histórico da produção sócio-espacial do município de Santo Antonio do Pinhal

A história de Santo Antonio do Pinhal começa a partir da criação da Capitania de São Paulo-Minas, em 1795. As capitanias hereditárias foram instituídas pela Coroa portuguesa, que doou, entre 1534 e 1536, quatorze extensas faixas de terras que iam do litoral ao limite da linha de Tordesilhas. Consistia na divisão do território brasileiro em imensas áreas de terra, doadas aos fidalgos portugueses, denominados capitães donatários. Tais decisões prendiam-se à necessidade de garantir a posse da colônia, bem como diminuir gastos com a colonização, em função de reduzir recursos para empreendimentos tão altos.

O donatário da capitania tinha a prerrogativa de doar sesmarias aos colonos, que se constituía em propriedades privadas que deveriam ser ocupadas e exploradas num prazo máximo de cinco anos, sob pena de perdê-las. O donatário tinha direito a uma sesmaria dentro da sua capitania, entre 10 e 16 léguas.

A prática de doação de sesmarias, era há muito tempo comum em Portugal e originava quase sempre minifúndios e "assumiria no Brasil a função de fundar as bases de uma ordem rural latifundiária, pois partiu da doação de sesmarias de grande extensão coloniais" (VICENTINO e DORIGO, 1998:70). Ao contrário do que ocorreu na Metrópole pela Lei das Sesmarias, de 1375, na qual o sistema de sesmarias funcionou de forma bem próxima a uma "reforma agrária", possibilitando a descontração fundiária, em terras brasileiras, muito pelo contrário, serviram como base pra uma estrutura agrária elitizante e antidemocrática.

A área territorial do município de Santo Antonio do Pinhal localiza-se na antiga sesmaria de Inácio Caetano, a qual os antigos moradores chamavam de "campos do Caetano". Hoje corresponde à estância climática de Campos de Jordão. Era uma sesmaria muito grande. A pedra do Baú era o marco para demarcar a grande propriedade, que segundo consta tinha umas três léguas em todas as direções, correspondendo aproximadamente a vinte quilômetros de todos os lados.

Na região denominada do Alto do Sapucaí-Mirim, teve início um conflito que durou muitos anos. O motivo era a marcação da divisa entre a capitania de Minas Gerais e a de São Paulo. Para os mineiros os limites estariam no alto da Serra da Mantiqueira, região denominada Sertão de Camanducaia. Os paulistas consideravam a divisa no Sertão do Alto da Serra.

Após vários incidentes entre paulistas e mineiros, foi instalado um quartel no alto da Serra da Mantiqueira. Em 31 de agosto de 1814 a Câmara de Pindamonhangaba obrigou os mineiros a retirarem o quartel, que foi abandonado e, após algum tempo, queimado pelas autoridades da vila paulista. A denominação de "Quartel Queimado" é encontrada em documentos de 1847 e no mapa de Minas de 1855 (SILVA, 2005).

Um antigo morador, Antonio Joaquim de Oliveira, cujo nome pode não ser esse, segundo o historiador local, doou metade dos quarenta alqueires para a construção da igreja. A dúvida quanto à correta autoria do nome prende-se em parte ao fato de encontrar-se abreviado, assim o "J." levou à leitura de Joaquim e não de José como constam em documentos de algumas das vendas de terras. Parte do documento de doação das terras de Antonio José de Oliveira para a construção da capela, cujo local daria origem a Santo Antonio do Pinhal encontra-se abaixo:

> "*Saibam quantos este público instrumento de escritura de doação virem que sendo ao ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de Mil oitocentos e*

cinqüenta e seis, aos 11 de abril do dito mês, nesta cidade de Pindamonhangaba e sendo ai, comparecem presente Antonio José de Oliveira e sua mulher Germana Maria de Jesus que houveram herdado de seu sogro e sogra, conhecido de mim tabelião, pelo próprio que dou fé e pelo outorgado doador me foi dito em presença de duas testemunhas abaixo assignado que este instrumento faz a doação a Capella, ao santo de sua devoção. Santo Antonio deste termo da Freguezia de São Bento do Sapucaí-Mirim para seu patrimônio de uma sorte de terras no mesmo lugar que existe a Capela, na extensão calculada em 20 alqueires de planta de milho". (O documento foi adaptado pelo historiador Zildo Aparecido da Silva de acordo com o Livro Tombo número dois da Paróquia de Santo Antonio do Pinhal e é cópia fiel do Cartório de Notas de Pindamonhangaba).

No entorno das terras da igreja foi surgindo um povoado. Desta maneira se originou a Vila de Santo Antonio do Pinhal, pertencente à freguesia de São Bento do Sapucaí (fundado em 1828), e que por sua vez pertencia a Vila Real do Bom Sucesso de Pindamonhangaba. Santo Antonio do Pinhal foi assim, bairro de São Bento do Sapucaí e este, distrito de Pindamonhangaba.

Em 13 de junho de 1860 seria o povoado oficialmente fundado, sendo elevado à freguesia em 1861 e a distrito de paz em 1880. Finalmente em 26 de janeiro de 1960 veio a emancipação política e em 1967 a Assembléia Legislativa instituía a Estância Climática de Santo Antônio do Pinhal (http://www.cidadeshistoricas.art.br).

3.2. Pensando na qualidade de vida dos habitantes de Santo Antonio do Pinhal

A área do município é 133 km^2. Segundo dados do último censo realizado pelo IBGE, a sua população é de 6.328 habitantes, sendo 47,90% desses moradores da zona urbana e 52,10% da zona rural. Estimativa do SEADE é de uma população em torno de 6.864 em 2005. A taxa de urbanização é bem pequena comparando-se com região de governo e do estado de São Paulo. A taxa geométrica de crescimento da população acompanha a tendência da taxa de urbanização, é menor do que a da região de governo e do estado (tabela 8).

Tabela 8. Dados demográficos, Santo Antonio do Pinhal, estado de São Paulo, 2005.

Indicadores	Município	Região de Governo	Estado
População	6.864	537.178	39.949.487
Taxa de urbanização (%)	52,39	90,93	93,65
Taxa geométrica de crescimento da população (%)	1,67	1,79	1,72
Área (em km^2)	141	4.385	248.600

Fonte: SEADE, 2005.

No período de 1991-2000, a população de Santo Antonio do Pinhal apresentou uma taxa média de crescimento anual de 1,95% e a taxa de urbanização cresceu 6,21 no mesmo período (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2006).

Tabela 9. Índice Paulista de Responsabilidade Social, Santo Antonio do Pinhal, estado de São Paulo, 2005.

Indicadores	Ano	Município	Região de governo	Estado
Riqueza	2000	44	----	61
	2002	34	47	50
Longevidade	2000	57	----	65
	2002	63	65	67
Escolaridade	2000	32	---	44
	2002	46	51	52

Fonte: SEADE, 2005.

Santo Antonio do Pinhal encontra-se de acordo com os índices existentes no município no grupo cinco, tanto no ano de 2000, como em 2002. Para o SEADE, neste grupo encontram-se os municípios mais desfavorecidos, tanto em riqueza como nos indicadores sociais.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) desta unidade territorial no ano de 2000 foi de 0,796, comparativamente o do estado de São Paulo 0,814, colocando o município no ranking 195°, entre os municípios brasileiros. Comparando-se com a referida taxa do ano de 1991 houve um pequeno crescimento. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento em ordem de grandeza foi a Educação, Longevidade e renda. Se mantivesse a mesma taxa de crescimento do IDH-M levaria 9,7 anos para alcançar São Caetano do Sul, o município com o melhor IDH-M do Brasil (0,919).

Tabela 10. Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade, Santo Antonio do Pinhal, estado de São Paulo, 2006.

Indicadores	1991	2000
Renda per capita média (R$ 2000)	181,9	281,6
Proporção de Pobres (%)	36,7	22,4
Índice de Gini[7]	0,55	0,57

Fonte: ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2006.

A renda per capita média do município cresceu e a pobreza (medida realizada levando-se em consideração a proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) diminuiu 38,90%, passando de 36,7 para 22,4% em 2000. A desigualdade cresceu como indica o Índice de Gini, que passou de 0,55 para 0,57.

3.3. Economia em transição

Se há algumas décadas o setor agrícola era o mais importante no município no sentido de trazer maior volume de divisas, hoje ele encontra-se em desvantagem. O setor terciário ocupa o primeiro lugar, seguido das atividades industriais (tabela 11).

Tabela 11. Setores da Economia, Santo Antonio do Pinhal, estado de São Paulo, 2000.

Setor da economia	(R$ 1.000)
Agropecuária	2.502,17
Indústria	4.090,23
Serviços	14.015,20

Fonte: IBGE, 2000.

No setor de agropecuária, as principais fontes de divisa para o município provêm de atividades rurais tradicionais como a agricultura, a pecuária e ultimamente do turismo. Os produtos que se destacam na agricultura são a banana, o caqui e o pêssego, tratando-se da lavoura permanente (tabela 12).

[7] O índice de Gini mede a desigualdade na distribuição da pobreza. Seu valor varia de zero (0) quando não há desigualdade a um (1), quando a desigualdade é máxima.

Tabela 12. Lavoura permanente, Santo Antonio do Pinhal, estado de São Paulo, 2005.

Lavoura permanente	
Espécie	Toneladas
Banana	75
Caqui	108
Pêssego	48

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2003; Malha Municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

Tomando-se em consideração a lavoura temporária do município, a mandioca e o tomate têm um volume maior de produção (tabela 13).

Tabela 13. Lavoura temporária, Santo Antonio do Pinhal, estado de São Paulo, 2005.

Lavoura Temporária	
Espécie	Toneladas
Mandioca	250
Tomate	900

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2003; Malha Municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

Tratando-se da pecuária, a criação de bovinos tem maior expressão, tanto em relação ao número de cabeças (tabela 14), quanto de produção no caso o leite (tabela 15)

Tabela 14. Produção das atividades de Pecuária, Santo Antonio do Pinhal, estado de São Paulo, 2005.

Espécie	Produção
Leite de vaca	282 mil litros
Ovos de galinha	78 mil dúzias
Mel de abelha	9 mil quilos

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2003; Malha Municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

Tabela 15. Pecuária em Santo Antonio do Pinhal, estado de São Paulo, 2005.

Espécie	Número de cabeças
Bovinos	48.000
Suínos	750
Eqüinos	800
Asininos	12
Muares	12
Coelhos	40
Galinhas	6.000
Galos, frangas, frangos e pintos	10.000
Caprinos	211

Fonte: IBGE, Produção Pecuária Municipal, 2003; Malha Municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

Pelo fato das atividades do setor terciário e industrial representar o maior volume de divisas para o município, parte significativa dos habitantes do município dedica-se a essas atividades, mesmo residindo na zona rural. Daí a importância deste espaço territorial, não só do ponto de vista natural, mais também cultural e antropológico.

Apesar da vocação agrícola do município, os agricultores tiveram que se adaptar às leis ambientais. Tradicionalmente, as áreas mais férteis são as margens dos rios. Neste espaço no passado distante e até há pouco tempo atrás, seus bisavôs, seus avôs e seus pais dedicavam-se a atividades agrícolas. Hoje esta prática não é mais possível em função do Código Florestal (1967). O agricultor sabe que a polícia florestal aplica sanções quando isso ocorre e os crimes ambientais são inafiançáveis.

Há também a proibição de plantio no cume dos morros. Nas demais partes desse tipo de relevo, a atividade agrícola deve ser feita acompanhando as curvas de nível.

Em conseqüência disso, em Santo Antonio do Pinhal, as áreas florestadas estão aumentando. Antigos pastos pinhalenses estão dando lugar a áreas florestadas, num processo que vem ocorrendo há aproximadamente três décadas.

Como observou CAVACO (2001) em municípios que desenvolveram atividades essencialmente agrícolas, cujas áreas de antigos solos primários vêm sendo abandonados, ocorre a regeneração da Mata Atlântica e a população local busca alternativas em atividades direta ou indiretamente ligadas ao turismo.

A agricultura de Santo Antonio do Pinhal foi beneficiada no início do século XX com a chegada dos japoneses. Esses imigrantes chegaram por volta de 1929 e hoje, em menor número,

estão radicados no bairro denominado Reinópolis. Antes de sua chegada cultivava-se no município mandioca, feijão e milho, cuja produção nem sempre era suficiente. Com eles foram introduzidos o cultivo de cenoura, tomate e outros legumes. As técnicas trazidas contribuíram para incentivar a agricultura no município. Hoje seus descendentes estão diversificando a produção agrícola com a introdução do plantio de flores.

Em relação ao tamanho, as propriedades rurais eram bem maiores tempos atrás. A mesma situação acontece em outros municípios brasileiros, como por exemplo, em Cunha. Tal fato é explicado como decorrente da divisão das propriedades entre as gerações que se sucederam. (SHIRLEY, 1977) e hoje a maior parte das unidades rurais são pequenas e nela trabalha a família do produtor (tabela 16).

Tabela 16. Categorias Familiares por Tipo de Renda e Patronal. Número de Estabelecimentos, Área e Valor Bruto da Produção do município de Santo Antônio do Pinhal, estado de São Paulo.

Categorias	Estabelecimentos		Área Total		Valor Bruto da Produção	
	Número	%	Hectares	%	R$ 1.000,00	%
TOTAL	381	100,0	7.950	100,0	2.143	100,0
Total Familiar	318	83,5	4.452	56,0	1.308	61,0
Maiores rendas	21	5,5	547	6,9	337	15,7
Renda média	64	16,8	1.123	14,1	548	25,6
Renda baixa	57	15,0	667	8,4	167	7,8
Quase sem renda	176	46,2	2.113	26,6	256	11,9
Patronal	62	16,3	3.496	44,0	834	38,9
Instituições Religiosas	1	0,3	2	0,0	1	0,0
Entidades Públicas	-	-	-	-	-	-
Não Identificado	-	-	-	-	-	-

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE.

Desta maneira, nas propriedades rurais do município de Santo Antonio do Pinhal há predominância de propriedades familiares em relação às patronais. Os estabelecimentos familiares não só lideram em número, mas em relação à área que ocupam e também quanto ao valor bruto da produção. São poucas as propriedades familiares classificadas como de alta renda (5,5%), o número daquelas situadas na categoria de média e baixa renda são inferiores aos estabelecimentos quase sem renda (176) que representam 26,6% da área ocupada pelas propriedades rurais do município.

O turismo começa a despertar interesse em Santo Antonio do Pinhal. Atrativos para isso não faltam, assim, a topografia acidentada, as áreas florestadas, a presença de fontes

medicinais, o clima de montanha são também fatores atrativos para o turismo, tanto o de aventura, como o ecoturismo e o turismo rural. A cidade conta também com número razoável de hotéis, pousadas, restaurantes e pesque-pague onde são criadas trutas, dentre outras espécies de peixes.

3.4. Área de Preservação Ambiental

O município de Santo Antonio do Pinhal encontra-se em uma área de preservação ambiental (APA) da Serra da Mantiqueira. Esta unidade abrange áreas dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Foi criada pelo decreto número 91.304 de três de junho de 1985 e abrange uma área de 402.517 ha.

As áreas de proteção ambiental podem ser encontradas tanto em área pública, como em propriedades particulares. Constituem-se uma nova maneira de defesa da natureza. As atividades econômicas são permitidas dentro de limites determinados pelo órgão responsável pela sua gestão, exceto em suas zonas de vida silvestre, as quais devem ser integralmente protegidas.

A área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira representa a maior extensão já declarada pelo governo federal como de proteção e se estende desde a Pedra do Papagaio, ao norte do Parque Nacional do Itatiaia, no estado de Minas Gerais, até a Pedra do Baú, ao sul do Parque Estadual de Campos de Jordão. Assim:

> "*A APA da Serra da Mantiqueira protege ecossistemas de encosta da Mata Atlântica, que garantem sua estabilidade geológica e preservam os mananciais de água de grande significado social, e abriga campos de altitude de importância genética. Nela também persistem formas de cultura tradicional de grande interesse e beleza caracterizada por caboclos, que vivem segundo antigas tradições indígenas e ibéricas de enorme importância cultural e antropológica*" (COSTA, 2005:1).

Atrativos não faltam para o desenvolvimento do turismo rural em Santo Antonio do Pinhal. Para tanto se acredita que a atividade seria altamente benéfica para os agricultores familiares. Para que isso ocorra é necessária grande sintonia entre os agricultores e o poder público municipal.

4. Louveira

4.1. Situação Geográfica

O município de Louveira localiza-se na região metropolitana de Campinas. Fica próxima a outra metrópole, a capital paulista da qual dista 60,6 km. Louveira é servida por uma malha rodoviária muito densa. Além da Rodovia Anhangüera e Bandeirantes, outras (vide figura 9) permitem fácil acesso à rodovia D. Pedro I e aos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. O município dista somente 25 km do aeroporto Internacional de Viracopos, elo fundamental para o comércio do MERCOSUL.

Figura 9. Cidades e rodovias de acesso a Louveira, estado de São Paulo.



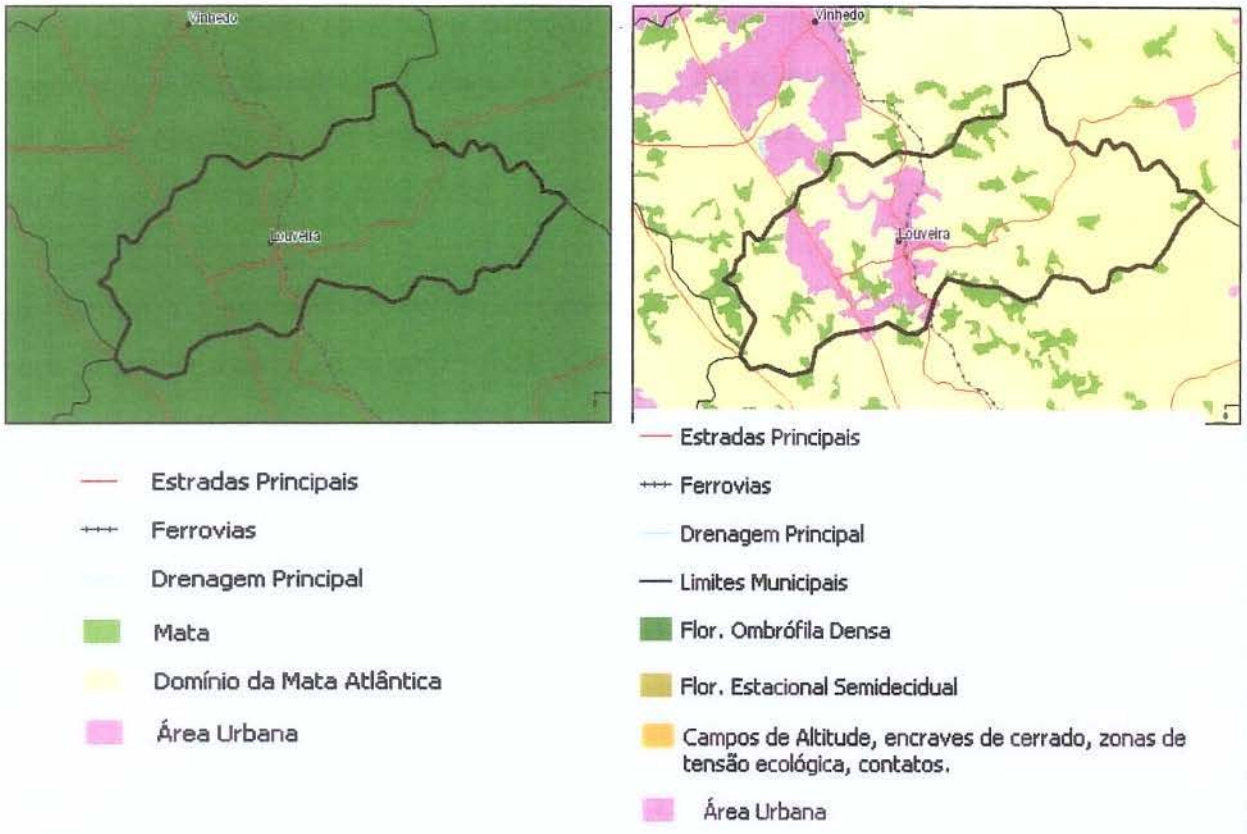
Fonte: Mapa Rodoviário, 2005.

A área do município é de 54 quilômetros quadrados segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006).

Dos municípios pesquisados é o que tem uma mancha urbana maior e com menos áreas verdes (figura 10). Das áreas florestadas, somente restam algumas manchas onde outrora havia a cobertura pela Mata Atlântica. Em relação a essa floresta, há uma diversidade de tipos de agrupamentos vegetais, que variam de acordo com a latitude, o compartimento de relevo, a orientação das vertentes, a insolação, os solos, etc. (ROSS, 1996).

O relevo é constituído de colinas suaves e a altitude média esta em torno de 690 metros. O município é banhado pelo rio Capivari, cuja nascente está no município vizinho de Jundiaí.

Figura 10. Comparação entre a vegetação original e atual e a Mancha urbana, Louveira, estado de São Paulo.



Fonte: S. O.S. Mata Atlântica, 2006.

4.2. Uma pequena incursão histórica

A história do município paulista de Louveira tem início em 1639. Seu fundador foi Gaspar de Oliveira, um espanhol da cidade de Langronã. Sua mulher era descendente de João Ramalho e da índia Bartyra.

O nome do município vem das árvores "Louveiras", que existiam no local da fundação. Trata-se de uma árvore brasileira, originalmente encontrada no vale do rio Mogi, estado de São Paulo. Apesar de ser uma espécie em extinção, alguns exemplares estão protegidos no Parque Nacional de Itatiaia (http://pt.wikipedia.org/wiki/Louveira).

Gaspar de Oliveira e sua esposa instalaram-se no Pouso dos Oliveiras, local no qual possivelmente os bandeirantes paulistas descansavam, nas proximidades de Jundiaí.

O fundador do município foi quem plantou as primeiras videiras da região, trazidas de sua plantação localizada nas proximidades de São Paulo. Dessa forma começou o cultivo da uva no local onde seria mais tarde o município de Louveira.

Os imigrantes italianos chegaram a Louveira a partir de 1890, vindos da Cidade de Treviso, fazendo da agricultura a sua principal atividade. O cultivo da uva e a produção de vinhos foram, em princípio, suas principais atividades. Trouxeram ao município marcas de suas tipicidades culturais, as quais podem ser encontradas ainda hoje, como se observa no bairro da Abadia (FUNDAC, 2002).

A crise vivida na Itália de superpopulação no campo e o desemprego contribuíram para momentos de extrema miséria naquele país. Tal situação levou os italianos a abandonar sua terra natal procurando novas frentes de trabalho (MARTINS, 1990), inclusive migrando em massa para outros países europeus por volta de 1860. Uma década depois começaram a migrar para a América, principalmente para os Estados Unidos, Argentina e Brasil (www.estadão.com.br/450/historia). Assim, desde meados do século XIX, até a década de 1930, do século XX, dez milhões de italianos deixaram o país.

A música cantada pelos imigrantes revela os motivos pelos quais os italianos migraram em busca de uma vida melhor:

"Itália bela mostre-se gentil
E os filhos seus não a abandonarão,
Senão, vão todos para o Brasil,
E não se lembrarão de retornar.
Aqui mesmo ter-se-ia que trabalhar
Sem ser preciso para a América emigrar.
O século presente já nos deixa,
O mil e novecentos "se aproxima".

"A fome está estampada em nossa cara
E para curá-la remédio não há.
A todo o momento se ouve dizer:
"Eu vou lá, onde existe a colheita do café" (ALVIN, 1986:17).

Em 1888, a imigração italiana para o Brasil foi oficializada. Foi firmado um convênio entre os dois países para a vinda de imigrantes. O destino dos imigrantes, no período da imigração subvencionada, foi às fazendas de café de São Paulo e os núcleos de colonização, principalmente os oficiais, localizados no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo (GOMES, 2000).

No Brasil havia muito interesse em receber mão-de-obra. As lavouras de café se expandiam e com a libertação dos escravos, a grande preocupação era como substituir o trabalho escravo. A imigração de europeus, principalmente italianos, foi a solução surgida para resolver o problema.

A Vila de Louveira, assim como a Vila de Rocinha (hoje o município de Vinhedo), pertenciam a Vila de Jundiaí. Assim, por mais de trezentos anos Louveira pertenceu a Jundiaí.

No dia 31 de março de 1872 era inaugurada a Estação Ferroviária e a Linha Férrea da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, na qual a primeira diretoria foi eleita em 1868. Hoje, a velha estação é um dos pontos turísticos do município.

No ano de 1948, Rocinha transformou-se na cidade de Vinhedo e Louveira passou a pertencer ao novo município como bairro. Na primeira eleição para a Câmara Municipal foram eleitos cinco vereadores, todos residentes no Bairro de Louveira, o subprefeito também era do mesmo bairro.

Os vereadores residentes em Louveira, juntamente com outras pessoas, organizaram no dia 24 de agosto de 1952, no Cine Louveirense, uma reunião preparatória para reivindicar a elevação do bairro em distrito o que ocorreu em janeiro de 1955. Por meio de um plebiscito realizado em 1963, o povo de Louveira manifestou-se, em sua grande maioria, favorável a elevação de Louveira a categoria de município. O município de Louveira foi criado pela Lei nº. 8092, de 28 de fevereiro de 1964 (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E AGRICULTURA, 2005).

Hoje, Louveira é um município que recebe um grande contingente de pessoas, especialmente das grandes cidades que, buscam melhor qualidade de vida residindo em chácaras encontradas em todo o município.

4.3. A qualidade de vida da população louveirense

Louveira acompanha a tendência, de grande parte dos municípios paulistas, de ter a maior parte de sua população habitando na área urbana. Distribuída pelo seu território existe uma população de 28.389 habitantes, sendo deste total, 2.044 habitantes na zona rural. Dados estimados calculavam a população em 2005 em torno de 28.389 pessoas. A taxa de urbanização teve um crescimento, entre 1991 e 2000, de 4,55% (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2006). A densidade demográfica é de 525,72 hab/km^2, maior do que a da região de governo (424,77hab/km2) e a do estado, que está em torno de 160,7 hab/km2 (SEADE, 2006).

Tabela 17. Dados demográficos, Louveira, estado de São Paulo.

Indicadores	Município	Região de Governo	Estado
População	28.389	745.452	39.949.487
Taxa de urbanização (%)	93,62	91,27	93,65
Taxa geométrica de crescimento da população (%)	3,57	2,16	1,72
Área (em km^2)	54	1.755	249.600

Fonte: SEADE, 2005.

A Taxa geométrica de crescimento da população expressa em termos percentuais o crescimento médio da população, em um determinado período de tempo. Geralmente, considera-se que a população experimenta um crescimento exponencial também denominado como geométrico (SEADE; IBGE, 2006). Comparando-se essa taxa em relação à região de governo e a do estado é bem elevada.

Tabela 18. Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) Louveira, estado de São Paulo.

Indicadores	Ano	Município	Região de governo	Estado
Riqueza	2000	60	----	61
	2002	53	50	50
Longevidade	2000	75	----	65
	2002	74	70	67
Escolaridade	2000	42	---	44
	2002	48	53	52

Fonte: SEADE, 2005.

Os Índices obtidos pela SEADE no ano de 2000 situam o município de Louveira no grupo "número um" dos municípios, com níveis elevados de riqueza e bom nível em relação aos indicadores sociais. A situação modifica-se um pouco no ano de 2002, quando a unidade administrativa cai para o grupo dois, cuja definição aponta para níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais.

Em relação ao IDH[8] o município recebeu em 2000 a pontuação de 0,800, enquanto o mesmo índice no estado de São Paulo foi de 0,814. Segundo a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o município está entre as regiões consideradas de alto desenvolvimento humano. Em relação a outros municípios do estado ocupa a 169ª posição. Isto significa que 168 municípios do estado estão em situação melhor e 476 municípios estão em situação igual ou pior. É importante ressaltar que houve um aumento do IDH em relação a 1991 (vide tabela 19).

Tabela 19. IDH Municipal, Louveira, estado de São Paulo.

Índice:	1991	2000
Índice de desenvolvimento humano municipal	0,750	0,800
Educação	0,766	0,874
Longevidade	0,769	0,780
Renda	0,715	0,746

Fonte: ATLAS O DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2006.

A dimensão que mais contribuiu para o crescimento do IDH-M no período de 1991 a 2000 foi a Educação com 72,0%, seguida pela Renda, com 20,7% e pela Longevidade, com 7,3%. Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o município levaria 18,6 anos para alcançar o índice atual de São Caetano do Sul, (0,919) (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2006).

[8] A metodologia do IDH também passou por modificações o que pode alterar a classificação do município e criar uma falsa interpretação de melhora ou piora da qualidade de vida.

Tabela 20. Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade 1991 e 2000, Louveira, estado de São Paulo, 2006.

Indicadores	1991	2000
Renda per capita Média (R$ 2.000)	283,1	341,3
Proporção de Pobres (%)	13,0	10,5
Índice de Gini	0,46	0,47

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, 2006.

A renda per capita média do município cresceu 20,56%, em 2000, tomando-se como referência a do ano de 1991. A pobreza diminui passando de 13, % em 1991 para 10,5% no ano 2000. A desigualdade também cresceu: o Índice de Gini passou de 0,46% em 1991 a 0,47% no ano 2000.

4.4. A economia de Louveira

A agricultura, apesar de não ser mais o principal setor da economia (tabela 21), tem um peso importante, pois emprega cerca 1.630 trabalhadores. Fatores físicos favoráveis no município, tais como a boa topografia e as condições de solo favorecem o seu desenvolvimento. Dos 5.400 ha, 3.335,4 ha são considerados como área rural, totalizando 394 propriedades rurais, segundo a Casa da Agricultura de Louveira.

Tabela 21. Economia de Louveira, estado de São Paulo, 2000.

Setores da economia	(R$1.000)
Agropecuária	7.182,47
Indústria	274.991
Serviços	173.087

Fonte: IBGE, 2000.

É o setor industrial que gera maiores divisas e empregos, apesar de alguns deles beneficiarem indiretamente o setor agrícola, como por exemplo, os frigoríficos avícolas, que dependem da matéria-prima que vem do campo.

No setor terciário o turismo tem trazido divisas para o município com os parques temáticos na região (*Wet`n Wild e Hopy Hary*), além dos condomínios fechados e do agroturismo. Pelo seu clima, tranqüilidade e proximidade com áreas metropolitanas estão se instalando no espaço rural condomínios fechados de médio/alto padrão, atraindo moradores principalmente de São Paulo. O agroturismo também vem sendo incentivado pela Prefeitura e pelo SEBRAE.

Os dados demonstram a predominância dos agricultores familiares (64,5%) que, no entanto, ocupam menos da metade da área total cadastrada do município comparado aos agricultores patronais que, em menor número (35,5%), ocupam 55,2% da área. Em termos de valor da produção a agricultura familiar em Louveira segue os mesmos índices do país, ou seja, é responsável por quase 30% do valor total da produção.

Tabela 22 Categorias Familiares por Tipo de Renda e Patronal. Número de Estabelecimentos, Área e Valor Bruto da Produção do município de Louveira, estado de São Paulo.

Categorias	Estabelecimentos		Área Total		Valor Bruto da Produção	
	Número	%	Hectares	%	R$ 1000	%
TOTAL	273	100,0	2.402	100,0	9.974	100,0
Total Familiar	176	64,5	1.077	44,8	2.844	28,5
Maiores rendas	37	13,6	343	14,3	1.682	16,9
Renda média	69	25,3	250	10,4	810	8,1
Renda baixa	28	10,3	125	5,2	208	2,1
Quase sem renda	42	15,4	357	14,9	145	1,5
Patronal	97	35,5	1.325	55,2	7.129	71,5
Instituições Religiosas	-	-	-	-	-	-
Entidades Públicas	-	-	-	-	-	-
Não Identificado	-	-	-	-	-	-

Fonte: *Censo Agropecuário 1995/96. IBGE*

Na produção agrícola predomina o cultivo de frutas, tais como, uva e caqui, já na criação animal a avicultura, a piscicultura e a suinocultura se destacam (tabela 23 e 24). Tal diversificação pode ser explicada pela presença de um grande mercado consumidor no entorno do município, que estimula a diversificação da produção, e da necessidade dos agricultores familiares em diversificar a produção em suas unidades de produção buscando alternativas de renda.

Tabela 23. Explorações Vegetais, Louveira, estado de São Paulo, Fevereiro de 2006.

Cultura	Quantidade de propriedades	Área (em hectare)
Uva rústica	244	644,1
Caqui	112	131,2
Baquearia (pasto plantado)	83	420,7
Eucalipto	83	231,4
Milho	46	67,3

Fonte: Dados Projeto Lupa, 2006.

Tabela 24. Explorações Animais, Louveira, estado de São Paulo, Fevereiro de 2006.

Exploração Animal	Quantidade	Unidade
Avicultura de corte	7225000	Cabeças/ano
Psicultura	34000	M2 Tanques
Suinicultura	4860	Cabeças
Avicultura para ovos	43005	Cabeças
Bovinocultura leiteira	237,4	Cabeças

Fonte: Dados Projeto Lupa, 2006.

4.5. A produção socioespacial do território rural de Louveira

Grande parte dos agricultores familiares de Louveira dedica-se à fruticultura. Cultiva-se uva, pêssego, figo e goiaba. Porém, parte dos agricultores, principalmente os familiares, encontra-se, a cada ano, mais descapitalizados. Outro dado preocupante para o setor rural é o valor da terra está cada vez mais alto diante da expansão imobiliária, o que levanta também questões ligadas aos problemas ambientais. Ciente destes fatos, a Prefeitura Municipal passou a

procurar formas de agregar valor à produção a fim de buscar melhorarias nas condições econômicas dos produtores rurais, com atividades ligadas à preservação do meio ambiente.

A pesquisa realizada na região das frutas no Município de Louveira abarcou três bairros rurais: o da Abadia, o Luiz Gonzaga e o Monterrey. São bairros cujas histórias remetem à imigração do século XIX e início do século XX. A maior parte dos imigrantes é de origem italiana à exceção do bairro Luiz Gonzaga.

No bairro da Abadia, são cerca de quatro gerações, chegando hoje a quase 150 famílias: os Biazzi, os Lourenção, os Franzini, os Bonetos, os Bragili e os Bovieiro. São famílias que fizeram e fazem a história do bairro tipicamente rural, constituído de vários sítios e chácaras localizadas à margem direita da Rodovia Romildo Prado (SP-63), nas terras da antiga fazenda Fetá, adquirida por imigrantes italianos ascendentes dos que hoje lá se encontram.

Inicialmente foi o café a principal atividade econômica. Porém, todo café foi queimado pelos fiscais do governo durante a crise do produto em 1929. O cultivo da uva sucedeu o café, apesar de sua predominância, atualmente convive com plantações de pêssego e caqui.

As raízes italianas deixaram à fé religiosa e a cultura. Existe no bairro uma capela católica inaugurada em junho de 1950. Nela encontra-se a imagem de Nossa Senhora da Abadia, padroeira do bairro e que, segundo os moradores, foi trazida de Portugal pelos primeiros habitantes de Louveira. Existe também no bairro uma escola de nível fundamental. O ensino médio é cursado na cidade e o transporte dos escolares é realizado pela Prefeitura Municipal.

As homenagens à Santa padroeira ocorrem no dia 15 de agosto. Ainda na segunda semana de agosto é comemorado o Dia da Comunidade Itálica Louveirense. Normalmente, as festividades são iniciadas com uma procissão e Missa Solene rezada em italiano. Em seguida ocorrem shows musicais à moda da "tarantela", apreciação de vinhos caseiros e de pratos típicos.

A preservação de parte da mata nativa, as videiras bem tratadas, as casas limpas e com jardins bens cuidados, a topografia com colinas médias arredondadas e os amplos vales apresentam uma paisagem muito bonita ao visitante.

O bairro Luiz Gonzaga tem origem na grande fazenda do sesmeiro Coronel Luiz Gonzaga Batista Martins. No passado, na propriedade plantava-se café, trabalho realizado pelos escravos, existindo nela ainda ruínas de uma senzala. Com a queda do café em 1929 o proprietário perdeu quase tudo, e de 360 alqueires restaram apenas 54.

Além das plantações de café, o coronel Luiz Gonzaga Batista Martins possuía um armazém que fornecia mercadorias para todos os sitiantes vizinhos. Por ser uma pessoa bastante influente no local durante sua vida, o bairro, que ele ajudou a formar, a escola e a estação de ferro do bairro têm o seu nome. Com a morte do coronel, o sogro da proprietária, resolveu plantar uva niágara. A entrevistada não considerou uma boa idéia em função de este produto agrícola ser comum na maioria das propriedades.

A sede da antiga fazenda tem 134 anos e é constituída de 13 cômodos. Originalmente era bem menor, à medida que os filhos nasciam era acrescido um quarto. Segundo a proprietária, cujo marido é descendente do coronel Luiz Gonzaga, *é uma casa que tem muita história e por isso tem que ser preservada.* As janelas e as portas são originais. Na cozinha junto ao fogão à lenha passam canos de água que mantêm a água quente para toda a casa. Os atuais proprietários fizeram poucas modificações no casarão. Colocaram nas paredes da cozinha 1,5m de azulejo para melhorar a higiene. Os móveis da casa foram herdados da mãe e dos avôs dos proprietários. Entre as peças antigas existe uma geladeira *Frigidaire*, fabricada em 1925, o detalhe importante e que ela ainda está em funcionamento. Outro destaque no casarão é a presença de um cofre inglês de 200 anos. Nele estão guardados livros de caixa do antigo armazém, além de certidões de nascimento dos antigos proprietários escritas à mão e o documento que registra a barganha de um escravo por uma casa.

Existe também preocupação com a conservação das árvores que são centenárias, e de toda vegetação de maneira geral assim como da fauna constituída por macacos, vários tipos de aves, inclusive de tucanos. Existe uma jaqueira muito grande, que segundo cálculos do marido da proprietária, deve ter aproximadamente 200 anos e que era bem maior, mas foi cortada por um raio. Nas palavras da proprietária *aqui não se corta nada, se preserva tudo, inclusive existe uma área de mata virgem,* que nunca foi cortada.

E, finalmente, o bairro Monterrey onde no passado havia a fazenda Santa Tereza e alguns sítios. Segundo um de seus moradores, "*a fazenda foi loteada pelo Maluf*". Paulo Maluf foi governador do estado de São Paulo e prefeito da capital paulista, sua família comprou a fazenda e foi responsável pelo seu loteamento. O nome foi colocado para copiar os americanos. Ainda hoje, grande parte das famílias residentes no bairro é também descendente dos antigos imigrantes italianos.

A herança cultural preservada pelos descendentes dos imigrantes italianos e as belas paisagens agrícolas produzidas em suas propriedades, a fazenda centenária, que conserva ruínas de uma antiga senzala, o artesanato rural, doces, geléias, licores, vinho e aguardente, a oportunidade de realizar o "colhe e pague" aliado ao resgate da natureza, são atrativos que favorecem o agroturismo em Louveira.

5. A consolidação e as contradições do turismo no espaço rural

1. Apresentação

O ideário que o mundo rural representa nos tempos atuais para os habitantes urbanos, como um local tranqüilo, seguro, não poluído leva alguns citadinos a investir no turismo no espaço rural. Sua realização se torna possível graças às indenizações trabalhistas, venda de propriedades ou mesmo pelo recebimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que podem ser resgatados na época da aposentadoria, para dar início ao seu sonho. Por outro lado, o turismo rural tem a sua face cruel, pois essa atividade valoriza as terras e desterritorializa o produtor rural mais vulnerável.

Este capítulo visa à identificação dos motivos que levaram o desenvolvimento do turismo no espaço rural nos municípios pesquisados e também demonstrar quais os benefícios decorrentes de sua implantação e quem ganha e quem perde com essa nova atividade.

2. O turismo em Cunha

2.1. A contribuição dos ceramistas de Cunha para o Turismo Rural

O município de Cunha foi decretado instância climática em 1948. Devido a sua altitude seu clima era favorável ao tratamento da tuberculose. Tal fato, porém, não foi importante para o desenvolvimento do turismo, pois a descoberta de antibióticos propiciou o tratamento de doenças pulmonares no local de moradia dos pacientes.

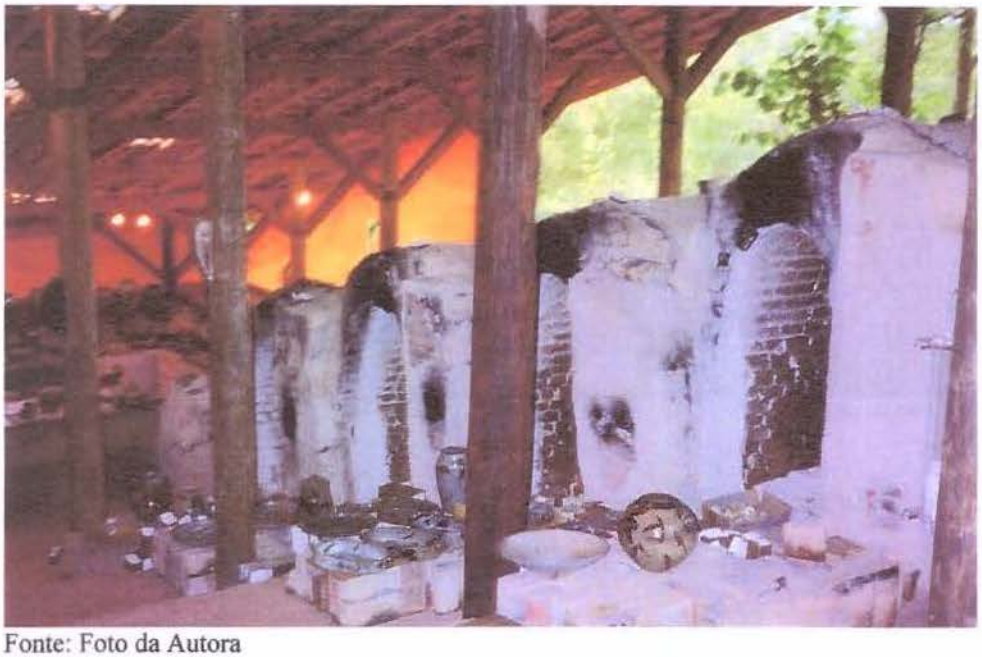
O turismo teve grande impulso em Cunha graças aos ceramistas. A cerâmica é uma tradição local, desde os tempos dos índios. O artesanato com barro teve continuidade com dezenas de paneleiras[9], com a fabricação de potes, panelas, canecas e moringas. Esta arte ganhou força com ceramistas japoneses e portugueses que começaram chegar ao município na década de 1970, introduzindo a cerâmica de alta temperatura.

Os ceramistas trouxeram a experiência japonesa de queimar objetos em fornos do tipo "noborigama" composto de várias câmaras construídas em declive (foto 3). Hoje, possuem

[9] Paneleiras são antigas moradoras da zona rural que se dedicam a produção de utensílios domésticos em barro com técnicas herdadas dos indígenas que habitavam a região.

ateliês em Cunha, uma ceramista japonesa, um ceramista português, que também é arquiteto, e ceramistas brasileiros que se iniciaram na atividade como aprendizes.

Foto 3. Forno Noborigama, Cunha, estado de São Paulo.



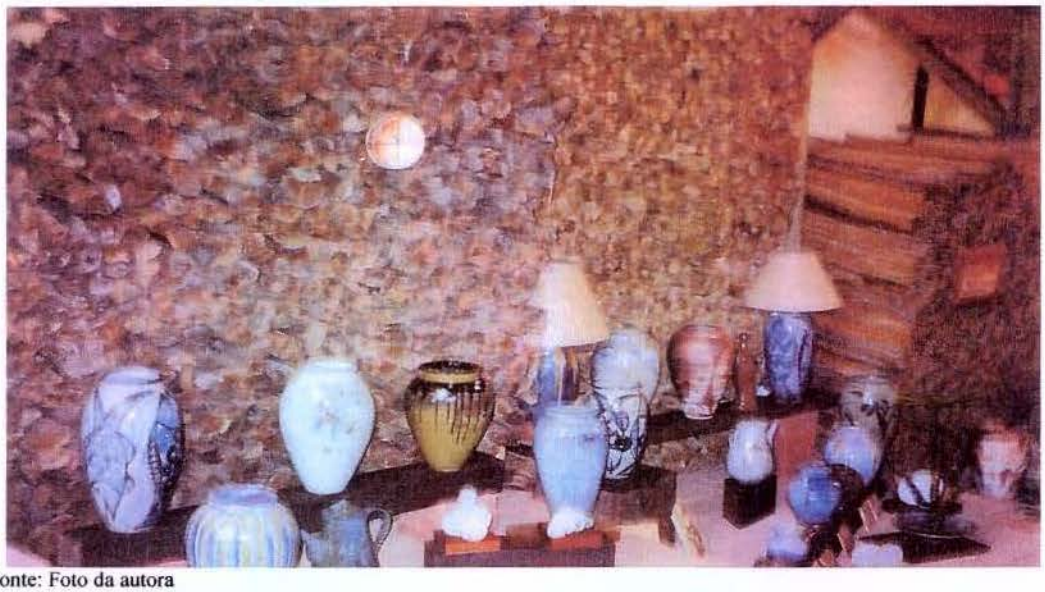
Fonte: Foto da Autora

É interessante observar que cada ceramista tem seu estilo próprio, sua arte diferenciada, um modo diferente de ver a cerâmica. Isto propicia ao turista observar variedades de estilos, podendo optar pelas características que mais lhe agradar e também pelo preço. Os ateliês têm o seu próprio forno e a sua abertura cria grande expectativa, atraindo muitos turistas. Esse acontecimento é sempre surpreendente, pois dentro do forno, cada objeto, devido a sua posição recebe temperaturas diferentes. Isso faz com que cada peça tenha coloração e textura únicas, sendo difícil também prever o resultado de cada fornada.

A criatividade dos artistas varia em relação às peças. São produzidos bonecos, máscaras, esculturas, potes, objetos com temas folclóricos, ligados ao imaginário cotidiano cunhense, e utensílios domésticos (foto 4).

A vinda dos ceramistas para Cunha esta ligada à tradição das paneleiras e ao excelente barro encontrado no município, matéria-prima para a produção. Também se relaciona à busca de uma vida mais tranqüila, longe do agito urbano.

Foto 4. Peças produzidas por uma ceramista de Cunha, estado de São Paulo, 2005.



Fonte: Foto da autora

> *Eu vim para cá porque queria morar no sítio, queria ter essa vida de campo. Tenho vaca, tenho ovos, e assim a minha idéia era vir para cá e continuar fazendo cerâmica. Eu tenho uma vida de cerâmica, mais de trinta anos. Na realidade foi uma surpresa o movimento que tive aqui (*com a procura que tem pelas peças que produz*). Às vezes me policio a respeito disso. Não vim para cá pra virar uma escrava da cerâmica, para ter um milhão de peças para vender, eu vim para cá para curtir meu resto de vida no sossego e fazer as coisas que eu gosto, uma delas é a cerâmica* (Ceramista de Cunha, 2004).

Trata-se de uma ceramista, que veio de São Paulo. Em princípio, a compra do sítio onde mora era para lazer, aproveitar o sossego da zona rural, fugir do agito das grandes cidades. Fez por encomenda todas as peças do café da manhã para uma pousada onde ficava hospedada, enquanto reformava a casa do seu sítio. As pessoas que lá se hospedavam ficavam interessadas em saber de onde era a ceramista autora das peças. Aí ela foi descoberta. Resolveu fazer em sua propriedade rural um *show room* para expor sua produção artística. Trouxe um torno, um forno a gás e assim nasceu o atelier.

Com a chegada dos ceramistas, na época da abertura dos fornos, não havia hotéis para abrigar os convidados, apenas um hotel comercial no centro da cidade e um hotel fazenda,

distante aproximadamente uns 30 quilômetros. Por conta disto, inicia-se no município um crescimento das pousadas, principalmente no espaço rural.

O uso da expressão "turismo no espaço rural" é mais amplo que do de turismo rural, pois engloba todas as modalidades de turismo desenvolvidas em espaços rurais ou em áreas rurais. Já turismo rural é destinado às manifestações que se identificam com a vida rural, seu habitat, sua economia e sua cultura (CALS *et al*, 1995).

O aumento da hospedagem no espaço rural no município em detrimento ao espaço urbano tem como fator motivador o contato com a natureza e animais, o silêncio e a tranqüilidade do campo. O estresse da vida moderna afeta a qualidade de vida das pessoas que tendo oportunidade de refugiar-se num local sossegado, nem que por poucos dias, possibilita que se reabasteçam de energia para poder seguir sua vida atribulada (SANTOS *et al*, 2006).

Por volta do ano de 1992, o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) confirmou que era o turismo a grande vocação do município de Cunha por meio de um projeto denominado "Conselho de Desenvolvimento do Município" que realizava projetos nas áreas de Educação, Saúde, Turismo e Meio Ambiente. A partir daí foi criado o "Festival de Inverno" e elaborado o primeiro folheto para divulgação do turismo em Cunha.

Durante o mês de julho, nos finais de semana ocorre o "Festival de Inverno" em Cunha. Até o ano de 2006, já ocorreram 13 eventos. Consta da programação do evento: exposições de óleos sobre tela, apresentação de orquestras sinfônicas, bandas, corais, shows de músicas populares, com apresentação de artistas da MPB, chorinho, seresta, além de grupos que apresentam músicas folclóricas. Fazem parte da programação também grupos de danças num resgate da cultura tradicional como a congada, moçambique e jongo e apresentações de violão, viola, peças de teatro e uma novena ao Divino Espírito Santo.

O "Festival de Inverno" de Cunha tem característica bem diferenciada do que o de Campos de Jordão, que tem um enfoque muito mais voltado à música clássica. A elaboração da programação em Cunha é direcionada para a música popular, regional e sertaneja. Existe também um cunho religioso na preservação das tradições católicas.

3. Santo Antonio do Pinhal: turismo rural ou turismo dormitório?

A atividade agrícola tradicional em Santo Antonio do Pinhal era a agricultura e a pecuária. Pelo tipo de relevo montanhoso, a dificuldade de trabalhar a terra é muito grande. São poucas as áreas onde podem ser usadas máquinas, por isso o uso da enxada é comum ainda hoje. As condições favoráveis para a agricultura em cidades próximas, localizadas no Vale do Paraíba, ou mesmo, a importação de outros países, fez com que os produtos agrícolas do município não pudessem concorrer em preço, com aqueles produzidos em áreas mais favoráveis.

Nos anos de 1990, principalmente após a criação do MERCOSUL, houve eliminação das barreiras ao comércio de uma série de mercadorias. Assim, os produtos externos passaram a ter livre entrada no país ou a pagar tarifas reduzidas. A redução das barreiras atendeu a uma medida governamental cujo objetivo era de estabilizar os preços internos, mantendo as taxas de inflação em patamares mais baixos. O rompimento do protecionismo à produção interna causou impactos sobre a renda dos agricultores com o aumento da oferta de produtos importados, pois os preços caíram internamente e ficaram condicionados às dos preços externos (FILHO *et al.*, 2004).

> *"A produção rural foi caindo pela concorrência. Isso desestimulou muito os produtores e não tendo continuidade com a atividade, você acaba desistindo"* (Presidente da CONTUR, Santo Antonio do Pinhal, 2005).

Outro fator que contribuiu para desestimular as atividades agrícolas em Santo Antonio do Pinhal foi a construção da nova estrada asfaltada para Campos de Jordão. *Enquanto a estrada para Campos era de São José dos Campos, aqui ficou uma pérola intocável* (PV, Santo Antonio do Pinhal, 2005).

Fazendo um estudo sobre as mudanças que ocorreram no litoral norte paulista, LUCHIARI (1999), identifica o período entre as décadas de 1950 e 1970, como inicio da ruptura devido à valorização turística das paisagens naturais. Até então, o turista não dominava completamente as paisagens do litoral paulista. A paisagem local, que foi construída e preservada ao longo dos séculos, continha apenas uma casa ou outra de veraneio. Não havia barreiras para o acesso ao mar ou ao sertão (espaço localizado entre as encostas da Serra do Mar

e a orla litorânea, onde os caiçaras desenvolviam suas lavouras), grupos de veranistas, caiçaras, imigrantes, campistas, podiam circular por todos os lugares. A autora considera a implantação da rodovia Rio-Santos (BR-101) como a ruptura definitiva, o acontecimento que anuncia o período contemporâneo.

Tendo como referência o Vale do Paraíba (Taubaté) o acesso à cidade Santo Antonio do Pinhal se faz por uma rodovia, que apesar de localizar-se em região serrana é bem projetada e em excelente estado de conservação.

A inauguração da rodovia Floriano Rodrigues Pinheiro trouxe turistas para Santo Antonio do Pinhal. A chegada desses visitantes deixou os agricultores muito entusiasmados. Havia a potencialidade do desenvolvimento do comércio no município e a possibilidade de receber os turistas que não encontravam hospedagem em Campos de Jordão.

> *Santo Antonio do Pinhal começou a desenvolver o turismo há cerca de 20 anos atrás, só que apesar da qualidade do clima, da vegetação, o turismo aqui se dá mais no mês de junho/julho que é quando acontece o" Festival de Inverno" de Campos de Jordão. Desta maneira, Santo Antonio sempre sobreviveu turisticamente com o que sobrava de Campos de Jordão* (L. P., Santo Antonio do Pinhal, 2005).

O turismo em Campos de Jordão teve grande desenvolvimento nas últimas décadas. A programação do "Festival Internacional de Inverno" no município acontece anualmente e tem como objetivo valorizar a música erudita. São turistas nacionais e internacionais que participam do evento. O Festival tem um público fiel de aproximadamente cem mil espectadores diretos (www.guiavaleonline.com.br, 2005).

> *Como as pousadas ao redor estavam cheias eles ligavam e pediam para eu ceder o espaço da casinha, era só uma casinha de madeira. E os hóspedes que vinham, tomavam café nas pousadas localizadas no entorno. Na próxima temporada queriam ficar aqui, não queriam voltar para a pousada. Com isso fizemos essa sala, a cozinha, depois fizemos* a *cozinha no lugar da garagem e nós fomos montando, fazendo a pousada* (P.A., Santo Antonio do Pinhal, 2004).

A procura de hospedagem em Santo Antonio do Pinhal, por ser mais barato do que em Campos de Jordão, é possível pela existência de uma boa estrada que liga os dois municípios. É importante assinalar que a rodovia, apesar de se localizar numa região serrana, é de excelente conservação e muito bem sinalizada.

> *Fui diversas vezes para Veneza. Para você dormir em Veneza é muito caro, então você fica em Mestre a 15 minutos de trem ou em Padova que é meia hora de trem. Passa o dia inteiro em Veneza e vai dormir nas cidades próximas. Isto é secular e nós aqui na realidade estamos na mesma razão, o pessoal quer passar o dia em Campos, quer ir a noite lá aos cafés, bares, no oba, oba. Mas depois ele quer ir embora por duas razões, uma porque para você andar lá 12 km, 14 km em busca de pouso, você vai pegar estradas ruins. Aqui é uma estradona, o turista vem aqui (Santo Antonio do Pinhal) e paga a metade do preço* (P.V., Santo Antonio do Pinhal, 2005).

Outro atrativo do município é a tranqüilidade, segurança e liberdade.

> *"Em Campos de Jordão, aquela característica peculiar de descanso acabou, se for a Capivari,* (Bairro de Campos de Jordão, com estilo arquitetônico alemão e um local muito procurado no inverno*) em julho é uma loucura, aquilo lá é um oba, oba. As pessoas que tinham casa lá estão fugindo, inclusive estão investindo aqui, por quê? Foi por causa da tranqüilidade, lá acabou a tranqüilidade, então como aqui está perto de Campos, e todo mundo gosta de Campos vem se hospedar aqui. E o que Santo Antonio do Pinhal tem? Tem mais segurança, e liberdade* (P.S.A.,Santo Antonio do Pinhal, 2005).

A construção da rodovia, que permitiu o desenvolvimento do turismo em Santo Antonio do Pinhal contribui, a exemplo do litoral norte paulista, para desestruturar o espaço rural no município, uma vez que valorizou as terras em algumas áreas. Parte dos produtores rurais, diante desses aumentos, vendeu suas propriedades e foram para a cidade.

4. O agroturismo em Louveira

No município de Louveira existe um programa de desenvolvimento do Agroturismo Sustentável, proposto pela administração municipal. O interesse pelas atividades de turismo rural no município prendeu-se a necessidade de diversificar as atividades das propriedades familiares, que predominam no município, com novas alternativas de renda.

O setor público pode desempenhar uma função no desenvolvimento do turismo sustentável, atuando de diversas maneiras: elaboração de leis e sua regulamentação; em termos monetários por meio de financiamentos, incentivos e posterior controle fiscal; no planejamento e uso do solo com a finalidade da conseqüente continuidade do desenvolvimento do turismo sustentável; desenvolvimento e controle da construção, inclusive o papel das avaliações de impacto ambiental. O controle do desenvolvimento objetiva regulamentar questões como o acesso e a existência de infra-estrutura adequada para sustentar o desenvolvimento. Outro papel importante é de estabelecer os padrões para a sustentabilidade que permitam ao turista identificar os produtos mais propícios e sustentáveis do ponto de vista do meio ambiente; a designação de áreas particulares para a proteção ambiental e controle por parte do governo do número de turistas (SWARBROOKE, 2001).

Na zona rural de Louveira, grande parte dos residentes é descendente de imigrantes italianos e cultivam frutas em suas propriedades, destacando-se a presença da uva de mesa "niagara". Para aumentar sua renda e agregar valor à produção, fabricam doces, conservas, geléias, pão caseiro, vinho, cachaça, etc. Para poder contribuir na comercialização dessa produção a Prefeitura Municipal elaborou visitas às propriedades rurais. Fez uma seleção de algumas propriedades que ofereciam condições de receber o turista e a partir dai elaborou um roteiro para que os agroturistas pudessem participar desse passeio rural.

A preocupação do poder municipal no planejamento das atividades turísticas foi fundamental para o impulso do Agroturismo no município.

Assim aconteceu em Lages, em Santa Catarina, onde a constituição e consolidação do turismo rural são peculiares. Neste município, o turismo rural foi fruto da união de dois poderes representados pelos produtores rurais e pelo poder público municipal. A década de 1980 foi marcada por uma crise na agropecuária do Planalto Serrano Catarinense. O produtor estava descontente com as condições do mercado para a produção agropecuária e havia o risco

constante de abandono das atividades produtivas tradicionais da região. Por outro lado, o poder público tinha consciência de que se deveria apostar nas potencialidades naturais do município. Diante desse quadro, houve a exploração do que havia de espontâneo no Planalto Serrano: um trânsito constante de pessoas, natureza privilegiada e patrimônio cultural. Os resultados alcançados a partir dessa iniciativa apontam o turismo rural como um reanimador econômico e gerador de auto-sustentabilidade das fazendas que o implantaram (BLOS, 2000).

A Festa da Uva, em Louveira é o ponto culminante do projeto de Agroturismo implantado pelo Governo Municipal e, na programação deste evento consta o "Passeio Rural" pelas propriedades, denominado de "Agroturismo". O sucesso desta atividade propiciou condições para que a Secretaria de Turismo da Prefeitura Municipal pleiteasse a continuidade dos passeios durante a safra de uva, do pêssego e do caqui. Para tanto, foi sugerida a criação de uma agência de turismo para que novos passeios pudessem ser programados.

A grande preocupação da Secretaria do Turismo é melhorar a infra-estrutura das propriedades para que possam oferecer o café da manhã ou o almoço, durante o "Colhe e Pague". Desta maneira, além da capacitação de novos guias, os produtores também participam de cursos que têm por objetivo torná-los aptos para melhor recepção aos turistas.

4.1. A Festa da Uva e o "Colhe e Pague"

A Festa da Uva já é uma tradição em Louveira, desde sua criação ocorrida em 1956. Foram poucos os anos em que ela não aconteceu. É tradição nas festas a presença da rainha e das princesas. Até o ano de 1978 a Festa era realizada no Bosque dos Eucaliptos, localizado no Clube Atlético Bandeirantes. Desde o ano de 1979 acontece em uma área desapropriada pela Prefeitura para essa finalidade denominada de "Área de Lazer do Trabalhador". No ano de 2005 e 2006 ocorreu em três finais de semana durante o mês de janeiro.

Neste evento constam várias atrações tais como: feira do artesanato, praça de alimentação, parque de diversões, exposição de frutas, venda e leilão de frutas, shows com artistas famosos e o agroturismo. Esta atividade existe desde 2001. Na programação das primeiras festas além dos shows musicais com grandes nomes da MPB, havia anteriormente desfile de carros alegóricos das princesas e rainha da Festa pelas ruas centrais da cidade e no

início da festa acontecia um grande baile de gala para coroação das eleitas. A tradição de eleger a rainha da Festa acabou em 2005.

Consta do projeto "Agroturismo Sustentável" uma excursão à zona Rural. Durante a visita, os agroturistas (como são denominados os turistas) realizam um passeio pelas propriedades rurais e, na época da colheita das frutas, participam da atividade "Colhe e Pague". Quando estes chegam à propriedade recebem uma cesta, e, durante o percurso colhem as frutas da época, pagando pelo peso correspondente. O passeio tem a duração de mais ou menos duas horas. O projeto piloto do passeio pelas propriedades com a colheita das frutas foi desenvolvido pela primeira vez na Festa da Uva do ano de 2002 no município vizinho de Vinhedo, onde houve a participação aproximada de 2 700 pessoas. Em Louveira, o primeiro passeio ocorreu durante a Festa da Uva do ano seguinte, durante os meses de abril e maio, quando ocorre a segunda safra da uva. Neste município, a participação dos agroturistas foi bem maior, em torno de 5 000 pessoas. O ponto de partida do passeio rural foi a Sede da Secretaria de Turismo localizada nas proximidades do restaurante Frango Assado na Rodovia Anhanguera. Lá ficavam as peruas *vans* que levam os turistas para visitas às propriedades, visitas essas, sempre acompanhadas de guias que são capacitados pela Prefeitura Municipal, por meio de parcerias com empresas especializadas. Atualmente a saída para o passeio do "agroturismo" é no próprio local onde acontece a Festa da Uva.

A maior parte dos agricultores gosta muito de receber os "agroturistas". A opinião de um dos agricultores, cuja propriedade faz parte dessa visita:

> *O agroturismo foi ótimo. As vans chegam e os turistas colhem e pagam. Esse ano Louveira não participou da Festa da Uva de Vinhedo por isso não vieram ainda os turistas. Em abril ocorre à festa da Uva de Louveira, esperam-se muitos turistas para colherem a uva. O pessoal que vem gosta de conversar e é muito educado, pergunta se pode mexer. Existe um ou outro probleminha, mas não estragam nada, nos últimos três anos não tivemos problemas. Chega a van e quem colhe um cacho colhe uma caixa, sempre querem levar para as pessoas da família, quem entrou para colher não pára mais* (E.V., Louveira, 2004).

Na colheita é entregue uma cesta de bambu (que é leve), um chapéu de abas largas e uma tesoura. O visitante colhe a uva coloca na cesta e depois a caixa é montada em um quartinho próximo. O preço cobrado pela uva é o mesmo pago ao caminhoneiro que vem à propriedade buscar o produto.

Foto 5. O "Colhe e Pague". Festa da Uva, Louveira, estado de São Paulo, 2005

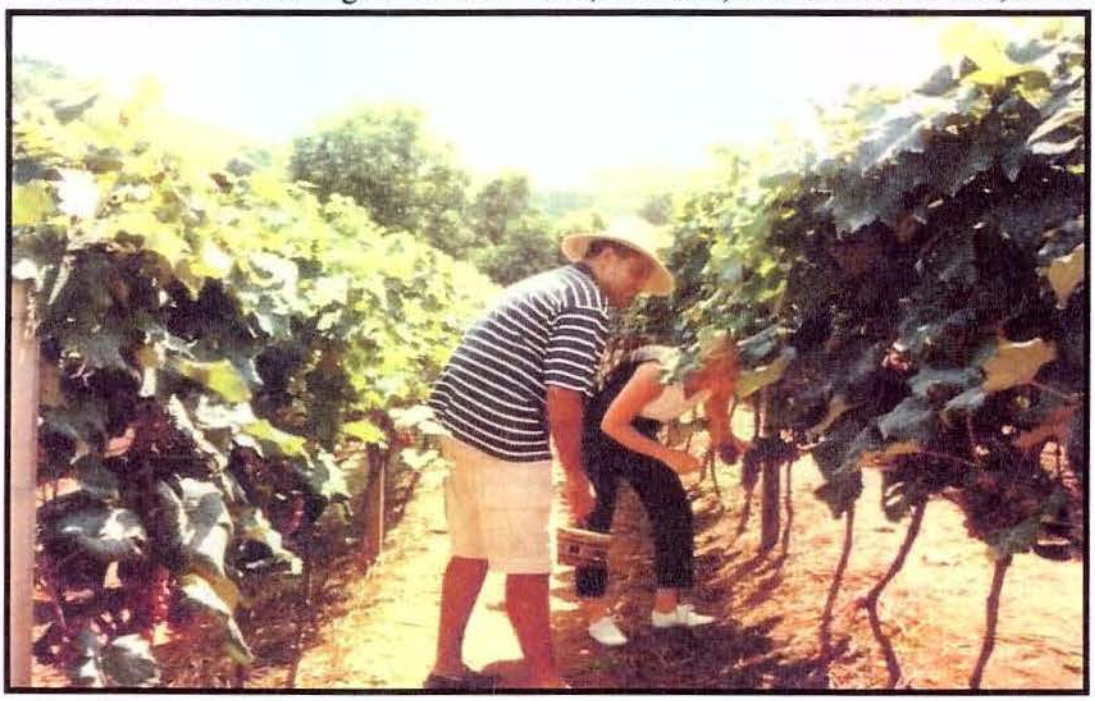


Foto cedida pela Prefeitura Municipal de Louveira

O agroturismo tem proporcionado uma maior venda, num determinado período. Mas mesmo assim, os produtores se queixam de que falta estrutura. No início nenhum produtor estava preparado para ela:

> *Veio o prefeito e o pessoal do agroturismo da cidade, o pessoal veio na sexta-feira dizendo que viriam no sábado, foi de supetão, ninguém estava preparado para esta visita. Tem que ter banheiro, tudo tem que estar muito limpo, precisa de água para lavar a mão do pessoal de classe alta que vem, tivemos que improvisar (oferecer água de garrafa), senão perde o freguês* (E. V., Louveira, 2004).

As atividades de "Colhe e Pague" se iniciaram mesmo sem muita infra-estrutura, pois segundo o técnico da secretaria de turismo, a idéia é de mostrar a realidade, o menos artificial possível. No entanto, isso cria constrangimentos para os produtores que querem mostrar o melhor. "O pessoal chegava entre 11 e 5 horas da tarde. Quem vem uma vez volta na segunda. Alguns portugueses de São José dos Campos vieram na *van* e, na semana seguinte, trouxeram sua mãe que plantava uva em Portugal", conta um dos produtores. "Isto vem demonstrar que a idéia pode dar certo, completa o produtor" (E.V., Louveira, 2004).

Outro lado positivo do "Colhe e Pague" é que alguns visitantes após a utilização dos produtos adquiridos voltam para comprar, pois aprenderam o caminho, tornando-se fregueses. *Têm muita gente de S. Paulo, Piracicaba, Bauru, que aprendeu o caminho da propriedade com o agroturismo e continua vindo comprar o vinho* (J.G., Louveira, 2005). Atualmente existe na propriedade um local de venda que fica aberto todos os dias do ano inclusive no Natal e Ano Novo. Os compradores acabaram ficando amigos e vem passear na propriedade, podem fazer churrasco aos domingos, desde que respeitem o rio que leva água para Louveira.

Os produtores afirmam, por outro lado, não terem sentido nenhuma diferença com a instituição do Circuito das Frutas pelo Governo Estadual. Tudo veio de cima para baixo.

No entanto, os agricultores têm consciência de que o agroturismo é uma atividade demorada. Precisam partir de baixo, para depois vir colher os frutos. Após seis anos começam a sentir os resultados.

> *É um trabalho de persistência. Não se pode querer ficar rico com o agroturismo, mas para o pequeno produtor é um dinheiro a mais, é uma complementação e um aproveitamento para as frutas que iam ser enterradas (caso do figo). O pequeno agricultor aproveita muito pouco sua propriedade* (V.D., Louveira, 2004).

Uma produtora com quem conversamos disse que garante que para dar bons resultados o agricultor do agroturismo tem que ser ousado, além de precisar ser tolerante e ter muita paciência.

A Festa sempre foi patrocinada pela Prefeitura Municipal e pela Secretaria de Estado da Agricultura, cuja renda era revertida ora em prol da Igreja Matriz ou da construção da Santa Casa. Atualmente a Prefeitura é a única responsável pela sua ocorrência.

O "Colhe e Pague" é uma atividade bastante apreciada pelos agroturistas, haja vista o número de adesões na última Festa da Uva. Percebe-se também que os produtores rurais gostam de receber os visitantes e mostrar sua propriedade. É um fator positivo para os produtores, pois podem vender a uva por um preço melhor, além de outros "produtos caseiros", produzidos por seus familiares.

Para o agroturista é a oportunidade de conhecer as videiras e levar para casa um produto "in natura" que ele mesmo colheu, além de realizar o passeio rural. O número de crianças que participam da visita às propriedades é grande. Os pais acham importante mostrar aos filhos a vida rural e a expectativa das crianças em participar do "Colhe e Pague" é muito grande. Durante o passeio rural os adultos interessam-se mais pela degustação de vinhos, licores, doces, geléias. Aproveitam também para comprar os produtos artesanais e conhecer as diferentes propriedades rurais.

Se de um lado a visita é muito apreciada pelas crianças e adultos, adolescentes têm outra opinião: *achei o passeio muito comercial, só é para comprar, comprar, não dá para ver como é uma propriedade, tudo é muito* rápido (Participante de uma viagem de agroturismo, Louveira, 2004*); o passeio é muito monótono, é só comprar, é sempre a mesma coisa* (participante do passeio rural, 2004).

Nem sempre as visitas ocorrem na mesma propriedade, pois não são todas as unidades produtivas que possuem uva na época da Festa, principalmente se a festa ocorrer após o mês de fevereiro. Algumas, devido à poda tardia, possuem a fruta na época do evento. Em outras, mesmo possuindo a fruta, pode acontecer certa dificuldade para a colheita se a uva estiver muito longe da estrada ou em terrenos acidentados, principalmente para que a população da terceira idade participar do "Colhe e Pague".

Como o estabelecimento do calendário da Festa é feito em conjunto com os municípios de Jundiaí, Vinhedo, Valinhos e Louveira, nem sempre é possível fazer a festa no mês de janeiro, quando ocorre o pico da safra. A maior demanda da fruta ocorre durante a Festa Natalina e a comemoração do Ano Novo. Para poder oferecer seu produto ao mercado nesse período um produtor de Jarinu (SP) realiza as podas no início de julho, um pouco antes do

tradicional, mas alerta: "Só não pode antecipar muito porque se corre o risco de perder a produção se houver geada na brotação, em agosto" (Jornal Estado de São Paulo: 27.12.06). Diante dessa especificidade da uva, quando a festa não acontece durante o mês de janeiro, só algumas propriedade, que fizeram a poda em momentos diferentes, por um motivo ou outro, podem participar do "Colhe e pague".

O roteiro das propriedades a serem visitadas durante o passeio rural é feito pela Prefeitura Municipal em conjunto com a agência de turismo, empresa de natureza privada. Algumas unidades produtivas que participaram não foram mais escolhidas, pois para garantir uma infra-estrutura de atendimento aos "agroturistas" tinham que fazer investimentos e, para tanto, solicitavam por parte dos organizadores o pagamento de uma taxa por cada visitante.

> *Tem que ter banheiro, toalha para enxugar as mãos, se o pessoal quiser água, tem que ter. Consegui água barata na raiz da Serra, para poder ter água na hora da visita. Chegou na hora de pagar (um valor mínimo por cada visitante que chega à propriedade), o Prefeito falou: - como que vai cobrar do pessoal para fazer a visita? Fazer o passeio, ai não é um passeio é uma visita, vai entrar na casa da senhora e vai gastar tudo que tem e vou sair batendo palma e eles* (refere-se ao pessoal da Prefeitura) *aqui enchendo o bolso deles, não dá* (P.B.L.G., Louveira, 2005).

Um proprietário rural, que produz cachaça, considera que alguma coisa precisa ser mudada para aumentar a venda durante as visitas.

> *Fazemos parte do agroturismo, recebemos pessoas durante a Festa da Uva. Não há muita venda. Tem alguma coisa que precisa ser modificada no sistema. As pessoas gastam para entrar na festa, pagam estacionamento, pagam a perua para visitar as propriedades e não sobra muito para compras. Se for a três ou quatro lugares não vão gastar em todos* (C.M., Louveira, 2004).

Outros proprietários também acham que deveriam receber uma taxa por visitante, pois nem sempre os visitantes compram seus produtos, principalmente nas últimas propriedades

integrantes do roteiro do passeio. Eles têm gasto, mas não tem retorno. Para tanto, deveriam ter vários roteiros, para solucionar o problema. O investimento dos produtores é grande. Esperam os "agroturistas" em locais bem arrumados, uns com mesas para degustação, outros já acostumados com prateleiras para exposição de seus produtos. Quase todas as propriedades oferecem algum tipo de consumo aos visitantes. Tudo isso requer por parte dos proprietários rurais planejamento da produção, organização do espaço para receber, além de pessoas para vender, embalar e orientar as pessoas. O pagamento de uma taxa para eles seria mais do que justa.

4.2. E depois da Festa da Uva?

Os produtores rurais consideram muito bom o passeio rural. A reclamação é que o agroturismo deveria ter continuidade durante o ano todo, na colheita de outras frutas. Desta forma poderiam aproveitar a infra-estrutura instalada, em outras épocas do ano, e não só na época da Festa da Uva. Uma antiga fazenda consegue, graças ao espírito empreendedor de sua proprietária, dar continuidade às visitas durante o ano. Organiza passeios, principalmente para pessoas da terceira idade.

O público da "melhor idade", nomenclatura usada na região para denominar os indivíduos da terceira idade, pessoas a partir dos 65 anos, são, no entender de um dos entrevistados, os melhores turistas. Trata-se de pessoas que já criaram os filhos e netos e agora estão livres e desimpedidos para sair, passear e aproveitar o que lhes resta de vida, além de serem aposentados e terem um poder aquisitivo certo.

No ano de 2002, somente nesta fazenda registrou-se a presença de 4800 visitantes. Os visitantes chegam para o passeio rural em grupos, acompanhados de seus monitores. Quando chegam à fazenda é servido o café da manhã, de cujo cardápio faz parte:

> *O leite tirado na hora, café torrado e moído produzido na propriedade, bolo de fubá, broa de fubá, massa italiana, pão feito em casa, bolo de mandioca, suco de frutas e todas as frutas da época, geléias, compostas e o queijo feito lá. Por tudo isso, cada visitante "paga R$10,00 (V.D., Louveira, 2004).*

Depois do café, partem para o passeio na propriedade. São acompanhados por um guia que os leva ao local do plantio de frutas, às ruínas de uma antiga senzala, ao alambique nos quais se encontram os tonéis para armazenamento da cachaça. Em seguida são encaminhados para um local onde está exposta a produção artesanal realizada na fazenda: vinhos, licores, doces, geléias e a cachaça para venda. O passeio tem a duração de 4 horas.

Para poder realizar esse trabalho os proprietários viajaram bastante. Visitaram, além de outros países, muitas propriedades que já oferecem esse serviço nos estados do sul do país. A experiência adquirida nas viagens, o aproveitamento da história da fazenda, a diversificação da produção e o planejamento contribuíram para o sucesso do empreendimento.

Experiências como essa têm sido registradas em diversas regiões do Brasil, em especial no sul do país, como em Porto Mauá (RS), município localizado na fronteira Noroeste da Argentina, onde três líderes municipais, uma extensionista rural e 23 famílias de agricultores rurais elaboraram o Projeto de Turismo Rural Três Bocas, em 2002. O projeto resgatou a auto-estima das famílias, as pessoas da comunidade passaram a valorizar e gostar do local onde vivem; houve melhoria na renda das famílias; o êxodo rural parou; a comunidade passou a se preocupar com a preservação ambiental; o entorno da comunidade foi embelezado com o plantio de mudas de hortênsias; ocorreu melhoria na produção de subsistência e foi colocada sinalização em todas as estradas municipais (NEUTSLING *et al.*, 2006).

Para que outros proprietários de Louveira possam oferecer visitas ao longo do ano, se torna necessário um planejamento conjunto com os produtores rurais, onde possa ser elaborado um calendário anual, levantamento de custo, escolha das propriedades. Na concretização de tudo isso, a colaboração do poder público municipal e de outras organizações privadas é fundamental.

5. Hotéis, pousadas e restaurantes

Tanto em Cunha, Santo Antonio do Pinhal, como em Louveira predominam atividades de lazer e de turismo no espaço rural. Em Louveira não há hotéis ou pousadas nessa porção do território, fato que não acontece nos outros dois municípios, onde este tipo de hospedagem predomina.

Em Cunha, o número de pousadas rurais é superior às urbanas. Elas são cerca de vinte e duas no espaço rural (73,30%) e oito (26,70%) no espaço urbano (vide tabela 25). Tal número

pode ser explicado pelo fato do espaço rural ser mais próximo dos ecossistemas naturais, cuja revalorização é grande pelo homem pós-moderno. A busca pela tranqüilidade, privacidade e maior contato com a natureza criam novos nichos de mercado, um deles é o turismo rural. MOLINA (2001) considera que o Agroturismo (cuja finalidade é mostrar e explicar a organização e sistemas de produção do campo e de propiciar experiências relativas à vida rural camponesa) é uma oportunidade de o turista entrar em contato com a natureza, mesmo quando os espaços rurais foram submetidos a processos produtivos intensivos. Considera significativo conhecer uma atividade que depende da natureza e também o que se pode fazer nas propriedades, como, por exemplo, andar de bicicleta, fazer passeios a cavalo ou mesmo alimentar-se de produtos frescos e saudáveis, etc.

Tabela 25. Hotéis e pousadas no eixo urbano e no eixo rural, Cunha, estado de São Paulo, 2005.

Eixo urbano	Eixo rural	
Pousada Recanto Uruguayo	Fazenda Água Fria	Pousada da Omã
Pousada do Tropeiro	Fazenda Hotel Alvorada	Pousada dos Anjos
Hospedaria Sossego	Hotel Fazenda São Francisco	Pousada Candeias
Pousada Vista Verde	Sítio Santa Rita de Cássia	Hotel Fazenda Santa
Pousada Cheiro da Terra	Pousada Seriema	Bárbara
Pousada Vila Rica	Pousada Fascinação	Pousada Barra do Bié
Pousada Recanto das Girafas	Pousada Cantão	Pousada Sotaque Mineiro
Pouso Caminho das Artes	Pousada Entre Amigos	Pousada Terra Viva
	Pousada dos Girassóis	Fazenda Hotel Canto das
	Sítio Pinheirinho	Águas
	Pousada Vale das Cachoeiras	Estalagem Shambala
	Pousada Dona Felicidade	Pousada da Mata

Fonte: CUNHATUR, 2005

A mesma situação ocorre em Santo Antonio do Pinhal. São trinta pousadas rurais (71,14%) para doze urbanas (28,56%) (vide tabela 26). O que ocorre nos últimos anos é um aumento muito grande de pousadas no município. "Mas, de cinco anos para cá houve um

aumento, quase que exponencial do número de pousadas de 10 para quase 60" (L.P., Santo Antonio do Pinhal, 2005).

Ao fazer essa declaração o entrevistado levou em consideração as quatorzes pousadas clandestinas e outras em construção ou embargadas. Além dos hotéis e pousadas, muitas segundas residências são alugadas para os turistas, aumentando assim a oferta de leitos na alta temporada.

Tabela 26. Hotéis e pousadas no eixo urbano e no eixo rural, Santo Antonio do Pinhal, estado de São Paulo, 2005.

Eixo urbano	Eixo rural	
Pousada Beira Rio	Hotel Fazenda Estrela da Serra	Termas Regional Campos de Jordão
Pousada da Fonte	Casa Cavenaghi	
Pousada do Grilo	Hotel Fazenda Fonte das	Pousada Hoca Rural
Pousada II Villaggio	Hortênsias	Pousada Jardim Suspenso da
Pousada Lieu	Hotel Fazenda Saint Claire	Babilônia
Pousada Mirante	Pousada Alecrim	Pousada La Villa Del Valle
Pousada Nippon	Pousada Alpes Santo Antonio	Pousada Lua & Sol
Pousada Santo Antonio	Pousada Brumas de Santo	Pousada Oca do Curumim
Pousada Santo Antonio	Antonio	Pousada Quinta dos Pinhais
Pousada São Benedito	Pousada Casa de Barro	Pousada Recanto das Águas
Pousada Xurupita	Pousada Castelo	Pousada Recanto das
Pousada São Pedro	Pousada César	Orquídeas
	Pousada Champany	Pousada Riacho da Mata
	Pousada do Cedro	Pousada Vento Verde
	Pousada Faisão da Montanha	Pousada Villa 3 Lagos
	Pousada Highland	Pousada Villa Mantiqueira
	Pousada Villa Campestre	Pousada Villa Rhústica
		Pousada Quatro Estações

Fonte: Secretaria de Turismo: Cunha, 2005

Em relação aos restaurantes rurais são poucos no município em Cunha, mas que são bastante procurados na época de temporada. Numa propriedade, perto do Parque Estadual da

Serra do Mar, numa criação de carpas está instalado um restaurante improvisado A atração é que o próprio freguês pesca o peixe que vai ser consumido. Em Santo Antonio do Pinhal o número de restaurantes é maior e estão localizados principalmente nas pousadas. Na zona rural de Louveira, nos bairros estudados, não existe restaurantes localizados no espaço rural.

6. A presença de neorurais nos municípios de Cunha e Santo Antonio do Pinhal

Os neorurais que chegaram nesses municípios se dividem em duas categorias: o primeiro grupo compra uma propriedade e, em principio, faz dela sua segunda residência; já o segundo grupo adquire a propriedade e muda-se para lá.

Num primeiro momento, a construção de pousadas no espaço rural foi impulsionada pelos componentes do primeiro grupo. Foi graças à necessidade sentida pelos donos dos sítios, que gostavam de passar o fim de semana em suas propriedades, mas cujo custo de manutenção era cada vez mais alto. Diante da demanda de leitos no município e para obter renda extra para amenizar os gastos, alguns proprietários começaram a construir chalés. As construções eram bem artesanais. No café da manhã era servida geléia feita em casa, pão, coalhada etc. Com o lucro obtido vão investindo em mais apartamentos.

> *O sítio foi comprado em 1994, com o objetivo de lazer. Meu pai se aposentou, logo em seguida passou a ficar mais tempo aqui do que na casa de Pindamonhangaba. Montamos um café e percebemos que nosso tino não era esse, de proprietário de bar a ai a gente abriu a pousada* (P.H., Santo Antonio do Pinhal, 2004).

Ter um sítio entre a montanha e perto da praia era um velho sonho de um engenheiro. Por ocasião de sua aposentadoria comprou um sítio em Cunha.

> *Cunha era um projeto de meu pai. Em 1979 ele se aposentou na Ericson. O sonho dele era ter um sítio próximo da praia. A gente sempre freqüentou Ubatuba, no litoral norte de São Paulo, só que lá é caríssimo. Aqui pela proximidade de Paraty, foi incentivado a procurar uma propriedade para*

comprar. Gostou da região e comprou e devagarzinho fomos construindo. Construímos a casa, não tinha nada, era tudo mato (T.V., Cunha, 2005).

Muitos citadinos ainda têm interesse em comprar propriedades rurais pelos fortes laços afetivos, por seus pais serem da zona rural ou mesmo pelas recordações da infância vivida nesse espaço (CAVACO, 2006).

> *Nasci em um sítio em Viçosa. Fiquei muito tempo lá. Fui para Avaré, com o filho do dono que eu tomava conta da casa dele; depois fui para São Paulo, montei uma loja, fiquei 10 anos com ela. Comprei o sítio há 15 anos, a área é de aproximadamente 20 hectares. Daqui não saio mais, tem um clima muito saudável* (D. F., Cunha, 2005).

Embora o sossego do campo seja um atrativo, os novos habitantes geralmente aposentados, encontram na construção das pousadas uma forma de não se sentirem sozinhos e isolados.

> *Eu tinha essa propriedade, gosto de gente, me sinto bem, então é uma distração, minha esposa é aposentada do estado, eu também sou, a gente fica aqui se diverte, faz amizade* (P. V., Santo Antonio do Pinhal, 2005).

O que são pousadas? As pousadas representam a versão contemporânea daquelas hospedarias do passado na qual se pode conjugar, o aconchego de um lar à isenção de tarefas domésticas proporcionadas pelos hotéis. Apesar de recentes já estão presentes na maioria das cidades de pequeno e médio porte com vocação turística. É um meio de hospedagem mais acessível, sem que isso signifique ausência de conforto ou charme (SEBRAE, 2006).

Muitas vezes os proprietários de pousada, além da propriedade de segunda residência, desenvolviam outras atividades produtivas, antes da construção das pousadas.

> *Tenho a propriedade há 24 anos. Vinha para cá com a esposa e as crianças. Há um ano e meio construí a pousada. Antigamente plantava tomate, mas era terceirizado, era de meia e também plantava repolho. Todo mundo plantou e o*

preço caiu muito, ninguém mais agüentava comer repolho, então pegava a caminhonete e jogava fora. Criava também cachorro de raça pura, mas sem pedrigee, pois custa R$ 4.000,00 reais, cheguei a ter quarenta cachorros e 8 cadelas nas propriedade (P. A., Santo Antonio do Pinhal, 2004).

Em outros casos, a queda na qualidade de vida das grandes cidades leva o habitante urbano ao campo, em busca da união de algumas características como segurança, tranqüilidade, melhor qualidade de vida e busca de uma atividade que lhe é prazerosa.

Eu morava em São Paulo, sempre em São Paulo, fui nascido e criado lá. Vivi aquele clima horrível, que todos nós estamos sofrendo, aquela situação de insegurança. Eu tinha indústria lá, a loja foi assaltada várias vezes. Tinha que tomar uma atitude, ou eu ampliava meu negócio, ia para um shopping ou eu tomava outra decisão (P.H., Cunha, 2005).

É importante observar nos neorurais, que após sua aposentadoria, procuram realizar ainda alguns sonhos, procurando um trabalho mais agradável.

Era um sonho meu, sempre mexi com culinária, sempre gostei como hobbie e eu queria aplicar esse hobbie depois dos 60 anos, na minha aposentadoria, para não ficar sem trabalhar. Os meus filhos gostam muito mais do campo do que do mar, então passeando, procurando, olhando. Eu encontrei Cunha, enamorei-me por ela, aqui deu certo. Comprei esta propriedade aqui, montei essa pousada, quem cuida daqui sou eu mesmo (P.H., Cunha, 2005).

Os proprietários de pousadas rurais de Cunha e de Santo Antonio do Pinhal vieram das cidades grandes. Em Santo Antonio do Pinhal, só um pousadeiro nasceu no município, mas apesar de ter nascido no sítio, morava na cidade. O deslocamento para cidades menores localizadas em áreas montanhosas tem como intuito desfrutar de clima bom, onde existe um fluxo de turismo, e, com um pequeno investimento, construir uma pousada, para complementar sua aposentadoria.

> *Esta pousada foi construída porque foi o que nós pensamos ser viável para duas senhoras com mais de 60 anos tocaram. Projeto de velhice projeta de aposentadoria. A verdade é que você vai chegando perto dos sessenta, tem que pensar que vem uma nova etapa e que não é como antigamente, as pessoas vivem mais. Precisa tentar viver com qualidade e também não deixar completamente de trabalhar, principalmente numa atividade como essa aqui onde você faz exercícios físicos. Isso não impede que tenha uma vida intelectual, porque você continua lendo* (A.P.M., Cunha, 2004).

A escolha do espaço rural para a construção de pousadas está na representação do significado da natureza para os neorurais. A natureza tornou-se uma necessidade para que as pessoas possam recarregar suas energias, consumidas no dia a dia urbano (RODRIGUES, 1998).

Também faz parte desse ideário desenvolver um tipo de turismo que atraia pessoas mais ou menos com a mesma formação intelectual, para poderem criar novos grupos de amizade, ter com quem conversar trocar idéias:

> *Esta pousada atrai gente parecida com a gente, pois ela tem a cara da gente, e é muito agradável você ter todo final de semana pessoas interessantes para conversar. Por outro lado, como empreendimento, segundo o olhar de um economista, é um desastre. Concordo, mas não fiz um negócio, fiz um plano de vida* (A.P.M., Cunha, 2005).

Os proprietários das pousadas procuram conservar a tradição de serem pequenas, quatro, cinco, seis, no máximo dez apartamentos ou chalés. A maior pousada possui 16 chalés. Um número pequeno de apartamentos ou chalés permite um contato direto do proprietário com seus hóspedes.

> *Quando viajávamos ficávamos em hotel. A partir de certo tempo, começamos nos hospedar em pousadas e nos apaixonamos. Nelas há um contato maior com o proprietário, representa alguma coisa mais íntima, mais gostosa* (D.F., 2005).

Como as pousadas representam para grande parte de seus proprietários uma complementação de aposentadoria, não ambicionam uma unidade produtiva com muitos apartamentos ou chalés.

> *A idéia foi pensada em dez chalés, pois a atividade se torna economicamente viável, com um pequeno retorno. Permite tirar férias uma vez por ano, ter um complemento razoável de aposentadoria* (A.P.M. Cunha, 2005).

Assim como em Cunha, os neorurais que chegaram ao Arraial de Conceição do Ibitipoca (MG), para dedicar-se ao turismo rural, vieram no início da década de 1990. Vieram de cidades maiores como São Paulo, Rio de Janeiro, Juiz de Fora e Belo Horizonte. Escolheram o local, pois sempre tiveram vontade de morar num lugar tranqüilo, próximo à natureza, com ar puro e como relações sociais mais estreitas (RODRIGUES, 2000).

Assim, os seus principais anseios estão relacionados com relações mais diretas com a natureza, tranqüilidade, ciclos produtivos e tempo de trabalho mais longos e menos rígidos, relações sociais mais profundas. Desta forma procuram um modo de vida diferente e mais saudável do que o das grandes metrópoles (GIULIANI, 1990).

Comparando-se os "forasteiros" de Ibitipoca com os neorurais de Nova Friburgo e Teresópolis estudados por GUILIANI (1990) existe uma pequena diferença, pois estes procuram mesclar atividades produtivas (produção sem a utilização de agrotóxicos), manter uma criação diversificada de animais ou combinar a atividade agrícola com o turismo, enquanto os primeiros só exploram o turismo (RODRIGUES, 2000).

7. Dando uma nova utilidade ao sítio

Entre os neorurais que possuem pousadas em Cunha ou em Santo Antonio do Pinhal alguns já possuíam a propriedade há muito tempo, alguns até há anos. Essas unidades agrícolas eram geralmente usadas como segunda residência e nelas não se desenvolvia nenhuma atividade agrícola de destaque. Somente havia uma horta, algumas cabeças de gado, plantas medicinais para consumo do proprietário.

Numa área aproximada de vinte hectares foram construídos quatro chalés e três suítes (as suítes encontram-se numa antiga casa que foi reformada). A construção da pousada incentivou os proprietários a morarem definitivamente na propriedade. Atualmente a propriedade possui seis vacas, um boi, algumas galinhas, gansos, patos, codornas. A produção é toda usada para consumo no estabelecimento e também gera a procura de novas atividades para serem desenvolvidas na propriedade.

> *Tem um pequeno apiário, futuramente a gente está pensando em exportar. Já estamos vendo o incentivo da Caixa Econômica, porque aqui produz bastante mel, mas é produção caseira, para uso na propriedade. Com o leite produzido pelas vacas a gente faz coalhada, queijo, usa o leite na pousada. As frutas que consumimos é a maioria produzida aqui* (L.P.D.F. Cunha, 2005).

A opção do neorural em estabelecer-se no espaço rural explorando pousadas pode levá-lo a desenvolver outra atividade concomitante, como foi observado na citação acima. Em outra unidade agrícola, onde a atividade principal são quatro chalés com dois apartamentos cada um, apesar de achar a área de 45.000 metros quadrados pequena, existe plano para a criação de *shitake. Tal escolha é por ser uma produção limpa, não poluidora e se tiver cabeça, competência e souber manejar dá certo* (A.P.M. Cunha, 2005). É bom destacar que está começando uma criação de shitake na região e parece que vai indo muito bem.

Num espaço bem menor, de um hectare, numa antiga chácara de segunda residência, foram construídos seis apartamentos e já foram iniciadas as obras do sétimo. Está sendo também organizado um espaço para instalação de um galinheiro, para animais exóticos e existe projeto para a construção de um campo de futebol, uma quadra de tênis e uma quadra poli esportiva. Tudo isso está sendo conseguido graças à "sobra de turistas" na temporada de Campos de Jordão.

A idéia de ter animais exóticos na propriedade é para que os hóspedes possam ter contato com eles e muitas vezes possam até conhecê-los.

"Esses dias hospedou-se conosco pessoas que não conheciam pavão, um garotinho de quatro anos nunca tinha pegado um pintinho na não. A nossa idéia é também colocar várias vacas" (P. A., Santo Antonio do Pinhal, 2004).

Em alguns casos a propriedade que tinha como objetivo ser a segunda residência, hoje é a principal fonte de renda da família.

Meu pai comprou a propriedade em 1977, 1978, não me recordo bem, eu era muita menina. Comprou para fazer um sítio para a família passar final de semana, não tinha nenhuma atividade econômica da área agrícola. Agora também não tem. A gente planta alguma coisa, mas são para a gente mesmo, uma hortinha, umas ervas para chá. Hoje a gente vive do hotel (P.H., Santo Antonio do Pinhal, 2005).

Nos municípios estudados o turismo no espaço rural tem como causa também o recebimento da propriedade como herança familiar.

Meu pai faleceu num acidente quando estava vindo para cá. A vida da gente virou de cabeça para baixo, era difícil ter uma propriedade aqui e outra em São Paulo. Eu e minha mãe resolvemos vir para cá e percebemos a necessidade de hospedagem. Construí os primeiros dois chalés em 1992, ai em 1994 e 1995 os outros dois (P.T.V., Cunha, 2005).

Ter recebido a chácara como herança foi a oportunidade de um engenheiro que após trabalhar muitos anos em indústrias, teve a chance de vir morar num lugar tranqüilo no momento em que perdeu o emprego.

Recebi a chácara (aqui do lado) como herança, depois por necessidade de uma atividade e também como um complemento de renda voltei ao mercado na área de engenharia. Trabalhei mais uns três anos, a firma fechou e diante deste fechamento eu disse que não ia mais trabalhar em firma nenhuma e ia ficar aqui (L. P., Santo Antonio do Pinhal, 2004).

Recebeu uma área de 52 hectares do avô, por ocasião de sua formatura em engenharia agronômica. Em princípio criava o gado holandês. Um dia após fazer o custo, percebeu que estava no prejuízo. Resolveu começar a criar búfalos. Graças a um curso de tecnologia sobre a produção de derivados de leite, começou a produzir diversos tipos de queijo com o leite de búfala. Hoje sua propriedade está inserida no roteiro de turismo organizado por um grupo de hotéis, recebendo muitos turistas interessados na compra de seus produtos.

> *O turista que procura o meu sítio não quer ver tudo arrumadinho, ele gosta do improviso, de coisa simples. Por exemplo, a minha cozinha onde é feito o queijo não é nada de inox, mas está todo dentro dos padrões de higiene. Possui câmara fria, mas é tudo muito simples. O turista chega e é convidado a conhecer como se faz o produto* (F.F.P.S., Cunha, 2005).

Outra preocupação com os neorurais que constroem pousadas campestres é com a aparência do espaço externo. Podemos encontrar construções com material bastante rústico, mas sempre o entorno dos chalés são rodeados de belos jardins, muitas vezes com piscinas (foto 3). O que nem sempre é apreciado pelo turista que quer entrar em contato com a simplicidade, com a cultura local.

> *Os jardineiros terminam de cortar a grama e têm que começar tudo de novo. Minha sogra gosta muito de jardim, ela cuida muito do jardim* (L.D.F, Cunha, 2004).

Esta preocupação com a estética do entorno da pousada tem a ver com o conceito de natureza que possui o neorural, uma natureza romântica. Uma visão semelhante a dos epicuristas que consideravam a natureza como um lugar aprazível e poético, um jardim, local próprio para amizades e para o prazer (RIBBECK, 1980).

O fato de o espaço rural ser o mais próximo à natureza faz com que o neorural, tanto na forma de proprietários rurais, como de turista, vá ao campo em busca desse ideário de natureza, fugindo dos problemas caóticos dos grandes centros urbanos.

Nos últimos decênios reforçam-se no espaço rural práticas ligadas ao novo imaginário rural por parte da população urbana. O território rural é idealizado com muitos valores ecológicos, simbólicos e culturais, a preservar e a conservar. Ele representa "o mito do natural, a busca de ambientes virgens, belos e puros; o culto das paisagens, a contemplar; a nostalgia de uma vida em simbiose com a natureza, regeneradora de saúde e da moral" (CAVACO, 2006: 71). Há a busca por uma comunidade simples, acolhedora, há também o entusiasmo pela reabilitação do passado, pela tradição e pela memória, pelo autêntico, pelo verdadeiro. O campo de hoje imaginado pelo habitante das cidades parece desligado das imagens negativas do campo no passado tais como a pobreza, o isolamento, o atraso. Existe uma relação muito mais idílica do que de lembranças do passado ou mesmo questionamentos atuais dos problemas do mundo rural.

Foto 6. Chalé de uma pousada, Cunha, estado de São Paulo, 2005.



Fonte: Foto da autora

8. Garantindo a Sustentabilidade Ambiental

A questão da sustentabilidade ambiental é vista muito mais pelas instituições dos municípios onde o turismo rural e campestre constitui-se numa uma atividade econômica de

relativa importância. Existe preocupação em relação a preservação da natureza, ao número de visitantes e outras questões que afetam o meio ambiente.

> *Acho que é uma coisa que tem que ser vista, e que faz parte do CONTUR* (Conselho de Turismo) *junto à prefeitura. Tentar equilibrar essa demanda, de repente começa fomentar demais* (número de turistas), *você vê com 50 pousadas uma cidade de 7 mil habitantes, já é o negócio para pensar* (Presidente da CONTUR, Santo Antonio do Pinhal, 2005).

Nas pousadas localizadas no espaço rural a paisagem e a cultura caipira são valorizadas pelas suas tradições, danças, festas, comidas típicas. Os atributos naturais como as montanhas, os vales, as cachoeiras, matas, rios, lagos e minas de água também fazem parte desse cenário. Por isso, existe grande preocupação com sua preservação, pois representam lucros para os proprietários. Há grande interesse dos pousadeiros na preservação de seu espaço. Para tanto reciclam o lixo, preocupam-se com o esgoto e com o destino das águas servidas.

O destino final do esgoto, a preocupação dele não chegar ao rio que passa na propriedade levou os proprietários, à construção de uma estação de tratamento.

> *Uma boa parte de nosso dinheiro está no chão. Nós compramos uma estação de tratamento de esgoto, já calculada para ter dez chalés. Compramos estas estações que vendem e instalamos. Toda água servida vai para ela. Depois que sai das estações passa por vários estágios de filtragem e só volta para o rio lá na outra ponta, após estar completamente limpa* (A.P.M Cunha, 2005).

O reflorestamento de áreas, onde se localizavam antigos "olhos de água" foi a atitude tomada por um engenheiro agrônomo, nas terras que herdou, uma propriedade que passou por quatro gerações.

> *Eu conhecia o terreno desde moleque e onde secou a água* (ele refere-se a antigas minas de água que secaram por causa do desmatamento). *Uma das primeiras coisas que fiz nesse local foi reflorestar. O caseiro que entrou comigo*

na época, e está comigo até hoje falou: - você está louco, a gente corta aroeira do campo, a gente vai plantar aroeira aqui? Foi feito o trabalho e só para se ter uma idéia a água desse local (as antigas minas de água voltaram com o reflorestamento) *é o ponto que abastece a queijaria, a água que lava o curral, lava tudo enfim. Tem cliente que chega aqui, pede água para beber, a gente pega e com o maior orgulho, direto da torneira, coisa mais linda. Ai ele diz: - posso tomar? Eu digo: - essa água fui eu quem fez. As minas que tenho na propriedade são todas protegidas* (F.F.P.S., Cunha, 2005).

Nota-se grande preocupação na preservação das minas de água, lagos e rios que existem nas pousadas. É também levada bem a sério pelos neorurais a questão do lixo. É feito a reciclagem do lixo e muitos têm que transportar parte dele aos depósitos existentes na sede do município.

O lixo (latas, plásticos, papéis) a gente recolhe e põe nos containeres que estão na cidade (P. H., Santo Antonio do Pinhal, 2005).

Os proprietários usam o lixo orgânico para fazer compostagem, cujo produto é utilizado para adubar as hortas, pomares e jardins.

Para adubar o jardim é usado tudo orgânico. Temos criação de coelhos e o adubo deles é muito bom (L.D.F., Cunha, 2004).

As propriedades que possuem fossas mantêm um sistema de limpeza contínuo.

Temos fossa, não tem sistema de esgoto. Quando elas enchem, o pessoal vem limpar. Você pode fechar a fossa e abrir outra assim não polui (P. H., Santo Antonio do Pinhal, 2004).

Quando a propriedade possui água que é distribuída para os sítios vizinhos também existe interesse em monitorar a qualidade do líquido realizando periodicamente exames laboratoriais.

> *A água daqui vem da mina. A água da barragem é daqui, tem um lençol que vem lá de cima e distribui para os sítios vizinhos. A gente manda examinar a água, não tem problema* (P.H., em Santo Antonio do Pinhal, 2004).

Observa-se nos municípios onde se desenvolvem atividades de turismo no espaço rural, como por exemplo, em Cunha e em Santo Antonio do Pinhal, atividades pontuais relacionadas ao manejo sustentável dos recursos, à preservação, à reciclagem, à reutilização, e ao combate ao desperdício visando à conservação dos recursos naturais. Enfim, há indícios de uma ética ambiental (SACHS, 1990). O que não é claro é um planejamento do turismo voltado à sustentabilidade (HALL, 2000). Entendendo-se como aquele onde a comunidade é envolvida. É voltado para ela o foco de interesses. O que ocorre é o inverso, o turismo, valorizando as terras rurais expulsa, desterritorializa o agricultor.

8.1. Quando a reciclagem transforma-se em obras de arte

No espaço rural de Santo Antonio do Pinhal reside há nove anos um artista que transforma sucata, galhos, madeiras usadas, pedras e outros descartes, em objetos de arte (foto 6). Para chegar nesse estágio de produção artística foram longos anos de aprendizagem, inclusive sair da cultura urbana e assimilar a cultura do campo.

> *São nove anos aqui e esses nove anos são anos de aprendizado. O mais difícil é você sair de um modelo de cidade e passar para um modelo de campo. Passamos três anos sem fazer nada, então são seis anos, ai eu comecei brincando e cheguei neste estágio atual. Nós ficamos três anos num processo de assimilação, o que nós estamos fazendo aqui? Como as coisas acontecem? Então você observa que tem um ciclo. Nestes últimos seis anos eu comecei a dar forma a este projeto de vida. O homem se ferra porque ele quer impor a natureza o seu ciclo e o seu modo. O ideal seria aproveitar o que à natureza oferece, é isso. O leão não mata 10 animais num dia, ele mata um porque não pode comer mais, o homem com essa mania de acumular, de empilhar, de juntar* (E. M., de Santo Antonio do Pinhal, 2004).

Pela observação do dia a dia, foi desenvolvendo um processo de produção orgânica de acordo com a lógica da natureza.

> *Cada semana, cada dez dias recolho o material arenoso, misturo com o orgânico, é o que dá condição à planta, olho as micro raízes (mostrando um vaso), não adianta você ter material orgânico, a planta precisa também de porosidade, você catando um pouquinho de orgânico, um pouquinho de areia, você aproveita a ação da natureza, porque existe um processo de chuva, normalmente a água vem decompondo a matéria orgânica e trazendo para a área mais baixa, não tem sentido você plantar em cima, derrubando as árvores. Planta em baixo deixa a água fluir e assim aproveitam-se todos os nutrientes, você vai fazendo um trabalho em conjunto com a natureza* (E.M., Santo Antonio do Pinhal, 2004).

Para o artesão na sua propriedade o lixo ou é reciclável ou é orgânico. *O orgânico vai para lá (depósito ao lado de um galpão) e produz a terra preta.* Utiliza muita madeira para produzir suas peças. Compra só 10% da madeira que transforma, mas mesmo assim só trabalha com madeira que tem um manejo controlado. Tem várias maneiras de coletar madeira desde o resto de marcenaria, móveis que não deram certo ou mesmo coleta no mato (de galhos caídos).

A sua produção é comprada em grande parte por mercadores de arte internacionais, como por exemplo, japoneses, que adquirem as peças em real e vendem em dólar no mercador internacional, por um valor às vezes três vezes maior do valor de compra. Para se ter uma idéia da aceitação de suas obras, o artista produz uma esteira de mesa com tipos de madeira brasileira, tem uma encomenda de cem unidades, desses utensílios para exportar para a Finlândia.

Foto 7. Produção Artesanal. Santo Antonio do Pinhal, estado de São Paulo, 2005.



Fonte: Foto da autora

O artesão recebe muitas visitas de estudantes, empresários e turistas que querem conhecer o seu trabalho.

9. Criando sociabilidades

Os neorurais, por trazerem uma bagagem de experiências anteriores, conseguem fazer uma leitura do local onde se fixam e procuram junto às comunidades soluções para seus problemas.

A AMBRASP (Associação dos Moradores e Produtores do Rodeio, Aparição, Sítio e Paraibuna) é uma entidade, de aproximadamente trinta pessoas oriundas dos bairros rurais existentes na estrada de Paraibuna, que dá acesso ao Parque Estadual da Serra do Mar- Núcleo Cunha/Indaiá, em Cunha. Nem todos são produtores, algumas pessoas só têm sítio no local, mas residem fora do município.

A AMPRASP propicia aos associados compra de produtos em grande volume permitindo baratear o custo. Entre os principais produtos está o adubo, vidro para colocar os doces, mel e outras compostas.

Outro benefício é oferecer cursos, a maioria deles gratuito a seus associados, apesar das condições de infra-estrutura física para atender aos interessados. Os cursos e as reuniões são realizados na Escola Estaduais Bairro do Sítio, localizada ao lado da igreja.

A maioria dos agricultores produz hortaliças que vendem no Ceasa de Taubaté – MERCATEL, uma vez por semana. A mercadoria é transportada por um caminhão recebido pela Prefeitura Municipal do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Uma ceramista residente no Bairro do Sítio faz parte da Associação e está muito envolvida com ela. Procura ouvir os problemas dos moradores, observa as necessidades da comunidade.

> *A maneira deles se organizarem é um pouco diferente do que a gente está acostumada de organização. Não dá para chegar lá e impor, tem que ser assim, tem que ser assado* (S.B., Cunha, 2004).

Seu papel é, em primeiro lugar, tomar ciência dos problemas da Associação, procurando depois discutir possíveis soluções, nunca impondo nada, transmitir alguma novidade, para eles poderem assimilar, transformar de acordo com a maneira deles, e daí colocar em prática ou não.

Graças a seu incentivo, uma cozinheira realizou a abertura de um restaurante rural e também as mulheres do Bairro do Sítio abriram uma barraquinha à beira da estrada que vai até o Parque Estadual da Serra do Mar. Dentro da barraca tem um fogão onde elas preparam doces da época, fazem pastéis, cochinha, quentão, pratos com pinhão, etc. Vendem também bordados e artesanato.

> *As mulheres estão empolgadíssimas com a barraca, pois pela primeira vez tem alguma coisa delas, que elas estão tocando, e ganhando um dinheirinho* (S.B., Cunha, 2005).

A abertura do restaurante aconteceu graças à sugestão da ceramista.e a inauguração ocorreu há quatro anos.

Foi ela quem (está se referindo à ceramista) *me convidou para montar o restaurante. Falei:- mas vender a comida para quem? – Você vai vender a comida para quem eu mandar aqui, você abre o restaurante e eu garanto a freguesia. Ela ajudou em tudo* (R.F.L., 2004).

Trabalha hoje no restaurante a proprietária e uma filha. Na época de temporada, ou no carnaval, precisa contratar uma pessoa para lavar louça. Para conseguir realizar todo serviço nestes períodos tem que levantar cedo, preparar tudo antes, e também usar dois fogões para cozinhar a comida.

10. O aparato institucional

Existem nos municípios, associações, comissões e outros tipos de organizações tanto de iniciativa privada, como pública com objetivo de congregar pessoas da entidade civil, sem fins lucrativos interessadas na defesa de interesses comuns.

Uma iniciativa estritamente particular é Associação dos Proprietários de Hotéis, Pousadas, Restaurantes, Bares e Similares e dos Artesãos de Cunha (CUNHATUR). Apesar de existir oficialmente desde 1996, surgiu três anos antes, quando estava terminando o projeto desenvolvido com o apoio do SEBRAE denominado "Conselho de Desenvolvimento do Município". Três habitantes do município ligados ao setor do turismo resolveram criar a entidade, já que o turismo estava sendo incrementado no município.

O objetivo da CUNHATUR no momento de sua criação foi de implementar o turismo no município, divulgar a cidade, preservar a cultura do povo, das tradições, organizar festas e eventos. Atualmente ela agrega 40 associados, que contribuem com um taxa mensal de R$ 55,00 (contribuição cobrada durante o ano de 2005). Não recebem ajuda de nenhum órgão público e a entidade não tem fins lucrativos.

No site da CUNHATUR aparece a missão da associação como sendo de:

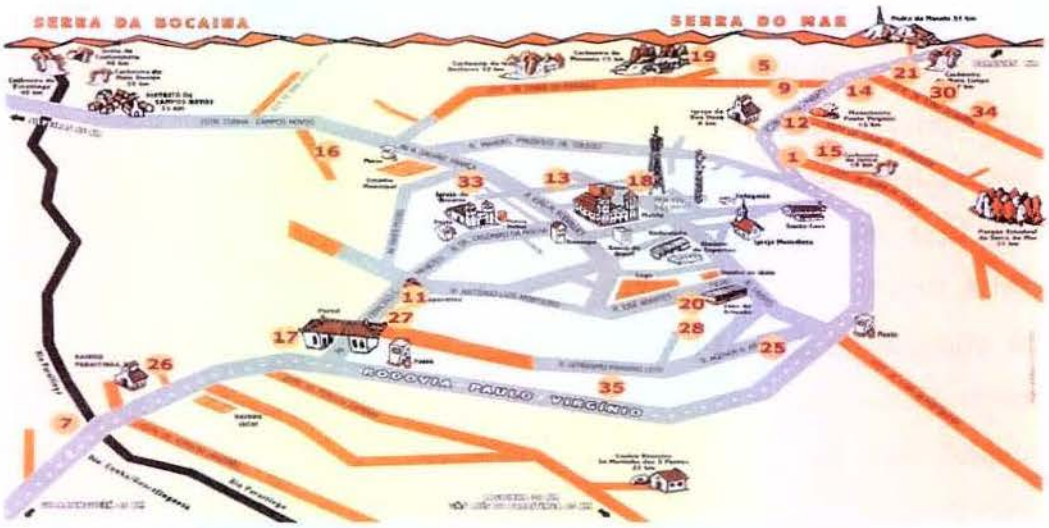
Participar do desenvolvimento turístico da cidade de forma profissional e consciente buscando conhecer as necessidades dos nossos turistas.

.Unir esforços, agregando valores, talentos e competência nos diversos setores relacionados ao turismo de forma transparente e coletiva.

.Valorizar e respeitar o povo, a tradição e a cultura de Cunha, preservando seus recursos naturais e promovendo o bem-estar da população local e flutuante (www.cunhatur.com.br , consulta em 15.12.2006).

No referido site encontra-se um mapa do município localizando os empreendimentos de seus associados com números, logo abaixo uma legenda com especificações das propriedades (endereço, e-mail, site, características da hospedagem).

Figura 11. Localização das hospedagens em Cunha, estado de São Paulo, 2006.



Fonte: www.cunhatur.com.br

A entidade está instalada hoje em uma sala, bem no centro da cidade, ao lado da Igreja Matriz. Nela existe um centro de informações de todos os seus associados aos turistas. Encontram-se folhetos de divulgação de hotéis, restaurantes, atelier de cerâmicas, etc. Segundo informações do responsável pela instituição, num final de semana de temporada recebem visita cerca de 300 turistas (segundo registro de assinaturas de um livro existente no local) em busca de informações.

A CUNHATUR trabalha com parceiros, como por exemplo, o SEBRAE, cuja parceria foi para realização de vários cursos de pequena duração tais como garçom, camareira, guia de turismo. Este órgão também contribuiu para que o município participasse do "Revelando São Paulo". Trata-se de um programa que já existe há nove anos e tem por objetivo mostrar a cultura

tradicional de S. Paulo. É coordenado pelo Departamento de Atividades Regionais da Cultura da Secretaria de Estado da Cultura. Reúnem-se no Parque da Água Branca em São Paulo, a partir da segunda semana de setembro, durante nove dias. Cada unidade administrativa instala-se num estande onde apresenta seu artesanato e culinária tradicional. Como programa permanente, o Revelando São Paulo tem atingido ainda os seguintes objetivos: intercâmbio entre os grupos rituais/ tradicionais do Estado; divulgação do calendário de festas tradicionais de São Paulo e peculiaridades das culturas regionais revelando possibilidades turísticas; estímulo à pesquisa e à divulgação de nossas manifestações populares (www.brazilsite.com.br/abacai/eventos/revelando, 2006).

A CUNHATUR também gesta projetos como, por exemplo, o "Festival de Inverno" realizado no mês de julho de 2005. Administrou também o "Primeiro Festival de Cerâmica" (2005), que ocorreu no município.

Nos dois municípios (Cunha e Santo Antonio do Pinhal) as respectivas Secretarias de Turismo promovem a divulgação das atrações turísticas por meio de cartazes, fotos e também distribuição de folderes para divulgação dos hotéis, pousadas, restaurantes, lojas de artesanato, etc. em locais específicos. A prestação de tal serviço em Santo Antonio do Pinhal é em um quiosque na entrada da cidade. Em Cunha se encontra no piso inferior da Secretaria do Turismo, localizada no Centro da cidade, ao lado da igreja matriz onde existe também exposição permanente de peças criadas pelos ceramistas locais.

As estâncias turísticas recebem verbas para o desenvolvimento de sua infra-estrutura do DADE (Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias), que é vinculado à Secretaria de Turismo. Este setor atua como elo entre os municípios e o Estado. Segundo, um ex-secretário de turismo as verbas já vêm pré-destinadas para determinada construção. Muitas vezes não é prioridade para o município. Seria importante se elas pudessem ser usadas para o que o município achasse mais importante no momento, por exemplo, deveria ser para o esgoto, se não for investido nesse setor, o município pode perder o selo de instância turística.

Nos municípios de Cunha e Santo Antonio do Pinhal foi constituído o Conselho de Turismo (CONTUR), e associações de proprietários de pousadas. Pelo fato de terem em seus territórios áreas de proteção ambiental, são constituídas também ONGs.

O Conselho Municipal de Turismo (CONTUR) foi criado em Santo Antonio do Pinhal pela Lei nº. 773, de 18 de dezembro de 1998 e alterada pela Lei nº. 773, de 18 de novembro de

1998, alterada pela Lei 841, de 15 de agosto de 2001. Pela Lei nº. 948, de 10 de novembro de 2005, passam a ser identificado pela sigla – CONTUR. Seu objetivo é numa conjugação entre o Poder Público e a Sociedade Civil, assessorar nas questões pertinentes ao desenvolvimento turístico no município. Tem um caráter consultivo e deliberativo. São doze membros titulares sendo 1/3 do Poder Público e 2/3 da iniciativa privada.

O CONTUR na época de sua criação era somente um órgão consultivo. Acabou se desfazendo porque não tinha peso nenhum nas decisões do município. Em princípio era constituído por 10 pessoas, cinco membros da Prefeitura e cinco da iniciativa privada. As instituições representantes de classe indicavam um nome para representá-las. A partir daí, o Prefeito Municipal fazia o convite oficial para elas participarem. Após a constituição do Conselho era feito entre os membros. Em 2001, houve uma alteração e a instituição passou a ser consultiva e deliberativa. Outra alteração que ocorreu é de que um membro do legislativo passou a fazer parte. Desta forma o conselho passou a ser constituído por representantes do poder Legislativo, Executivo e iniciativa privada.

Uma das missões do CONTUR era estudar as necessidades turísticas do município para solicitar verba ao DADE. Havia um levantamento, junto com o Secretário do Turismo, para definir as prioridades para o desenvolvimento do turismo. Com os dados, o Departamento de Engenharia da Prefeitura elaborava o projeto para ser encaminhado. Na última gestão, o Prefeito recebeu a verba, direcionou para outro projeto, que não tinha nada a ver com o que a CONTUR tinha sugerido. Muitos representantes do poder executivo não deixam que o Conselho sugira, fazem o que querem fazer com a verba. Assim, muitas vezes o Conselho se dissolve, pois seus componentes não vêm motivos para sua existência.

Em Cunha o Conselho de Turismo foi criado pela Lei 1102 de 22 de junho de 2006. Constam dele um membro representando: a Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente; a Coordenação Municipal da Juventude, Esporte e Lazer; o Conselho Municipal de Cultura; a Coordenadoria Municipal de Educação; o Distrito de Campos de Cunha; a CUNHATUR; o Comércio; o Sindicato Rural; as Associações de Bairro; o Museu Municipal; a Associação de Artes e Artesanato de Cunha. Pela origem da representação percebe-se muito pouco a participação de pessoas ligadas ao setor de turismo e bairros rurais.

Analisando o Conselho de Turismo, em Conde, na Bahia, RODRIGUES (2006), indica que pela maneira como foi conduzido o processo de criação e pelos resultados obtidos, houve

manipulação do processo desde a sua origem até a escolha dos seus membros. Desta maneira, a proposta do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), ao menos nesta localidade, parece perder o caráter participativo porque o movimento não se deu de baixo para cima. Ao contrário, a proposta parece ser autoritária e paternalista, pois partiu dos agentes externos à sociedade local. Assim, o Conselho Municipal do Turismo de Conde não deve ser considerado um fórum de gestão democrática para o desenvolvimento local. O Conselho Municipal de Turismo na cidade de Conde, em vez de contribuir para tornar um fórum de gestão participativa e democrática do turismo tendo em vista a construção do desenvolvimento local, se tornou apenas uma medida burocrática do PNMT, "monopolizada e manipulada pelo poder político local, onde as organizações sociais, legítimas e ilegítimas, como no caso em questão, se tornaram reféns das determinações do Prefeito. Ou como dizem os conselheiros, *só existe para constar*" (RODRIGUES, 2006: 13).

11. No novo rural a atividade agropecuária não é mais a principal fonte de renda

Apesar de o turismo ser a atividade econômica principal das pousadas, algumas propriedades têm uma pequena produção agrícola ou pecuária, voltadas principalmente ao consumo interno.

As atividades nestas propriedades têm outros objetivos, o que antes eram sítios produtivos agrícolas hoje a agricultura praticada é apenas complemento a atividade principal: o turismo. No caso da pousada Dona Felicidade o proprietário cria alguns bovinos, galinhas, gansos, patos e codornas. Toda produção é consumida na propriedade entre os familiares e hóspedes. Há uma divisão de trabalho dentro da unidade: o proprietário é responsável pela criação dos animais e aves e sua mulher pela horta e jardins.

Na Pousada da Mata há também uma pequena horta para consumo próprio, existe uma proposta para se iniciar a criação de *shitake*, cogumelo cuja criação está indo muito bem na região. A opção pela produção de *shitake* é em função do seu cultivo ser limpo e não poluente. Já tentaram a produção de mel, mas para a apicultura depende de pessoas especializadas.

Na pousada Terra Viva tem uma criação de galinhas, com pouco mais de cem cabeças, cuja produção é usada para consumo na propriedade. Quando a produção de ovos caipira é muito

grande ele é trocado por outros produtos no varejão. Além da criação de galinhas existe também uma criação de patos. Há também uma pequena horta para consumo da pousada.

Já na Pousada dos Girassóis estão plantados seiscentos pés de frutas, entre eles caqui, poncã, jabuticaba, laranja, castanha portuguesa, kiwi. O proprietário recebe orientação tanto para plantio, como para adubação e poda da Casa da Agricultura. A maior parte da produção é usada para consumo interno na pousada ou como matéria-prima para a produção de "doces caseiros", geléias, tempero, molho de pimenta, licores. A produção de laranja é quase toda consumida na pousada, mas a de poncã e de outras frutas que sobram são comercializadas tanto em Cunha como em Paraty. Há também criação de aves, com destaque para as galinhas, gansos, marrecos, patos, perus, cujo objetivo é mais para os hóspedes conhecerem.

12. As preocupações dos pousadeiros e a busca de soluções.

Um dos problemas enfrentados pelos pousadeiros é a sazonal idade do turismo na baixa temporada. Nela, o número de turistas é muito pequeno e, em grande parte do período há ausência deles.

No caso de Cunha, por ser uma região de montanha o pico do turismo ocorre no inverno, nos meses de junho, julho, mês no qual acontece o "Festival de Inverno". Durante as férias de verão a maior procura ocorre entre a passagem do ano e o carnaval. Para tentar sanar tal situação um grupo de proprietários de cinco pousadas resolveu programar eventos periódicos. Durante o segundo semestre de 2005, graças a essa iniciativa aconteceram a Festa Junina no mês de junho. Em agosto outro evento foi programado para comemoração do mês do Folclore. Dentre as atividades previstas houve a apresentação de uma Congada, com mais de sessenta participantes. A programação para o mês de setembro é a Festa da Primavera na Serra. Para participar dessas comemorações, os hóspedes entram na sexta à noite e permanecem até domingo às 16 horas. Cada pousada oferece um entretenimento bem variado, uma trilha, um banho de cachoeira ou um passeio a cavalo, independente da programação coletiva.

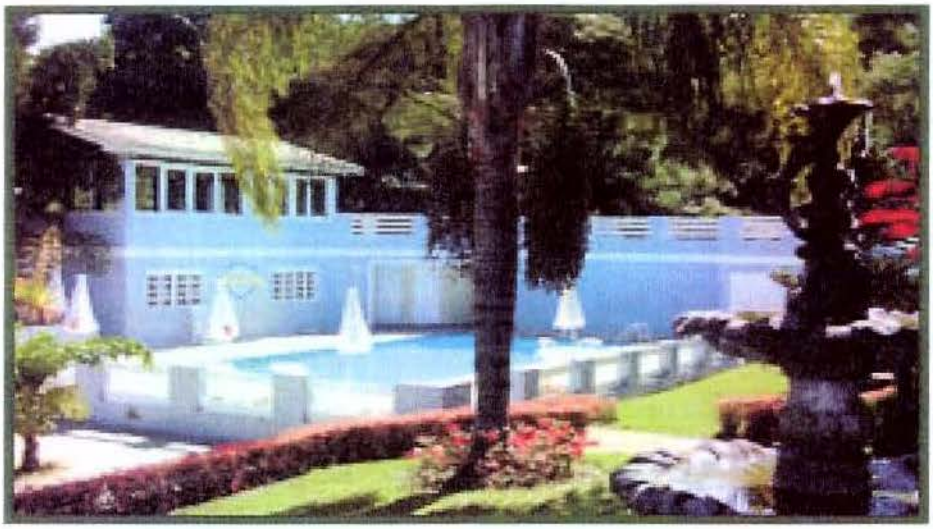
Faz parte da programação a visita a uma propriedade que fabrica produtos derivados de leite de búfala que abre para visitação e degustação de seus produtos. O hóspede tem dois dias com muito entretenimento, que é culminado com um jantar no sábado à noite, com música ao vivo. Geralmente estes eventos ocorrem uma vez por mês e têm dado um resultado satisfatório.

Não há muita variação no preço das diárias, que oscilam na baixa temporada entre R$ 100,00 a R$ 130,00 reais para o casal. Na alta temporada de julho de 2005 as diárias nos finais de semana são mais caras. O pacote consta de duas diárias tendo direito a um jantar no sábado à noite. O turista chega na sexta-feira à noite e sai no domingo. Apesar disso, mesmo com o aumento as diárias não ultrapassam os R$ 150,00.

É outra preocupação dos pousadeiros o entretenimento dos hóspedes. Por isso, a maior parte das pousadas tem piscina. Na pousada Terra Viva, além da piscina, foi definida na área florestada da propriedade, uma trilha cujo percurso leva aproximadamente vinte minutos. O caminho é todo sinalizado. Todo hóspede recebe um mapa antes de iniciar sua caminhada. Além da piscina, foi construído nessa pousada um campinho de futebol, um salão de jogos e uma sala para jogar cartas, na qual se pode além de conversar tomar um drinque. Na pousada da Mata além da piscina há no salão de refeições uma pequena biblioteca para os hóspedes. Localizada próxima a duas grandes cachoeiras a do Cedro e a Pimenta, a pousada dos Girassóis possui cavalos para passeio, piscina, quadra poli esportiva e está em construção um lago para pesca. O objetivo deste novo empreendimento é a pesca como lazer. Para as crianças, o entretenimento são os pedalinhos. Os proprietários da pousada Dona Felicidade têm planos para a construção de uma piscina, mas já existe na propriedade um lago para pesca só para os turistas que se hospedam no sítio. Atentos a necessidade de a pousada oferecer entretenimento para os hóspedes existe planos para a construção de um salão de jogos com lareira, um canto para leitura e um *home theater* para quem quiser ver filme à noite.

A mesma preocupação é dos proprietários de Santo Antonio do Pinhal. Na pousada Highland, por exemplo, na área comum para os hóspedes (foto 8) há uma piscina com bar suporte, complexo de banheiros, ducha e sauna úmida, mesa de *ping-pong*. Fora isso tem um lago para pesca esportiva e uma trilha na mata com durabilidade de mais ou menos 50 minutos.

Foto 8. Área de lazer, pousada em Santo Antonio do Pinhal, estado de São Paulo, 2006.



Fonte: www.pousadahighland.com.br

Foto 9. Área de lazer, pousada em Cunha, estado de São Paulo, 2005.



Fonte: Foto da autora, 2005

Outro problema enfrentado é em relação às reservas para hospedagem. Para que o proprietário não perca, caso a reserva não seja concretizada, é solicitado um depósito anterior. As reservas são feitas geralmente na propriedade, ou por via e-mail, ou ainda por telefone. Para os proprietários de pousadas mais antigas, antes da existência da Internet, as reservas eram feitas

por correspondência e segundo um proprietário era muito mais difícil; em algumas pousadas as estadias podem ser agendadas em São Paulo.

Para divulgação das pousadas, um pousadeiro considera ainda melhor na imprensa escrita. Por exemplo, a revista "Quatro Rodas", apesar de existir outras específicas de turismo. Ela é considerada a mais forte no mercado. Os proprietários acreditam que o hóspede é também um grande divulgador. A Internet é apontada pela maioria dos proprietários, como a melhor maneira de divulgar sua pousada atualmente. Dada a essa importância, todas as pousadas visitadas possuem um site na Internet.

13. A questão da mão-de-obra no turismo rural

O turismo é apontado como uma atividade que demanda muita mão-de-obra. Na área pesquisada existe necessidade de empregados permanentes e de empregos temporários na alta temporada. Na pousada Dona Felicidade, por exemplo, não há empregados fixos, mas na temporada às vezes são necessário quatro ou cinco funcionários. Já na Pousada da Mata foram contratados um casal como empregados fixos e é necessário o reforço de uma funcionária temporária, quando o movimento aumenta. Um estudante do curso técnico em turismo e um caseiro são os funcionários fixos na Pousada Terra Viva. Quando o trabalho aumenta são contratados um ou dois funcionários cuja remuneração é de diarista. O proprietário da Pousada dos Girassóis possui também um caseiro e contrata mão-de-obra temporária quando necessária.

Geralmente na alta temporada há um reforço muito grande da família no trabalho, dos funcionários fixos contratados para a temporada em caráter emergencial, recebendo proventos como diaristas.

Tabela 27. Emprego de mão-de-obra nas pousadas, Cunha e Santo Antonio do Pinhal, estado de São Paulo, 2004 e 2005.

Nome da pousada	N°. de chalés/aptos.	Município	N° de empregos permanentes	N° de empregos temporada
Dona Felicidade	04 chalés e 2 suítes	Cunha	Não tem	4 ou 5 *
Da Mata	04 apartamentos	Cunha	02	1
Terra Viva	06 chalés	Cunha	02	1ou 2*
Girassol	06 chalés	Cunha	02	1 ou 2
Highland	07 chalés	Santo Antonio do Pinhal	02	04
Lieu	08 chalés	Santo Antonio do Pinhal	02	Nenhum**
Hortênsias	16 chalés	Santo Antonio do Pinhal	04	Nenhum**
Oca Rural	07 chalés	Santo Antonio do Pinhal	-	01
Vale do Piemonte	04 chalés	Santo Antonio do Pinhal	01	01

* Depende das necessidades; ** Reforço da família.
Fonte: Dados da pesquisa

Desta maneira, a procura por mão-de-obra extra nas pousadas é maior durante a temporada, porém os empregos são temporários. Grande parte dela é realizada pelos familiares, que se revezam no trabalho excedente. O mesmo ocorre em Louveira, durante o "Colhe-Pague". A tradição existente nos descendentes de italianos contribui para isso. Porém, o número de empregos fixos nessas pousadas é maior do que os contratados durante a temporada e não é nada representativo comparado com outros setores de serviços.

Não existe nenhuma especialização dos proprietários das pousadas em turismo. A experiência que têm em viagens é transferida para reserva de hospedagem, para recepção dos hóspedes, administração da propriedade, da cozinha, etc.

Considerações Finais

As primeiras reflexões que deram origem a este trabalho partiram da importância do agroturismo em termos de sua contribuição ao aumento da renda, à geração de empregos e à fixação da população no campo, em especial os agricultores familiares. Também fazia parte dessas reflexões o desenvolvimento de práticas voltadas à apreciação da paisagem e à preservação ambiental, como resultantes das atividades do agroturismo. Foi a partir daí que se definiram os objetivos deste trabalho e a escolha das áreas de estudo que foram baseados em critérios tais como: possuir atividades turísticas no meio rural e ter a presença marcante de agricultores familiares. Os municípios estudados foram o de Cunha, Santo Antonio do Pinhal e Louveira, todos localizados no estado de São Paulo.

O turismo é uma atividade que ganha cada vez mais espaço no meio rural, sendo indicado para áreas carentes onde predominam agricultores familiares descapitalizados. Dentro desta perspectiva, os municípios de Cunha e de Santo Antonio do Pinhal são apontados pela análise dos indicadores do Índice Paulista de Responsabilidade Social (riqueza, longevidade e escolaridade), elaborados pelo SEADE, como municípios que apresentam os índices mais baixos do estado de São Paulo. No município de Louveira, apesar dos indicadores apresentarem uma situação melhor, a valorização das terras, o avanço dos condomínios de primeira ou de segunda residência, a descapitalização dos agricultores requer medidas que visem a complementar a renda dos agricultores familiares, que predominam no município, para que possam permanecer no espaço rural.

Nos municípios de Cunha e de Santo Antonio do Pinhal, a presença de reservas naturais, belas paisagens, aliadas às tradições rurais, constituem-se em atrativos para o desenvolvimento do turismo no espaço rural. As danças, o folclore, as tradições rurais presentes em Cunha em função de o município permanecer muito tempo isolado, a tradição da cerâmica, são motivos de busca por aqueles que procuram sair do estresse das grandes cidades. Em Santo Antonio do Pinhal, graças "às sobras" do turismo de Campos de Jordão, existe hoje uma tentativa de firmar o turismo no espaço rural. A imigração italiana em Louveira deixou marcas na cultura do município, como a gastronomia, a produção de vinhos, geléias, doces artesanais, a alegria, o sotaque diferente, que são características responsáveis pelo incremento do turismo rural no município.

Tanto em Cunha, como em Santo Antonio do Pinhal, há predominância de pousadas rurais no espaço rural em relação às existentes no espaço urbano. A participação dos agricultores familiares nessa atividade é praticamente nula nos dois municípios. Os proprietários das pousadas são neo-rurais, citadinos que buscam os municípios, atraídos pelo seu potencial turístico, onde as terras são relativamente baratas (comparadas com a de outros lugares onde existem atividades turísticas), e com um pequeno capital adquirido na aposentadoria, venda de propriedade, herança, indenizações trabalhistas ou adquiridos antes, para segunda residência dão início ao sonho de possuir uma pousada no espaço rural. Alguns pousadeiros já tinham a propriedade há muitos anos, a qual era também utilizada como segunda residência. Desta forma, tentam garantir renda ou complementação de renda no momento da aposentadoria, para viver com tranqüilidade, cercados de um clima bom, sem poluição, com pouca violência e dedicando-se a um trabalho considerado prazeroso.

Os neo-rurais enfrentam dificuldades para permanecerem na atividade. Em primeiro lugar, o pico da temporada são os meses de inverno; nos outros meses a procura é pequena. Na temporada de verão, o índice de chuvas é muito alto e prejudica as estradas rurais, dificultando sua manutenção em um relevo montanhoso. No caso de Cunha, a cidade não oferece atrações noturnas. Em função disso, as pousadas têm que oferecer atrativos para seus hóspedes, o que envolve o investimento de mais capital, nem sempre dando o retorno esperado.

Além disso, falta divulgação, falta de uma programação turística, por parte do poder público municipal, como é o caso de Santo Antonio do Pinhal.

Nem em Cunha, nem em Santo Antonio do Pinhal, o turismo que se desenvolveu foi fruto de soluções para complementação de renda dos agricultores familiares. Muito pelo contrário; nesses municípios, com a intensificação da atividade turística, houve valorização das terras e isso contribuiu para que o agricultor descontente tivesse oportunidade de vender sua terra, "ganhar um bom dinheiro" e mudar-se para a cidade ou, em muitos casos, voltar a ser um trabalhador assalariado para o novo proprietário. Nesse sentido, o turismo rural de nada ajudou essa classe de trabalhadores, mas sim contribuiu para aumentar o êxodo rural. Também a criação de novos empregos é estritamente limitada sendo contratados um ou dois trabalhadores fixos. Apenas na época da temporada, há uma pequena alteração na média de empregos. Como na propriedade o turismo não ocorre ao lado de outras atividades tradicionais da agropecuária, não

deve ser considerado também como agroturismo, mas sim uma modalidade de turismo campestre.

No município de Louveira, há um projeto desenvolvido pela Prefeitura Municipal denominado "Agroturismo Sustentável". Surge como proposta para agregar valor aos fruticultores, cada ano mais descapitalizados para que possam permanecer no campo diante da expansão imobiliária e conseqüente valorização das terras agrícolas.

O agroturismo é visto pelos agricultores familiares de Louveira como complementação de renda. A experiência dos três anos de sua existência demonstrou que isso pode ocorrer. A grande crítica a esta atividade, por parte dos agricultores, é a sua descontinuidade, ela só ocorre na época da Festa da Uva. Assim, fica difícil fazer investimentos para melhorar a infra-estrutura das propriedades, apesar da maioria achar que ela é necessária. Propõem-se também sua continuidade ao longo do ano com a realização do "Colhe e Pague" na época de outras frutas juntamente com a venda de vinho, cachaça e outros "produtos caseiros".

Para que a atividade do agroturismo seja constante, acreditam ser fundamental a participação do poder público. Percebe-se grande sensibilização dos órgãos governamentais, tanto em nível estadual como municipal em propor alternativas aos agricultores, visando a melhorar sua renda. Porém, há pouco envolvimento dos agricultores nas propostas o que leva ao pouco interesse, ou seja, as propostas vêm de cima para baixo, sem uma discussão mais apurada com os atores sociais envolvidos.

Além do incremento da renda a atividade, leva a criação de alguns empregos principalmente por tempo determinado. Quando as visitas dos compradores são constantes, como no caso da propriedade que fabrica a cachaça, os funcionários são contratados em caráter permanente. Conhecedores de sua sazonalidade grande parte dos agricultores procuram usar todo seu potencial familiar para ajudar nos dias da Festa.

A participação nestas novas atividades vem permitindo o resgate e a discussão de lembranças de uma herança cultural de grande parte de seus habitantes, graças à valorização dada a ela pelos turistas. Apesar de o passeio rural estar restrito ao período das festas, a construção de pousadas para alojamento em algumas propriedades poderá levar Louveira a se constituir num pólo pioneiro para o desenvolvimento do agroturismo dentre os municípios componentes do "Circuito das Frutas", dada as condições humanas, econômicas, ecológicas presentes e, principalmente, devido à determinação do Poder Público Municipal.

O Projeto "Agroturismo Sustentável" desenvolvido pela prefeitura municipal de Louveira, apesar de voltado para agricultores familiares, com objetivos específicos, da maneira como vem sendo realizado, somente com passeios rurais de curta duração, não é agroturismo, se levarmos em consideração determinações da OMT de que para ser considerada uma atividade de turismo, tem que haver pelo menos um pernoite.

Ao se analisar os conceitos sobre turismo rural e agroturismo, entre os vários estudiosos do tema, encontrou-se uma quantidade imensa desses conceitos, cada qual com suas explicações, mas com elementos bastante contraditórios. Neste trabalho, fez-se um esforço de sistematização das diferentes correntes conceituais do turismo no espaço rural. Dividiu-se em duas categorias: o turismo rural e o turismo campestre. No turismo rural encontram-se unidades que convivem com atividades agropecuárias nas propriedades como o agroturismo, o ecoturismo, o turismo de aventura e o turismo cultural. Na categoria turismo campestre estariam os condomínios rurais, a segunda residência, as chácaras de recreio, fazenda-hotéis, resorts, campings etc. Trata-se de unidades turísticas no meio rural, mas que não desenvolvem com destaque atividades agropecuárias.

Para que o turismo seja planejado de modo sustentável e contribua com o desenvolvimento local, o projeto deve ser elaborado com a participação efetiva da comunidade de agricultores familiares interessados, juntamente com o poder público municipal, e assim cumprir seu papel de gerar empregos, complementar a renda e fixar a população no campo.

Na verdade, a busca neste trabalho pela condição e valorização do turismo no espaço rural enquanto um fator de fixação do homem no campo, por meio do aumento de renda e emprego, não se concretizou, à exceção do que se pôde analisar em Louveira.

Ao invés disso, o que se detectou foi o fato de agricultores tradicionais dando lugar a atividades turísticas com o estabelecimento de pousadas no espaço rural por uma população originária de outros centros urbanos que buscam atividades alternativas e o sossego do campo. Trata-se de uma nova categoria denominada de neo-rurais, a exemplo do que vem ocorrendo em países da Europa Ocidental.

Bibliografia

AB'SABBER, Aziz N. A Serra do Mar e a Mata Atlântica. In: **Boletim Paulista de Geografia**, p. 60-69, São Paulo, 1950. ALMEIDA, J. A. Turismo Rural: Uma estratégia de Desenvolvimento de Serviços. In: Anais Congresso Brasileiro de Turismo Rural. Piracicaba: FEALQ, p. 83 – 112, 1999.

ALMEIDA, J. A. J. . Turismo rural: uma estratégia de desenvolvimento via serviços. In: Congresso Brasileiro de Turismo Rural, 1999. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Turismo Rural**. Piracicaba:1999. p. 83-97.

ALVES, H. F. I. Das Noções de Ruralidade às Definições de Turismo Rural. In: **Anais do 4º Congresso Brasileiro de Turismo Rural**. Cássio G. De Souza Oliveira e José Carlos de Moura (editores). Piracicaba: FEALQ, 2003, p 203-209.

ALVIN, Z. M. F. **Brava gente! Os italianos em São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ANDRADE, J. V. de. **Turismo, Fundamentos e Dimensões**. São Paulo: Ática, 1995.

ARISTÓTELES. **Tópicos**, dos argumentos sofísticos, São Paulo:Abril Cultural, 1978.

ASSOCIAÇÃO DOS POUSADEIROS DE SANTO ANTONIO DO PINHAL - APOSAP – www.aposap.com.br. Consulta em 30.05.06.

Associação dos proprietários de Hotéis, Pousadas, Restaurantes, Bares, Similares e dos Artesãos de Cunha. <www.cunhatur.com.br>, 31/03/2003.

ASOCIACIÓN DE AGROTURISMO Y CASAS RURALES DEL PAÍS VASCO: <http:www.nekatur.net>, 28.04.2003.

ASSMANN, H. **Novas Metáforas para Reencatar a Educação**. São Paulo: UNIMEP, 1996.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2005. Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD). www.undp.org.br, consulta em 15 de março de 2006.

ATLAS DOS MUNICÍPIOS DA MATA ATLÂNTICA, In: S.O.S. Mata Atlântica. http.www.sosmataatlantica.org.br Consulta em 14/10/2006.

Avaliação dos Impactos Ambientais. Resolução 0001/86, de 23.01.1986 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, www.mma.gov.br/conama, consulta em 15/04/2005.

BASALDI, O. V. **Características do emprego rural no Estado de São Paulo nos anos 90**. 2000. 128 p. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BASTIDE, R. Introdução a dois estudos sobre a técnica da história de vida. In: **Sociologia**. São Paulo: vol. XV n° 1, março, 1953. p. 155-160.

BATOUXAS, M. Turismo Ambiente e Desenvolvimento Regional. In: 1° Congresso de Estudos Rurais. Vila Real, Portugal: 16 a 18/09/2001. http://home.utad.pt. Consulta em 29.08.2004.
BAUDRILHARD, J. Critica de la economia política del signo. Tradução A. G. del Camino. Méxio: DF. Siglo Veintiuno, 1991.

BENI, M. Política e estratégia de desenvolvimento regional – planejamento integrado e sustentável do turismo. In: **Turismo.** São Paulo: Atlas, 2000. p.165-170.

_____, M. Como Certificar o Turismo Sustentável. In: **Revista Espaço Acadêmico**, n°. 37, junho de 2004 . www.espaçoacademico.com.br. Consulta em 18.02.2005.

BEZERRA, M. M. O. **Turismo e Financiamento: o caso brasileiro à luz das experiências internacionais**. Tese de doutorado. Instituto de Economia, UNICAMP. Campinas: 2002.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução dos originais mediante a versão dos Monges de Maredsous (Bélgica) pelo Centro Bíblico Católico. 91ª Edição. Revista por Frei João José Pedreira de Castro. São Paulo: Editora Ave Maria: 1994.

BITTENCOURT, G. A. **Abrindo a caixa preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil**: Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia. Campinas: Unicamp: 2003.

BLOS, Wladimir. O turismo rural na transição para outro modelo de desenvolvimento rural. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário (orgs). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, p.199-222, 2000.

BOMFIM, A. B. de O. Agroturismo, desenvolvimento e emprego em Santa Catarina. In: X World Congress of Rural Sociology, **Anais...** XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2000, Rio de Janeiro.

BLOS, W. O turismo rural na transição para outro modelo de desenvolvimento rural. In: Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento. ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (orgs.). Bauru, São Paulo: EDUSC, 2000.

BRANDENBURG, A. Movimento Agroecológico, trajetória e perspectivas. In www.anppas.org.br. Consulta em 15/12.2006.

CALS, J.; CAPELLÀ, J.; VAQUÉ, E. **El turismo en el desarrollo rural de España**. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentacion, 1995, 122 p.

CAMÕES, L. Os Lusíadas. In: **Coleção de Clássicos Sá da Costa**. Vol. 4. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1947.

CAMPANHOLA, Clayton, SILVA, José Graziano. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário (orgs). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru:EDUSC, p. 145-179, 2000.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. **Panorama do Turismo no espaço rural brasileiro**: nova oportunidade para o pequeno agricultor. Unicamp: 1999. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>, 20 de maio de 2001.

_____O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDD, M. **Turismo Rural**. EDUSC, 2000 p.145-179.

_____ **Política de Desenvolvimento e o Novo Rural**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ, 1999.

CAPRA, F.. **O ponto de mutação**, São Paulo: Cultrix, tradução Álvaro Cabral, 1993.

CARDOSO, A. M. F. Turismo, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em Áreas Rurais. In: **Observatorio Medioambiental**. Vol. 5. Madri: 2002, 21-45.

CARNEIRO, M. J. Ruralidades: Novas Identidades em Construção. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: Volume n° 11, outubro 1998, p. 53-75.

CARNEIRO, Maria José. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L.F C; BRUNO, R; MOREIRA, R J (orgs). **Mundo rural e tempo presente**, Rio de Janeiro, p.323-344, 1999.

_____ Ruralidade e agricultura familiar no contexto da sustentabilidade: novas identidades em construção. **Relatório de pesquisa**. CNPq, 2001.

CAVACO, C. O mundo rural português: desafios e futuros? In: RODRIGUES, A. B. **Turismo Rural**. São Paulo: Editora Contexto, 2001 p.15-68.

_____ Território e Turismo no Brasil: uma Introdução. **Estudos para o Planejamento Regional e Urbano**. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, 2001.

CAVACO, C. Regionalização do Turismo em Áreas Rurais a Partir da Oferta. In: ALMEIDA, J. A.; SOUZA, M. **Turismo Rural: Patrimônio, Cultura e Legislação**. Santa Maria, Rio Grande do Sul: Editora Facos UFSM, 2006, p. 63-104.

CAZELLA, A. A. & ROUX, b. Agribusiness em questão: a emergência da agricultura multifuncional. In: **Estudos, Sociedade e Agricultura** p. 46 a 66, n° 13, Outubro 1999. Rio: CPDA.

CHAPIOM, A.G. **Chasing Demographic Regime and Evolving Polycentric Urban Regions**: Consequences for the Size, Compositions and distribution of City Population. London: Urban Studies. V. 38, n°. 4, p. 657-677, 2001.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Sociais**. 5ªed. São Paulo: Cortez, 2001.

CICERO, M. T. **Da República**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980 (Coleção Grandes Pensadores).

COLLINGWOOD, Robin George. **Ciência e filosofia**, Lisboa: Editora Presenca, 1976.

COSTA, J. P. O. Áreas de Proteção Ambiental – APAS. In: www.mre.gov.br/CDBRASIL/ITAMARAY. Consulta em 31.05.2005.

CRISTÓVÃO, A. Mundo rural: entre as representações (dos urbanos) e os benefícios reais (para os rurais). In: RIEDL, M., ALMEIDA J.A, VIANA, A. L.(orgs.) **Turismo Rural**: Tendências e Sustentabilidade. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

CUNHA, M W. V. O povoamento do município de Cunha. In: **Anais IX Congresso Brasileiro de Geografia**. v III: 649-49. 1944.

CUNHA TURISMO (CUNHATUR). In: www.cunhatur.com.br. Consulta em 15.12.2006.

DAGNINO, R. (org.) **Almicar Herrera: um intelectual latino-americano**. Campinas: Oficinas Gráficas da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

DE MASI, Domenico. A sociedade pós-industrial In: DE MAIS, Domenico (org). **A sociedade pós-industrial**, São Paulo:Editora SENAC, p.11-97, 1999.

DEPREST, F. **Enquête sur le tourisme de masse**: l'écologie face au territoire. Mappemonde, Éditions Belin, Paris. 1997.

Diagnóstico Turístico do Município de Louveira. In: **Fundação para o desenvolvimento das artes e da comunicação** (FUNDAC). São Paulo: agosto de 2002.

Diretrizes do Programa Nacional de Municipalização do Turismo. 3ª versão. Brasília: EMBRATUR, 1998 a.

DOWBOR, Ladislav. **Educação e desenvolvimento local**. In: www,dowbor.org. consulta em 15/05/2006.

DUMANZEDIER, J. **A sociologia empírica do lazer**, São Paulo: Perspectiva, 1974.

DURÁN, F. E. Viejas e nuevas imágenes sociales de ruralidad. **Estudos Sociedade e Agricultura,** Rio de Janeiro, nº 11, 76-98, out., 1998.

DURÁN, E. F. **Câmbios em la construcción social de lo rural**. Madrid: Tecnos, 1998.

EISENSTADAT, S. N. **Modernização: Protesto e Mudança**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – **Ruralpro**. Distrito Federal: EMATER. www.emater.df.gov.br consulta em 10.04.2005.

Diretrizes do Programa Nacional de Municipalização do turismo. Brasília: EMBRATUR, 1999.

ENDRESS, A. V. O Planejamento como instrumento de condução política do Estado: do centralizado ao participativo e seus reflexos no planejamento do turismo no Nordeste. In: **Revista Turismo em Análise**, v. 13 nº1 maio de 2002. www.eca.usp. Consulta em 25.07.2004.

EPAGRI/CPPP. **Os impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar**. Chapecó: Epagri/CPPP, 2001.

ESTRADA REAL – TESOURO QUE A NATUREZA PRESERVOU. In: **Correios**, 2005

FAO/INCRA. **Novo Retrato da Agricultura Familiar**. Brasília. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000, 73p.

FERREIRA, A. D. F. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos Sociedade e Agricultura,** nº.18, abril, p.28-46, 2002.

FIGUEIREDO, E. V. S. **Portugal: que regiões**? Algumas propostas de delimitação regional para o Continente português, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.

FILHO, J. F.; BELIK, W.; CAMPOS, F. R. Indústria rural e desenvolvimento da agricultura: o caso de Minas Gerais. In: Campanhola, C. e Graziano da Silva, J. **O novo rural brasileiro: Novas atividades agrícolas**. Vol. 6. Brasília, DF: Embrapa, informação tecnológica, 2004.

FLICK, U. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Tradução Sandra Netz. 2ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOGEL, R.W. **The fourth great awakening the future of egalitarianism**. The University of Chicago. Chicago, cap. 5 p. 176-235, 2000.

FONSECA, Maria Lucinda. Patrimônio, turismo e desenvolvimento local In: RODRIGUES, Adyr B. (org). **Turismo rural**, São Paulo: Contexto, p.47-68, 2001.

FOSTER, D. **Viagens e Turismo: manual de gestão**. Tradução: Teresa Pinto. Editor: Mem Martins, CETOP, 1992.

FROEHLICH, J M; RIEDL, Mário (org). Turismo rural e agricultura familiar. In: ALMEIDA, J. A.; RIED, M.; FROEHLICH, J. M., (orgs.). **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**, 2ed, Campinas: Papirus, Coleção Turismo, 2000.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS.<www.seade.gov.br> , consulta em 13/09/2005.

GATTI, L. D. S. **Transformações e tendências do agroturismo em Venda Nova do Imigrante - Espírito Santo**, 82 p. Dissertação. Centro Universitário Ibero-Americano, São Paulo, 2000.

GAZZOLA, A. L. A. Fredric Jameson: Uma Epistemoligia Ativista. In: JAMERSON, F. **Espaço e Imagem**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 3ª edição, 2004.

FOSTER, D. **Viagens e Turismo: manual de gestão**. Mem Martins: CETOP, 1992.

FROEHLICH, J. M., (orgs.). **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Maria (RS): Centro Gráfico, p. 11-47, 1998.

FROEHLICH, J. M. **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Campinas: Papirus, 2000.

GEORGE, P. **Geografia Urbana**. Difel, São Paulo: 1983.

GIULIANI, G. M. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. In: **Revista Ciências Sociais,** n° 14, ano 5, outubro 1990.

GOMES, A. M. C. Imigrantes italianos: entre a italianità e a brasilidade. In: Ronaldo Vainfas. (Org.). **500 anos de povoamento**. 1ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2000, v. 1, p. 150-178.

GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo. Plural Editora e Gráfica, São Paulo, vol. 15, 1998, p, 4888.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas: Instituto de Economia. UNICAMP, 1996.

_____; DEL ROSSI, M. E. A evolução do emprego não agrícola no meio rural brasileiro. Curitiba: Seminário Internacional Campo-Cidade, 1998.

_____**O novo rural brasileiro.** Campinas: Unicamp, IE, 1999.

_____Evolução da renda nas famílias agrícolas e rurais: Brasil, 1992/1997. Chile: Seminário Internacional sobre Desarrollo del Empleo Rural no Agricola. BID, CEPAL, FAO. RIMISP, 1999.

_____; DALE, Paul J.; VILARINHO, Carlyle. Turismo em Áreas Rurais: Suas Possibilidades e Limitações no Brasil - **Projeto Rurbano**, Unicamp 1998. Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html. Acesso em 20 de maio de 2001.

Guia oficial da cidade da Santa Antônio do Pinhal. <www.guiapinhal.com.br>, 31/03/2003.

HENRIQUE, W. O direito à natureza na cidade. Ideologias e Práticas na História. Tese de Doutorado. Faculdade de Geografia. Rio Claro, 2004.

HALL, C.M. Planejamento Turístico: Políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**, 4ed, Rio de Janeiro:DP&A, trad. Tomaz Tadeu da Silva, 2000.

HAMMES, V. S. **Contribuições para o planejamento agroturístico na área de proteção ambiental de Souzas e Joaquim Egídio (Campinas, SP)**. Tese de Doutorado. FEAGRI/UNICAMP, 1998

HOSELITZ, Berthold Frank, **Aspectos sociologicos del desarrollo economico**, Barcelona: Hispano Europea, 1962.

IANNI, O. **A Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1993, 2ª edição.

INDÍCE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH). In: www.pnud.org.br. Consulta em 25.05.2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Senso de 1991 e 2000**. www.ibge.gov.br Consulta em 21.04.2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO (EMBRATUR). In: www.institucionalturismo.gov.br. Consulta em 30.04.1999.

INSTITUTO NAZIONAL DI ECONOMIA AGRARIA. Lo sviluppo rurale. Turismorurale, agroturismo, prodotti agroalimentari. Quaderno informativo. Roma:

ISHIY, M. **Experiências Brasileiras em Agroturismo: o Exemplo da Fazenda Floresta** (Lupércio - SP). 183 p. Dissertação (Mestre em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Arte, Universidade de São Paulo, 2002.

JAMERSON. **Post-modernism or the cultural logic of capitalism**, New Left Review, n146, 1984.

JOAQUIM, Graça. Turismo e mundo rural: que sustentabilidade? In: Rodrigues, Adyr B. (org.) **Turismo Rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, p.35-45, 2001.

JOLLIVET, M. **Vers un rural postindustriel:** rural et environnement dans huit pays européens. Paris: L'Harmattan, 1997.

JOSSO, M. C. História de vida e projeto: a história de vida como projeto e as "histórias de vida" a serviço de projetos. **In: Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 2, p.11-23, 1999.

JULLIARD E. Urbanisation des campagnes. In: **Études Rurales**: 5-9, jan/juin. 1973

KAYSER, B. **La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental**. Paris. Armand Colin, 1990.

KESSELRING, Thomas. O conceito de natureza na história do pensamento ocidental, **Episteme**, Porto Alegre, n11, p.153-172, jul/dez, 2000.

KEYNES, J. M. **Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro**. Tradução Augusto Luis de Souza. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

KLEIN, E. **El empleo rural no agricola en America Latina**. Seminario La Sociedade Rural Latinoamericana hacia el siglo XXI. PREALC/OIT. Chile, 1992.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Editora Aleph, 2ª edição, 2001. Labat, J.L.; e Perez S.F. O. Mercado de Trabajo Agrario y Desarrollo Rural. In: **Revista de Estudios Agro-Sociales**, Madrid: 1994 p. 169 - 189

LAPA, J. R. A. **A economia cafeeira**. In: Brasiliense, São Paulo,1986. 3ª. edição.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. Impactos socioeconômicos globais do turismo. In: LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César.**Turismo teoria e prática**, São Paulo:Atlas, p.117-131, 2000.

LAURENT, C; MANDY, J.F. O turismo rural na França In: ALMEIDA, J; FROEHLICH, J M; RIEDL, M (orgs). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Santa Maria:Departamento de Extensão Rural, p.127-138, 1998.

LEADER II, n°. 4, Setembre 1996. Disponível em: < http://www.inea.it/reteleader/publica/ >, 22/02/2003.

LEFEVRE, F; LEFEVRE, A. M. C. **Depoimentos e Discursos: uma proposta de análise em pesquisa social**. Brasília: Líber Livro Editora Ltda., 2005.

Lei Italiana número 730. In:girus.com.br/turismo, informação e debate. Consulta em 27.02.2004.

LENOBLE, R. História da Idéia de Natureza. Lisboa: Ed. 70, 1990.

LEONY, A. Circuito do Diamante: uma abordagem do ecoturismo na Bahia. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo e Ambiente. Reflexões e propostas**. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 117-137.

LEPSCH, I. F. **Formação e Conservação dos Solos**. Oficina de textos. São Paulo: 2002.

Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária - Estatísticas Agrícolas – LUPA. In: **Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).** www.cati.sp.br Estado de São Paulo 1995/1996, Consulta em 30.05.2005.

LICKORISCH e JENKINS, C. **Introdução ao Turismo**, Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LIMA, L. C.. **Associações para o Desenvolvimento no Alto Minho**, Viana do Castelo, Centro Cultural do Alto Minho, 1986.

LIMA, I. M. A.; MATIAS, M. Manifestações folclóricas no turismo rural. In: OLIVEIRA, C. G.S. et al (ed.). **Anais...** 2°. Congresso Brasileiro de Turismo Rural. Piracicaba, Fealq. 2000, p. 81-93.

LUCHIARI, M. T. D. P. **O lugar no mundo contemporâneo-turismo e urbanização em Ubatuba/SP**. 222p. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

LYOTARD, J. F. **O Pós-Moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1986.

MACHADO, A. **Máquina e Imaginário: o desafio das poéticas tecnologias**. São Paulo: EDUSP, 1993

MAMBERTI, M. M. S; BRAGA, R. Arranjos Produtivos Turísticos e Desenvolvimento Local. In: I **Seminário Internacional O Desenvolvimento Local na Integração: Estratégias e Instituições e Políticas.** Rio Claro: UNESP, 2004. www.rc.unesp.br/deslocal/apresentacao1.htm. Consulta em 14/03/2006.

Manual de Ecoturismo. Ministério da Indústria do Comércio e do Turismo. **EMBRATUR**. Brasília, 1994.

MARTINS, A. L. **Império do Café: a grande lavoura no Brasil, 1850 a 1890**. São Paulo: Atual, 1990.

MARTINS, E. C. **O Turismo como alternativa de Desenvolvimento Sustentável**: o caso de Jericoacoara no Ceará. Tese de Doutorado. Ezalq/USP, Piracicaba: 2002.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

MATEI. L. Agroturismo e Perspectivas para o Estado de Santa Catarina. In: X World Congress of Rural Sociology, **Anais...** XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Rio de Janeiro, 2000.

MATHIEU, N. La notion de rural et les rapports ville-campagne en France, des années cinquante aux années quatre-vingts. In: **Économie Rurale**. Paris, (197) p. 35-41, mai-jui, 1990.

MCINTOSH, R. W.; GOELDNER, C. R. **Tourism: principles, practices, philosophies. New York**: J. Willey, 1990.

MEDEIROS, M. C. de L. Natureza e Naturezas na Construção Humana: construindo saberes das relações naturais e sociais. **Ciência & Educação**. Bauru: UNESP, 2002.

MENDRAS, H. **La finde des paysans** (postface, Vingt ans après). Paris: Babel, 1986.

MENDRAS, Henri. **La fin des paysans**; suivi d'une refléxion sur la fin des paysans vingt ans après. Paris, Actes Sud, 1984.

MINGIONE, e. E PUGLIESE, E. A Difícil Delimitação do Urbano e do Rural. **Revista Crítica de Ciências Sociais.** Lisboa n°. 22 p. 83-89 (abril), 1989.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Plano Nacional de Turismo 2000-2003. Brasília, abril de 2003. In: htpp://institucional. turismo.gov.br. Pesquisa em 22/12/2005.

_____ Turismo Sustentável e Alívio da Pobreza no Brasil. Reflexões e Perspectivas. Brasília, Outubro de 2005. In: www.institucional.turismo.gov.br. Pesquisa em 22/12/2005.

MOLINA, S. E. **Turismo e Ecologia**. Tradução Josely Vianna Baptista. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

MORANDI, Sonia; GIL, Izabel Castanha. **Tecnologia e ambiente**, São Paulo: Copidart, 2000.

MORIN, E. Da necessidade de um pensamento complexo. Tradução Juremir Machado da Silva. In: http.//servicesc.incubadora. Fapesp.br/portal. Consulta em 05.06.2006.

MURDOCH, J. E MARSDEN, T. **Reconstituting rurality; class, community and power in the development process.** London; UCL, 1994.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**, Rio de Janeiro, Edição Paz e Terra, 1974.

NEUTSLING, C. O., POHL, D. J., POHL, L. M., BAO, C., KAPPEL, P. S., CALCANHOTTO, F. A. O Turismo Rural como Promotor da Inclusão Social, Geração de Renda e Preservação do Ambiente na Comunidade de Três Bocas, Município de Porto Mauá/RS. **Anais...** Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável – CITURDES. Santa Maria, Rio Grande do Sul: Editora Facos, 2006, p645-651.

OMT. **Planejamento para o desenvolvimento do turismo sustentável em nível municipal**. Madri: OMT, 1994 (Guia para treinamento de agentes multiplicadores e monitores municipais).

OMT. **Introdução ao Turismo**. Madri: 1998, 1ª edição.

ORSI, S. D. **Desafios institucionais para a inserção das pequenas agroindústrias rurais no Distrito Federal**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA. 2001.

PAIVA, S. M. C. Os programas Governamentais para o Desenvolvimento do Turismo, Incluindo o Turismo Ecológico. In: www.senado.gov.br , consulta em 30.09.2003.

PANOSSO NETTO, A; SQUINELO, A. P. O. (orgs). SQUINELO, A. P. O. Lazer em Rondonópolis – Mato Grosso. In: **Reflexões em Turismo, Mato Grosso e Outros Temas**. Editora UCDB, Campo Grande (MS): 2003.

PANOSSO NETTO, A; SQUINELO, A. P. O. (orgs). SQUINELO, A. P. O. Patrimônio Cultural como Potencialidade Turística em Rondonópolis – Mato Grosso. In: **Reflexões em Turismo, Mato Grosso e Outros Temas**. Editora UCDB, Campo Grande (MS): 2003.

PAULILLO, L, F. **Redes de Poder e Territórios Produtivos**: indústria, citricultura e políticas públicas no Brasil do século XX. São Paulo: Editora da UFSCAR, 2000.

PEDREIRA, B. C. C. G. **Construção de Indicadores de Metodologia de Seleção de Espaços Rurais para o Agroturismo sob a Perspectiva de Conservação Ambiental**. Tese de Doutorado, Feagri/UNICAMP:2006.

PEREIRA, C. A. S. Políticas públicas no setor de turismo. In: **Turismo em Análise**. São Paulo: ECA-USP: 1999 v. 10, n. 2.

PIRES, M. J. Turismo rural: Marketing de Atrativos Culturais Na Fazenda. In: OLIVEIRA, C. G. S. et al. (ed.), 2°. Congresso Brasileiro de Turismo Rural, Piracicaba. **Anais...** Fealq, p. 69-79, 2000.

PIRES, Paulo dos Santos. A paisagem litorânea como recurso turístico In: YÁZIGI, Eduardo et al (org). **Turismo**: espaço, paisagem e cultura, 2ed, São Paulo:Hucitec, 2000.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS-PNAD. www.ibge.gov.br Consulta em 29.12.2005.

PLANO DE CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL. In: **Instituto de Hospitalidade.** www.pcts.org.br. Consulta em 31.08.2004.

PORTILLO, R B; ALAMO, J. Benayas. Del el turismo como motor de desarrollo rural, **Revista de Estudios Agro-Sociales**, Madrid, 169, jul/set, p.119-147, 1994.

PORTUGUEZ, Anderson P. **Agroturismo e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Hucitec, 1999.

PRADO, F. L. **Pós-modernidade, educação e trabalho**. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, Faculdade de Educação, 2001.

PRATES, G. A.; PAULA, H. C. Turismo rural, uma abordagem conceptual. In: OLIVEIRA, C. G. S. etr al., 2°. Congresso Brasileiro de Turismo Rural, Piracicaba. **Anais...** FEALQ, 1999, p.115-119.

Prefeitura Municipal de Louveira. **Desenvolvimento do Agroturismo Sustentável**. Louveira: Fevereiro de 2001.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - **PNUD**. www.**pnud**.org.br/ - Consulta em 15.12.06.

PROGRAMA DE TURISMO RURAL *COOPERATIVO*. In: Associação de Turismo do Circuito das Frutas – www.circuitodasfrutas.com.br . Acesso em 20.01.2005.

PROGRAMA DE TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. www.pronaf.gov.br/turismo. Consulta em 15 de janeiro de 2006.

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF). Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília: 2005. www.pronaf.gov.br. Consulta em 14 de janeiro de 2006.

PROGRAMA NACIONAL DE MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO. EMBRATUR. **Diretrizes do Programa Nacional de Municipalização do Turismo**. Brasília, EMBRATUR, 1999.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. www.**pnud**.org.br/ - Consulta em 15.12.06.

PROJETO RURBANO. **Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas**. Campinas. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>, 25/03/2003.

QUEIROZ, M. I. P. **Variações sobre a técnica do gravador**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

RAMOS, L. O. F°. RODRIGUES, I.; FRIGHETTO, R.T. S.; RODRIGUES, G. S.; CAMPANHOLA, C.; BROMBAT, J. C. Aplicação do Sistema "Apóia - Novo Rural" para avaliação do desempenho ambiental do Agroturismo. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 21, n. 3, p. 409-4234, set./dez., 2004.

RAVIGNAN, F. *L'avenir d'un désert. Villelongue D'Aude: Editeur Atelier Du Gué*, 1996

RECLUS, Élisée. **Antologia**. São Paulo: Ática. (Coleção Grandes Cientistas Sociais), 1985

REJOWSKI, M. **Turismo e pesquisa científica**: pensamento internacional x situação brasileira, Campinas:Papirus, 1996.

REJOWSKI, M. (Org.). **Turismo sob a ótica dos monitores municipais**, 1. ed. Brasília: EMBRATUR, 1996. v. 1. 28 p. *Referências adicionais:* Brasil/Português; *Meio de divulgação:* Impresso.

REJOWSKI, M. Formação de Recursos Humanos para o Turismo Rural. In: Congresso Brasileiro de Turismo Rural. Piracicaba. **Anais...** FEALQ, p. 57 – 71, 1999.

RESOLUÇÃO CONAMA N°. 001, de 23 de janeiro de 1986. In: **CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – IBAMA**. www.lei.adv.br Consulta em 30 de julho de 2005.

RIBBECK, G. **Tito Lucrécio Caro**. 2ª edição. São Paulo: Abril Cultural. Os Pensadores, 1980.

RIBEIRO. W.C. Meio ambiente: o natural e o produzido. **In: Revista do Departamento de Geografia**. 1991. vol. 5. p. 29-32.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social Métodos e Técnicas**. 3ª Edição São Paulo: Editora Atlas. 1999.

RIESGO, M. F. La posmodernidad y la Crisis de los Valores Religiosos. In: VATTIM0 G. (Y OTROS) **En torno a la posmodernidade**. Espana: Anthropos Editorial, 2003.

ROCHA, G. O. R. da. Ecoturismo na Amazônia: uma análise das políticas públicas planejadas pela SUDAM. In: Rodrigues, A. B. (org.). **Turismo e ambiente. Reflexões e propostas**. São Paulo: Hucitec. , p. 161-177.

ROCHA NETO. Reflexões sobre Turismo. In: Revista Múltipla. Vol. III. Brasília: dezembro de 1998.

RODRIGUES, A. M. **Produção e Consumo do e No Espaço**: Problemática Ambiental Urbana. São Paulo: Hucitec, 1998.

RODRIGUES, C. G. 0. A Dinâmica do Turismo em Espaços Rurais – O Caso do Arraial de Conceição do Ibitipoca (MG). **Anais...** X Congresso Mundial de Sociologia Rural. Rio de Janeiro de 30 de julho a 05 de agosto de 2000.

_____ Turismo Eco-Rural. In: ALMEIDA, J. A; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (orgs.) **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Maria: UFSM, 1998.

_____Turismo Eco-Rural: interfaces entre o ecoturismo e o turismo rural. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J.M.; RIEDL, M. **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Maria: Centro Gráfico, 1998, p.85-96.

_____Turismo local: oportunidades para inserção. In ROGRIGUES, A. B. (org.) **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 2ª. ed., 2000.

_____Turismo rural no Brasil - ensaio de uma tipologia. In: **Turismo Rural:** práticas e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2001.

RODRIGUES, C. G. O. A Dinâmica do Turismo em Espaços Rurais – O caso do Arraial de Conceição do Ibitipoca (MG). In: X Congresso Mundial de Sociologia Rural (IRSA). Rio de Janeiro, 2000.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. Os fundamentos da geografia da natureza In: ROSS, Jurandyr Luciano Sanches, **Geografia do Brasil**, São Paulo:EDUSP, p.13-65, 1996.

ROSTOW, W. W. **Etapas do Desenvolvimento Económico**, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1964.

RUSCHMANN, D. V. de M. **Turismo e Planejamento Sustentável**. Campinas: Papirus, 1997.
SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. STROH, P. Y (org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

_____Recursos, emprego e financiamento do desenvolvimento: produzir sem destruir o caso do Brasil. **Revista de Economia Política**. Revista de Economia Política - ISSN 1809-4538 - São Paulo – Brasil, (10). jan/mar. 1990.

_____. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo, Edições Vértice, 1986.
SALVATI, S. S. Turismo rural e certificação: Qualidade e responsabilidade no campo. Anais do 4° Congresso Brasileiro de Turismo Rural. Piracicaba, São Paulo: FEALQ, p. 87-94.

SANTOS, B. de S. Uma cartografia simbólica das representações sociais, prolegômenos a uma concepção pós-moderna do direito. **Espaço e Debates**, n. 33, p. 63-79, 1991.

SANTOS, E.; SOUZA, M.; RAPOPORT, A. Motivações e perfis como instrumento de segmentação do turismo rural e agroturismo no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, J. A.; SOUZA, M. Turismo Rural: patrimônio, cultura e legislação. Santa Maria (RS): Editora FACOS – UFSM, 2006.

SANTOS, J. F. **O que pós-moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova. São Paulo:Hucitec, 1980.

_____, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-infomacional, 2ed, São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, G. E. de O. **Modelo Gravitacional do Turismo: Proposta Teórica e Estudo Empírico dos Fluxos Turísticos no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Eca/USP. São Paulo: 2004.

SARRACENO, E. **O conceito de ruralidade**; problemas de definição em escala européia. Tradução Angela Kageyama. Unine, CRES, 1994.

SEABRA, G. F, Ecos do Turismo. O turismo ecológico em áreas protegidas. Campinas: Papirus (Coleção Turismo).

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E AGRICULTURA DE LOUVEIRA. In: **Release de Louveira**. Prefeitura Municipal de Louveira, 2005.

Segundo Foro Mundial de Agroturismo y Turismo Rural. Argentina: 2003. In: http://www1.hcdn.gov.ar/folio-cgi. Consulta em 20.04.2004.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A PEQUENA E MÉDIA EMPRESA (SEBRAE) In: www.sebraesp.com.br. Consulta em 30.04.2006.

SILVA, Y. F. Pobreza, Violência e Crime - Conflitos e Impactos Sociais do Turismo Sem Responsabilidade Social. In: Margarita Barretto; Alvaro Banducci Junior. (Org.). **Turismo e Identidade Local** - Uma Visão Antropológica. 1 a. ed. São Paulo: Papirus, 2001, v. 1.

SOUZA, M. **Turismo Rural: patrimônio, cultura e legislação**. Santa Maria: FACOS/UFSM, 2006.

SCHNEIDER, S. **Agricultura Familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRS, 1999.

_____**Agricultura familiar e pluritividade**. 470p. Tese (Doutorado em Sociologia). IFCH, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1999.

_____. **Pluriatividade como fator de desenvolvimento da Agricultura Familiar no Sul do Brasil**. Palestra FEAGRI/UNICAMP. Campinas; 20/10/2000.

SCHNEIDER, S; FIALHO, M A V. Atividades não-agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário (orgs). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000.

SCHOKEL, L. A. **Bíblia do Peregrino**. São Paulo: Editora Paulus, 2005.

SHIRLEY, R. W. O fim de uma tradição: **Cultura e Desenvolvimento no Município de Cunha. São Paulo:** Perspectiva, 1971.

SILVEIRA, M. A. T. Planejamento Territorial e Dinâmica Local: bases para o turismo sustentável. In: RODRIGUES, A. B. (org.) **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Jucitec, 1997.

SINGER, P. **Desemprego e Exclusão Social**. Revista São Paulo em Perspectiva. V.10, 1996.

SILVA, Z. A. **História de Santo Antonio do Pinhal**. Textos mimeografados. Santo Antonio do Pinhal: 2005.

SILVEIRA, M. A. T. Planejamento territorial e dinâmico local: bases para o turismo sustentável. In: Rodrigues, A. B. (org.) **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SMART, B. **A pós-modernidade**. Tradução Ana Paula Curado. Portugal: Europa-Americano, 1993.

SOLHA, K. T. **Órgãos Públicos Estaduais e o Desenvolvimento do Turismo no Brasil**. Tese de Doutorado. ECA, Universidade de São Paulo, 2004.

S.O.S. Mata Atlântica, In: www.sosmatatlantica.org.br. Consulta em 28 de maio de 2005.

SOUZA, M. **Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no Estado do Paraná**. 303p. (Doutorado em Engenharia Agrícola). Faculdade de Engenharia Agrícola, UNICAMP, Campinas, 2000.

SOUZA, M. J. L. Como Pode o Turismo Contribuir para o Desenvolvimento Local: In ROGRIGUES, A. B. (org.) **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 2ª. ed., 17-22, 2000.

STANEK, O. O trabalho familiar e a pluritividade. In: **Agricultura Familiar**. Vol. II. São Paulo: Ed. Unicamp, 1997.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC**. 277 p. Tese (doutorado em Ciências Humanas Sociedade e Meio Ambiente) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catariana, Florianópolis, 2002.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável**: Conceitos e Impacto Ambiental. Tradução Margarete Dias Pulido. 2ª Edição. São Paulo: Aleph Publicações e Assessoria Pedagógica Ltda, 2001. 130 p.

TAVALERA, A. S. Desarrolos y conflictos em torno al turismo rural: claves y dilemas desde la antropologiasocial. In: RIEDL, M.; ALMEIDA, J. A.; VIANA, A. L. B. **Turismo rural**: tendências e sustentabilidade. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, p.13-50

TEIXEIRA, Vanessa Lopes. **Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do Estado do Rio de Janeiro**. 185p. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Agricultura) – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1998.

TULIK, O. Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo. In: RODRIGUES, A. B. **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 2ª edição, p. 136-143, 2000.

TURISMO SUSTENTÁVEL E ALÍVIO DA POBREZA. Brasília: Ministério do Turismo. In: institucional turismo.gov.br/portalmtur. Consulta em 31.10.2005

URRY, J. **O olhar do turista:** lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Nobel/Sesc, 1996.

VATTIM0 , G. (Y OTROS) **En torno a la posmodernidade**. España: Anthropos Editorial, 2003.

VEIGA, J. E. . CIDADES IMAGINÁRIAS. 2a. ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2002. v. 1. 198 p.

VELOSO, História de Cunha, Texto mimeografado, 1978

VELLOSO SOBRINHO, J. **Um Causo Sério**. Cunha: Centro da Cultura e Tradição de Cunha, 1992.

VERBOLE, Alenka Rural tourism and sustainable development: a case study on Slovenia. **Sustainable rural development**, Aldershot (UK): Ashgate Publishing, 1997.

VERBOLE, Alenka. Negotiating rural tourism development at the local level: a case study in Pisece, Slovenia, **Sustainable rural development**, Aldershot (UK): Ashgate Publishing 1999.

VERBOLE, a. A busca pelo Imaginário Rural. In: RIEDL, M.; ALMEIDA, J. A.; VIANA, A. L.B. **Turismo Rural**: tendências e sustentabilidade. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 117-140, 2002.

VICENTINO, C.; DORIGO, G. **História do Brasil**, São Paulo, Scipione, 1998, 1ª. Edição.

VIEIRA, E. M. Legislação para o Turismo Rural. In: **Turismo rural: patrimônio, cultura e legislação**. ALMEIDA, J. A.; Souza, M. (orgs.). Santa Maria: FACO/UFSM, 2006.

WANDERLEY, M. de N. B. **A Emergência de uma nova ruralidade nas Sociedades Modernas Avançadas**: O Rural como Espaço Singular e Ator Coletivo. Recife: UFPE,

YÁZIGI, E. **Turismo, uma esperança condicional**. São Paulo: Plêiade, 1998.

YOUELL, R. **Turismo, uma Introdução**. Tradução Beth Honorato. São Paulo: Contexto, 2002.

ZAIDAN, M. Fundamentos sociofilosóficos da questão ambiental. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro:CPDA/UFRRJ, n4, jul, p.126-129, 1995.

REFERÊNCIAS NA WEB:

www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/meioamb/arprot/tombadas/apas/, consulta em 14/11/2005.

http://www.paraty.com.br/bocaina/pdf/encarte1.pdf - consulta em 12/12/05.

http://www.pnud.org.br/milenio/arquivos/ResumodoProjeto.pdf - consulta em 02/02/2006.

http://institucional.turismo.gov.br/Mintur/UserFiles/File/planoNacionalPortugues.pdf - consulta em 02/03/2006.

http://www.mda.gov.br/saf/ - consulta em 30/08/06.

http://www.investimentos.sp.gov.br/portal.php/informacoes/economia, consulta em 25/08/2006.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Louveira - consulta em 25.04.05

www.al.sp.gov.br – consulta em 20.04.06

www.cidadeshistoricas.art.br/cunha/cun_his_p.htm - consulta em 20.04.06

www.estadão.com.br/450/historia - consulta em 20.04.06

www.guiapinhal.com.br/ - consulta em 31.10.06

www.girus.com.br – consulta em 31.10.2006

www.guiavaleonline.com.br, consulta em 30.05.2005.

http://www.seade.gov.br/, consulta em 15/03/2005.